

| CAPA DO PROCESSO | |
|--------------------------------------|--|
| Número do protocolo: 2025.09.16.0016 | |
| Data/Hora: | 16/09/2025 19:13:27 |
| Assunto/Tipo: | PROCESSO DE CONTRATAÇÃO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS |
| Interessado: | SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE |

Descrição do protocolo

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONFECÇÃO DE PRÓTESES DENTÁRIAS, VISANDO ATENDER AS NECESSIDADES DOS PROGRAMAS DE SAÚDE BUCAL DA SERCETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO/MA.

Consulte o andamento do seu protocolo no nosso site

1 – Para acesso a tramitação processual do documento acima, deverá ser informado na tela de consulta o CPF, em se tratando de pessoa física, ou CNPJ, para pessoa jurídica, acompanhado no número do protocolo acima indicado.

2 – O QR CODE, deste comprovante, pode ser usado para acompanhamento do andamento do protocolo.



2025.09.16.0016

PROTOCOLO: 2025.09.16.0016 - PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO



Interessado: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE

Setor: ASSESSORIA

Descrição: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONFECÇÃO DE PRÓTESES DENTÁRIAS, VISANDO ATENDER AS NECESSIDADES DOS PROGRAMAS DE SAÚDE BUCAL DA SERCETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO/MA.

16/09/2025 19:13:27



2025.09.16.0016



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE



FMSJP
FL.(S)
Nº 02
RUBRICA: *[Handwritten signature]*
SÃO JOÃO DO PARAÍSO

Memorando nº 004/2025

A Sua Excelência a Senhora,
Marisa Elanne Damasceno de França
Secretária Municipal de Saúde
São João do Paraíso/MA

São João do Paraíso, 16 de setembro de 2025.

DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DE DEMANDA – DFD

1. IDENTIFICAÇÃO DA NECESSIDADE:

1.1. Venho através deste instrumento, trazer ao vosso conhecimento a necessidade de serviços odontológicos especializados em próteses dentárias para atendimento aos usuários do SUS, público alvo no Município de São João do Paraíso/MA, objetivando a restauração da saúde bucal desses pacientes;

1.2. A Conjecção de próteses dentárias por se tratar de um serviço de suma importância aos pacientes de baixa renda do município, garantirá a prevenção e recuperação da saúde bucal dos pacientes de todas as idades, com ampliação do acesso ao tratamento odontológico gratuito melhorando assim a qualidade de vida da população.

2. ITENS E QUANTITATIVOS A SER CONTRATADO:

2.1. As especificações e quantitativos indicados baseou-se em dados de consultas realizadas junto ao setor competente, responsável por identificar as necessidades inerentes a pretensa demanda, dessa forma entende-se necessária a contratação dos seguintes itens e quantitativos:

| ITEM | DESCRIÇÃO | UND. DE MEDIDA | QUANT. |
|------|--|----------------|--------|
| 1. | PRÓTESE TOTAL MANDIBULAR PALATO INCOLOR | UNIDADE | 250 |
| 2. | PRÓTESE TOTAL MAXILAR | UNIDADE | 250 |
| 3. | PRÓTESE PARCIAL REMOVIVEL MAXILAR COM ARTE METALICA DE CrCo | UNIDADE | 80 |
| 4. | PRÓTESE PARCIAL REMOVIVEL MANDIBULAR COM ARTE METALICA DE CrCo | UNIDADE | 80 |

[Handwritten signature]



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

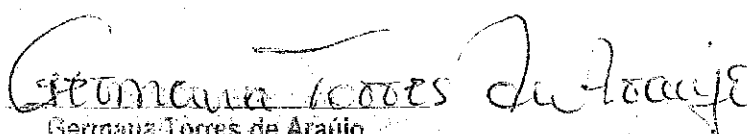


PMSJP
FL(S)
Nº 03
RUBRICA:
SÃO JOÃO DO
PARAÍSO

3. PREVISÃO PARA CONCLUSÃO DA PRETENSE CONTRATAÇÃO:

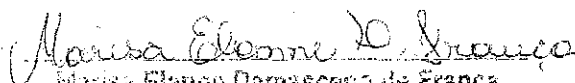
3.1. A conclusão da pretensa contratação poderá ocorrer em até 60 (sessenta) dias, a fim de não gerar prejuízos ou descontinuidade das atividades dos órgãos, considerando que a referida contratação, contém diversos procedimentos especiais para a seleção da opção mais vantajosa para a Administração Pública, observando formalidades prévias e princípios fundamentais da atividade administrativa.

4. RESPONSÁVEL REQUISITANTE:


Germana Torres de Araújo
Coordenadora do Programa de Saúde Bucal
Portaria nº 057/2025 - GP

5. APROVAÇÃO/AUTORIDADE SUPERIOR:

5.1. Em conformidade com a legislação que rege o tema, encaminhe-se à autoridade competente para análise de conveniência e oportunidade para a aprovação da pretensa contratação e demais providências cabíveis.


Marisa Elaine Damasceno de França
Secretária Municipal de Saúde
Portaria nº 005/2025



ESTADO DO MARANHÃO
GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
GESTÃO 2025 A 2028

PORTARIA N. 057/2025

Dispõe sobre a NOMEAÇÃO do cargo em comissão de GERMANA TORRES DE ARAUJO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO, no uso de suas atribuições legais, estabelecidas na Lei Orgânica do Município e demais leis específicas,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear para exercer o cargo em comissão de **COORDENADOR(A) DO PSB** do município de São João do Paraíso/MA, a senhora **GERMANA TORRES DE ARAUJO**, brasileira, inscrita no CPF nº ***.431.713-**.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Mando, portanto, a todas as autoridades a quem o conhecimento e a execução da presente portaria pertencerem que a cumpram e a façam cumprir tão inteiramente como nela se contém.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO EM 07 DE JANEIRO DE 2025.


MARCOS VINÍCIUS DE FRANÇA FERREIRA
Prefeito Municipal

CERTIFICO QUE, NESTA DATA, FOI DEVIDAMENTE AFINADO E PUBLICADO NO MURAL DE AVISOS DO ÁTRIO DESTA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO-MA, A PORTARIA DE NOMEAÇÃO Nº 057/2025 SÃO JOÃO DO PARAÍSO – MA. AOS 07 DIAS DO MÊS DE JANEIRO DE 2025. CERTIFICO E ASSINO O PRESENTE TERMO DE PUBLICAÇÃO.



ESTADO DO MARANHÃO
GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
GESTÃO 2025 A 2028

PORTARIA N. 005/2025

Dispõe sobre a **NOMEAÇÃO** para o cargo em comissão de **Secretária Municipal de Saúde** a Sra. **Marisa Elanne Damasceno de França**.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO**, no uso de suas atribuições legais, estabelecidas na Lei Orgânica do Município e demais leis específicas,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear para o cargo em comissão de **SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE**, a senhora **Marisa Elanne Damasceno de França**, brasileira, inscrita no CPF nº ***.356.123-***.


Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Mando, portanto, a todas as autoridades a quem o conhecimento e a execução da presente portaria pertencerem que a cumpram e a façam cumprir tão inteiramente como nela se contém.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO EM 01 DE JANEIRO DE 2025.


MARCOS VINICIUS DE FRANÇA FERREIRA
Prefeito Municipal

CERTIFICO QUE, NESTA DATA, FOI DEVIDAMENTE AFIXADO E PUBLICADO NO MURAL DE AVISOS DO ÁTRIO DESTA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO-MA, A PORTARIA DE NOMEAÇÃO Nº 005/2025 SÃO JOÃO DO PARAÍSO - MA, AO 01 DIA DO MÊS DE JANEIRO DE 2025. CERTIFICO E ASSINO O PRESENTE TERMO DE PUBLICAÇÃO





ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE



PARAÍSO

PMSJP

FL. (S)
Nº 06 - *Paul*
RUBRICA:

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2025.09.16.0016.

Ao Responsável Técnico,

DESPACHO

Senhores (as),

Com base nas necessidades e especificações apresentadas pelo Documento de Formalização de Demanda – DFD em epígrafe, venho através deste solicitar a elaboração do **Estudo Técnico Preliminar – ETP**, com a finalidade de demonstrar a real necessidade da contratação, analisar a viabilidade técnica de implementá-la e instruir o arcabouço básico para a elaboração do Termo de Referência, como também a elaboração do **Mapa de Gerenciamento de Riscos - MR**, visando análise dos riscos que possam comprometer o sucesso da licitação e a boa execução contratual.

São João do Paraíso, 16 de setembro de 2025.

Marisa Elaine Damasceno de França
Marisa Elaine Damasceno de França
Secretária Municipal de Saúde
Portaria nº 005/2025



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE



PMSJ

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

FL. (S)
Nº 011
RUBRICA:

| | |
|----------------------------|---|
| Órgão: | Prefeitura Municipal de São João do Paraíso/MA. |
| Órgão Requisitante | Secretária Municipal de Saúde. |
| Nº Processo Administrativo | 2025.09.16.0016. |

1. PROBLEMA RESUMIDO

1.1. O problema identificado consiste em dificuldades que a Secretaria Municipal de Saúde vem enfrentando quanto a necessidade de atender os programas relacionados a saúde bucal do município de São João do Paraíso/MA, devido à falta de reposição adequada desses materiais que pode comprometer o atendimento das unidades odontológicas, resultando em prejuízos tanto para os usuários quanto para a Administração Pública.

2. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO:

2.1 Tendo em vista a importância dos serviços odontológicos especializados em próteses dentárias para atendimento aos usuários do SUS, público alvo no Município de São João do Paraíso, há por parte dos usuários, quando se encontram adentados, a necessidade de próteses bucais, que se procedam à restauração da saúde bucal desses pacientes;

2.2 A Confecção de próteses dentárias por se tratar de um serviço de suma importância aos pacientes de baixa renda do município constitui-se em uma série de medidas que visam garantir prevenção e recuperação da saúde bucal dos pacientes com as ações e serviços oferecidos, as ações em saúde bucal são voltadas para os cidadãos de todas as idades, com ampliação do acesso ao tratamento odontológico gratuito melhorando assim a qualidade de vida da população;

2.3 Diante disso, é fundamental que a administração do município adote medidas efetivas para solucionar esse problema, a fim de assegurar a contínua operacionalidade das unidades odontológicas e garantir a oferta de serviços de saúde bucal com qualidade aos munícipes. A solução desse problema é de interesse público, visando o atendimento das demandas da população por cuidados de forma eficiente e segura.

3. REQUISITOS DA FUTURA CONTRATAÇÃO:

3.1. Consubstanciam-se como requisitos da contratação todas as obrigações estabelecidas, sem prejuízo das demais disposições do Edital de Licitação e seus anexos, dos quais podemos destacar:

3.1.1. Possuir equipe técnica qualificada e especializada na prestação dos serviços do objeto desse estudo;

3.1.2. Emissão de relatórios técnicos detalhados após a execução da prestação de serviços;



PMSJP

FL.(S)
Nº 08
RUBRICA: *[Handwritten Signature]*

- 3.1.3. Cumprimento de prazos estabelecidos para a realização da prestação de serviços;
- 3.1.4. Apresentação de certificados de qualidade e garantia do serviço prestado;
- 3.1.5. Apresentação de proposta financeira competitiva, considerando o melhor custo-benefício para a Prefeitura Municipal de São João do Paraíso;
- 3.1.6. Estes requisitos são indispensáveis para assegurar a eficiência e segurança na utilização dos materiais pela Secretaria Municipal de Saúde.

4. SOLUÇÕES DISPONÍVEIS NO MERCADO:

4.1. Sobre o tema, objetivando possibilitar a comparação entre as distintas soluções pesquisadas e a posterior conclusão acerca da vantajosidade e viabilidade econômica da pretensa contratação, segue as opções levantadas.

4.2. Prestadores de serviços Locais e Regionais:

4.2.1. Vantagens:

- a. Possibilidade de estímulo à economia local;
- b. Redução dos custos logísticos e maior facilidade de acompanhamento;
- c. Fiscalização dos contratos.

4.2.2. Desvantagens:

- d. Limitação da oferta e da competitividade;
- e. Podendo resultar em preços menos vantajosos;
- f. Menor diversidade de produtos.

4.3. Registro de preço para contratação de empresa especializada na prestação de serviços de confecção de Próteses Dentárias:

4.3.1. Vantagens:

- a. Expertise técnica;
- b. Ampla gama de produtos disponíveis;
- c. Possibilidade de negociação de contratos abrangentes.

4.3.2. Desvantagens:

- d. Possibilidade de preços mais elevados devido à especialização;
- e. Menor enfoque na economia local.

4.4. Após analisar essas possíveis soluções, a escolha da melhor opção dependerá de diversos fatores, como disponibilidade de recursos financeiros, volume de consumo, preferências da gestão pública, entre outros.



É importante analisar cuidadosamente cada alternativa considerando suas vantagens e desvantagens, para tomar a decisão mais adequada ao contexto da contratação pública.

FL(S)

RUBRICA: [assinatura]

5. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO ESCOLHIDA COMO UM TODO:

5.1. A solução escolhida foi pela contratação de empresa especializada na prestação de próteses dentárias, para reposição do estoque, através do Sistema de Registros de Preços - SRP, visto que se apresenta como a solução mais adequada e vantajosa para resolver o problema identificado, garantindo benefícios técnicos, operacionais e econômicos, atendendo às necessidades públicas deste Município;

5.2. A solução escolhida visa garantir o fornecimento contínuo e de qualidade dos materiais essenciais para a realização das atividades odontológicas.

5.3. Além disso, as empresas especializadas geralmente oferecem garantia de seus produtos, o que proporciona maior segurança para a Prefeitura em relação à durabilidade e eficiência dos materiais após seu uso, e contribui também para uma grande redução nos custos para a Prefeitura;

5.4. Dessa forma, a escolha pela contratação de empresa especializada na prestação de próteses dentárias, para reposição do estoque, se mostra como a opção mais vantajosa e assertiva para atender às necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de São João do Paraíso/MA, melhorando a eficiência das operações odontológicas e garantindo a confiabilidade dos resultados, tudo dentro de um marco regulatório e de qualidade bem estruturado.

6. ESTIMATIVAS DAS QUANTIDADES E VALORES PARA A CONTRATAÇÃO:

6.1. As especificações e quantitativos indicados basearam-se em dados de consultas realizadas junto ao setor competente responsável por identificar as necessidades inerentes ao objeto da pretensa contratação, como também levantamento de contratações similares do exercício anterior, dessa forma entende-se necessária a contratação dos seguintes itens e quantitativos:

| ITEM | DESCRIÇÃO | UND. DE MEDIDA | QUANT. | VALOR UNITÁRIO | VALOR TOTAL |
|------|----------------------------------|----------------|--------|----------------|----------------|
| 1. | PRÓTESE TOTAL MANDIBULAR INCOLOR | UNIDADE | 250 | R\$ 450,00 | R\$ 112.500,00 |
| 2. | PRÓTESE TOTAL MAXILAR | UNIDADE | 250 | R\$ 450,00 | R\$ 112.500,00 |



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE



PMSJP

| | | | | | |
|----|--|---------|----|------------|---------------|
| 3. | PRÓTESE PARCIAL REMOVÍVEL MAXILAR COM ARTE METALICA DE CrCo | UNIDADE | 80 | R\$ 438,54 | R\$ 35.085,20 |
| 4. | PRÓTESE PARCIAL REMOVÍVEL MANDIBULAR COM ARTE METALICA DE CrCo | UNIDADE | 80 | R\$ 439,54 | R\$ 35.163,20 |

FL(S)
Nº 10

EXERCA: 10

7. ESTIMATIVA PRELIMINAR DO VALOR DA CONTRATAÇÃO:

7.1. Considerando o Decreto Municipal nº 094/2023 e o Art. 23 da Lei Federal nº 14.133/2021, o método aplicado para a definição do valor estimado, baseou-se em pesquisa simplificada de mercado, a fim de realizar o levantamento do eventual gasto com a solução escolhida, de modo a avaliar a vantajosidade e viabilidade econômica da opção;

7.2. Portanto, a estimativa preliminar para o atendimento da pretensa demanda é de **R\$ 295.246,40 (Duzentos e noventa e cinco mil, duzentos e quarenta e seis reais e quarenta centavos)**, dessa forma, segue Relatório de Pesquisa Preliminar de Mercado e Relatório do Fonte de Preços, anexados a este Estudo.

8. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO:

8.1. Como o problema enfrentado pela Secretaria Municipal de Saúde precisa ser resolvido com urgência para garantir a continuidade e eficácia das atividades odontológicas, é mais viável realizar a contratação de forma integral para que os serviços sejam iniciados o mais rápido possível. Além disso, a fragmentação da contratação pode comprometer a execução adequada das atividades e dificultar a supervisão e gestão do contrato pela Administração.

9. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS COM A CONTRATAÇÃO:

9.1. Primeiramente, quanto à eficiência, vai assegurar a continuidade da prestação de tais serviços, e do uso racional dos recursos financeiros, resultando em menos tempo de inatividade e uma continuidade no atendimento aos pacientes;

9.2. Além disso, buscam-se também, atender ao princípio da economicidade, cuja meta é a obtenção da melhor relação custo-benefício possível em recursos financeiros, econômicos e administrativos possa alcançar, permitindo assim que os serviços sejam realizados de forma rápida, econômica e sustentável;

9.3. A melhoria na qualidade do atendimento ao paciente também é um objetivo importante;



PMSJP

FL(S)
Nº 21
RUBRICA

10. PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS AO CONTRATO

- 10.1. Avaliar quais próteses dentárias são necessárias, em que quantidades e com que frequência;
- 10.2. Criar um documento que especifique de forma clara o objeto do contrato, prazos de entrega, condições de pagamento, qualidade dos produtos, critérios de aceitação, entre outros pontos relevantes;
- 10.3. Incluir a previsão de fornecimento contínuo, a descrição do serviço de transporte e armazenamento, e especificações sobre a manutenção ou reposição das próteses, se necessário;
- 10.4. Verificar se as empresas selecionadas possuem a qualificação técnica e jurídica para fornecer os produtos;
- 10.5. Determinar as condições de atualização de preços, quando necessário, e as garantias de fornecimento;
- 10.6. Selecionar fornecedores que tenham certificações ambientais e práticas sustentáveis.
- 10.7. Obter as aprovações internas necessárias, conforme as normas da instituição;

11. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES:

- 11.1. Não se faz necessária a realização de contratações correlatas e/ou interdependentes para a viabilidade e contratação desta demanda.

12. DA EXIGENCIA DA AMOSTRA:

- 12.1. As referidas exigências serão disciplinadas posteriormente no Termo de Referência.

13. AREA REQUISITANTE:

- 13.1. Secretaria Municipal de Saúde.

14. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS:

- 14.1. A contratação decorrente do presente processo licitatório exigirá da contratada o cumprimento das boas práticas de sustentabilidade, contribuindo para a racionalização e otimização do uso dos recursos, bem como para a redução dos impactos ambientais.

15. POSICIONAMENTO CONCLUSIVO SOBRE A ADEQUAÇÃO DA CONTRATAÇÃO PARA O ATENDIMENTO DA NECESSIDADE QUE DESTINA:



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE



FL. (S)
Nº 122 - 122
SUBSCRITA:

15.1. Os estudos preliminares evidenciam que a contratação pretendida visa atender as demandas da Secretaria Municipal de Saúde deste Município, mostrando-se possível tecnicamente e fundamentadamente necessária;

15.2. Diante do exposto, podemos assegurar que há viabilidade nesta contratação, tanto do ponto de vista técnico quanto gerencial, sendo necessária a análise de viabilidade econômico-financeira e jurídica também pelas autoridades competentes, com o objetivo de tomar ciência dos atos e designar providências cabíveis, se for o caso;

15.3. Logo, DECLARAMOS que, considerando todo o exposto nestes Estudos Preliminares, a contratação:
☒ [X] é viável ☐ [] não é viável

16. RESPONSÁVEL TÉCNICO:

Germana Torres de Araújo

Germana Torres de Araújo
Coordenadora do Programa de Saúde Bucal
Portaria nº 057/2025 - GP

São João do Paraíso/MA, 22 de setembro de 2025.



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE



PMSJP
FL. (S)
Nº 43
RUBRICA: *[Assinatura]*
PARAÍSO

Memorando nº 019/2025

São João do Paraíso, 17 de setembro de 2025.

Ao
Ilmo. Sr.
Pedro Viana Arruda
Diretor Municipal do Departamento de Compras
Prefeitura Municipal de São João do Paraíso/MA.

Processo Administrativo Nº 2025.09.16.0016.

DESPACHO

Seção de Cotação,

Venho através deste, solicitar **Pesquisa Preliminar de Mercado** do processo administrativo em epigrafe, podendo ser realizada com base em contratações similares, contratos anteriores do próprio órgão, Fonte De Preços e suas demais fontes, bem como nos demais parâmetros de pesquisa de preços expressos no Art. 23 da Lei Federal 14.133/2021.

É oportuno ressaltar que a referida pesquisa de preços não servirá ainda como orçamento estimativo da futura contratação, sendo necessária apenas para vislumbrar a vantajosidade e viabilidade econômica da solução escolhida.

Diante do exposto, informo ainda, que as especificações e quantitativos indicados basearam-se em dados de consultas realizadas junto ao setor competente responsável por identificar as necessidades inerentes ao objeto da pretensa contratação, como também levantamento de contratações similares do exercício anterior, dessa forma entende-se necessária a Pesquisa Preliminar de Mercado dos seguintes itens e quantitativos elencados na planilha anexa.

Germana Torres de Araújo

Germana Torres de Araújo
Coordenadora do Programa de Saúde Bucal
Portaria nº 057/2025 - GP



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

PMSJP

FL(S)
Nº 14
RUBRICA: *[Assinatura]*
SÃO JOÃO DO PARAÍSO
MARANHÃO

ANEXO I - PLANILHA DE ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS:

| ITEM | DESCRIÇÃO | UND. DE MEDIDA | QUANT. |
|------|--|----------------|--------|
| 1 | PRÓTESE TOTAL MANDIBULAR PALATO INCOLOR | UNIDADE | 250 |
| 2 | PRÓTESE TOTAL MAXILAR | UNIDADE | 250 |
| 3 | PRÓTESE PARCIAL REMOVIVEL MAXILAR COM ARTE METALICA DE CrCo | UNIDADE | 80 |
| 4 | PRÓTESE PARCIAL REMOVIVEL MANDIBULAR COM ARTE METALICA DE CrCo | UNIDADE | 80 |

COTAÇÃO PRÓTESES DENTÁRIAS

Pesquisa iniciada no dia 19/09/2025 15:20
IP: 172.18.0.1Prefeitura Municipal de São João do Paraíso/MA
CNPJ: 01.597.629/0001-23
Responsável: Vitor Albuquerque
Matrícula: 10/2024

Método matemático aplicado: Média Aritmética dos preços obtidos

Preço calculado com base na média aritmética dos preços obtidos para aquele determinado item.

Conforme Instrução Normativa N° 65 de 07 de Julho de 2021 (Lei nº 14.133), no Artigo 3º: "A pesquisa de preços será materializada em documento que conterá: INC I: Método matemático aplicado para a definição do valor estimado."

| Item | Preços | Valor Estimado | Quantidade | Unidade | Total |
|---|--------|----------------|------------|---------|----------------|
| 1) PRÓTESE TOTAL MANDIBULAR | 1 | R\$ 450,00 | 250.00 | UN | R\$ 112.500,00 |
| 2) PRÓTESE TOTAL MAXILAR | 1 | R\$ 450,00 | 250.00 | UN | R\$ 112.500,00 |
| 3) PRÓTESE PARCIAL MANDIBULAR REMOVÍVEL | 1 | R\$ 438,54 | 80.00 | UN | R\$ 35.083,20 |
| 4) PRÓTESE PARCIAL MAXILAR REMOVÍVEL | 1 | R\$ 439,54 | 80.00 | UN | R\$ 35.163,20 |
| Total: R\$ 295.246,40 | | | | | |

| Item 1 | Preços | Valor Unit. | Quantidade | Total |
|---|-----------------------------------|-------------|-----------------------|--------------------|
| PRÓTESE TOTAL MANDIBULAR | 1 | R\$ 450,00 | 250.00 / UN | R\$ 112.500,00 |
| Órgão/Empresa/Site: MUNICÍPIO DE CANDIDO MENDES | | | | |
| Razão Social do Fornecedor: | | | | |
| 1 J. RODRIGUES NICACIO | | | | 08.786.281/0001-61 |
| Fonte | | | | |
| PNCN | Identificação | Quant. | Data | Preço |
| | ...059505000108100001520251808265 | 250.00 | 02/06/2025 - 00:00:00 | R\$ 450,00 |
| Média Aritmética dos preços obtidos: R\$ 450,00 | | | | |

| Item 2 | Preços | Valor Unit. | Quantidade | Total |
|---|-----------------------------------|-------------|-----------------------|--------------------|
| PRÓTESE TOTAL MAXILAR | 1 | R\$ 450,00 | 250.00 / UN | R\$ 112.500,00 |
| Órgão/Empresa/Site: MUNICÍPIO DE CANDIDO MENDES | | | | |
| Razão Social do Fornecedor: | | | | |
| 1 J. RODRIGUES NICACIO | | | | 08.786.281/0001-61 |
| Fonte | | | | |
| PNCN | Identificação | Quant. | Data | Preço |
| | ...059505000108100001520251808266 | 250.00 | 02/06/2025 - 00:00:00 | R\$ 450,00 |
| Média Aritmética dos preços obtidos: R\$ 450,00 | | | | |

| Item 3 | Preços | Valor Unit. | Quantidade | Total |
|---|-----------------------------------|-------------|-----------------------|--------------------|
| PRÓTESE PARCIAL MANDIBULAR REMOVÍVEL | 1 | R\$ 438,54 | 80.00 / UN | R\$ 35.083,20 |
| Órgão/Empresa/Site: PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAMOTI | | | | |
| Razão Social do Fornecedor: | | | | |
| 1 LABORATORIO DE PROTESE DENTARIA PARENTE E GALVAO LTDA | | | | 32.174.662/0001-74 |
| Fonte | | | | |
| BBMNET | Identificação | Quant. | Data | Preço |
| | ...6c-c15b-4582-9820-733e31ea137e | 100.00 | 26/05/2025 - 12:42:39 | R\$ 438,54 |
| Média Aritmética dos preços obtidos: R\$ 438,54 | | | | |

| Item 4 | Preços | Valor Unit. | Quantidade | Total |
|---|-----------------------------------|-------------|-----------------------|--------------------|
| PRÓTESE PARCIAL MAXILAR REMOVÍVEL | 1 | R\$ 439,54 | 80.00 / UN | R\$ 35.163,20 |
| Órgão/Empresa/Site: PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAMOTI | | | | |
| Razão Social do Fornecedor: | | | | |
| 1 LABORATORIO DE PROTESE DENTARIA PARENTE E GALVAO LTDA | | | | 32.174.662/0001-74 |
| Fonte | | | | |
| BBMNET | Identificação | Quant. | Data | Preço |
| | ...ee-314b-4979-9956-b94ab0d18c0c | 100.00 | 26/05/2025 - 12:42:35 | R\$ 439,54 |
| Média Aritmética dos preços obtidos: R\$ 439,54 | | | | |

Valor Total da Cotação: R\$ 295.246,40

DETALHAMENTO DOS ITENS

Item 1: PRÓTESE TOTAL MANDIBULAR

COTAÇÃO PRÓTESES DENTÁRIAS

Pesquisa iniciada no dia 19/09/2025 15:20
IP: 172.18.0.1

Prefeitura Municipal de São João do Paraíso/MA
CNPJ: 01.597.629/0001-23
Responsável: Vitor Albuquerque
Matrícula: 10/2024

Quantidade: 250.0000 UN
Descrição: PRÓTESE TOTAL MANDIBULAR
Justificativas: -

Preço (PNCP) [1]**R\$ 450,00****Órgão**

MUNICIPIO DE CANDIDO MENDES

Objeto

Registro De Preço Para Futura E Eventual Contratação De Empresa Especializada Na Confeção E Fornecimento De Próteses Dentárias, Visando Atender As Necessidades Da Secretaria Municipal De Saúde Do Município Cândido Mendes/Ma

Descrição

Registro De Preço Para Futura E Eventual Contratação De Empresa Especializada Na Confeção E Fornecimento De Próteses Dentárias, Visando Atender As Necessidades Da Secretaria Municipal De Saúde Do Município Cândido Mendes/Ma / PRÓTESE TOTAL MANDIBULAR

Dados

Data de homologação: 02/06/2025 - 00:00:00 **Modalidade:** Pregão Eletrônico **SRP:** NÃO
Fonte: PNCP **Código do item:** - **Lote/Item:** 1808265
Identificação: 00006059505000108100001520251808265
Quantidade: 250.00 **Unidade:** UNIDADE **UF:** MA
Ajuste de frete: Não se aplica **Valor do frete:** R\$ 0,00
Fabricante: PNCP Não disponibiliza essa informação.
Marca: - **Modelo:** -
Fornecedor: -

Razão Social: J. RODRIGUES NICACIO**CNPJ:** 08.786.281/0001-61**Porte:** ME**UF:** MA**Item 2: PRÓTESE TOTAL MAXILAR**

Quantidade: 250.0000 UN
Descrição: PRÓTESE TOTAL MAXILAR
Justificativas: -

Preço (PNCP) [1]**R\$ 450,00****Órgão**

MUNICIPIO DE CANDIDO MENDES

Objeto

Registro De Preço Para Futura E Eventual Contratação De Empresa Especializada Na Confeção E Fornecimento De Próteses Dentárias, Visando Atender As Necessidades Da Secretaria Municipal De Saúde Do Município Cândido Mendes/Ma

Descrição

Registro De Preço Para Futura E Eventual Contratação De Empresa Especializada Na Confeção E Fornecimento De Próteses Dentárias, Visando Atender As Necessidades Da Secretaria Municipal De Saúde Do Município Cândido Mendes/Ma / PRÓTESE TOTAL MAXILAR

Dados

Data de homologação: 02/06/2025 - 00:00:00 **Modalidade:** Pregão Eletrônico **SRP:** NÃO
Fonte: PNCP **Código do item:** - **Lote/Item:** 1808266
Identificação: 00006059505000108100001520251808266
Quantidade: 250.00 **Unidade:** UNIDADE **UF:** MA
Ajuste de frete: Não se aplica **Valor do frete:** R\$ 0,00
Fabricante: PNCP Não disponibiliza essa informação.
Marca: - **Modelo:** -
Fornecedor: -

Razão Social: J. RODRIGUES NICACIO**CNPJ:** 08.786.281/0001-61**Porte:** ME**UF:** MA**Item 3: PRÓTESE PARCIAL MANDIBULAR REMOVÍVEL**

Quantidade: 80.0000 UN
Descrição: PRÓTESE PARCIAL MANDIBULAR REMOVÍVEL
Justificativas: -



COTAÇÃO PRÓTESES DENTÁRIAS

Pesquisa iniciada no dia 19/09/2025 15:20
IP: 172.18.0.1

Prefeitura Municipal de São João do Paraíso/MA

CNPJ: 01.597.629/0001-23

Responsável: Vitor Albuquerque

Matrícula: 10/2024

Preço (BBMNET) [1]

R\$ 438,54

Órgão

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAMOTI

Objeto

PRÓTESE PARCIAL MANDIBULAR REMOVÍVEL (INFERIOR)ESPECIFICAÇÃO: PRÓTESE PARCIAL MANDIBULAR REMOVÍVEL (INFERIOR) COM BASE DE GRAMPO EM METAL, REVESTIDA EM RESINA ACRÍLICA..

Descrição

PRÓTESE PARCIAL MANDIBULAR REMOVÍVEL (INFERIOR)ESPECIFICAÇÃO: PRÓTESE PARCIAL MANDIBULAR REMOVÍVEL (INFERIOR) COM BASE DE GRAMPO EM METAL, REVESTIDA EM RESINA ACRÍLICA.. / PRÓTESE PARCIAL MANDIBULAR REMOVÍVEL (INFERIOR)ESPECIFICAÇÃO: PRÓTESE PARCIAL MANDIBULAR REMOVÍVEL (INFERIOR) COM BASE DE GRAMPO EM METAL, REVESTIDA EM RESINA ACRÍLICA..

Dados

Data de homologação: 26/05/2025 - 12:42:39 Modalidade: PREGÃO (SETOR PÚBLICO) SRP: NÃO

Fonte: BBMNET

Código do item:

Lote/Item: 1

Identificação: BBMNET-1-26ed726c-c15b-4562-9820-733e37ea137e

Quantidade: 100.00

Unidade: UNIDADE

UF: CE

Ajuste de frete: Não se aplica

Valor do frete: R\$ 0,00

Fabricante: BBMNET Não disponibiliza essa informação.

Marca: BBMNET Não disponibiliza essa informação.

Modelo:

BBMNET Não disponibiliza essa informação.

Fornecedor

Razão Social: LABORATORIO DE PROTESE DENTARIA PARENTE E GALVAO LTDA

CNPJ: 32.174.662/0001-74

Porte: ME

UF: CE

Propostas

| # | Licitante | CNPJ | Inicial (R\$) | Final (R\$) |
|---|---|----------------|---------------|-------------|
| 1 | LABORATORIO DE PROTESE DENTARIA PARENTE E GALVAO LTDA | 32174662000174 | 438,54 | 438,54 |

Item 4: PRÓTESE PARCIAL MAXILAR REMOVÍVEL

Quantidade: 50.0000 UN

Descrição: PRÓTESE PARCIAL MAXILAR REMOVÍVEL

Justificativas: -

Preço (BBMNET) [1]

R\$ 439,54

Órgão

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAMOTI

Objeto

PRÓTESE PARCIAL MAXILAR REMOVÍVEL (SUPERIOR)ESPECIFICAÇÃO: PRÓTESE PARCIAL MAXILAR REMOVÍVEL (SUPERIOR), COM BASE DE GRAMPO EM METAL, REVESTIDA EM RESINA ACRÍLICA..

Descrição

PRÓTESE PARCIAL MAXILAR REMOVÍVEL (SUPERIOR)ESPECIFICAÇÃO: PRÓTESE PARCIAL MAXILAR REMOVÍVEL (SUPERIOR), COM BASE DE GRAMPO EM METAL, REVESTIDA EM RESINA ACRÍLICA.. / PRÓTESE PARCIAL MAXILAR REMOVÍVEL (SUPERIOR)ESPECIFICAÇÃO: PRÓTESE PARCIAL MAXILAR REMOVÍVEL (SUPERIOR), COM BASE DE GRAMPO EM METAL, REVESTIDA EM RESINA ACRÍLICA..

Dados

Data de homologação: 26/05/2025 - 12:42:39 Modalidade: PREGÃO (SETOR PÚBLICO) SRP: NÃO

Fonte: BBMNET

Código do item:

Lote/Item: 2

Identificação: BBMNET-2-0afa31ec-3f4b-4979-9966-b94db0d18c0c

Quantidade: 100.00

Unidade: UNIDADE

UF: CE

Ajuste de frete: Não se aplica

Valor do frete: R\$ 0,00

Fabricante: BBMNET Não disponibiliza essa informação.

Marca: BBMNET Não disponibiliza essa informação.

Modelo:

BBMNET Não disponibiliza essa informação.

Fornecedor

Razão Social: LABORATORIO DE PROTESE DENTARIA PARENTE E GALVAO LTDA

CNPJ: 32.174.662/0001-74

Porte: ME

UF: CE

Propostas

| # | Licitante | CNPJ | Inicial (R\$) | Final (R\$) |
|---|---|----------------|---------------|-------------|
| 1 | LABORATORIO DE PROTESE DENTARIA PARENTE E GALVAO LTDA | 32174662000174 | 439,54 | 439,54 |

**COTAÇÃO PRÓTESES DENTÁRIAS**

Pesquisa iniciada no dia 19/09/2025 15:20
IP: 172.18.0.1

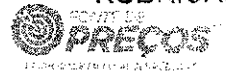
Prefeitura Municipal de São João do Paraíso/MA
CNPJ: 01.507.629/0001-23
Responsável: Vitor Albuquerque
Matrícula: 10/2024

Observações Gerais da Cotação

Sem Observações

Lauda da Cotação

Importante – O Fonte de preços é uma solução tecnológica que reúne diversas fontes, entre elas fontes governamentais, fontes complementares e sites de domínio amplo. O sistema atende aos parâmetros de pesquisa de acordo com as leis vigentes, instruções normativas, regulamentos, acórdãos, portarias e decretos, desta forma afirmamos que as fontes são meios facilitadores de pesquisas ágeis, seguras e eficazes para a administração pública, sendo o servidor responsável pelo uso e seleção dos preços.

**COTAÇÃO PRÓTESES DENTÁRIAS**

Pesquisa iniciada no dia 19/09/2025 15:20
IP: 172.18.0.1

Prefeitura Municipal de São João do Paraíso/MA
CNPJ: 01.597.629/0001-23
Responsável: Vitor Albuquerque
Matrícula: 10/2024

INFORMAÇÕES DOS FORNECEDORES**J. RODRIGUES NICACIO**

CNPJ: 08.786.281/0001-61
EMAIL: fbcontabilidade@yahoo.com.br
TELEFONE: (98) 8494-9931
ENDEREÇO: Não informado

LABORATORIO DE PROTESE DENTARIA FARENTE E GALVAO LTDA

CNPJ: 32.174.662/0001-74
EMAIL: thalesgalvao@hotmail.com
TELEFONE: (88) 9930-3984
ENDEREÇO: Não informado



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO
DEPARTAMENTO DE COMPRAS



SÃO JOÃO DO
PARAÍSO

PMSJP

FL.(S)

Nº 20

RUBRICA:

Processo Administrativo: 2025.09.16.0016.

RELATÓRIO DA PESQUISA PRELIMINAR DE MERCADO

Em atendimento ao memorando de solicitação nº 019/2025 da Secretaria Municipal de Saúde, e, considerando as atribuições impostas ao setor em conformidade com as orientações do Tribunal de Contas da União, dispostas na Lei Federal nº 14.133/2021, procedeu-se a Pesquisa Preliminar de Mercado a fim de estimar o valor da pretensa demanda, que servirá de base para a estimativa preliminar de mercado exigida no Estudo Técnico Preliminar – ETP.

No caso em tela, cabe informarmos que a pesquisa se procedeu de forma simples, superficial e não definitiva, através de uma análise inicial dos preços praticados no mercado para posterior avaliação por parte da autoridade competente quanto a vantajosidade e viabilidade econômica da solução escolhida, dessa forma, resta justificada a utilização de apenas 1 (um) preço, visto que a referida pesquisa não possui caráter definitivo para o orçamento estimativo da futura contratação.

Sobre o tema, é oportuno citarmos o Professor Joel de Menezes Niebuhs, Licitação e Contrato Administrativo, 5ª Edição, Ano 2022, Pág. 486:

"Diante de toda essa confusão, propõe-se a seguinte interpretação: faz-se um orçamento preliminar quando do ETP, mais simples, sem pesquisa aprofundada de mercado, podendo-se valer de comparativo com contratos antigos do próprio órgão ou entidade ou, no caso de engenharia, utilizando-se de metodologia expedida ou paramétrica. Depois, como uma das atividades necessárias para a elaboração do TR ou do PB, definida a especificação do objeto a ser licitado e contratado, faz-se o orçamento definitivo e mais rigoroso, de acordo com os critérios definidos na Lei n. 14.133/2021. Então, dois orçamentos, um preliminar e outro definitivo. O melhor: é que fosse só um, seria mais racional e simples, porém essa não foi a opção do legislador, apegado que foi ao modelo burocrático disfuncional."

Diante do exposto, para a pesquisa preliminar de preços, foram utilizados os parâmetros definidos nos dispositivos supracitados, com objetivo de estabelecer o valor estimado exigido Estudo Técnico Preliminares – ETP, dentre os quais podemos destacar:



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO
DEPARTAMENTO DE COMPRAS



a) Aquisições e contratações similares de outros entes públicos, firmadas no período de até 1 (um) ano anterior à data de divulgação do instrumento convocatório, obtidos através da Fonte de Preços e suas diversas fontes;

Face o exposto, identificamos o Valor Preliminar Estimado em **R\$ 295.246,40 (Duzentos e noventa e cinco mil, duzentos e quarenta e seis reais e quarenta centavos)** dessa forma, segue em anexo Relatório da Fonte de Preços.

São João do Paraíso, 19 de setembro de 2025.



Pedro Viana Arruda
Diretor Municipal do Departamento de Compras
Portaria nº 024/2025-GP



ESTADO DO MARANHÃO
GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
GESTÃO 2025 A 2028

PORTARIA N. 024/2025

Dispõe sobre a NOMEAÇÃO do cargo em comissão de PEDRO VIANA ARRUDA.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO**, no uso de suas atribuições legais, estabelecidas na Lei Orgânica do Município e demais leis específicas,

RESOLVE:

Art.1º Nomear para exercer o cargo em comissão de **DIRETOR MUNICIPAL DO DEPARTAMENTO DE COMPRAS**, o senhor **PEDRO VIANA ARRUDA**, brasileiro, inscrito no CPF nº ***.980.151-**,.


Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Mando, portanto, a todas as autoridades a quem o conhecimento e a execução da presente portaria pertencerem que a cumpram e a façam cumprir tão inteiramente como nela se contém.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO EM 01 DE JANEIRO DE 2025.


MARCOS VINICIUS DE FRANÇA FERREIRA
Prefeito Municipal

CERTIFICO QUE, NESTA DATA, FOI DEVIDAMENTE AFIXADO E PUBLICADO NO MURAL DE AVISOS DO ÁTRIO DESTA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO-MA, A PORTARIA DE NOMEAÇÃO Nº 024/2025 SÃO JOÃO DO PARAÍSO - MA, AO 01 DIA DO MÊS DE JANEIRO DE 2025. CERTIFICO E ASSINO O PRESENTE TERMO DE PUBLICAÇÃO





MAPA DE GERENCIAMENTO DE RISCOS

O documento visa a elaboração de um MAPA DE GERENCIAMENTO DE RISCOS para Contratação de Empresa Especializada na Produção de Prótese Dentária, para reposição do estoque, visando atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde do município de São João do Paraíso, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas.

RISCOS RELACIONADOS AO PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO

1. AVALIAÇÃO E TRATAMENTO DOS RISCOS IDENTIFICADOS:

1.1. O Mapa de Gerenciamento de Riscos contém a identificação e a análise dos principais riscos, consistindo na compreensão da natureza e determinação do nível de risco, que corresponde à combinação do impacto e de suas probabilidades que possam comprometer a efetividade da contratação, bem como o alcance dos resultados pretendidos com a solução a ser contratada.

1.2. Para cada risco identificado, definiu-se: a probabilidade de ocorrência dos eventos, os possíveis danos e impacto caso o risco ocorra, possíveis ações preventivas e de contingência (respostas aos riscos), bem como o registro e o acompanhamento das ações de tratamento dos riscos.

1.3. Em atendimento ao inciso X do art. 18 da Lei 14.133/2021, o presente instrumento visa analisar os riscos que possam comprometer o sucesso da licitação e a boa execução contratual.

| | | |
|-------------|----------------|--|
| Risco 01 | Risco: | Selecionar Equipe inadequada Para o Planejamento da Contratação. |
| | Probabilidade: | Baixo |
| | Impacto: | Alto |
| | Dano: | Realizar estudo preliminar falho, incompleto ou impreciso, podendo ocasionar prejuízos na contratação. |
| | Id | Ação de tratamento Preventiva |
| | 1 | Designar equipe com conhecimentos suficientes para os estudos em tempo hábil para que não haja prejuízos durante a fase de planejamento. |
| | Id | Ação de tratamento de Contingência |
| | 1 | Substituir membros da equipe de planejamento que não estejam tendo rendimento. Designar membros com mais experiência em contratações. |

| | | |
|-------------|----------------|-----------------------------|
| Risco 02 | Risco: | Falha na Pesquisa de Preços |
| | Probabilidade: | Média |
| | Impacto: | Alto |



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

FL(S)
Nº 24
RUBRICA:
SÃO JOÃO DO
PARAÍSO

| | | |
|--|--------------|--|
| | Dano: | Realizar a licitação sem que haja interessados em participar devido às dificuldades de exequibilidade a proposta. Contratar o serviço com preço superior ao praticado no mercado causando gastos desnecessários aos cofres públicos. |
| | Id | Ação de tratamento Preventiva |
| | 1 | Realizar pesquisa de preços preliminar observando o disposto no Art. 23 da 14.133/2021, dentre outros dispositivos, como também consultar contratos do mesmo objeto celebrados anteriormente. |
| | Id | Ação de tratamento de Contingência |
| | 1 | Suspender a eventual contratação caso o preço inexequível seja observado e reaver o dano ao erário. |

| | | |
|-------------|-----------------------|---|
| Risco 03 | Risco: | Atraso na Entrega dos Materiais/Serviços |
| | Probabilidade: | Média |
| | Impacto: | Alto |
| | Dano: | Não atendimento à demanda no prazo necessário, prejudicando a prefeitura, com consequências na produtividade e qualidade de vida dos empregados e usuários. Em casos críticos, pode até comprometer a conformidade com regulamentos de saúde e segurança. |
| | Id | Ação de tratamento Preventiva |
| | 1 | Estabelecer com clareza as cláusulas contratuais e acompanhar rigorosamente os prazos ofertados e os cronogramas para realização dos serviços. |
| | Id | Ação de tratamento de Contingência |
| | 1 | Selecionar fiscal para agilizar e monitorar o cumprimento dos atos. |

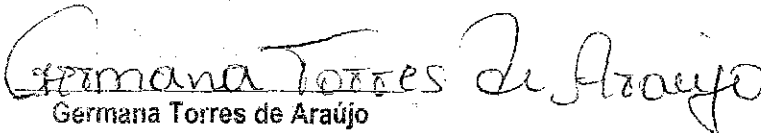
| | | |
|-------------|-----------------------|--|
| Risco 04 | Risco: | Falha na Gestão e Fiscalização Contratual |
| | Probabilidade: | Média |
| | Impacto: | Alto |
| | Dano: | Baixa qualidade na avaliação da prestação do serviço, não cumprimento das obrigações contratuais. |
| | Id | Ação de tratamento Preventiva |
| | 1 | Indicar servidores capacitados, implementando estratégias eficazes de gerenciamento de contratos, para evitar possíveis problemas e alcançar resultados positivos. |



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

PMSJP
FL.(S)
Nº 25
RUBRICA
PARAI

| | | |
|--|----|--|
| | Id | Ação de tratamento de Contingência |
| | 1 | Prover treinamento aos servidores indicados. |

| | |
|--|--|
| 2. ASSINATURA | |
| Técnico Responsável: | |
|  Germana Torres de Araújo Coordenadora do Programa de Saúde Bucal Portaria nº 057/2025 - GP | |

São João do Paraíso, 22 de setembro de 2025.



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE



PMSJP

FL.(S)
Nº 26
RUBRICA: *Paul*

A

Ilma. Sra.

Marisa Elanne Damasceno de França

Secretária Municipal de Saúde.

Processo Administrativo Nº 2025.09.16.0016.

DESPACHO

Com base nas necessidades e especificações apresentadas, foram realizados estudos técnicos preliminares, conforme disciplina o Art. 18, Inciso I, § 1º e seus incisos da Lei Federal nº 14.133/2021, com a finalidade de demonstrar a real necessidade da contratação, analisando a vantajosidade econômica e viabilidade técnica de implementá-la, bem como instruir o arcabouço básico para a elaboração do Termo de Referência.

Considerando que os estudos preliminares evidenciarem que a contratação pretendida é possível tecnicamente e fundamentalmente necessária do ponto de vista gerencial, é de suma importância a análise de viabilidade econômico-financeira e jurídica à luz do Interesse público, bem como a sua aprovação expressa, dessa forma, encaminho o processo em epígrafe, objetivando dá ciência dos atos a autoridade competente e designar providências cabíveis.

São João do Paraíso/MA, 23 de setembro de 2025.

Germana Torres de Araújo

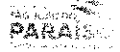
Germana Torres de Araújo

Coordenadora do Programa de Saúde Bucal

Portaria nº 057/2025 - GP



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE



FMSJP

FL.(S)
Nº 22
RUBRICA: *Paul*

A

Ilma. Sra.

Germana Torres de Araújo

Coordenadora do Programas de Saúde Bucal

Processo Administrativo nº 2025.09.16.0016.

DESPACHO

Considerando o recebimento do Processo administrativo em epigrafe, cujo objeto reside em contratação de empresa especializada na prestação e confecção de prótese dentária solicitados através do Sistema de Registro de Preços - SRP apresentado pela Secretaria Municipal de Saúde, pelas razões expostas, frente aos aspectos técnicos, econômico-financeiro, necessidade da contratação e demais procedimentais analisados, fica **APROVADO** o Estudo Técnico Preliminar instrumentalizado nos presentes autos.

Contudo, tendo em vista a especificidade do objeto e verificando que o órgão gerenciador exclusivo da Ata será a Secretaria Municipal de Saúde, justifico a **Dispensa da Divulgação do Aviso de Intenção de Registro de Preços**, para dar ciência às demais Secretarias Municipais, com base no Art. 9º, § 2º do Decreto nº 11.462/2023.

Ato contínuo, encaminho o processo em epigrafe, visando a **Elaboração do Termo de Referência - TR**, para posterior **APROVAÇÃO**, conforme preceitos do Art. 18, inciso II da Lei Federal nº 14.133/2021, cuja função é definir o objeto que será contratado pela administração para o atendimento da referida necessidade, devendo estar alinhado ao Estudo Técnico Preliminar-ETP, quando houver, objetivando atender as necessidades almejadas pela pretensa contratação.

Cumpra-se,

São João do Paraíso, 24 de setembro de 2025.

Marisa Elanne D Damasceno de França
Marisa Elanne Damasceno de França
Secretária Municipal de Saúde
Portaria nº 005/2025



TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO:

1.1. Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa especializada na Prestação de Serviços de Confecção de Prótese Dentária, visando atender as necessidades dos programas de Saúde Bucal da Secretaria Municipal de Saúde do município de São João do Paraíso/MA.

2. DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO:

2.1. Tendo em vista a importância dos serviços odontológicos especializados em próteses dentárias para atendimento aos usuários do SUS, público alvo no Município de São João do Paraíso/MA, há por parte dos usuários, quando se encontram adentados, a necessidade de próteses bucais, que se procedam à restauração da saúde bucal desses pacientes.

2.2. A Confecção de próteses dentárias por se tratar de um serviço de suma importância aos pacientes de baixa renda do município constitui-se em uma série de medidas que visam garantir prevenção e recuperação da saúde bucal dos pacientes com as ações e serviços oferecidos, as ações em saúde bucal são voltadas para os cidadãos de todas as idades, com ampliação do acesso ao tratamento odontológico gratuito melhorando assim a qualidade de vida da população.

2.3. Estabelecer contrato de prestação de serviços de confecção de próteses bucais, com base nos preços da Tabela SUS vigente na data do pagamento, afim, de atender de forma universal e igualitária os usuários do SUS que busquem atendimento junto às UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE/PROGRAMA SAÚDE BUCAL de São João do Paraíso/MA, na área de odontologia, em especial os pacientes endentados.

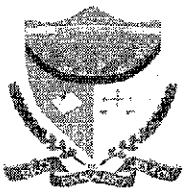
3. DA DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO, CONSIDERANDO TODO O CICLO DE VIDA DO OBJETO:

3.1. A descrição da solução como um todo, encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar - ETP, que antecede este Termo de Referência.

4. DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO:

4.1. Consubstanciam-se como requisitos da contratação todas as obrigações estabelecidas no presente Termo de Referência, sem prejuízo das demais disposições do Edital de Licitação e seus anexos;

4.2. Para a prestação dos serviços pretendidos os eventuais interessados deverão comprovar que atuam em ramo de atividade compatível com o objeto da licitação, com apresentação de referências e portfólio de trabalhos realizados, bem como apresentar os documentos, a título habilitação, nos termos do Art. 62, da Lei nº 14.133/2021;

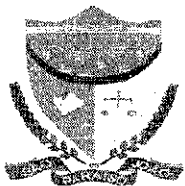


ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE



FL.(S)
Nº 29
PARAÍSO:
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO

- 4.3. A empresa deve dispor de profissionais qualificados e treinados, com certificações específicas para a confecção das próteses dentárias;
- 4.4. Possuir certidões válidas, conforme §4º do Art. 91 da Lei Federal nº 14.133/21;
- 4.5. Para habilitação, a CONTRATADA deverá cumprir ao que tange o Art. 62 da Lei federal nº 14.133/21;
- 4.6. Atender as solicitações nos prazos estipulados em contrato;
- 4.7. Responder por todos os ônus referentes a execução do objeto da contratação, tais como fretes, impostos, seguros, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais e deverá apresentar os respectivos comprovantes, quando solicitados pelo Fiscal do Contrato;
- 4.8. Reparar ou indenizar, dentro do prazo estipulado em contrato, todas e quaisquer avarias ou danos causados aos bens do CONTRATANTE, ou de terceiros, decorrentes de ação ou omissão de seus empregados e fornecedores;
- 4.9. Manter durante toda a vigência do contrato, as condições que ensejaram a sua habilitação na licitação e contratação;
- 4.10. Cumprir o objeto do contrato estritamente de acordo com as normas que regulamentam o objeto da contratação;
- 4.11. A Administração se reserva o direito de não aceitar nenhum dos orçamentos apresentados e efetuar a compra direta de acordo com a pesquisa de preços por ela efetuada.
- 4.12. **Quanto a Sustentabilidade:**
- 4.12.1. Os critérios de Sustentabilidade são: maior vida útil, menor custo de manutenção, uso de inovações que reduzam a pressão sobre os recursos naturais, origem ambientalmente regular dos recursos naturais utilizados, menor geração de resíduos, como também materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local.
- 4.13. **Demonstração Técnica dos Serviços:**
- 4.13.1. No caso de licitação que envolva a prestação de serviços, a Administração poderá exigir demonstração técnica do serviço ofertado, seja na fase de julgamento das propostas, na etapa de habilitação técnica ou durante a vigência contratual, desde que prevista no edital e justificada a necessidade de verificação da qualidade e capacidade de execução do objeto contratado.
- 4.13.2. A demonstração técnica, quando solicitada, deverá ser realizada no prazo de 24 (vinte e quatro) horas após a convocação formal da licitante, em local indicado pela Prefeitura Municipal, sob pena de desclassificação,



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE



FL.(S)
Nº 30
RUBRICA: *[Handwritten signature]*
PARAÍSO
CONTABILIDADE MUNICIPAL

PMSJP

devendo evidenciar a metodologia de trabalho, materiais empregados e técnicas utilizadas na confecção das próteses dentárias, em conformidade com as especificações constantes do Anexo I deste Termo de Referência.

4.13.3. A demonstração técnica será avaliada por servidores designados pela Administração, preferencialmente profissionais da área de saúde bucal, no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas após sua realização.

4.13.4. Os resultados da avaliação da demonstração técnica serão divulgados por meio de mensagem no sistema de licitações adotado pela Prefeitura Municipal.

4.13.5. Caso a demonstração técnica apresentada pela licitante melhor classificada não seja aprovada, será analisada a proposta da licitante subsequente, procedendo-se à verificação da demonstração técnica desta, e assim sucessivamente, até que se encontre prestadora que atenda integralmente às especificações e padrões de qualidade exigidos.

4.13.6. A licitante deverá, no ato da demonstração técnica, apresentar documentação comprobatória dos materiais utilizados, incluindo certificados de qualidade, fichas técnicas e registro junto aos órgãos competentes, bem como relacionar todos os insumos empregados no processo demonstrativo.

4.13.7. Durante a avaliação, poderão ser observados aspectos como acabamento, fidelidade anatômica, adaptação funcional e resistência dos materiais, bem como o cumprimento das normas de biossegurança e boas práticas laboratoriais.

4.13.8. Caso a demonstração técnica não seja realizada no prazo estabelecido ou apresente incompatibilidade com as especificações técnicas exigidas, a licitante será automaticamente desclassificada, sendo convocada a próxima colocada.

4.13.9. A critério da CONTRATANTE, os registros fotográficos e relatórios da demonstração técnica aprovada poderão ser mantidos como referência durante a execução contratual, para fins de fiscalização da conformidade dos serviços.

4.13.10. Após a homologação da licitação, as licitantes não aprovadas na etapa de demonstração técnica poderão solicitar acesso aos relatórios de avaliação, no prazo de 07 (sete) dias úteis, contados da comunicação da decisão.

4.13.11. Decorrido o prazo acima, será presumida a desistência da licitante quanto à interposição de recurso administrativo, não cabendo qualquer reivindicação posterior de revisão ou indenização.

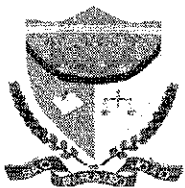
4.13.12. A licitante que não colaborar com as diligências técnicas, não apresentar os materiais ou não realizar a demonstração conforme as condições estabelecidas, será desclassificada, sendo convocada a próxima classificada para a mesma etapa.

4.13.13. A aceitação da proposta ficará condicionada à aprovação da demonstração técnica do serviço, comprovando a capacidade técnica e a conformidade dos materiais e métodos utilizados com as especificações deste Termo de Referência.

4.14. Quanto a Garantia da Execução Contratual

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]



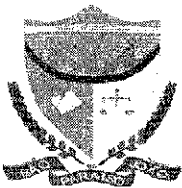
ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE



FL(S)
Nº 31
SERIÇÃO: *Paul*
PARAÍSO

PMSJP

- 4.14.1.** A Contratante poderá exigir garantia de execução contratual no percentual de até 5% (cinco por cento) do valor total do contrato, podendo o licitante optar por caução em dinheiro, títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária, a ser comprovada no prazo de 10 (dez) dias úteis a partir da data da celebração do contrato, prorrogável por igual período a critério da Prefeitura;
- 4.1.1.** Sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, caso a Contratada não apresente a comprovação da prestação da garantia no prazo fixado, a Prefeitura poderá reter o pagamento até o limite do valor correspondente à garantia exigida, até que seja regularizada a situação;
- 4.14.2.** A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso, observado o máximo de 1% (um por cento);
- 4.14.3.** O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõem o Art. 137 da Lei Federal nº 14.133/2021;
- 4.14.4.** Somente será aceita a prestação de garantia que cubra, no mínimo, os seguintes riscos ou prejuízos decorrentes da execução do contrato:
- 4.14.5.** Prejuízo advindo do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;
- 4.14.6.** Prejuízos causados à Contratante ou a terceiro, decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;
- 4.14.7.** As multas moratórias e compensatórias aplicadas à Contratada.
- 4.14.8.** No caso de caução em dinheiro, o depósito deverá ser efetuado em conta específica com correção monetária, em favor da Prefeitura;
- 4.14.9.** Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda;
- 4.14.10.** A garantia, se prestada na forma de fiança bancária ou seguro-garantia, deverá ter validade durante toda a vigência do contrato, e ainda por mais 3 (três) meses após o término da vigência contratual;
- 4.14.11.** No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil;
- 4.14.12.** No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser readequada ou renovada nas mesmas condições;
- 4.14.13.** Se o valor da garantia for utilizado, total ou parcialmente, pela Contratante, para compensação de prejuízo causado no decorrer da execução contratual por conduta da Contratada, esta deverá proceder à respectiva reposição no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data em que tiver sido notificada;
- 4.14.14.** Após execução do contrato, constatado o regular cumprimento de todas as obrigações a cargo da contratada, a garantia por ela prestada será liberada ou restituída e, quando em dinheiro, atualizada monetariamente, deduzidos eventuais valores devidos à Contratante;
- 4.14.15.** A garantia somente será liberada ante a comprovação de que a empresa pagou todas verbas rescisórias trabalhistas decorrentes da contratação, e que, caso esse pagamento não ocorra até o fim só



segundo mês após o encerramento da vigência contratual, a garantia será utilizada para pagamentos dessas verbas trabalhistas diretamente pela administração;

4.14.16. Em caso de encerramento da vigência do contrato, ou rescisão contratual, a Secretaria reterá a garantia prestada, até que o fiscal verifique o pagamento pela Contratada das verbas rescisórias decorrentes da contratação, ou a comprovação de que os empregados serão realocados em outra atividade de prestação de serviços, sem que ocorra a interrupção do contrato de trabalho;

4.14.17. O garantidor não é parte interessada para figurar em processo administrativo instaurado pelo contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à Contratada;

4.14.18. A Prefeitura não executará a garantia nas seguintes hipóteses:

4.14.19. Caso fortuito ou força maior;

4.14.20. Alteração, sem prévia anuência da seguradora ou do fiador, das obrigações contratuais;

4.14.21. Descumprimento das obrigações pela contratada decorrente de atos ou fatos da administração.

4.15. Quanto a Subcontratação:

4.15.1. Considerando a natureza técnica e especializada dos serviços de confecção de próteses dentárias, que exigem responsabilidade profissional direta de cirurgião-dentista e técnico em prótese dentária devidamente registrados no Conselho Regional de Odontologia (CRO), fica vedada a subcontratação total ou parcial do objeto.

4.15.2. A execução dos serviços requer controle rigoroso de qualidade, rastreabilidade dos materiais utilizados e cumprimento das normas sanitárias e de biossegurança, não sendo possível delegar a terceiros qualquer etapa que envolva a confecção, manipulação ou entrega das próteses dentárias, sob pena de comprometer a qualidade do resultado e a segurança do paciente.

4.15.3. Dessa forma, a contratada deverá possuir estrutura física adequada, equipamentos compatíveis e equipe técnica habilitada para a execução integral dos serviços, assumindo responsabilidade técnica, civil e administrativa pelo fiel cumprimento do objeto contratual.

4.15.4. A vedação à subcontratação visa assegurar a confiabilidade dos serviços prestados, a padronização das próteses produzidas, a integridade dos dados clínicos dos pacientes, bem como o atendimento às exigências éticas e legais estabelecidas pelo Conselho Federal e Regional de Odontologia.

5. DO VALOR ESTIMADO:

5.1. O valor estimado e orçado para o atendimento das despesas da futura contratação foi determinado através de Pesquisa de Mercado, realizado pelo Departamento de Compras da Prefeitura Municipal de São João do Paraíso/MA, em conformidade com as orientações do Tribunal de Contas da União, utilizando-se dos parâmetros definidos no Art. 23 e parágrafos da Lei Federal nº 14.133/2021;

5.2. Dessa maneira, foi realizada uma análise dos preços praticados no mercado a fim de estimar de maneira definitiva o valor da pretensa contratação, portanto, como métodos para obtenção do preço estimado, utilizou-se a média dos valores obtidos na pesquisa de preços junto ao Fonte de Preços sobre um conjunto de três preços,

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]



oriundos dos parâmetros legais acima citados, acompanhadas dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e demais documentos;

5.3. Face ao exposto, identificamos o valor estimado em **R\$ 296.427,10 (Duzentos e noventa e seis mil, quatrocentos e vinte sete reais e dez centavos)**, conforme Relatório de Pesquisa de Mercado, Relatório do Fonte de Preços e Mapa de Apuração, anexados a este Termo de Referência;

5.4. Aduzimos, ainda, que os preços propostos deverão ser considerados completos, abrangendo todas as despesas relacionadas à execução dos serviços de confecção de próteses dentárias, incluindo materiais, mão de obra, insumos, tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e quaisquer outras despesas acessórias ou necessárias ao integral cumprimento do objeto, salvo disposição legal em contrário. Todos os custos diretos e indiretos deverão estar contemplados no valor ofertado, inclusive eventuais despesas de deslocamento para entrega das próteses, quando aplicável.

6. DOS QUANTITATIVOS E ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS:

6.1. A especificações técnicas e quantitativos dos itens objeto da referida contratação, encontram-se relacionadas no Anexo I deste Termo de Referência;

6.2. Aduzimos ainda, que as especificações e quantitativos apresentadas constituem uma estimativa em função de eventuais demandas das unidades e dos usuários, baseando-se em dados de consultas realizadas junto ao setor competente responsável por identificar as necessidades inerentes ao objeto da pretensa contratação, como também levantamento de contratações similares do exercício anterior.

7. DO ÓRGÃO GERENCIADOR E DOS PARTICIPANTES:

7.1 O Órgão Gerenciador da Ata de Registro de Preços a ser firmada mediante a realização deste Pregão Eletrônico, será a Secretaria Municipal de Saúde.

8. DO ENQUADRAMENTO LEGAL:

8.1. O objeto deste Termo de Referência é considerado comum, porque é definido mediante especificações usuais no mercado, tendo como critério de escolha o preço ofertado, somente cabendo à adoção da modalidade PREGÃO, nos termos do Art. 28, inciso I da Lei Federal nº 14.133/2021;

8.2. A modalidade de licitação ora escolhida, confere maior celeridade ao processo, como também amplia o universo dos potenciais licitantes. Desse modo, entende-se que o interesse público será mais satisfatoriamente atendido mediante a adoção dessa modalidade;

8.3. Diante do exposto, é oportuno informar que será utilizado o Sistema de Registro de Preços, nos moldes do Art. 6º, inciso XLV da Lei Federal nº 14.133/2021.



9. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

9.1. Por se tratar de previsão para futuras e eventuais contratações no sistema de Registro de Preços, não é necessário indicar a dotação orçamentária, que somente será exigida para a formalização do contrato ou outro instrumento hábil, conforme o Art. 17 da Lei Federal nº 11.462/2023.

10. CRITÉRIOS DE JULGAMENTO:

10.1. Para julgamento e classificação das propostas, deverá ser adotado o critério do MENOR PREÇO POR ITEM, observadas as especificações definidas neste Termo de Referência.

11. FORME E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR:

11.1. A forma e os critérios de seleção estarão devidamente estabelecidos no edital de licitação, contemplando as exigências legais de habilitação jurídica, qualificação técnica, regularidade fiscal e trabalhista, bem como o cumprimento das normas específicas aplicáveis ao objeto. Dessa forma, assegura-se que somente empresas devidamente capacitadas, que atendam aos requisitos técnicos e legais, poderão participar do certame, garantindo a execução dos serviços de confecção de próteses dentárias com qualidade, segurança e eficiência.

11. DA EXECUÇÃO DO OBJETO CONTRATADO:

12.1 Do Prazo e da Forma da Prestação/Entrega dos Serviços:

12.2. A execução dos serviços será feita de forma **PARCELADA**, bem como, o prazo de execução dos serviços será de **15 (quinze) dias úteis**, após recebimento da Ordem de Serviços;

12.3. Caso a CONTRATADA verifique a impossibilidade de cumprir com o prazo estabelecido, deverá encaminhar a Prefeitura Municipal deste município, na pessoa do Fiscal do Contrato, solicitação de prorrogação de prazo de entrega, da qual deverão constar o motivo do descumprimento devidamente fundamentado e indicação expressa do novo prazo previsto para entrega, que não poderá ser superior àquele inicialmente estabelecido;

12.4. A solicitação de prorrogação de prazo será analisada pelo Fiscal do Contrato na forma da Lei e de acordo com os princípios de razoabilidade e proporcionalidade, informando à empresa da decisão proferida em até 48 (quarenta e oito) após a data do pedido;

12.5. Havendo denegação da prorrogação do prazo de entrega, e caso não cumpra o prazo inicial, a CONTRATADA ficará sujeita às penalidades previstas em Lei.

12.6. O não cumprimento das entregas nas datas e horários determinados, ocasionará penalidades cabíveis;

12.7. No ato da execução, a contratada deverá apresentar a nota fiscal correspondente, acompanhada das certidões de regularidade jurídica e fiscal, constando obrigatoriamente a razão social, o CNPJ e o endereço compatível com aquele constante na nota de empenho;



12.8. A(s) nota(s) fiscal(ais) será(ão) rejeitada(s) caso contenha(am) emendas, rasuras, borrões ou outras informações incorretas e devem ser trocadas no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, ficando o recebimento definitivo condicionado à resolução da pendência;

12.9. Todas as despesas com transporte, remessa e entrega serão de inteira responsabilidade da CONTRATADA;

12.10. Todas as comunicações a serem realizadas entre as partes serão feitas por correio eletrônico (e-mail), telefone ou ofício.

12.11. Do Horário e Local de Entrega:

12.11.1. Os serviços de confecção e entrega das próteses dentárias deverão ser realizados e entregues na Secretaria Municipal de Saúde, localizada na Avenida Maranhão, nº 100, Centro, São João do Paraíso/MA, ou em outro local previamente indicado pela Administração, conforme cronograma e demandas encaminhadas pela Coordenação de Saúde Bucal.

12.11.2. No ato da entrega, as próteses dentárias que não estiverem em conformidade com as especificações técnicas constantes neste Termo de Referência — quanto à qualidade, adaptação, acabamento ou material utilizado — serão rejeitadas e deverão ser refeitas ou substituídas pela contratada, sem ônus adicional ao Município.

12.11.3. A fiscalização, acompanhamento e conferência técnica dos serviços serão realizados por servidor(es) designado(s) pela Secretaria Municipal de Saúde, devidamente qualificado(s) para verificar o cumprimento das especificações, prazos e condições contratuais.

12.11.4. As entregas das próteses e a execução dos serviços deverão ocorrer no horário das 8h às 13h, de segunda a sexta-feira, observando-se feriados, pontos facultativos e eventuais suspensões de expediente que venham a ser instituídas pelo Poder Público Municipal.

12.11.5. A contratada deverá, sempre que possível, agendar previamente a entrega das próteses junto à Secretaria Municipal de Saúde, pelos contatos indicados no contrato, a fim de permitir o acompanhamento pela equipe de fiscalização e garantir o controle adequado do recebimento dos serviços.

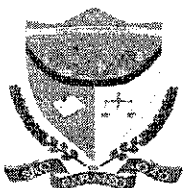
12.12. Do Recebimento dos Serviços Prestados:

12.12.1. O recebimento provisório dos serviços ocorrerá em até 15 (quinze) dias, contados da comunicação formal do contratado acerca do término da execução das próteses dentárias previstas na demanda, mediante verificação inicial da conformidade e completude dos serviços.

12.12.2. O recebimento definitivo será realizado após o prazo de observação e vistoria técnica, que não poderá exceder 90 (noventa) dias, salvo em situações excepcionais devidamente justificadas e formalmente autorizadas pela Administração.

12.12.3. Serão realizadas avaliações técnicas e de qualidade funcional das próteses entregues, a fim de verificar a adequação às especificações estabelecidas neste Termo de Referência, bem como a fidelidade anatômica, resistência dos materiais e conforto funcional para o usuário final.

12.12.4. O objeto contratual poderá ser rejeitado, total ou parcialmente, sempre que as próteses apresentarem inadequação técnica, defeitos de fabricação, inconformidade estética ou funcional, ou divergirem das especificações previstas. Nessas hipóteses, a contratada será obrigada a refazer ou substituir as próteses, no prazo razoável fixado pelo fiscal do contrato, sem qualquer ônus adicional para a Administração e sem prejuízo das sanções legais cabíveis.



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE



FL.(S)
Nº 36
SÃO JOÃO DO PARAÍSO
PARECER: *hal*

12.12.5. O recebimento provisório ou definitivo não exime a contratada da responsabilidade por eventuais vícios ou falhas ocultas, que possam ser constatados somente após o uso clínico, devendo a empresa corrigir ou substituir as próteses defeituosas sempre que solicitado pela fiscalização durante o prazo de garantia.

12.12.6. Compete ao Fiscal do Contrato, após o recebimento definitivo dos serviços, encaminhar ao setor competente a solicitação de pagamento, devidamente instruída com nota fiscal atestada, certidões de regularidade fiscal, termos de recebimento e documentos contratuais pertinentes.

12.12.7. Caso sejam identificadas próteses em desconformidade com as especificações técnicas, padrões de qualidade ou modelo previamente aprovado, a contratada deverá refazê-las ou substituí-las no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, contados da notificação formal da Administração, sem ônus adicional para o Município.

12.12.8. Os serviços prestados deverão atender integralmente às normas do Conselho Federal e Regional de Odontologia (CFO/CRO), bem como às normas da ABNT e demais órgãos oficiais reguladores, garantindo-se a qualidade dos materiais utilizados e a segurança dos pacientes em todas as etapas do processo de confecção das próteses dentárias.

13. DA GARANTIA DOS SERVIÇOS:

13.1 A CONTRATADA ficará obrigada a reparar, corrigir, refazer ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, os serviços objeto da ata ou contrato derivado, nos quais forem verificadas imperfeições, vícios, negligências ou imperícias resultantes da execução dos trabalhos, a critério do gestor, que lhe assinará prazo compatível para adoção das providências cabíveis.

14. DA FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:

14.1. Após a homologação da licitação, a (s) licitante (s) vencedora (s) será (ão) convocada (s) para assinar a Ata de Registro de Preços, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da convocação e nas condições estabelecidas neste Termo de Referência e seus Anexos;

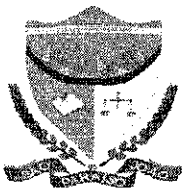
14.2. A convocação da (s) vencedora (s), assim como qualquer comunicação entre as partes a respeito da Ata de Registro de Preços e do Contrato, produzirá efeitos legais se processada por publicação na imprensa oficial ou por escrito mediante protocolo, e-mail eletrônico ou outro meio de registro, não sendo consideradas comunicações verbais;

14.3. É facultada a Prefeitura Municipal de São João do Paraíso/MA, quando a (s) convocada (s) não comparecer (em) no prazo estipulado, não apresentar (em) situação regular no ato da assinatura da ata ou, ainda, recusar-se a assiná-lo, injustificadamente, convocar as licitantes remanescentes na ordem de classificação, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis;

14.4. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pela parte, durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado e aceito pela Prefeitura Municipal de São João do Paraíso/MA;

14.5. A empresa terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), sob pena de decair do direito à contratação;

14.6. A recusa injustificada por parte do fornecedor em assinar o contrato para formalização da contratação junto à administração pública, será caracterizada como inadimplemento total das obrigações assumidas, por conseguinte, passível de abertura de processo administrativo punitivo e aplicação de penalidades legalmente



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE



FL.(S)
Nº 39
PUBRICA: [assinatura]

estabelecidas pelas legislações vigentes, assegurados o contraditório, a ampla defesa e demais matérias e princípios constitucionais que regem o processo em âmbito administrativo ou judicial;

14.7. O prazo para assinatura do contrato poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado pelo fornecedor beneficiário durante seu transcurso, desde que ocorra motivo justificado e aceito pela CONTRATANTE.

15. DO PRAZO DE VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO E DOS CONTRATOS DELA DECORRENTES:

15.1. O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços a ser formalizada será de 01 (um) ano, contados da data de publicação e poderá ser prorrogado, por igual período, observado o que dispõe o Art. 12º do Decreto Municipal 007/2023, como também o que dispõe na Lei Federal 14.133/2021;

15.2. No prazo de validade da Ata de Registro de Preços o órgão ou entidade indicado no item 7, não poderá participar em outra ata que tenha o mesmo objeto desta contratação, conforme determina o inciso VIII do art. 82 da Lei Federal nº 14.133/2021;

15.3. O prazo de duração dos contratos, decorrentes da ARP, não se confunde com o prazo de vigência da própria ata (previsto no subitem 15.1), estando aquele primeiro submetido ao disposto no Capítulo V do Título III da Lei Federal nº 14.133/2021;

15.4. Conforme dispõe o art. 105 da Lei nº 14.133/2021, a duração dos contratos regidos por esta Lei será a prevista em Edital, e deverão ser observadas, no momento da contratação e a cada exercício financeiro, a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 01 (um) exercício financeiro;

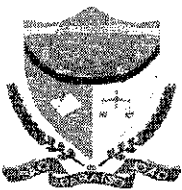
15.5. Aduzimos ainda o que retrata o art. 84 da Lei nº 14.133/2021, dispondo que o contrato decorrente da Ata de Registro de Preços, terá sua vigência estabelecida em conformidade com as disposições nela contidas;

15.6. Considerando o que dispõe o art. 106 da Lei nº 14.133/2021, a Administração poderá celebrar contratos com prazo de até 05 (cinco) anos nas hipóteses de serviços e fornecimentos contínuos, observadas as seguintes diretrizes:

15.7. A autoridade competente do órgão ou entidade CONTRATANTE, deverá atestar a maior vantagem econômica vislumbrada em razão da contratação plurianual;

15.8. A Administração deverá atestar, no início da contratação e de cada exercício, a existência de créditos orçamentários vinculados à contratação e a vantagem em sua manutenção;

15.9. A Administração terá a opção de extinguir o contrato, sem ônus, quando não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem



levando-se em conta os critérios de conveniência e oportunidade, à guisa do interesse público.

15.10. Dessa forma, cabe acrescentarmos também quanto a vigência contratual, a possibilidade disposta no Art. 107 da Lei nº 14.133/2021, onde o mesmo regra que os contratos de serviços e fornecimentos contínuos poderão ser prorrogados sucessivamente, respeitada a vigência máxima decenal, desde que haja previsão em Edital e que a autoridade competente ateste que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o CONTRATADO ou a extinção contratual sem ônus para qualquer das partes;

15.11. O instrumento do contrato conterá o detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

16. DOS CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO:

16.1. A nota fiscal/fatura deverá ser protocolada na sede da Prefeitura até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente à execução e ao recebimento definitivo dos serviços, por meio de ofício encaminhado à Prefeitura Municipal de São João do Paraíso/MA, devendo conter todas as informações necessárias para sua quitação e estar de acordo com as normas fiscais vigentes;

16.2. O pagamento será feito em favor da empresa CONTRATADA, através de ordem bancária na sua conta corrente, após assinatura do Termo de Recebimento Definitivo, emitido pela Secretaria Requisitante;

16.3. Não serão efetuados quaisquer pagamentos à CONTRATADA enquanto pendentes de liquidação obrigações em virtude de penalidades impostas ou inadimplência contratual, não cabendo qualquer atualização ou compensação por atraso decorrente de responsabilidade da contratada.

16.4. A Prefeitura Municipal de São João do Paraíso/MA, poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pela CONTRATADA;

16.5. O pagamento somente será efetuado após o adimplemento das obrigações contratuais pertinentes, conforme o que dispõe sobre a matéria a Lei Federal nº 14.133/2021;

16.6. A empresa CONTRATADA deverá apresentar, juntamente com cada Nota Fiscal, os seguintes documentos:

16.6.1. Prova de regularidade relativa à débitos federais;

16.6.2. Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviços (FGTS), mediante apresentação de Certidão de Regularidade da Situação/CRF;

16.6.3. Prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho;

16.6.4. Prova de regularidade junto à Fazenda Estadual, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débitos e Certidão Negativa da Dívida Ativa ou Certidão Conjunta, emitida pela Secretaria da Fazenda ou órgão fazendário competente do Estado de domicílio ou sede da licitante.



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE



FL.(S)
Nº 39
SÃO JOÃO DO
PARAÍSO
RUBRICA:

16.6.5. Prova de regularidade junto à Fazenda Municipal, através da Certidão Negativa de Débitos e Certidão Negativa da Dívida Ativa ou Certidão Conjunta, emitida pela Secretaria da Fazenda Municipal onde a empresa for sediada.

16.7. A não observância do prazo previsto para a apresentação da Nota Fiscal/Fatura e demais documentações necessárias ao pagamento ou a sua apresentação com incorreções ou ausências de documentos, ensejará a prorrogação do prazo de pagamento por igual número de dias a que corresponderem os atrasos e/ou as incorreções verificadas, não cabendo à CONTRATADA, qualquer acréscimo decorrente deste atraso, de sua única e total responsabilidade;

16.8. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação Financeira devida pela CONTRATANTE, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, sendo EM = Encargos Moratórios N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento VP = Valor da Parcela a ser paga = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = TX \quad I = \frac{(6/100)}{365} \quad I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%

17. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE.

17.1. Executar o serviço no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

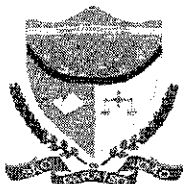
17.2. Facilitar o acesso dos empregados da CONTRATADA, designados para execução do contrato, às instalações onde os mesmos serão executados;

17.3. Disponibilizar à CONTRATADA normas e regulamentos internos aplicáveis aos locais e à execução dos serviços;

17.4. Exercer a fiscalização dos serviços, nos aspectos quantitativo, qualitativo, administrativos e técnicos, anotando em registro próprio os defeitos detectados e comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam reparo ou substituição por parte da CONTRATADA.

17.5. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade do serviço recebido provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

17.6. Comunicar à CONTRATADA, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução dos serviços, para que sejam corrigidas, reparadas ou adequadamente ajustadas.



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE



FL(S)
Nº 40
RUBRICA: *[assinatura]*
PARAÍSO
CABANOS DO PARAÍSO

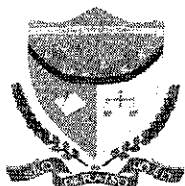
- 17.7. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da CONTRATADA, através de comissão/servidor especialmente designado;
- 17.8. Efetuar o pagamento à CONTRATADA no valor correspondente ao serviço do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;
- 17.9. Notificar previamente à CONTRATADA, quando da aplicação de penalidades;
- 17.10. Atestar as notas fiscais/faturas emitidas pela CONTRATADA, recusando-as quando inexatas ou incorretas, efetuando todos os pagamentos nas condições pactuadas;
- 17.11. Emitir Autorização para execução dos serviços, instruindo a CONTRATADA quanto à sua realização;
- 17.12. Rejeitar, no todo ou em parte, os serviços executados que estejam em desacordo com as exigências do Termo de Referência e seus anexos;
- 17.13. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

18. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

- 18.1. CONTRATADA deverá cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução dos serviços contratados, assegurando que os trabalhos sejam realizados em conformidade com as especificações, prazos e locais estabelecidos no Termo de Referência e seus anexos.
- 18.2. Utilizar somente materiais, instrumentos e insumos recomendados pelos fabricantes e compatíveis com as normas técnicas aplicáveis à confecção de próteses dentárias.
- 18.3. Apresentar, sempre que solicitado, documentos que comprovem a procedência e qualidade dos materiais utilizados na confecção das próteses dentárias.
- 18.4. Responsabilizar-se pela guarda, segurança e proteção de todos os trabalhos e próteses enquanto estiverem em execução ou sob sua responsabilidade.
- 18.5. Prestar à CONTRATANTE todos os esclarecimentos solicitados referentes à execução dos serviços contratados.
- 18.6. Providenciar a imediata correção de quaisquer deficiências apontadas pela CONTRATANTE quanto à execução dos serviços contratados.



[assinatura]



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE



FL.(S)
Nº 111
PARAÍSO RUBRICA

18.7. Antes de qualquer intervenção, a CONTRATADA deverá comunicar por escrito ao Fiscal do Contrato da CONTRATANTE.

18.8. Elaborar relatórios técnicos ou laudos sobre as próteses dentárias confeccionadas sempre que solicitado pelo Fiscal da CONTRATANTE.

18.9. Responder por quaisquer danos e prejuízos causados em função da execução dos serviços contratados, salvo em casos de força maior devidamente comprovados e comunicados à CONTRATANTE no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas.

18.10. Corrigir, refazer ou substituir, total ou parcialmente, às suas expensas e no prazo estipulado neste Termo de Referência, qualquer serviço que apresente má qualidade, defeitos ou não esteja em conformidade com as especificações técnicas exigidas.

18.11. Comunicar à CONTRATANTE, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas, quaisquer fatos que impossibilitem o cumprimento dos prazos estabelecidos, apresentando a devida comprovação.

18.12. Manter, durante toda a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, compatíveis com a execução dos serviços contratados.

18.13. Prestar à Administração, sempre que necessário, todos os esclarecimentos e orientações relativas à execução dos serviços contratados.

19. DO REAJUSTE:

19.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data da elaboração do valor estimado da contratação.

20. DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO CONTRATUAL:

20.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas, como também conforme as normas da Lei nº 14.133/2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial;

20.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostilamento;

20.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a CONTRATADA devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim;

20.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato;



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE



FL(S)
Nº 42
SÃO JOÃO DO
PARAÍSO
RUBRICA:
CANTARINHO EM 10/05/2023

Rml

20.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa CONTRATADA para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da CONTRATADA, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros;

20.6. O Gestor do Contrato acompanhará a coordenação das atividades relacionadas à fiscalização técnica, administrativa e setorial e dos atos preparatórios à instrução processual e ao encaminhamento da documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos relativos à prorrogação, à alteração, ao reequilíbrio, ao pagamento, à eventual aplicação de sanções e à extinção dos contratos, entre outros, conforme dispões o Art. 9º do Decreto Municipal nº 097/2023;

20.7. O Fiscal Técnico acompanhará o contrato com o objetivo de avaliar a execução do objeto nos moldes contratados e, se for o caso, aferir se a quantidade, a qualidade, o tempo e o modo da prestação ou da execução do objeto estão compatíveis com os indicadores estabelecidos no edital, para fins de pagamento, conforme o resultado pretendido pela administração, com o eventual auxílio da fiscalização administrativa, conforme o Decreto Municipal nº 097/2023;

20.8. O Fiscal Administrativo do contrato acompanhará os aspectos administrativos contratuais quanto às obrigações previdenciárias, fiscais e trabalhistas e quanto ao controle do contrato administrativo no que se refere a revisões, a reajustes, a repactuações e a providências tempestivas nas hipóteses de inadimplemento, conforme dispõe no Decreto Municipal nº 097/2023;

20.9. O Fiscal Setorial acompanhará a execução do contrato nos aspectos técnicos ou administrativos quando a prestação do objeto ocorrer concomitantemente em setores distintos ou em unidades desconcentradas de um órgão ou uma entidade, conforme o Decreto Municipal nº 097/2023;

20.10. A CONTRATADA designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado;

20.11. A CONTRATADA deverá manter preposto aceito pela Administração no local do serviço para representá-lo na execução do contrato;

20.12. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade;

20.13. Além do disposto acima, a fiscalização contratual obedecerá às seguintes rotinas:

20.13.1. Acompanhamento dos serviços realizados e das autorizações emitidas pelo órgão, bem como dos relatórios a serem disponibilizados pela CONTRATADA por meio informatizado;

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE



FL.(S)
Nº 43
RUBRICA:

[Handwritten signature]

20.13.2. Conferência das notas fiscais e dos documentos de comprovação de habilitação, ateste do documento fiscal e encaminhamento ao financeiro;

20.13.3. Será designado representante para acompanhar e fiscalizar a execução dos serviços, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados;

20.13.4. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 120 da Lei nº 14.133/2021.

20.14. A ação de fiscalização, por parte do Gestor do Contrato, não exonera a CONTRATADA de suas responsabilidades contratuais;

20.15. As informações e os esclarecimentos solicitados pela CONTRATADA deverão ser prestados pelo Gestor do Contrato.

21. SANÇÕES:

21.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 14.133/2021 a empresa que:

- a. Dar causa à inexecução parcial do contrato;
- b. Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c. Dar causa à inexecução total do contrato;
- d. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- h. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- i. Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- l. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

21.2. Conforme os termos da Lei nº 14.133/2021, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999 e na Lei Estadual nº 8.959/2009, todas as sanções previstas no Art. 156 da Lei 14.133/2021, serão aplicadas pelo Secretário Municipal da Pasta interessada, ou pela autoridade máxima da respectiva entidade, quando se tratar de autarquia ou fundação, observados o contraditório e a ampla defesa, conforme preceitua o inciso LV do art.5º da Constituição da República Federativa do Brasil;

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]



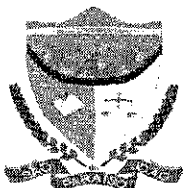
21.3. A empresa que cometer quaisquer das infrações discriminadas no subitem acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

- a. Multa compensatória de até 10 % (dez por cento) sobre o valor total da nota de empenho, no caso de recusa injustificada em assinar a Ata de Registro de Preços, o contrato e/ou receber e nota de empenho no prazo previsto;
- b. Multa moratória de até 0,3% (três décimos por cento) por dia de atraso injustificado na entrega, calculado sobre o valor da parcela não cumprida, até o limite de 5 (cinco) dias, após o qual, a critério da Administração, poderá ocorrer a não aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;
- c. Multa moratória de até 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado na entrega, calculado sobre o valor da parcela não cumprida, por período superior ao previsto na alínea "b", limitado a 05 (cinco) dias subsequentes, após o qual, a critério da Administração, poderá ocorrer a não aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;
- d. Multa moratória de até 5% (cinco por cento), calculado sobre o valor da parcela não cumprida, nas hipóteses não previstas nas alíneas anteriores, em caso de inexecução parcial da obrigação assumida;
- e. Multa compensatória de até 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato no caso de inexecução total do objeto, em caso de inexecução parcial das obrigações assumidas, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;
- f. Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar;
- g. Em caso de inexecução parcial das obrigações assumidas, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;
- h. Impedimento de licitar e contratar com a Prefeitura Municipal de São João do Paraíso/MA com o consequente descredenciamento no Cadastro de Fornecedores do Município pelo prazo de até 05 (cinco) anos.

21.4. Na aplicação das sanções serão considerados:

- a. A natureza e a gravidade da infração cometida;
- b. As peculiaridades do caso concreto;
- c. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d. Os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- e. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

21.5. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade e da razoabilidade;



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE



PMSJP
FL. (S)
Nº 46
PARAÍSO
RUBRICA:
Pml

21.6. Atrasos cuja justificativa seja aceita pela Prefeitura Municipal de São João do Paraíso/MA e comunicadas antes dos prazos de entrega consignados no contrato ou documento equivalente, poderão a critério deste ser isenta total ou parcialmente da multa.

Elaboração/Técnico Responsável:

Em 24/09/2025.

Germana Torres de Araújo

Germana Torres de Araújo
Coordenadora do Programa de Saúde Bucal
Portaria nº 057/2025 – GP

Aprovação/Autoridade Superior:

APROVO os elementos constantes do presente **TERMO DE REFERÊNCIA**, e, autorizo a imediata abertura do processo administrativo na forma regulamentar.

Marisa Elanne Damasceno de França

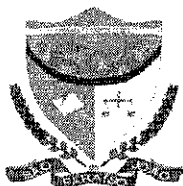
Marisa Elanne Damasceno de França
Secretária Municipal de Saúde
Portaria nº 005/2025

ANEXO I - PLANILHA COM ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS:

| ITEM | DESCRIÇÃO | UNID. DE MEDIDA | QUANT. | VALOR UNIT. | VALOR TOTAL |
|------|---|-----------------|--------|-------------|---------------|
| 1 | PRÓTESE TOTAL MANDIBULAR PALATO INCOLOR.(COTA PRINCIPAL) | UNIDADE | 188 | R\$ 450,00 | R\$ 84.600,00 |
| 2 | PRÓTESE TOTAL MANDIBULAR PALATO INCOLOR. (COTA RESERVADA) | UNIDADE | 62 | R\$ 450,00 | R\$ 27.900,00 |
| 3 | PRÓTESE TOTAL MAXILAR.(COTA PRINCIPAL) | UNIDADE | 188 | R\$ 453,75 | R\$ 85.305,00 |
| 4 | PRÓTESE TOTAL MAXILAR. (COTA RESERVADA) | UNIDADE | 62 | R\$ 453,75 | R\$ 28.132,50 |

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

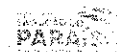


FL.(S)
Nº 46
PARAÍSO
RUBRICA:

| | | | | | |
|-------------|---|---------|----|------------|----------------|
| 5 | PRÓTESE PARCIAL REMOVÍVEL MAXILAR COM ARTE METALICA DE CrCo. | UNIDADE | 80 | R\$ 439,22 | R\$ 35.137,60 |
| 6 | PRÓTESE PARCIAL REMOVÍVEL MANDIBULAR COM ARTE METALICA DE CrCo. | UNIDADE | 80 | R\$ 441,90 | R\$ 35.352,00 |
| VALOR TOTAL | | | | | R\$ 296.427,10 |



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE



PMSJP

Memorando nº 024/2025

Ao

Ilmo. Sr.

Pedro Viana Arruda

Diretor Municipal do Departamento de Compras

Prefeitura Municipal de São João do Paraíso/MA.

FL.(S)
Nº 44
RUBRICA: *[assinatura]*

OBJETO: Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa especializada na Prestação de Serviços de Confecção de Prótese Dentária, visando atender as necessidades dos programas de Saúde Bucal da Secretaria Municipal de Saúde do município de São João do Paraíso/MA.

Processo Administrativo Nº 2025.09.16.0016.

DESPACHO

Seção de Cotação,

Venho através deste, solicitar Pesquisa de Mercado Definitiva, do processo administrativo em epígrafe, objetivando determinar de forma definitiva o orçamento estimativo da futura contratação, que servirá como base à análise da aceitabilidade das propostas na fase externa do processo licitatório, podendo ser realizada com base em contratações similares, contratos anteriores do próprio órgão, Fonte de Preços e suas demais fontes dispostos no Art. 23 da Lei Federal 14.133/2021.

Diante do exposto, informo ainda, que se procedeu a Dispensa da Divulgação do Aviso de Intenção de Registro de Preços, visto a falta de conveniência da participação das demais Secretarias, portanto segue as especificações e quantitativos exatos, visando a Pesquisa Definitiva de Mercado, segue planilha anexa.

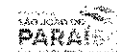
São João do Paraíso, 24 de setembro de 2025.

Germana Torres de Araújo

Germana Torres de Araújo
Coordenadora do Programa de Saúde Bucal
Portaria nº 057/2025 - GP



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE



PMSJP

ANEXO I
PLANILHA DE ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS:

FL.(S)
Nº 48
RUBRICA: *[Handwritten Signature]*

| ITEM | DESCRIÇÃO | UND. DE MEDIDA | QUANT. |
|------|--|----------------|--------|
| 1. | PRÓTESE TOTAL MANDIBULAR PALATO INCOLOR | UNIDADE | 250 |
| 2. | PRÓTESE TOTAL MAXILAR | UNIDADE | 250 |
| 3. | PRÓTESE PARCIAL REMOVÍVEL MAXILAR COM ARTE METALICA DE CrCo | UNIDADE | 80 |
| 4. | PRÓTESE PARCIAL REMOVIVEL MANDIBULAR COM ARTE METALICA DE CrCo | UNIDADE | 80 |

COTAÇÃO PRÓTESES DENTÁRIAS DEFINITIVA

Pesquisa iniciada no dia 29/09/2025 16:12

IP: 172.18.0.1



Prefeitura Municipal de São João do Paraíso/MA
CNPJ: 01.597.629/0001-23
Responsável: Vitor Albuquerque
Matrícula: 10/2024

PMSJP

FL(S)

Nº 49

RUBRICA:

Método matemático aplicado: Média Aritmética dos preços obtidos

Preço calculado com base na média aritmética dos preços obtidos para aquele determinado item.

Conforme Instrução Normativa Nº 65 de 07 de Julho de 2021 (Lei nº 14.133), no Artigo 3º: "A pesquisa de preços será materializada em documento que conterá: INC I: Método matemático aplicado para a definição do valor estimado."

| Item | Preços | Valor Estimado | Quantidade | Unidade | Total |
|---|--------|----------------|------------|---------|----------------|
| 1) PRÓTESE TOTAL MANDIBULAR | 3 | R\$ 450,00 | 250.00 | UN | R\$ 112.500,00 |
| 2) PRÓTESE TOTAL MAXILAR | 3 | R\$ 453,75 | 250.00 | UN | R\$ 113.437,50 |
| 3) PRÓTESE PARCIAL MANDIBULAR REMOVÍVEL | 3 | R\$ 439,22 | 80.00 | UN | R\$ 35.137,60 |
| 4) PRÓTESE PARCIAL MAXILAR REMOVÍVEL | 3 | R\$ 441,90 | 80.00 | UN | R\$ 35.352,00 |

Total: R\$ 296.427,10

| Item 1 | Preços | Valor Unit. | Quantidade | Total |
|---|---|-----------------------------------|-------------|-----------------------|
| PRÓTESE TOTAL MANDIBULAR | 3 | R\$ 450,00 | 250.00 / UN | R\$ 112.500,00 |
| Órgão/Empresa/Site: MUNICIPIO DE CANDIDO MENDES | | | | |
| Razão Social do Fornecedor | | | | |
| CNPJ | | | | |
| 1 | J. RODRIGUES NICACIO | | | 08.786.281/0001-61 |
| Fonte | | Identificação | Quant. | Data |
| PNC | | ...059505000108100001520251808265 | 250.00 | 02/06/2025 - 00:00:00 |
| Órgão/Empresa/Site: MUNICIPIO DE SERIO | | | | |
| Razão Social do Fornecedor | | | | |
| CNPJ | | | | |
| 2 | 2W LABORATORIO DE PROTESE DENTARIA LTDA | | | 55.865.354/0001-90 |
| Fonte | | Identificação | Quant. | Data |
| PNC | | ...000094706033000103100002620254 | 1800.00 | 26/02/2025 - 00:00:00 |
| Órgão/Empresa/Site: MUNICIPIO DE SERIO | | | | |
| Razão Social do Fornecedor | | | | |
| CNPJ | | | | |
| 3 | ISMAEL RUBEN IANKE LTDA | | | 15.736.146/0001-77 |
| Fonte | | Identificação | Quant. | Data |
| PNC | | ...000947060330001031000026202516 | 1800.00 | 07/03/2025 - 00:00:00 |
| Média Aritmética dos preços obtidos: R\$ 450,00 | | | | |

| Item 2 | Preços | Valor Unit. | Quantidade | Total |
|--|---|-----------------------------------|-------------|-----------------------|
| PRÓTESE TOTAL MAXILAR | 3 | R\$ 453,75 | 250.00 / UN | R\$ 113.437,50 |
| Órgão/Empresa/Site: MUNICIPIO DE CANDIDO MENDES | | | | |
| Razão Social do Fornecedor | | | | |
| CNPJ | | | | |
| 1 | J. RODRIGUES NICACIO | | | 08.786.281/0001-61 |
| Fonte | | Identificação | Quant. | Data |
| PNC | | ...059505000108100001520251808266 | 250.00 | 02/06/2025 - 00:00:00 |
| Órgão/Empresa/Site: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE | | | | |
| Razão Social do Fornecedor | | | | |
| CNPJ | | | | |
| 2 | LABORATORIO DE PROTESES ZIMMERMANN LTDA | | | 55.386.179/0001-59 |
| Fonte | | Identificação | Quant. | Data |
| PNC | | ...000010606509000136100003120252 | 50.00 | 25/06/2025 - 00:00:00 |
| Órgão/Empresa/Site: MUNICIPIO DE FLORESTA DO PIAUI | | | | |
| Razão Social do Fornecedor | | | | |
| CNPJ | | | | |
| 3 | CAIO M. FIGUEREDO | | | 27.742.446/0001-48 |
| Fonte | | Identificação | Quant. | Data |
| BNC | | ...000000000032025990182025991992 | 66.00 | 16/05/2025 - 15:42:27 |
| Média Aritmética dos preços obtidos: R\$ 453,75 | | | | |

| Item 3 | Preços | Valor Unit. | Quantidade | Total |
|--------------------------------------|--------|-------------|------------|---------------|
| PRÓTESE PARCIAL MANDIBULAR REMOVÍVEL | 3 | R\$ 439,22 | 80.00 / UN | R\$ 35.137,60 |

COTAÇÃO PRÓTESES DENTÁRIAS DEFINITIVA

Pesquisa iniciada no dia 29/09/2025 16:12
IP: 172.18.0.1



Prefeitura Municipal de São João do Paraíso/MA
CNPJ: 01.597.629/0001-23
Responsável: Vitor Albuquerque
Matrícula: 10/2024

PMSJP

FL.(S)
Nº 50
RUBRICA: *[Assinatura]*

| | | | | |
|---|---|--------|-----------------------|--------------------|
| Órgão/Empresa/Site: PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAMOTI | | | | |
| Razão Social do Fornecedor | | | | |
| | | | | CNPJ |
| 1 | LABORATORIO DE PROTESE DENTARIA PARENTE E GALVAO LTDA | | | 32.174.662/0001-74 |
| Fonte | Identificação | Quant. | Data | Preço |
| BBMNET | ...6c-c15b-4582-9820-733e37ea137e | 100.00 | 26/05/2025 - 12:42:39 | R\$ 438,54 |
| Órgão/Empresa/Site: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TOMAR DO GERU | | | | |
| Razão Social do Fornecedor | | | | |
| | | | | CNPJ |
| 2 | ELIELSON ARAUJO FRAGA | | | 26.071.292/0001-47 |
| Fonte | Identificação | Quant. | Data | Preço |
| PNCP | ...412389000107100000120255473473 | 250.00 | 08/04/2025 - 00:00:00 | R\$ 419,13 |
| Órgão/Empresa/Site: MUNICIPIO DE FLORESTA DO PIAUI | | | | |
| Razão Social do Fornecedor | | | | |
| | | | | CNPJ |
| 3 | CAIO M. FIGUEREDO | | | 27.742.446/0001-48 |
| Fonte | Identificação | Quant. | Data | Preço |
| BNC | ...000000000032025990182025991994 | 66.00 | 16/05/2025 - 15:42:27 | R\$ 460,00 |

Média Aritmética dos preços obtidos: R\$ 439,22

| | | | | |
|-----------------------------------|--------|-------------|------------|---------------|
| Item 4 | Preços | Valor Unit. | Quantidade | Total |
| PRÓTESE PARCIAL MAXILAR REMOVÍVEL | 3 | R\$ 441,90 | 80.00 / UN | R\$ 35.352,00 |

| | | | | |
|--|---|--------|-----------------------|--------------------|
| Órgão/Empresa/Site: PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAMOTI | | | | |
| Razão Social do Fornecedor | | | | |
| | | | | CNPJ |
| 1 | LABORATORIO DE PROTESE DENTARIA PARENTE E GALVAO LTDA | | | 32.174.662/0001-74 |
| Fonte | Identificação | Quant. | Data | Preço |
| BBMNET | ...ee-314b-4979-9966-b94db0d18c0c | 100.00 | 26/05/2025 - 12:42:39 | R\$ 439,54 |
| Órgão/Empresa/Site: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PALMEIRANDIA | | | | |
| Razão Social do Fornecedor | | | | |
| | | | | CNPJ |
| 2 | R S ABREU | | | 37.681.826/0001-73 |
| Fonte | Identificação | Quant. | Data | Preço |
| PNCP | ...006517000177100000520255682934 | 320.00 | 16/05/2025 - 00:00:00 | R\$ 440,00 |
| Órgão/Empresa/Site: MUNICÍPIO DE NOVA LONDRINA | | | | |
| Razão Social do Fornecedor | | | | |
| | | | | CNPJ |
| 3 | IVO ALVES DE ALMEIDA | | | 14.004.376/0001-89 |
| Fonte | Identificação | Quant. | Data | Preço |
| TCE/PR | ...CEPR-411710191-214004376000189 | 120.00 | 16/04/2024 - 00:00:00 | R\$ 446,16 |

Média Aritmética dos preços obtidos: R\$ 441,90

Valor Total da Cotação: R\$ 296.427,10

DETALHAMENTO DOS ITENS

Item 1: PRÓTESE TOTAL MANDIBULAR

Quantidade: 250.0000 UN
Descrição: PRÓTESE TOTAL MANDIBULAR
Justificativas: -

Preço (PNCP) [1] R\$ 450,00

Órgão
MUNICIPIO DE CANDIDO MENDES
Objeto

Registro De Preço Para Futura E Eventual Contratação De Empresa Especializada Na Confecção E Fornecimento De Próteses Dentárias, Visando Atender As Necessidades Da Secretaria Municipal De Saúde Do Município Cândido Mendes/Ma

Descrição
Registro De Preço Para Futura E Eventual Contratação De Empresa Especializada Na Confecção E Fornecimento De Próteses Dentárias, Visando Atender As Necessidades Da Secretaria Municipal De Saúde Do Município Cândido Mendes/Ma / PRÓTESE TOTAL MANDIBULAR

Dados
Data de homologação: 02/06/2025 - 00:00:00 Modalidade: Pregão Eletrônico SRP: NÃO

COTAÇÃO PRÓTESES DENTÁRIAS DEFINITIVA

Pesquisa iniciada no dia 29/09/2025 16:12
IP: 172.18.0.1



Prefeitura Municipal de São João do Paraíso/MA
CNPJ: 01.597.629/0001-23
Responsável: Vitor Albuquerque
Matrícula: 10/2024

PMSJP

FL.(S)

Nº 51

RUBRICA:

Fonte: PNCP Código do item: - Lote/Item: 1808265
Identificação: 00006059505000108100001520251808265
Quantidade: 250.00 Unidade: UNIDADE UF: MA
Ajuste de frete: Não se aplica Valor do frete: R\$ 0,00
Fabricante: PNCP Não disponibiliza essa informação.
Marca: - Modelo: -
Fornecedor:
Razão Social: J. RODRIGUES NICACIO
CNPJ: 08.786.281/0001-61 Porte: ME
UF: MA

Preço (PNCP) [2] R\$ 450,00

Órgão
MUNICÍPIO DE SERIO
Objeto
PRÓTESES DENTÁRIAS
Descrição
PRÓTESES DENTÁRIAS / PRÓTESE TOTAL MANDIBULAR (SUPERIOR)

Dados

Data de homologação: 26/02/2025 - 00:00:00 Modalidade: Outras Modalidades SRP: NÃO
Fonte: PNCP Código do item: - Lote/Item: 4
Identificação: 00000000094706033000103100002620254
Quantidade: 1800.00 Unidade: UN UF: RS
Ajuste de frete: Não se aplica Valor do frete: R\$ 0,00
Fabricante: PNCP Não disponibiliza essa informação.
Marca: - Modelo: -
Fornecedor:
Razão Social: 2W LABORATORIO DE PROTESE DENTARIA LTDA
CNPJ: 55.865.354/0001-90 Porte: ME
UF: RS

Preço (PNCP) [3] R\$ 450,00

Órgão
MUNICÍPIO DE SERIO
Objeto
PRÓTESES DENTÁRIAS
Descrição
PRÓTESES DENTÁRIAS / PRÓTESE TOTAL MANDIBULAR (SUPERIOR)

Dados

Data de homologação: 07/03/2025 - 00:00:00 Modalidade: Outras Modalidades SRP: NÃO
Fonte: PNCP Código do item: - Lote/Item: 16
Identificação: 000000000947060330001031000026202516
Quantidade: 1800.00 Unidade: UN UF: RS
Ajuste de frete: Não se aplica Valor do frete: R\$ 0,00
Fabricante: PNCP Não disponibiliza essa informação.
Marca: - Modelo: -
Fornecedor:
Razão Social: ISMAEL RUBEN IANKE LTDA
CNPJ: 15.736.146/0001-77 Porte: ME
UF: RS

Item 2: PRÓTESE TOTAL MAXILAR

Quantidade: 250.0000 UN
Descrição: PRÓTESE TOTAL MAXILAR
Justificativas: -

Preço (PNCP) [1] R\$ 450,00

COTAÇÃO PRÓTESES DENTÁRIAS DEFINITIVA

Pesquisa iniciada no dia 29/09/2025 16:12
IP: 172.18.0.1



Prefeitura Municipal de São João do Paraíso/MA
CNPJ: 01.597.629/0001-23
Responsável: Vitor Albuquerque
Matrícula: 10/2024

PMSJP

FL.(S)
Nº 52
RUBRICA: [assinatura]

Órgão

MUNICIPIO DE CANDIDO MENDES

Objeto

Registro De Preço Para Futura E Eventual Contratação De Empresa Especializada Na Confeção E Fornecimento De Próteses Dentárias, Visando Atender As Necessidades Da Secretaria Municipal De Saúde Do Município Cândido Mendes/Ma

Descrição

Registro De Preço Para Futura E Eventual Contratação De Empresa Especializada Na Confeção E Fornecimento De Próteses Dentárias, Visando Atender As Necessidades Da Secretaria Municipal De Saúde Do Município Cândido Mendes/Ma / PRÓTESE TOTAL MAXILAR

| Dados | | | |
|----------------------|---|-----------------|-------------------|
| Data de homologação: | 02/06/2025 - 00:00:00 | Modalidade: | Pregão Eletrônico |
| Fonte: | PNCP | Código do item: | - |
| Identificação: | 00006059505000108100001520251808266 | Lote/Item: | 1808266 |
| Quantidade: | 250.00 | Unidade: | UNIDADE |
| Ajuste de frete: | Não se aplica | Valor do frete: | R\$ 0,00 |
| Fabricante: | PNCP Não disponibiliza essa informação. | | |
| Marca: | - | Modelo: | - |
| Fornecedor | | | |
| Razão Social: | J. RODRIGUES NICACIO | | |
| CNPJ: | 08.786.281/0001-61 | Porte: | ME |
| UF: | MA | | |

Preço (PNCP) [2] R\$ 481,25

Órgão

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

Objeto

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO LABORATORIAIS DE CONFEÇÃO DE PRÓTESE DENTÁRIA, PARA ATENDER A DEMANDA DA POPULAÇÃO DE BOMBINHAS, ATRAVÉS DO CREDENCIAMENTO 002/2025 - FMS.

Descrição

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO LABORATORIAIS DE CONFEÇÃO DE PRÓTESE DENTÁRIA, PARA ATENDER A DEMANDA DA POPULAÇÃO DE BOMBINHAS, ATRAVÉS DO CREDENCIAMENTO 002/2025 - FMS. / PRÓTESE TOTAL MAXILAR

| Dados | | | |
|----------------------|---|-----------------|-----------------|
| Data de homologação: | 25/06/2025 - 00:00:00 | Modalidade: | Inexigibilidade |
| Fonte: | PNCP | Código do item: | - |
| Identificação: | 00000000010606509000136100003120252 | Lote/Item: | 2 |
| Quantidade: | 50.00 | Unidade: | UNIDADE (UN) |
| Ajuste de frete: | Não se aplica | Valor do frete: | R\$ 0,00 |
| Fabricante: | PNCP Não disponibiliza essa informação. | | |
| Marca: | - | Modelo: | - |
| Fornecedor | | | |
| Razão Social: | LABORATORIO DE PROTESES ZIMMERMANN LTDA | | |
| CNPJ: | 55.386.179/0001-59 | Porte: | ME |
| UF: | SC | | |

Preço (BNC) [3] R\$ 430,00

Órgão

MUNICIPIO DE FLORESTA DO PIAUI

Objeto

Registro de Preços para futura e eventual Contratação de empresa especializada na Prestação de Serviços de Reabilitação Oral Protética (total e parcial), com atendimento Clínico e Técnico Laboratorial, para atender as necessidades da Secretaria Municipal

Descrição

Confeção de prótese, total maxilar e moldagem / Confeção de prótese, total maxilar e moldagem

| Dados | | | |
|----------------------|--------------------------------|-----------------|-------------------|
| Data de homologação: | 16/05/2025 - 15:42:27 | Modalidade: | Pregão Eletrônico |
| Fonte: | BNC | Código do item: | - |
| Identificação: | 000000000032025990182025991992 | Lote/Item: | 2 |
| Quantidade: | 66.00 | Unidade: | UNID |
| UF: | PI | | |

COTAÇÃO PRÓTESES DENTÁRIAS DEFINITIVA

Pesquisa iniciada no dia 29/09/2025 16:12
IP: 172.18.0.1



Prefeitura Municipal de São João do Paraíso/MA
CNPJ: 01.597.629/0001-23
Responsável: Vitor Albuquerque
Matrícula: 10/2024

PMSJP

FL.(S)
Nº 53
RUBRICA: [assinatura]

Ajuste de frete: Não se aplica

Valor do frete: R\$ 0,00

Fabricante: BNC Não disponibiliza essa informação.

Marca: Serviço

Modelo: BNC Não disponibiliza essa informação.

Fornecedor

Razão Social: CAIO M. FIGUEREDO

CNPJ: 27.742.446/0001-48

Porte: ME

UF: PI

Item 3: PRÓTESE PARCIAL MANDIBULAR REMOVÍVEL

Quantidade: 80.0000 UN

Descrição: PRÓTESE PARCIAL MANDIBULAR REMOVÍVEL

Justificativas: -

Preço (BBMNET) [1] R\$ 438,54

Órgão

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAMOTI

Objeto

PRÓTESE PARCIAL MANDIBULAR REMOVÍVEL (INFERIOR)ESPECIFICAÇÃO: PRÓTESE PARCIAL MANDIBULAR REMOVÍVEL (INFERIOR) COM BASE DE GRAMPO EM METAL, REVESTIDA EM RESINA ACRÍLICA..

Descrição

PRÓTESE PARCIAL MANDIBULAR REMOVÍVEL (INFERIOR)ESPECIFICAÇÃO: PRÓTESE PARCIAL MANDIBULAR REMOVÍVEL (INFERIOR) COM BASE DE GRAMPO EM METAL, REVESTIDA EM RESINA ACRÍLICA. / PRÓTESE PARCIAL MANDIBULAR REMOVÍVEL (INFERIOR)ESPECIFICAÇÃO: PRÓTESE PARCIAL MANDIBULAR REMOVÍVEL (INFERIOR) COM BASE DE GRAMPO EM METAL, REVESTIDA EM RESINA ACRÍLICA..

Dados

Data de homologação: 26/05/2025 - 12:42:39

Modalidade: PREGÃO (SETOR PÚBLICO)

SRP: NÃO

Fonte: BBMNET

Código do item:

Lote/Item: 1

Identificação: BBMNET-1-26bd726c-c15b-4582-9820-733e37ea137e

Quantidade: 100.00

Unidade: UNIDADE

UF: CE

Ajuste de frete: Não se aplica

Valor do frete: R\$ 0,00

Fabricante: BBMNET Não disponibiliza essa informação.

Marca: BBMNET Não disponibiliza essa informação.

Modelo: BBMNET Não disponibiliza essa informação.

Fornecedor

Razão Social: LABORATORIO DE PROTESE DENTARIA PARENTE E GALVAO LTDA

CNPJ: 32.174.662/0001-74

Porte: ME

UF: CE

Propostas

| # | Licitante | CNPJ | Inicial (R\$) | Final (R\$) |
|---|---|----------------|---------------|-------------|
| 1 | LABORATORIO DE PROTESE DENTARIA PARENTE E GALVAO LTDA | 32174662000174 | 438,54 | 438,54 |

Preço (PNCP) [2] R\$ 419,13

Órgão

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TOMAR DO GERU

Objeto

[LICITANET] - REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL E FUTURA CONTRATAÇÃO DE LABORATÓRIOS PARA EVENTUAL CONFECCÃO DE PRÓTESES DENTÁRIAS SOBRE MEDIDA PARA PACIENTES/ USUÁRIOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE SUS, ATENDIDOS NO MUNICÍPIO DE TOMAR DO GERU, SERGIPE, CONFORME ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS CONSTANTES NO ANEXO I (TERMO DE REFERÊNCIA) DESTA EDITAL

Descrição

[LICITANET] - REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL E FUTURA CONTRATAÇÃO DE LABORATÓRIOS PARA EVENTUAL CONFECCÃO DE PRÓTESES DENTÁRIAS SOBRE MEDIDA PARA PACIENTES/ USUÁRIOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE SUS, ATENDIDOS NO MUNICÍPIO DE TOMAR DO GERU, SERGIPE, CONF / Confeccão de prótese dentária parcialPrótese parcial removível superior (maxilar) ou prótese parcial removível inferior (mandibular).

Dados

Data de homologação: 08/04/2025 - 00:00:00

Modalidade: Pregão Eletrônico

SRP: SIM

Fonte: PNCP

Código do item:

Lote/Item: 5473473

Identificação: 0001141238900010710000012025473473

Quantidade: 250.00

Unidade: UND

UF: SE

Ajuste de frete: Não se aplica

Valor do frete: R\$ 0,00

Fabricante: PNCP Não disponibiliza essa informação.

COTAÇÃO PRÓTESES DENTÁRIAS DEFINITIVA

Pesquisa iniciada no dia 29/09/2025 16:12
IP: 172.18.0.1



Prefeitura Municipal de São João do Paraíso/MA
CNPJ: 01.597.629/0001-23
Responsável: Vitor Albuquerque
Matrícula: 10/2024

PMSJP

FL.(S)
Nº 54 -
RUBRICA:

Marca: - Modelo: -

Fornecedor

Razão Social: ELIELSON ARAUJO FRAGA
CNPJ: 26.071.292/0001-47 Porte: ME
UF: SE

Preço (BNC) [3] R\$ 460,00

Órgão
MUNICIPIO DE FLORESTA DO PIAUI

Objeto
Registro de Preços para futura e eventual Contratação de empresa especializada na Prestação de Serviços de Reabilitação Oral Protética (total e parcial), com atendimento Clínico e Técnico Laboratorial, para atender as necessidades da Secretaria Municipal

Descrição
Confeção de prótese, parcial mandibular removível e moldagem / Confeção de prótese, parcial mandibular removível e moldagem

Dados

Data de homologação: 16/05/2025 - 15:42:27 Modalidade: Pregão Eletrônico SRP: NÃO
Fonte: BNC Código do item: - Lote/Item: 4
Identificação: 000000000032025990182025991994
Quantidade: 66.00 Unidade: UNID UF: PI
Ajuste de frete: Não se aplica Valor do frete: R\$ 0,00
Fabricante: BNC Não disponibiliza essa informação.
Marca: Serviço Modelo: BNC Não disponibiliza essa informação.

Fornecedor

Razão Social: CAIO M. FIGUEREDO
CNPJ: 27.742.446/0001-48 Porte: ME
UF: PI

Item 4: PRÓTESE PARCIAL MAXILAR REMOVÍVEL

Quantidade: 80.0000 UN
Descrição: PRÓTESE PARCIAL MAXILAR REMOVÍVEL
Justificativas: -

Preço (BBMNET) [1] R\$ 439,54

Órgão
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAMOTI

Objeto
PRÓTESE PARCIAL MAXILAR REMOVÍVEL (SUPERIOR)ESPECIFICAÇÃO: PRÓTESE PARCIAL MAXILAR REMOVÍVEL (SUPERIOR), COM BASE DE GRAMPO EM METAL, REVESTIDA EM RESINA ACRÍLICA.

Descrição
PRÓTESE PARCIAL MAXILAR REMOVÍVEL (SUPERIOR)ESPECIFICAÇÃO: PRÓTESE PARCIAL MAXILAR REMOVÍVEL (SUPERIOR), COM BASE DE GRAMPO EM METAL, REVESTIDA EM RESINA ACRÍLICA. / PRÓTESE PARCIAL MAXILAR REMOVÍVEL (SUPERIOR)ESPECIFICAÇÃO: PRÓTESE PARCIAL MAXILAR REMOVÍVEL (SUPERIOR), COM BASE DE GRAMPO EM METAL, REVESTIDA EM RESINA ACRÍLICA.

Dados

Data de homologação: 26/05/2025 - 12:42:39 Modalidade: PREGÃO (SETOR PÚBLICO) SRP: NÃO
Fonte: BBMNET Código do item: Lote/Item: 2
Identificação: BBMNET-2-0afa31ee-314b-4979-9966-b94db0d18c0c
Quantidade: 100.00 Unidade: UNIDADE UF: CE
Ajuste de frete: Não se aplica Valor do frete: R\$ 0,00
Fabricante: BBMNET Não disponibiliza essa informação.
Marca: BBMNET Não disponibiliza essa informação.

Modelo: BBMNET Não disponibiliza essa informação.

Fornecedor

Razão Social: LABORATORIO DE PROTESE DENTARIA PARENTE E GALVAO LTDA
CNPJ: 32.174.662/0001-74 Porte: ME
UF: CE

Propostas

| # | Licitante | CNPJ | Inicial (R\$) | Final (R\$) |
|---|-----------|------|---------------|-------------|
|---|-----------|------|---------------|-------------|

COTAÇÃO PRÓTESES DENTÁRIAS DEFINITIVA

Pesquisa iniciada no dia 29/09/2025 16:12
IP: 172.18.0.1



PMSJP

FL(S)

Nº 55

RUBRICA:

Prefeitura Municipal de São João do Paraíso/MA
CNPJ: 01.597.629/0001-23
Responsável: Vitor Albuquerque
Matrícula: 10/2024

1 LABORATORIO DE PROTESE DENTARIA PARENTE E GALVAO LTDA 32174662000174 439,54

439,54

Preço (PNCP) [2]

R\$ 440,00

Órgão

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PALMEIRANDIA

Objeto

[LICITANET] - Registro de Preços, do tipo menor preço, para futura e eventual contratação de empresa especializada para prestação dos serviços de confecção de próteses dentárias, para atender as necessidades do município de Palmeirândia/MA

Descrição

[LICITANET] - Registro de Preços, do tipo menor preço, para futura e eventual contratação de empresa especializada para prestação dos serviços de confecção de próteses dentárias, para atender as necessidades do município de Palmeirândia/MA / Próteses Total Mandibular, Próteses Total Maxilar, Próteses Parcial Mandibular, Próteses Parcial Maxilar Removível, Próteses: Coronárias, Intrarradiculares Fixas, Adesivas (Por Elemento).

Dados

Data de homologação: 16/05/2025 - 00:00:00 Modalidade: Pregão Eletrônico SRP: SIM

Fonte: PNCP Código do item: - Lote/Item: 5682934

Identificação: 00012006517000177100000520255682934

Quantidade: 320.00 Unidade: UNID. UF: MA

Ajuste de frete: Não se aplica Valor do frete: R\$ 0,00

Fabricante: PNCP Não disponibiliza essa informação.

Marca: - Modelo: -

Fornecedor

Razão Social: R S ABREU

CNPJ: 37.681.826/0001-73 Porte: ME

UF: MA

Preço (TCE/PR) [3]

R\$ 446,16

Órgão

MUNICÍPIO DE NOVA LONDRINA

Objeto

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE CONFEÇÃO DE PRÓTESES DENTÁRIAS TOTAL E PARCIAL, MANDIBULAR E MAXILAR REMOVÍVEL PARA ATENDER A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE NOVA LONDRINA-PR DELIBERAÇÃO Nº.166 DE 17/11/2016 DO CIB/PR

Descrição

PRÓTESE PARCIAL MANDIBULAR OU MAXILAR REMOVÍVEL / PRÓTESE PARCIAL MANDIBULAR OU MAXILAR REMOVÍVEL

Dados

Data de homologação: 16/04/2024 - 00:00:00 Modalidade: Pregão Eletrônico SRP: NÃO

Fonte: TCE/PR Código do item: - Lote/Item: 1

Identificação: TCEPR-411710191-214004376000189

Quantidade: 120.00 Unidade: Unidade UF: PR

Ajuste de frete: Não se aplica Valor do frete: R\$ 0,00

Fabricante: TCE/PR Não disponibiliza essa informação.

Marca: - Modelo: -

Fornecedor

Razão Social: IVO ALVES DE ALMEIDA

CNPJ: 14.004.376/0001-89 Porte: ME

UF: PR

Propostas

| # | Licitante | CNPJ | Inicial (R\$) | Final (R\$) |
|---|---------------------------|----------------|---------------|-------------|
| 1 | IVO ALVES DE ALMEIDA - ME | 14004376000189 | 446,16 | 446,16 |

Observações Gerais da Cotação

Sem Observações

COTAÇÃO PRÓTESES DENTÁRIAS DEFINITIVA

Pesquisa iniciada no dia 29/09/2025 16:12

IP: 172.18.0.1



Prefeitura Municipal de São João do Paraíso/MA
CNPJ: 01.597.629/0001-23
Responsável: Vitor Albuquerque
Matrícula: 10/2024

PMSJ

FL(S)

Nº 56

RUBRICA:

Lauda da Cotação

Importante - O Fonte de preços é uma solução tecnológica que reúne diversas fontes, entre elas fontes governamentais, fontes complementares e sites de domínio amplo. O sistema atende aos parâmetros de pesquisa de acordo com as leis vigentes, Instruções normativas, regulamentos, acórdãos, portarias e decretos, desta forma afirmamos que as fontes são meios facilitadores de pesquisas ágeis, seguras e eficazes para a administração pública, sendo o servidor responsável pelo uso e seleção dos preços.

COTAÇÃO PRÓTESES DENTÁRIAS DEFINITIVA

Pesquisa iniciada no dia 29/09/2025 16:12

IP: 172.18.0.1



Prefeitura Municipal de São João do Paraíso/MA

CNPJ: 01.597.629/0001-23

Responsável: Vitor Albuquerque

Matrícula: 10/2024

PMSJP

FL.(S)

Nº 57

RUBRICA: Rm

INFORMAÇÕES DOS FORNECEDORES

2W LABORATORIO DE PROTESE DENTARIA LTDA

CNPJ: 55.865.354/0001-90
EMAIL: servicoslabwww@gmail.com
TELEFONE: (51) 9240-7074 / (0000) 0000-0000
ENDEREÇO: Não Informado

CAIO M. FIGUEREDO

CNPJ: 27.742.446/0001-48
EMAIL: Não Informado
TELEFONE: (89) 9413-1821
ENDEREÇO: Não Informado

ELIELSON ARAUJO FRAGA

CNPJ: 26.071.292/0001-47
EMAIL: Não Informado
TELEFONE: (79) 9870-5206
ENDEREÇO: Não Informado

ISMAEL RUBEN IANKE LTDA

CNPJ: 15.736.146/0001-77
EMAIL: conceito.protesesodontologicas@gmail.com
TELEFONE: (55) 9727-9429
ENDEREÇO: Não Informado

IVO ALVES DE ALMEIDA

CNPJ: 14.004.376/0001-89
EMAIL: Não Informado
TELEFONE: (44) 9107-9535
ENDEREÇO: Não Informado

J. RODRIGUES NICACIO

CNPJ: 08.786.281/0001-61
EMAIL: fbcontabilidade@yahoo.com.br
TELEFONE: (98) 8494-9931
ENDEREÇO: Não Informado

LABORATORIO DE PROTESE DENTARIA PARENTE E GALVAO LTDA

CNPJ: 32.174.662/0001-74
EMAIL: thalesgalvao@hotmail.com
TELEFONE: (88) 9930-9984
ENDEREÇO: Não Informado

LABORATORIO DE PROTESES ZIMMERMANN LTDA

CNPJ: 55.386.179/0001-59
EMAIL: andersonzimmermann1608@hotmail.com
TELEFONE: (54) 9646-9660 / (0000) 0000-0000
ENDEREÇO: Não Informado

R S ABREU

CNPJ: 37.681.826/0001-73
EMAIL: Não Informado
TELEFONE: (98) 8744-9376
ENDEREÇO: Não Informado



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO
DEPARTAMENTO DE COMPRAS



SÃO JOÃO DO
PARAÍSO

PROCESSO: 2025.09.16.0016.

Objeto: Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa especializada na Prestação de Serviços de Confecção de Prótese Dentária, visando atender as necessidades dos programas de Saúde Bucal da Secretaria Municipal de Saúde do município de São João do Paraíso/MA.

RELATÓRIO DA PESQUISA DE MERCADO

Em atendimento ao memorando de solicitação nº 024/2025 da Secretaria Municipal de Saúde, e, considerando as atribuições impostas ao setor, informamos que a Pesquisa de Mercado procedeu-se de forma mais aprofundada e definitiva, em conformidade com as orientações do Tribunal de Contas da União, utilizando-se dos parâmetros definidos no Art. 23 e parágrafos da Lei Federal nº 14.133/2021 e demais legislações pertinentes, através de uma análise dos preços praticados no mercado a fim de determinar o orçamento estimativo da futura contratação.

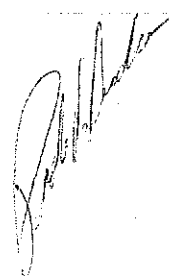
Diante do exposto, para a realização da Pesquisa de Mercado, foram utilizados os parâmetros definidos nos dispositivos supracitados, dentre os quais podemos destacar:

a) Aquisições e contratações similares de outros entes públicos, firmadas no período de até 1 (um) ano anterior à data de divulgação do instrumento convocatório, obtidos através do Fonte de Preços;

Ademais, todos os atos foram realizados de modo a obter o preço médio e também o menor preço estimado mais vantajoso à Administração Pública, respeitando-se, assim, a Lei de Licitações e as orientações dos Tribunais de Contas.

Ainda sobre o assunto, como métodos para obtenção do preço estimado utilizou-se a média dos valores obtidos na pesquisa de preços, junto ao Banco de Preços sobre um conjunto de três, oriundos dos parâmetros acima citados.

Face ao exposto, identificamos o valor estimado em **R\$ 296.427,10 (Duzentos e noventa e seis mil, quatrocentos e vinte e sete reais e dez centavos)**, conforme Relatório de Pesquisa de





ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO
DEPARTAMENTO DE COMPRAS



SÃO JOÃO DO
PARAÍSO

Mercado, Relatório de Cotação do Fonte de Preços e Mapa de Apuração, anexados a este Termo de Referência.

São João do Paraíso, 29 de setembro de 2025.



Pedro Viana Arruda
Diretor Municipal do Departamento de Compras
Portaria nº 024/2025-GP



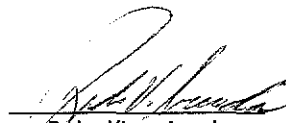
ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO
DEPARTAMENTO DE COMPRAS


Objeto: Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa especializada na Prestação de Serviços de Confeção de Prótese Dentária, visando atender as necessidades dos programas de Saúde Bucal da Secretaria Municipal de Saúde do município de São João do Paraíso/MA.

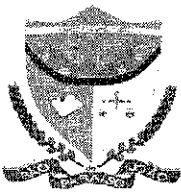
| ITEM | DESCRIÇÃO | UNID. DE MEDIDA | QUANT. | FONTE DE PREÇO I | | FONTE DE PREÇO II | | FONTE DE PREÇO III | | VALOR MEDIO | VALOR GLOBAL |
|--------------|--|-----------------|--------|------------------|---------------|-------------------|---------------|--------------------|---------------|-------------|----------------|
| | | | | VALOR UNIT. | VALOR TOTAL | VALOR UNIT. | VALOR TOTAL | VALOR UNIT. | VALOR TOTAL | | |
| 1 | PRÓTESE TOTAL MANDIBULAR PALATO INCOLOR (COTA PRINCIPAL) | UNIDADE | 189 | R\$ 450,00 | R\$ 84.600,00 | R\$ 450,00 | R\$ 84.600,00 | R\$ 450,00 | R\$ 84.600,00 | R\$ 450,00 | R\$ 84.600,00 |
| 2 | PRÓTESE TOTAL MANDIBULAR PALATO INCOLOR (COTA RESERVADA) | UNIDADE | 62 | R\$ 450,00 | R\$ 27.900,00 | R\$ 450,00 | R\$ 27.900,00 | R\$ 450,00 | R\$ 27.900,00 | R\$ 450,00 | R\$ 27.900,00 |
| 3 | PRÓTESE TOTAL MAXILAR (COTA PRINCIPAL) | UNIDADE | 158 | R\$ 450,00 | R\$ 84.600,00 | R\$ 481,25 | R\$ 90.475,00 | R\$ 430,00 | R\$ 80.840,00 | R\$ 453,75 | R\$ 88.305,00 |
| 4 | PRÓTESE TOTAL MAXILAR (COTA RESERVADA) | UNIDADE | 62 | R\$ 450,00 | R\$ 27.900,00 | R\$ 481,25 | R\$ 29.837,50 | R\$ 430,00 | R\$ 28.650,00 | R\$ 453,75 | R\$ 28.132,50 |
| 5 | PRÓTESE PARCIAL REMOVÍVEL MAXILAR COM ARTE METÁLICA DE C/O. | UNIDADE | 80 | R\$ 438,54 | R\$ 35.083,20 | R\$ 419,13 | R\$ 33.530,40 | R\$ 460,00 | R\$ 36.800,00 | R\$ 439,22 | R\$ 35.137,60 |
| 6 | PRÓTESE PARCIAL REMOVÍVEL MANDIBULAR COM ARTE METÁLICA DE C/O. | UNIDADE | 80 | R\$ 438,54 | R\$ 35.083,20 | R\$ 440,00 | R\$ 35.200,00 | R\$ 445,16 | R\$ 35.612,80 | R\$ 441,90 | R\$ 35.352,00 |
| VALOR GLOBAL | | | | | | | | | | | R\$ 296.427,10 |

VALOR GLOBAL: R\$ 296.427,10(duzentos e noventa e seis mil quatrocentos e vinte e sete reais e dez centavos)

São João do Paraíso/MA, 29 de setembro de 2025.
Atenciosamente,


Pedro Viana Arruda
Diretor Municipal do Departamento de Compras
Portaria nº 024/2025-GP

FL. (S)
Nº 60
RUBRICA: 
PMSJP



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE



PMSJP
FL(S)
Nº 61
PARÁRUBRICA: *[Signature]*

Processo Administrativo nº 2025.09.16.0016.

OBJETO: Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa especializada na Prestação de Serviços de Confeção de Prótese Dentária, visando atender as necessidades dos programas de Saúde Bucal da Secretaria Municipal de Saúde do município de São João do Paraíso/MA.

DESPACHO

Setor de Contabilidade,

Encaminhamos o processo em epigrafe, para indicação do **Elemento de Despesa** que embasará o presente Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa especializada na Prestação de Serviços de Confeção de Prótese Dentária, visando atender as necessidades dos programas de Saúde Bucal da Secretaria Municipal de Saúde do município de São João do Paraíso/MA.

São João do Paraíso, 01 de outubro de 2025.

Marisa Elanne Damasceno de França
Secretária Municipal de Saúde
Portaria nº 005/2025



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO



PMSJP
FL.(S)
5362
RUBRICA: *[assinatura]*

INFORMAÇÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

A(o) Excelentíssimo(a) Senhor(a)
MARISA ELANNE DAMASCENO DE FRANÇA
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE

ASSUNTO: INFORMAÇÃO DE DISPONIBILIDADE ORÇAMENTÁRIA E RUBRICA PARA REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONFECCÃO DE PRÓTESE DENTÁRIA, VISANDO ATENDER AS NECESSIDADES DOS PROGRAMAS DE SAÚDE BUCAL DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO/MA.

Em resposta a vossa solicitação, conforme encaminhamento a este departamento, informamos que nos termos da legislação vigente, a indicação da dotação orçamentária fica postergada para o momento da formalização do contrato ou instrumento equivalente uma vez que a presente contratação visa apenas o Registro de Preços.

Remetam-se os autos à Secretaria Requisitante.

São João do Paraíso - MA, 01 de outubro de 2025

[Assinatura]

MARCOS RIBEIRO COELHO
CONTADOR GERAL
Portaria nº. 147/2025



PMSJP

DESPACHO

FL. (S)

Nº 65

RUBRICA:

[Handwritten signature]

À Procuradoria Geral do Município de São João do Paraíso/MA.

Considerando a necessidade para o Registro de preços para futura e eventual contratação de empresa especializada na prestação de serviços de confecção de prótese dentária, visando atender as necessidades dos programas de saúde bucal da Secretaria Municipal de Saúde do Município de São João do Paraíso/MA;

Considerando a elaboração da minuta do Edital e seus anexos, referente ao referido processo licitatório;

Determino o encaminhamento dos presentes autos à Procuradoria Geral do Município, para análise e manifestação quanto à minuta do Edital e demais documentos que o integram, especialmente no que se refere à regularidade e conformidade jurídica dos atos preparados, como medida de resguardo aos princípios da legalidade, transparência, eficiência e do interesse público.

Após o devido parecer, retornem-se os autos para prosseguimento.

São João do Paraíso/MA, 20 de outubro de 2025.

[Handwritten signature of Marisa Elanne Damasceno de França]

Marisa Elanne Damasceno de França

Secretária Municipal de Saúde

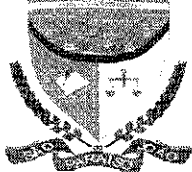
Portaria nº 005/2025

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO – MA

FL.(S)
Nº 64
RUBRICA: Pml

MINUTA DO EDITAL

| | | | |
|--|--|--|---|
| Pregão Eletrônico nº ____/2025 | | Data de abertura: ____/____/____ às ____:____ www.licitanet.com.br | |
| Processo Administrativo 2025.09.16.0016- PMSJP | SRP? <input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não | Exclusiva ME/EPP? <input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não | Reserva de quota ME/EPP? <input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não |
| Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONFECÇÃO DE PRÓTESE DENTÁRIA, VISANDO ATENDER AS NECESSIDADES DOS PROGRAMAS DE SAÚDE BUCAL DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO/MA. | | Legislação Aplicada: Lei nº 14.133, de 2021, Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, do Decreto nº 8.538, de 06 de outubro de 2015, Decreto nº 11.462/23. | |
| Valor total estimado R\$ 296.427,10 (Duzentos e noventa e seis mil, quatrocentos e vinte sete reais e dez centavos) | Vistoria? <input type="checkbox"/> Obrigatória <input type="checkbox"/> Facultativa <input checked="" type="checkbox"/> Não se aplica | Amostra/Demonstração? <input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não | |
| Modo de disputa: ABERTO | | | |
| Pedidos de esclarecimentos e impugnações Até ____/____/____ para o endereço em campo específico na plataforma www.licitanet.com.br , no caso de problemas na plataforma enviar no e-mail: cplsjparaíso@gmail.com | | | |
| Documentação de habilitação | | | |
| Requisitos básicos: Conforme Termo de Referência | | Requisitos específicos Não se aplica | |
| Adjudicação Por Item à(s) licitante(s) vencedora(s) | | | |
| O Edital e seus Anexos estão à disposição dos interessados no sítio eletrônico www.saojoaodoparaíso.ma.gov.br , na plataforma www.licitanet.com.br e poderão ser lidos gratuitamente e/ou obtidos no órgão, situado no endereço Avenida do Comércio, Nº 150, Centro, SÃO JOÃO DO PARAÍSO, nos dias úteis, no horário das ____ horas às ____ horas. | | | |

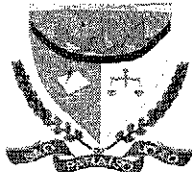


PMSJP

FL.(S)
Nº 65
RUBRICA: 


Sumário

| | |
|--|----|
| 1. DO OBJETO | 3 |
| 2. DO REGISTRO DE PREÇOS | 3 |
| 3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO | 3 |
| 4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO | 5 |
| 5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA..... | 7 |
| 6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES | 8 |
| 7. DA FASE DE JULGAMENTO | 11 |
| 8. DA FASE DE HABILITAÇÃO | 16 |
| 9. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS | 18 |
| 10. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA | 18 |
| 11. DOS RECURSOS | 19 |
| 12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES..... | 20 |
| 13. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO..... | 20 |
| 14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS | 22 |



PMSJP

MINUTA DO EDITAL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº ____/2025

FL.(S)
Nº 66
RUBRICA: 

(Processo Administrativo nº 2025.09.16.0016-PMSJP)

O **MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO – ESTADO DO MARANHÃO**, no uso de suas atribuições legais torna público, que realizará licitação, na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, cujo o critério de julgamento será o de **MENOR PREÇO POR ITEM**, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, do Decreto nº 8.538, de 06 de outubro de 2015, Decreto nº 11.462/23 e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: Até o dia ____/____/____ às ____:____ horas.

ABERTURA DAS PROPOSTAS: Dia ____/____/____ às ____:____ horas.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é o **registro de preços para futura e eventual contratação de empresa especializada na prestação de serviços de confecção de prótese dentária**, visando atender as necessidades dos programas de saúde bucal da Secretaria Municipal de Saúde do Município de São João do Paraíso/MA, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.1. A licitação será dividida em itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

2. DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados na Plataforma **LICITANET – Licitações Eletrônicas** (www.licitanet.com.br).

3.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.



FL.(S)

Nº 67

RUBRICA:

3.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.5. A participação é aberta a todos os interessados que atendam integralmente às condições deste Edital e de seus anexos, não sendo licitação exclusiva para microempresas ou empresas de pequeno porte

3.5.1. Será assegurado o tratamento favorecido previsto nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, às microempresas, empresas de pequeno porte e demais beneficiários legais, nos termos da legislação aplicável.

3.6. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto nº 8.538, de 2015.

3.7. Será concedida prioridade de contratação de microempresas e empresas de pequeno porte sediadas no ÂMBITO LOCAL OU REGIONAL, nos termos do art. 9º do Decreto nº 8.538/2015 para promover o desenvolvimento econômico e social no âmbito local.

3.7.1. Considera-se sediadas no **ÂMBITO LOCAL** as empresas sediadas no Município de São João do Paraíso/MA;

3.7.2. Considera-se sediadas em **ÂMBITO REGIONAL** as empresas sediadas na microrregião 019, composta pelas cidades: Campestre do Maranhão, Carolina, Estreito, Porto Franco, São João do Paraíso e São Pedro dos Crentes.

3.8. Não poderão disputar esta licitação:

3.8.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.8.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

3.8.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

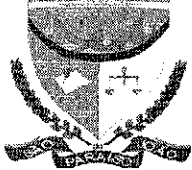
3.8.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.8.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.8.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.8.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.8.8. agente público do órgão ou entidade licitante;



3.8.9. *peças jurídicas reunidas em consórcio;*

3.8.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

3.8.11. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.9. O impedimento de que trata o item 3.8.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.10. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.8.2 e 3.8.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.11. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.12. O disposto nos itens 3.8.2 e 3.8.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.13. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

3.14. A vedação de que trata o item 3.8.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1. *Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.*

4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto nos itens 9.1.1 e 9.12.1 deste Edital.

4.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.4.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos



direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.4.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

4.4.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.4.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.5. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.6. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

4.6.1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

4.6.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

4.7. A falsidade da declaração de que trata os itens 4.4 ou 4.6 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

4.8. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

4.9. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

4.10. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

4.11. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

4.11.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

4.11.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.



FL(S)
Nº 90
FABRICA: [assinatura]

4.12. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

4.12.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

4.12.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

4.13. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 4.11 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

4.14. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

4.15. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.1.1. **VALOR UNITÁRIO E TOTAL DO ITEM;**

5.1.2. Marca e Modelo;

5.1.3. Fabricante;

5.1.4. Quantidade cotada, devendo respeitar o máximo estipulado no Termo de Referência.

5.1.5. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.1.6. O licitante NÃO poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

5.2. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.3. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.4. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

5.5. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.6. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

[assinatura]



5.6.1. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.

5.6.2. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

5.6.3. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no item 4.9.

5.7. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do **ITEM**

6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

6.7. O licitante somente poderá oferecer lance *de valor inferior* ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser *de R\$ 1,00 (um real)*.

6.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

6.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

6.11. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa "aberto", os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

6.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

6.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.



- 6.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
- 6.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 6.11.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 6.11.6. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.
- 6.11.7. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 6.11.8. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.
- 6.11.9. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 6.11.10. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 6.11.11. Na hipótese de não serem apresentadas, ao menos, três propostas válidas, os licitantes que tiverem apresentado as três melhores ofertas, inclusive as empatadas, poderão ser convidados a oferecer novos lances sucessivos.
- 6.12. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 6.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 6.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 6.15. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 6.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 6.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 6.18. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as



FL.(S)

Nº 43

RUBRICA:

microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

6.18.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

6.18.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

6.18.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

6.18.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

6.19. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

6.19.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

6.19.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

6.19.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

6.19.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

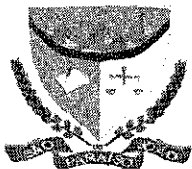
6.19.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

6.19.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

6.19.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

6.19.2.2. empresas brasileiras;

6.19.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;



FL.(S)
Nº 94
RUBRICA:

6.19.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

6.20. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após o encerramento da etapa de lances.

6.20.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

6.20.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.20.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

6.20.4. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.20.5. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

6.21. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7. DA FASE DE JULGAMENTO

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro poderá verificar se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 3.8 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

7.1.1. SICAF;

7.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

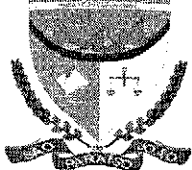
7.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

7.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

7.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, caput)

7.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).

7.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).



FL.(S)
Nº 45
RUBRICA: Pml

- 7.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.
- 7.4. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 3.5.1 e 4.6 deste edital.
- 7.5. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.
- 7.6. Será desclassificada a proposta vencedora que:
- 7.6.1. conter vícios insanáveis;
 - 7.6.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;
 - 7.6.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
 - 7.6.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
 - 7.6.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.
- 7.7. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexecuibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.
- 7.7.1. A inexecuibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:
- 7.7.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
 - 7.7.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.
- 7.8. Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.
- 7.9. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;
- 7.9.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;
 - 7.9.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.
- 7.10. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de demonstração técnica dos serviços, o licitante classificado em primeiro lugar deverá realizá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.
- 7.11. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de demonstração técnica dos serviços, o licitante classificado em primeiro lugar deverá realizá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

P



FL(S)
Nº 46
RUBRICA:
Paul

7.12. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação da demonstração técnica, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

7.13. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

7.14. No caso de não realização da demonstração técnica ou ocorrência de atraso, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo execução de serviço fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

7.15. Se a demonstração técnica apresentada pelo primeiro classificado não for aceita, o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação das demonstrações técnicas dos demais licitantes, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

8. EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO

8.1. Habilitação jurídica

8.1.1. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

8.1.2. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.1.3. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.1.4. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.1.5. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

8.1.6. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.1.7. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

8.1.8. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

8.1.9. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

8.2. Habilitação fiscal, social e trabalhista



FL(S)
Nº 17

PROCURADORIA: [assinatura]

8.2.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.2.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.2.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.2.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.2.5. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes ESTADUAL/DISTRITAL relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.2.6. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes MUNICIPAL/DISTRITAL relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.2.7. Prova de regularidade com a Fazenda ESTADUAL/DISTRITAL do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.2.8. Prova de regularidade com a Fazenda MUNICIPAL/DISTRITAL do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.2.9. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos ESTADUAL/DISTRITAL ou MUNICIPAL/DISTRITAL relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.2.10. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

8.3. Qualificação Econômico-Financeira

8.3.1. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

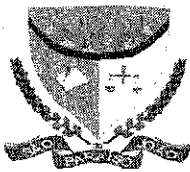
8.3.2. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando;

8.3.3. Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

$$LG = \frac{\text{ATIVO CIRCULANTE} + \text{REALIZÁVEL A LONGO PRAZO}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE} + \text{PASSIVO NÃO CIRCULANTE}}$$

$$LC = \frac{\text{ATIVO CIRCULANTE}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE}}$$

[assinatura]



PMSJP

SG = ATIVO TOTAL
PASSIVO CIRCULANTE + PASSIVO NÃO CIRCULANTE

FL.(S)
Nº 73
RUBRICA: *[assinatura]*

EG = PASSIVO CIRCULANTE + PASSIVO NÃO CIRCULANTE
ATIVO TOTAL

8.3.4. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

8.3.5. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

8.3.6. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao SPED.

8.3.7. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação patrimônio líquido mínimo de 10% (Dez por cento) do valor total estimado da contratação.

8.3.8. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

8.3.9. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

8.4. Qualificação Técnica

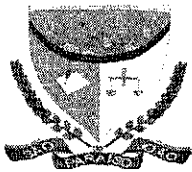
8.4.1. Comprovação de aptidão para o fornecimento e confecção de próteses similares, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior ao objeto desta contratação, ou ao item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, quando aplicável.

8.4.2. Para fins de comprovação do quantitativo mínimo, será admitida a apresentação e o somatório de diferentes atestados referentes a serviços realizados de forma concomitante.

8.4.3. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

8.4.4. O fornecedor deverá disponibilizar todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à confecção das próteses, endereço atual da contratante, local onde os serviços foram executados e Notas Fiscais correspondentes, dentre outros documentos pertinentes.

[assinatura]



FL. (S)
Nº 19
SUBSCRIÇÃO
PMSJP

9. DA FASE DE HABILITAÇÃO

9.1. Os documentos previstos nos **itens 8 deste Edital**, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.1. Além da documentação prevista no item acima, o licitante deverá apresentar a Declaração Unificada conste no Anexo IV.

9.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.4. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

9.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia ou por meio digital.

9.6. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

9.7. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

9.8. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

9.9. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

9.10. A habilitação será verificada por meio no habilitante, nos documentos por ele abrangidos.

9.10.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. (IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º).

9.11. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. (IN nº 3/2018, art. 7º, caput).



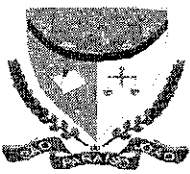
FL.(S)
Nº 80

SUBCRICA

[Handwritten signature]

- 9.11.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. (IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único).
- 9.12. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.
- 9.12.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no **HABILITANET** serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de no mínimo, 02 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.
- 9.12.2. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.
- 9.13. A verificação no SICAF ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.
- 9.13.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.
- 9.13.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.
- 9.14. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64, e IN 73/2022, art. 39, §4º):
- 9.14.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e
- 9.14.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;
- 9.15. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 9.16. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 9.12.1.
- 9.17. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.
- 9.18. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015).
- 9.19. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

[Handwritten signature]



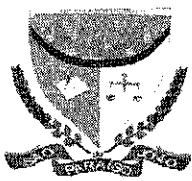
10. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 10.1. Após a homologação da licitação, a (s) licitante (s) vencedora (s) será (ão) convocada (s) para assinar a Ata de Registro de Preços, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da convocação e nas condições estabelecidas neste Termo de Referência e seus Anexos;
- 10.2. A convocação da (s) vencedora (s), assim como qualquer comunicação entre as partes a respeito da Ata de Registro de Preços e do Contrato, produzirá efeitos legais se processada por publicação na imprensa oficial ou por escrito mediante protocolo, e-mail eletrônico ou outro meio de registro, não sendo consideradas comunicações verbais;
- 10.3. É facultada a Prefeitura Municipal de São João do Paraíso/MA, quando a (s) convocada (s) não comparecer (em) no prazo estipulado, não apresentar (em) situação regular no ato da assinatura da ata ou, ainda, recusar-se a assiná-lo, injustificadamente, convocar as licitantes remanescentes na ordem de classificação, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis;
- 10.4. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pela parte, durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado e aceito pela Prefeitura Municipal de São João do Paraíso/MA;
- 10.5. A empresa terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), sob pena de decair do direito à contratação;
- 10.6. A recusa injustificada por parte do fornecedor em assinar o contrato para formalização da contratação junto à administração pública, será caracterizada como inadimplemento total das obrigações assumidas, por conseguinte, passível de abertura de processo administrativo punitivo e aplicação de penalidades legalmente estabelecidas pelas legislações vigentes, assegurados o contraditório, a ampla defesa e demais matérias e princípios constitucionais que regem o processo em âmbito administrativo ou judicial;
- 10.7. O prazo para assinatura do contrato poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado pelo fornecedor beneficiário durante seu transcurso, desde que ocorra motivo justificado e aceito pela CONTRATANTE.

11. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

- 11.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:
- 11.1.1. dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e
- 11.1.2. dos licitantes que mantiverem sua proposta original
- 11.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.
- 11.2.1. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.
- 11.2.2. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.
- 11.3. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

[Handwritten signature]



FL.(S)
Nº 821

RUBRICA: [assinatura]

11.3.1. quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

11.3.2. quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29 do Decreto nº 11.462/23.

11.4. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

11.4.1. convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

11.4.2. adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

12. DOS RECURSOS

12.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

12.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

12.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

12.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

12.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

12.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

12.3.4. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

12.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

12.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

12.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

12.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

12.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.



FL(S)
Nº 83

RUBRICA: *[Signature]*

12.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento;
12.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico www.licitanet.com.br e www.saojoaodoparaíso.ma.gov.br.

13. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

13.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 14.133/2021 a empresa que:

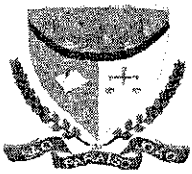
- a. Dar causa à inexecução parcial do contrato;
- b. Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c. Dar causa à inexecução total do contrato;
- d. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- h. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- i. Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- l. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

13.2. Conforme os termos da Lei nº 14.133/2021, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999 e na Lei Estadual nº 8.959/2009, todas as sanções previstas no Art. 156 da Lei 14.133/2021, serão aplicadas pelo Secretário Municipal da Pasta interessada, ou pela autoridade máxima da respectiva entidade, quando se tratar de autarquia ou fundação, observados o contraditório e a ampla defesa, conforme preceitua o inciso LV do art. 5º da Constituição da República Federativa do Brasil;

13.3. A empresa que cometer quaisquer das infrações discriminadas no subitem acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

- a. Multa compensatória de até 10 % (dez por cento) sobre o valor total da nota de empenho, no caso de recusa injustificada em assinar a Ata de Registro de Preços, o contrato e/ou receber e nota de empenho no prazo previsto;
- b. Multa moratória de até 0,3% (três décimos por cento) por dia de atraso injustificado na entrega, calculado sobre o valor da parcela não cumprida, até o limite de 5 (cinco) dias, após o qual, a critério da Administração, poderá ocorrer a não aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;
- c. Multa moratória de até 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado na entrega, calculado sobre o valor da parcela não cumprida, por período superior ao previsto na alínea "b", limitado a 05 (cinco) dias subsequentes, após o qual, a critério da Administração, poderá ocorrer

[Signature]



a não aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

d. Multa moratória de até 5% (cinco por cento), calculado sobre o valor da parcela não cumprida, nas hipóteses não previstas nas alíneas anteriores, em caso de inexecução parcial da obrigação assumida;

e. Multa compensatória de até 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato no caso de inexecução total do objeto, em caso de inexecução parcial das obrigações assumidas, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;

f. Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar;

g. Em caso de inexecução parcial das obrigações assumidas, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;

h. Impedimento de licitar e contratar com a Prefeitura Municipal de São João do Paraíso/MA com o consequente descredenciamento no Cadastro de Fornecedores do Município pelo prazo de até 03 (três anos).

13.4. Na aplicação das sanções serão considerados:

a. A natureza e a gravidade da infração cometida;

b. As peculiaridades do caso concreto;

c. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

d. Os danos que dela provierem para a Administração Pública;

e. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

13.5. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade e da razoabilidade;

13.6. Atrasos cuja justificativa seja aceita pela Prefeitura Municipal de São João do Paraíso/MA e comunicadas antes dos prazos de entrega consignados no contrato ou documento equivalente, poderão a critério deste ser isenta total ou parcialmente da multa.

14. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

14.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

14.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

14.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, através de campo específico na Plataforma LICITANET – Licitações Eletrônicas

14.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

14.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.



14.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame

15. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

15.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

15.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

15.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

15.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

15.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

15.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

15.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

15.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

15.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

15.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e www.licitanet.com.br e www.saojoaodoparaíso.ma.gov.br.

15.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

15.11.1. ANEXO I - Termo de Referência

15.11.2. ANEXO II – Minuta de Termo de Contrato

15.11.3. ANEXO III – Minuta de Ata de Registro de Preços

15.11.4. ANEXO IV – Declaração Unificada.

15.11.5. ANEXO V – Modelo de Proposta de Preços.

SÃO JOÃO DO PARAÍSO-MA, ___ de _____ de 2025.

Marisa Elanne Damasceno de França

Secretária Municipal de Saúde

Portaria nº 005/2025



ANEXO I

FL.(S)

Nº 86

RUBRICA:

TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO:

1.2. Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa especializada na Prestação de Serviços de Confeção de Prótese Dentária, visando atender as necessidades dos programas de Saúde Bucal da Secretaria Municipal de Saúde do município de São João do Paraíso/MA.

2. DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO:

2.1. Tendo em vista a importância dos serviços odontológicos especializados em próteses dentárias para atendimento aos usuários do SUS, público alvo no Município de São João do Paraíso/MA, há por parte dos usuários, quando se encontram adentados, a necessidade de próteses bucais, que se procedam à restauração da saúde bucal desses pacientes.

2.2. A Confeção de próteses dentárias por se tratar de um serviço de suma importância aos pacientes de baixa renda do município constitui-se em uma série de medidas que visam garantir prevenção e recuperação da saúde bucal dos pacientes com as ações e serviços oferecidos, as ações em saúde bucal são voltadas para os cidadãos de todas as idades, com ampliação do acesso ao tratamento odontológico gratuito melhorando assim a qualidade de vida da população.

2.3. Estabelecer contrato de prestação de serviços de confeção de próteses bucais, com base nos preços da Tabela SUS vigente na data do pagamento, afim, de atender de forma universal e igualitária os usuários do SUS que busquem atendimento junto às UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE/PROGRAMA SAÚDE BUCAL de São João do Paraíso/MA, na área de odontologia, em especial os pacientes endentados.

3. DA DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO, CONSIDERANDO TODO O CICLO DE VIDA DO OBJETO:

3.1 A descrição da solução como um todo, encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar - ETP, que antecede este Termo de Referência.

4. DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO:

4.1. Consubstanciam-se como requisitos da contratação todas as obrigações estabelecidas no presente Termo de Referência, sem prejuízo das demais disposições do Edital de Licitação e seus anexos;



FL.(S)
Nº 84
RUBRICA:

4.2. Para a prestação dos serviços pretendidos os eventuais interessados deverão comprovar que atuam em ramo de atividade compatível com o objeto da licitação, com apresentação de referências e portfólio de trabalhos realizados, bem como apresentar os documentos, a título habilitação, nos termos do Art. 62, da Lei nº 14.133/2021;

4.3. A empresa deve dispor de profissionais qualificados e treinados, com certificações específicas para a confecção das próteses dentárias;

4.4. Possuir certidões válidas, conforme §4º do Art. 91 da Lei Federal nº 14.133/21;

4.5. Para habilitação, a CONTRATADA deverá cumprir ao que tange o Art. 62 da Lei federal nº 14.133/21;

4.6. Atender as solicitações nos prazos estipulados em contrato;

4.7. Responder por todos os ônus referentes a execução do objeto da contratação, tais como fretes, impostos, seguros, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais e deverá apresentar os respectivos comprovantes, quando solicitados pelo Fiscal do Contrato;

4.8. Reparar ou indenizar, dentro do prazo estipulado em contrato, todas e quaisquer avarias ou danos causados aos bens do CONTRATANTE, ou de terceiros, decorrentes de ação ou omissão de seus empregados e fornecedores;

4.9. Manter durante toda a vigência do contrato, as condições que ensejaram a sua habilitação na licitação e contratação;

4.10. Cumprir o objeto do contrato estritamente de acordo com as normas que regulamentam o objeto da contratação;

4.11. A Administração se reserva o direito de não aceitar nenhum dos orçamentos apresentados e efetuar a compra direta de acordo com a pesquisa de preços por ela efetuada.

4.12. Quanto a Sustentabilidade:

4.12.1. Os critérios de Sustentabilidade são: maior vida útil, menor custo de manutenção, uso de inovações que reduzam a pressão sobre os recursos naturais, origem ambientalmente regular dos recursos naturais utilizados, menor geração de resíduos, como também materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local.

4.13. Demonstração Técnica dos Serviços:



4.13.1. No caso de licitação que envolva a prestação de serviços, a Administração poderá exigir demonstração técnica do serviço ofertado, seja na fase de julgamento das propostas, na etapa de habilitação técnica ou durante a vigência contratual, desde que prevista no edital e justificada a necessidade de verificação da qualidade e capacidade de execução do objeto contratado.

4.13.2. A demonstração técnica, quando solicitada, deverá ser realizada no prazo de 24 (vinte e quatro) horas após a convocação formal da licitante, em local indicado pela Prefeitura Municipal, sob pena de desclassificação, devendo evidenciar a metodologia de trabalho, materiais empregados e técnicas utilizadas na confecção das próteses dentárias, em conformidade com as especificações constantes do Anexo I deste Termo de Referência.

4.13.3. A demonstração técnica será avaliada por servidores designados pela Administração, preferencialmente profissionais da área de saúde bucal, no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas após sua realização.

4.13.4. Os resultados da avaliação da demonstração técnica serão divulgados por meio de mensagem no sistema de licitações adotado pela Prefeitura Municipal.

4.13.5. Caso a demonstração técnica apresentada pela licitante melhor classificada não seja aprovada, será analisada a proposta da licitante subsequente, procedendo-se à verificação da demonstração técnica desta, e assim sucessivamente, até que se encontre prestadora que atenda integralmente às especificações e padrões de qualidade exigidos.

4.13.6. A licitante deverá, no ato da demonstração técnica, apresentar documentação comprobatória dos materiais utilizados, incluindo certificados de qualidade, fichas técnicas e registro junto aos órgãos competentes, bem como relacionar todos os insumos empregados no processo demonstrativo.

4.13.7. Durante a avaliação, poderão ser observados aspectos como acabamento, fidelidade anatômica, adaptação funcional e resistência dos materiais, bem como o cumprimento das normas de biossegurança e boas práticas laboratoriais.

4.13.8. Caso a demonstração técnica não seja realizada no prazo estabelecido ou apresente incompatibilidade com as especificações técnicas exigidas, a licitante será automaticamente desclassificada, sendo convocada a próxima colocada.

4.13.9. A critério da CONTRATANTE, os registros fotográficos e relatórios da demonstração técnica aprovada poderão ser mantidos como referência durante a execução contratual, para fins de fiscalização da conformidade dos serviços.

4.13.10. Após a homologação da licitação, as licitantes não aprovadas na etapa de demonstração técnica poderão solicitar acesso aos relatórios de avaliação, no prazo de 07 (sete) dias úteis, contados da comunicação da decisão.

4.13.11. Decorrido o prazo acima, será presumida a desistência da licitante quanto à interposição de recurso administrativo, não cabendo qualquer reivindicação posterior de revisão ou indenização.



FL.(S)
Nº 89

RUBRICA:

4.13.12. A licitante que não colaborar com as diligências técnicas, não apresentar os materiais ou não realizar a demonstração conforme as condições estabelecidas, será desclassificada, sendo convocada a próxima classificada para a mesma etapa.

4.13.13. A aceitação da proposta ficará condicionada à aprovação da demonstração técnica do serviço, comprovando a capacidade técnica e a conformidade dos materiais e métodos utilizados com as especificações deste Termo de Referência.

4.14. Quanto a Garantia da Execução Contratual

4.14.1. A Contratante poderá exigir garantia de execução contratual no percentual de até 5% (cinco por cento) do valor total do contrato, podendo o licitante optar por caução em dinheiro, títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária, a ser comprovada no prazo de 10 (dez) dias úteis a partir da data da celebração do contrato, prorrogável por igual período a critério da Prefeitura;

4.1.1. Sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, caso a Contratada não apresente a comprovação da prestação da garantia no prazo fixado, a Prefeitura poderá reter o pagamento até o limite do valor correspondente à garantia exigida, até que seja regularizada a situação;

4.14.2. A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso, observado o máximo de 1% (um por cento);

4.14.3. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõem o Art.137 da Lei Federal nº 14.133/2021;

4.14.4. Somente será aceita a prestação de garantia que cubra, no mínimo, os seguintes riscos ou prejuízos decorrentes da execução do contrato:

4.14.5. Prejuízo advindo do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

4.14.6. Prejuízos causados à Contratante ou a terceiro, decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;

4.14.7. As multas moratórias e compensatórias aplicadas à Contratada.

4.14.8. No caso de caução em dinheiro, o depósito deverá ser efetuado em conta específica com correção monetária, em favor da Prefeitura;

4.14.9. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda;

4.14.10. A garantia, se prestada na forma de fiança bancária ou seguro-garantia, deverá ter validade durante toda a vigência do contrato, e ainda por mais 3 (três) meses após o término da vigência contratual;

4.14.11. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil;



- 4.14.12.** No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser readequada ou renovada nas mesmas condições;
- 4.14.13.** Se o valor da garantia for utilizado, total ou parcialmente, pela Contratante, para compensação de prejuízo causado no decorrer da execução contratual por conduta da Contratada, esta deverá proceder à respectiva reposição no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data em que tiver sido notificada;
- 4.14.14.** Após execução do contrato, constatado o regular cumprimento de todas as obrigações a cargo da contratada, a garantia por ela prestada será liberada ou restituída e, quando em dinheiro, atualizada monetariamente, deduzidos eventuais valores devidos à Contratante;
- 4.14.15.** A garantia somente será liberada ante a comprovação de que a empresa pagou todas verbas rescisórias trabalhistas decorrentes da contratação, e que, caso esse pagamento não ocorra até o fim só segundo mês após o encerramento da vigência contratual, a garantia será utilizada para pagamentos dessas verbas trabalhistas diretamente pela administração;
- 4.14.16.** Em caso de encerramento da vigência do contrato, ou rescisão contratual, a Secretaria reterá a garantia prestada, até que o fiscal verifique o pagamento pela Contratada das verbas rescisórias decorrentes da contratação, ou a comprovação de que os empregados serão realocados em outra atividade de prestação de serviços, sem que ocorra a interrupção do contrato de trabalho;
- 4.14.17.** O garantidor não é parte interessada para figurar em processo administrativo instaurado pelo contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à Contratada;
- 4.14.18.** A Prefeitura não executará a garantia nas seguintes hipóteses:
- 4.14.19.** Caso fortuito ou força maior;
- 4.14.20.** Alteração, sem prévia anuência da seguradora ou do fiador, das obrigações contratuais;
- 4.14.21.** Descumprimento das obrigações pela contratada decorrente de atos ou fatos da administração.

4.15. Quanto a Subcontratação:

- 4.15.1.** Considerando a natureza técnica e especializada dos serviços de confecção de próteses dentárias, que exigem responsabilidade profissional direta de cirurgião-dentista e técnico em prótese dentária devidamente registrados no Conselho Regional de Odontologia (CRO), fica vedada a subcontratação total ou parcial do objeto.
- 4.15.2.** A execução dos serviços requer controle rigoroso de qualidade, rastreabilidade dos materiais utilizados e cumprimento das normas sanitárias e de biossegurança, não sendo possível delegar a terceiros qualquer etapa que envolva a confecção, manipulação ou entrega das próteses dentárias, sob pena de comprometer a qualidade do resultado e a segurança do paciente.
- 4.15.3.** Dessa forma, a contratada deverá possuir estrutura física adequada, equipamentos compatíveis e equipe técnica habilitada para a execução integral dos serviços, assumindo responsabilidade técnica, civil e administrativa pelo fiel cumprimento do objeto contratual.



4.15.4. A vedação à subcontratação visa assegurar a confiabilidade dos serviços prestados, a padronização das próteses produzidas, a integridade dos dados clínicos dos pacientes, bem como o atendimento às exigências éticas e legais estabelecidas pelo Conselho Federal e Regional de Odontologia.

5. DO VALOR ESTIMADO:

5.1. O valor estimado e orçado para o atendimento das despesas da futura contratação foi determinado através de Pesquisa de Mercado, realizado pelo Departamento de Compras da Prefeitura Municipal de São João do Paraíso/MA, em conformidade com as orientações do Tribunal de Contas da União, utilizando-se dos parâmetros definidos no Art. 23 e parágrafos da Lei Federal nº 14.133/2021;

5.2. Dessa maneira, foi realizada uma análise dos preços praticados no mercado a fim de estimar de maneira definitiva o valor da pretensa contratação, portanto, como métodos para obtenção do preço estimado, utilizou-se a média dos valores obtidos na pesquisa de preços junto ao Fonte de Preços sobre um conjunto de três preços, oriundos dos parâmetros legais acima citados, acompanhadas dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e demais documentos;

5.3. Face ao exposto, identificamos o valor estimado em **R\$ 296.427,10 (Duzentos e noventa e seis mil, quatrocentos e vinte sete reais e dez centavos)**, conforme Relatório de Pesquisa de Mercado, Relatório do Fonte de Preços e Mapa de Apuração, anexados a este Termo de Referência;

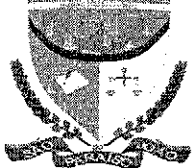
5.4. Aduzimos, ainda, que os preços propostos deverão ser considerados completos, abrangendo todas as despesas relacionadas à execução dos serviços de confecção de próteses dentárias, incluindo materiais, mão de obra, insumos, tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e quaisquer outras despesas acessórias ou necessárias ao integral cumprimento do objeto, salvo disposição legal em contrário. Todos os custos diretos e indiretos deverão estar contemplados no valor ofertado, inclusive eventuais despesas de deslocamento para entrega das próteses, quando aplicável.

6. DOS QUANTITATIVOS E ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS:

6.1. A especificações técnicas e quantitativos dos itens objeto da referida contratação, encontram-se relacionadas no Anexo I deste Termo de Referência;

6.2. Aduzimos ainda, que as especificações e quantitativos apresentadas constituem uma estimativa em função de eventuais demandas das unidades e dos usuários, baseando-se em dados de consultas realizadas junto ao setor competente responsável por identificar as necessidades inerentes ao objeto da pretensa contratação, como também levantamento de contratações similares do exercício anterior.

7. DO ÓRGÃO GERENCIADOR E DOS PARTICIPANTES:



FL.(S)
Nº 02
RUBRICA:

7.1 O Órgão Gerenciador da Ata de Registro de Preços a ser firmada mediante a realização deste Pregão Eletrônico, será a Secretaria Municipal de Saúde.

8. DO ENQUADRAMENTO LEGAL:

8.1. O objeto deste Termo de Referência é considerado comum, porque é definido mediante especificações usuais no mercado, tendo como critério de escolha o preço ofertado, somente cabendo à adoção da modalidade PREGÃO, nos termos do Art. 28, inciso I da Lei Federal nº 14.133/2021;

8.2. A modalidade de licitação ora escolhida, confere maior celeridade ao processo, como também amplia o universo dos potenciais licitantes. Desse modo, entende-se que o interesse público será mais satisfatoriamente atendido mediante a adoção dessa modalidade;

8.3. Diante do exposto, é oportuno informar que será utilizado o Sistema de Registro de Preços, nos moldes do Art. 6º, inciso XLV da Lei Federal nº 14.133/2021.

9. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

9.1. Por se tratar de previsão para futuras e eventuais contratações no sistema de Registro de Preços, não é necessário indicar a dotação orçamentária, que somente será exigida para a formalização do contrato ou outro instrumento hábil, conforme o Art. 17 da Lei Federal nº 11.462/2023.

10. CRITÉRIOS DE JULGAMENTO:

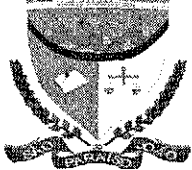
10.1. Para julgamento e classificação das propostas, deverá ser adotado o critério do MENOR PREÇO POR ITEM, observadas as especificações definidas neste Termo de Referência.

11. FORME E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR:

11.1. A forma e os critérios de seleção estarão devidamente estabelecidos no edital de licitação, contemplando as exigências legais de habilitação jurídica, qualificação técnica, regularidade fiscal e trabalhista, bem como o cumprimento das normas específicas aplicáveis ao objeto. Dessa forma, assegura-se que somente empresas devidamente capacitadas, que atendam aos requisitos técnicos e legais, poderão participar do certame, garantindo a execução dos serviços de confecção de próteses dentárias com qualidade, segurança e eficiência.

11. DA EXECUÇÃO DO OBJETO CONTRATADO:

12.1 Do Prazo e da Forma da Prestação/Entrega dos Serviços:



FL. (S)
Nº 93

ASSINATURA:

12.2. A execução dos serviços será feita de forma **PARCELADA**, bem como, o prazo de execução dos serviços será de **15 (quinze) dias úteis**, após recebimento da Ordem de Serviços;

12.3. Caso a CONTRATADA verifique a impossibilidade de cumprir com o prazo estabelecido, deverá encaminhar a Prefeitura Municipal deste município, na pessoa do Fiscal do Contrato, solicitação de prorrogação de prazo de entrega, da qual deverão constar o motivo do descumprimento devidamente fundamentado e indicação expressa do novo prazo previsto para entrega, que não poderá ser superior àquele inicialmente estabelecido;

12.4. A solicitação de prorrogação de prazo será analisada pelo Fiscal do Contrato na forma da Lei e de acordo com os princípios de razoabilidade e proporcionalidade, informando à empresa da decisão proferida em até 48 (quarenta e oito) após a data do pedido;

12.5. Havendo denegação da prorrogação do prazo de entrega, e caso não cumpra o prazo inicial, a CONTRATADA ficará sujeita às penalidades previstas em Lei.

12.6. O não cumprimento das entregas nas datas e horários determinados, ocasionará penalidades cabíveis;

12.7. No ato da execução, a contratada deverá apresentar a nota fiscal correspondente, acompanhada das certidões de regularidade jurídica e fiscal, constando obrigatoriamente a razão social, o CNPJ e o endereço compatível com aquele constante na nota de empenho;

12.8. A(s) nota(s) fiscal(ais) será(ão) rejeitada(s) caso contenha(am) emendas, rasuras, borrões ou outras informações incorretas e devem ser trocadas no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, ficando o recebimento definitivo condicionado à resolução da pendência;

12.9. Todas as despesas com transporte, remessa e entrega serão de inteira responsabilidade da CONTRATADA;

12.10. Todas as comunicações a serem realizadas entre as partes serão feitas por correio eletrônico (e-mail), telefone ou ofício.

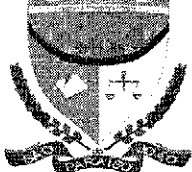
12.11. Do Horário e Local de Entrega:

12.11.1. Os serviços de confecção e entrega das próteses dentárias deverão ser realizados e entregues na Secretaria Municipal de Saúde, localizada na Avenida Maranhão, nº 100, Centro, São João do Paraíso/MA, ou em outro local previamente indicado pela Administração, conforme cronograma e demandas encaminhadas pela Coordenação de Saúde Bucal.

12.11.2. No ato da entrega, as próteses dentárias que não estiverem em conformidade com as especificações técnicas constantes neste Termo de Referência — quanto à qualidade, adaptação, acabamento ou material utilizado — serão rejeitadas e deverão ser refeitas ou substituídas pela contratada, sem ônus adicional ao Município.

12.11.3. A fiscalização, acompanhamento e conferência técnica dos serviços serão realizados por servidor(es) designado(s) pela Secretaria Municipal de Saúde, devidamente qualificado(s) para verificar o cumprimento das especificações, prazos e condições contratuais.

12.11.4. As entregas das próteses e a execução dos serviços deverão ocorrer no horário das 8h às 13h, de segunda a sexta-feira, observando-se feriados, pontos facultativos e eventuais suspensões de expediente que venham a ser instituídas pelo Poder Público Municipal.



FL.(S)
Nº 94

RUBRICA:

12.11.5. A contratada deverá, sempre que possível, agendar previamente a entrega das próteses junto à Secretaria Municipal de Saúde, pelos contatos indicados no contrato, a fim de permitir o acompanhamento pela equipe de fiscalização e garantir o controle adequado do recebimento dos serviços.

12.12. Do Recebimento dos Serviços Prestados:

12.12.1. O recebimento provisório dos serviços ocorrerá em até 15 (quinze) dias, contados da comunicação formal do contratado acerca do término da execução das próteses dentárias previstas na demanda, mediante verificação inicial da conformidade e completude dos serviços.

12.12.2. O recebimento definitivo será realizado após o prazo de observação e vistoria técnica, que não poderá exceder 90 (noventa) dias, salvo em situações excepcionais devidamente justificadas e formalmente autorizadas pela Administração.

12.12.3. Serão realizadas avaliações técnicas e de qualidade funcional das próteses entregues, a fim de verificar a adequação às especificações estabelecidas neste Termo de Referência, bem como a fidelidade anatômica, resistência dos materiais e conforto funcional para o usuário final.

12.12.4. O objeto contratual poderá ser rejeitado, total ou parcialmente, sempre que as próteses apresentarem inadequação técnica, defeitos de fabricação, inconformidade estética ou funcional, ou divergirem das especificações previstas. Nessas hipóteses, a contratada será obrigada a refazer ou substituir as próteses, no prazo razoável fixado pelo fiscal do contrato, sem qualquer ônus adicional para a Administração e sem prejuízo das sanções legais cabíveis.

12.12.5. O recebimento provisório ou definitivo não exime a contratada da responsabilidade por eventuais vícios ou falhas ocultas, que possam ser constatados somente após o uso clínico, devendo a empresa corrigir ou substituir as próteses defeituosas sempre que solicitado pela fiscalização durante o prazo de garantia.

12.12.6. Compete ao Fiscal do Contrato, após o recebimento definitivo dos serviços, encaminhar ao setor competente a solicitação de pagamento, devidamente instruída com nota fiscal atestada, certidões de regularidade fiscal, termos de recebimento e documentos contratuais pertinentes.

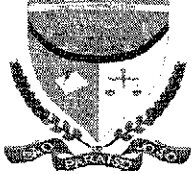
12.12.7. Caso sejam identificadas próteses em desconformidade com as especificações técnicas, padrões de qualidade ou modelo previamente aprovado, a contratada deverá refazê-las ou substituí-las no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, contados da notificação formal da Administração, sem ônus adicional para o Município.

12.12.8. Os serviços prestados deverão atender integralmente às normas do Conselho Federal e Regional de Odontologia (CFO/CRO), bem como às normas da ABNT e demais órgãos oficiais reguladores, garantindo-se a qualidade dos materiais utilizados e a segurança dos pacientes em todas as etapas do processo de confecção das próteses dentárias.

13. DA GARANTIA DOS SERVIÇOS:

13.1 A CONTRATADA ficará obrigada a reparar, corrigir, refazer ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, os serviços objeto da ata ou contrato derivado, nos quais forem verificadas imperfeições, vícios, negligências ou imperícias resultantes da execução dos trabalhos, a critério do gestor, que lhe assinará prazo compatível para adoção das providências cabíveis.

14. DA FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:



FL.(S)
Nº 95
RUBRICA:

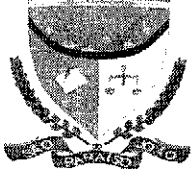
[Handwritten signature]

- 14.1.** Após a homologação da licitação, a (s) licitante (s) vencedora (s) será (ão) convocada (s) para assinar a Ata de Registro de Preços, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da convocação e nas condições estabelecidas neste Termo de Referência e seus Anexos;
- 14.2.** A convocação da (s) vencedora (s), assim como qualquer comunicação entre as partes a respeito da Ata de Registro de Preços e do Contrato, produzirá efeitos legais se processada por publicação na imprensa oficial ou por escrito mediante protocolo, e-mail eletrônico ou outro meio de registro, não sendo consideradas comunicações verbais;
- 14.3.** É facultada a Prefeitura Municipal de São João do Paraíso/MA, quando a (s) convocada (s) não comparecer (em) no prazo estipulado, não apresentar (em) situação regular no ato da assinatura da ata ou, ainda, recusar-se a assiná-lo, injustificadamente, convocar as licitantes remanescentes na ordem de classificação, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis;
- 14.4.** O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pela parte, durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado e aceito pela Prefeitura Municipal de São João do Paraíso/MA;
- 14.5.** A empresa terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), sob pena de decair do direito à contratação;
- 14.6.** A recusa injustificada por parte do fornecedor em assinar o contrato para formalização da contratação junto à administração pública, será caracterizada como inadimplemento total das obrigações assumidas, por conseguinte, passível de abertura de processo administrativo punitivo e aplicação de penalidades legalmente estabelecidas pelas legislações vigentes, assegurados o contraditório, a ampla defesa e demais matérias e princípios constitucionais que regem o processo em âmbito administrativo ou judicial;
- 14.7.** O prazo para assinatura do contrato poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado pelo fornecedor beneficiário durante seu transcurso, desde que ocorra motivo justificado e aceito pela CONTRATANTE.

15. DO PRAZO DE VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO E DOS CONTRATOS DELA DECORRENTES:

- 15.1.** O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços a ser formalizada será de 01 (um) ano, contados da data de publicação e poderá ser prorrogado, por igual período, observado o que dispõe o Art. 12º do Decreto Municipal 007/2023, como também o que dispõe na Lei Federal 14.133/2021;
- 15.2.** No prazo de validade da Ata de Registro de Preços o órgão ou entidade indicado no item 7, não poderá participar em outra ata que tenha o mesmo objeto desta contratação, conforme determina o inciso VIII do art. 82 da Lei Federal nº 14.133/2021;
- 15.3.** O prazo de duração dos contratos, decorrentes da ARP, não se confunde com o prazo de vigência da própria ata (previsto no subitem 15.1), estando aquele primeiro submetido ao disposto no Capítulo V do Título

[Handwritten signature]



PMSJP

III da Lei Federal nº 14.133/2021;

FL.(S)

Nº 96

RUBRICA: 

15.4. Conforme dispõe o art. 105 da Lei nº 14.133/2021, a duração dos contratos regidos por esta Lei será a prevista em Edital, e deverão ser observadas, no momento da contratação e a cada exercício financeiro, a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 01 (um) exercício financeiro;

15.5. Aduzimos ainda o que retrata o art. 84 da Lei nº 14.133/2021, dispondo que o contrato decorrente da Ata de Registro de Preços, terá sua vigência estabelecida em conformidade com as disposições nela contidas;

15.6. Considerando o que dispõe o art. 106 da Lei nº 14.133/2021, a Administração poderá celebrar contratos com prazo de até 05 (cinco) anos nas hipóteses de serviços e fornecimentos contínuos, observadas as seguintes diretrizes:

15.7. A autoridade competente do órgão ou entidade CONTRATANTE, deverá atestar a maior vantagem econômica vislumbrada em razão da contratação plurianual;

15.8. A Administração deverá atestar, no início da contratação e de cada exercício, a existência de créditos orçamentários vinculados à contratação e a vantagem em sua manutenção;

15.9. A Administração terá a opção de extinguir o contrato, sem ônus, quando não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem levando-se em conta os critérios de conveniência e oportunidade, à guisa do interesse público.

15.10. Dessa forma, cabe acrescentarmos também quanto a vigência contratual, a possibilidade disposta no Art. 107 da Lei nº 14.133/2021, onde o mesmo regra que os contratos de serviços e fornecimentos contínuos poderão ser prorrogados sucessivamente, respeitada a vigência máxima decenal, desde que haja previsão em Edital e que a autoridade competente ateste que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o CONTRATADO ou a extinção contratual sem ônus para qualquer das partes;

15.11. O instrumento do contrato conterá o detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

16. DOS CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO:

16.1. A nota fiscal/fatura deverá ser protocolada na sede da Prefeitura até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente à execução e ao recebimento definitivo dos serviços, por meio de ofício encaminhado à Prefeitura Municipal de São João do Paraíso/MA, devendo conter todas as informações necessárias para sua quitação e estar de acordo com as normas fiscais vigentes;



FL.(S)
Nº 94
RUBRICA: *[Handwritten signature]*

16.2. O pagamento será feito em favor da empresa CONTRATADA, através de ordem bancária na sua conta corrente, após assinatura do Termo de Recebimento Definitivo, emitido pela Secretaria Requisitante;

16.3. Não serão efetuados quaisquer pagamentos à CONTRATADA enquanto pendentes de liquidação obrigações em virtude de penalidades impostas ou inadimplência contratual, não cabendo qualquer atualização ou compensação por atraso decorrente de responsabilidade da contratada.

16.4. A Prefeitura Municipal de São João do Paraíso/MA, poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pela CONTRATADA;

16.5. O pagamento somente será efetuado após o adimplemento das obrigações contratuais pertinentes, conforme o que dispõe sobre a matéria a Lei Federal nº 14.133/2021;

16.6. A empresa CONTRATADA deverá apresentar, juntamente com cada Nota Fiscal, os seguintes documentos:

16.6.1. Prova de regularidade relativa à débitos federais;

16.6.2. Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviços (FGTS), mediante apresentação de Certidão de Regularidade da Situação/CRF;

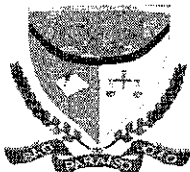
16.6.3. Prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho;

16.6.4. Prova de regularidade junto à **Fazenda Estadual**, mediante apresentação de **Certidão Negativa de Débitos e Certidão Negativa da Dívida Ativa** ou **Certidão Conjunta**, emitida pela Secretaria da Fazenda ou órgão fazendário competente do Estado de domicílio ou sede da licitante.

16.6.5. Prova de regularidade junto à Fazenda Municipal, através da Certidão Negativa de Débitos e Certidão Negativa da Dívida Ativa ou Certidão Conjunta, emitida pela Secretaria da Fazenda Municipal onde a empresa for sediada.

16.7. A não observância do prazo previsto para a apresentação da Nota Fiscal/Fatura e demais documentações necessárias ao pagamento ou a sua apresentação com incorreções ou ausências de documentos, ensejará a prorrogação do prazo de pagamento por igual número de dias a que corresponderem os atrasos e/ou as incorreções verificadas, não cabendo à CONTRATADA, qualquer acréscimo decorrente deste atraso, de sua única e total responsabilidade;

16.8. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação Financeira devida pela CONTRATANTE, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:



FL. (S)
Nº 98

RUBRICA:
PMSJ

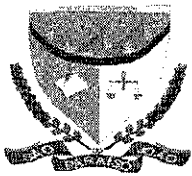
EM = $I \times N \times VP$, sendo EM = Encargos Moratórios N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento VP = Valor da Parcela a ser paga = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = TX \quad I = \frac{(6/100)}{365} \quad I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%

17. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE.

- 17.1. Executar o serviço no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;
- 17.2. Facilitar o acesso dos empregados da CONTRATADA, designados para execução do contrato, às instalações onde os mesmos serão executados;
- 17.3. Disponibilizar à CONTRATADA normas e regulamentos internos aplicáveis aos locais e à execução dos serviços;
- 17.4. Exercer a fiscalização dos serviços, nos aspectos quantitativo, qualitativo, administrativos e técnicos, anotando em registro próprio os defeitos detectados e comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam reparo ou substituição por parte da CONTRATADA.
- 17.5. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade do serviço recebido provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
- 17.6. Comunicar à CONTRATADA, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução dos serviços, para que sejam corrigidas, reparadas ou adequadamente ajustadas.
- 17.7. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da CONTRATADA, através de comissão/servidor especialmente designado;
- 17.8. Efetuar o pagamento à CONTRATADA no valor correspondente ao serviço do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;
- 17.9. Notificar previamente à CONTRATADA, quando da aplicação de penalidades;
- 17.10. Atestar as notas fiscais/faturas emitidas pela CONTRATADA, recusando-as quando inexatas ou incorretas, efetuando todos os pagamentos nas condições pactuadas;
- 17.11. Emitir Autorização para execução dos serviços, instruindo a CONTRATADA quanto à sua realização;



FL(S)
Nº 44

ASSINATURA: [assinatura]

17.12. Rejeitar, no todo ou em parte, os serviços executados que estejam em desacordo com as exigências do Termo de Referência e seus anexos;

17.13. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

18. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

18.1. CONTRATADA deverá cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução dos serviços contratados, assegurando que os trabalhos sejam realizados em conformidade com as especificações, prazos e locais estabelecidos no Termo de Referência e seus anexos.

18.2. Utilizar somente materiais, instrumentos e insumos recomendados pelos fabricantes e compatíveis com as normas técnicas aplicáveis à confecção de próteses dentárias.

18.3. Apresentar, sempre que solicitado, documentos que comprovem a procedência e qualidade dos materiais utilizados na confecção das próteses dentárias.

18.4. Responsabilizar-se pela guarda, segurança e proteção de todos os trabalhos e próteses enquanto estiverem em execução ou sob sua responsabilidade.

18.5. Prestar à CONTRATANTE todos os esclarecimentos solicitados referentes à execução dos serviços contratados.

18.6. Providenciar a imediata correção de quaisquer deficiências apontadas pela CONTRATANTE quanto à execução dos serviços contratados.

18.7. Antes de qualquer intervenção, a CONTRATADA deverá comunicar por escrito ao Fiscal do Contrato da CONTRATANTE.

18.8. Elaborar relatórios técnicos ou laudos sobre as próteses dentárias confeccionadas sempre que solicitado pelo Fiscal da CONTRATANTE.

18.9. Responder por quaisquer danos e prejuízos causados em função da execução dos serviços contratados, salvo em casos de força maior devidamente comprovados e comunicados à CONTRATANTE no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas.

18.10. Corrigir, refazer ou substituir, total ou parcialmente, às suas expensas e no prazo estipulado neste Termo de Referência, qualquer serviço que apresente má qualidade, defeitos ou não esteja em conformidade com as especificações técnicas exigidas.

[assinatura]



FL.(S)
Nº 400
RUBRICA:
[Handwritten signature]

18.11. Comunicar à CONTRATANTE, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas, quaisquer fatos que impossibilitem o cumprimento dos prazos estabelecidos, apresentando a devida comprovação.

18.12. Manter, durante toda a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, compatíveis com a execução dos serviços contratados.

18.13. Prestar à Administração, sempre que necessário, todos os esclarecimentos e orientações relativas à execução dos serviços contratados.

19. DO REAJUSTE:

19.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irredutíveis no prazo de um ano contado da data da elaboração do valor estimado da contratação.

20. DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO CONTRATUAL

20.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas, como também conforme as normas da Lei nº 14.133/2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial;

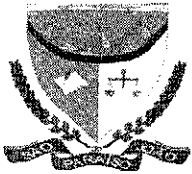
20.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostilamento;

20.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a CONTRATADA devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim;

20.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato;

20.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa CONTRATADA para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da CONTRATADA, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros;

20.6. O Gestor do Contrato acompanhará a coordenação das atividades relacionadas à fiscalização técnica, administrativa e setorial e dos atos preparatórios à instrução processual e ao encaminhamento da documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos relativos à prorrogação,



FL(S)
Nº 101

AUTORIZAÇÃO:
[Assinatura]

à alteração, ao reequilíbrio, ao pagamento, à eventual aplicação de sanções e à extinção dos contratos, outros, conforme dispões o Art. 9º do Decreto Municipal nº 097/2023;

20.7. O Fiscal Técnico acompanhará o contrato com o objetivo de avaliar a execução do objeto nos moldes contratados e, se for o caso, aferir se a quantidade, a qualidade, o tempo e o modo da prestação ou da execução do objeto estão compatíveis com os indicadores estabelecidos no edital, para fins de pagamento, conforme o resultado pretendido pela administração, com o eventual auxílio da fiscalização administrativa, conforme o Decreto Municipal nº 097/2023;

20.8. O Fiscal Administrativo do contrato acompanhará os aspectos administrativos contratuais quanto às obrigações previdenciárias, fiscais e trabalhistas e quanto ao controle do contrato administrativo no que se refere a revisões, a reajustes, a repactuações e a providências tempestivas nas hipóteses de inadimplemento, conforme dispõe no Decreto Municipal nº 097/2023;

20.9. O Fiscal Setorial acompanhará a execução do contrato nos aspectos técnicos ou administrativos quando a prestação do objeto ocorrer concomitantemente em setores distintos ou em unidades desconcentradas de um órgão ou uma entidade, conforme o Decreto Municipal nº 097/2023;

20.10. A CONTRATADA designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado;

20.11. A CONTRATADA deverá manter preposto aceito pela Administração no local do serviço para representá-lo na execução do contrato;

20.12. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade;

20.13. Além do disposto acima, a fiscalização contratual obedecerá às seguintes rotinas:

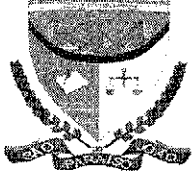
20.13.1. Acompanhamento dos serviços realizados e das autorizações emitidas pelo órgão, bem como dos relatórios a serem disponibilizados pela CONTRATADA por meio informatizado;

20.13.2. Conferência das notas fiscais e dos documentos de comprovação de habilitação, ateste do documento fiscal e encaminhamento ao financeiro;

20.13.3. Será designado representante para acompanhar e fiscalizar a execução dos serviços, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados;

20.13.4. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 120 da Lei nº 14.133/2021.

[Assinatura]



FL.(S)

Nº 402

RUBRICA:

20.14. A ação de fiscalização, por parte do Gestor do Contrato, não exonera a CONTRATADA de suas responsabilidades contratuais;

20.15. As informações e os esclarecimentos solicitados pela CONTRATADA deverão ser prestados pelo Gestor do Contrato.

21. SANÇÕES:

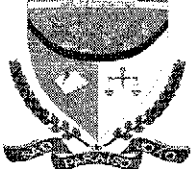
21.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 14.133/2021 a empresa que:

- m. Dar causa à inexecução parcial do contrato;
- n. Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- o. Dar causa à inexecução total do contrato;
- p. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- q. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- r. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- s. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- t. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- u. Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- v. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- w. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- x. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

21.2. Conforme os termos da Lei nº 14.133/2021, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999 e na Lei Estadual nº 8.959/2009, todas as sanções previstas no Art. 156 da Lei 14.133/2021, serão aplicadas pelo Secretário Municipal da Pasta interessada, ou pela autoridade máxima da respectiva entidade, quando se tratar de autarquia ou fundação, observados o contraditório e a ampla defesa, conforme preceitua o inciso LV do art. 5º da Constituição da República Federativa do Brasil;

21.3. A empresa que cometer quaisquer das infrações discriminadas no subitem acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

- i. Multa compensatória de até 10 % (dez por cento) sobre o valor total da nota de empenho, no caso de recusa injustificada em assinar a Ata de Registro de Preços, o contrato e/ou receber e nota de empenho no prazo previsto;



FL. (S)
Nº 103

APLICADA
Pml

j. Multa moratória de até 0,3% (três décimos por cento) por dia de atraso injustificado na entrega, calculado sobre o valor da parcela não cumprida, até o limite de 5 (cinco) dias, após o qual, a critério da Administração, poderá ocorrer a não aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

k. Multa moratória de até 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado na entrega, calculado sobre o valor da parcela não cumprida, por período superior ao previsto na alínea "b", limitado a 05 (cinco) dias subsequentes, após o qual, a critério da Administração, poderá ocorrer a não aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

l. Multa moratória de até 5% (cinco por cento), calculado sobre o valor da parcela não cumprida, nas hipóteses não previstas nas alíneas anteriores, em caso de inexecução parcial da obrigação assumida;

m. Multa compensatória de até 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato no caso de inexecução total do objeto, em caso de inexecução parcial das obrigações assumidas, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;

n. Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar;

o. Em caso de inexecução parcial das obrigações assumidas, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;

p. Impedimento de licitar e contratar com a Prefeitura Municipal de São João do Paraíso/MA com o consequente descredenciamento no Cadastro de Fornecedores do Município pelo prazo de até 05 (cinco) anos).

21.4. Na aplicação das sanções serão considerados:

f. A natureza e a gravidade da infração cometida;

g. As peculiaridades do caso concreto;

h. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

i. Os danos que dela provierem para a Administração Pública;

j. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

21.5. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade e da razoabilidade;

21.6. Atrasos cuja justificativa seja aceita pela Prefeitura Municipal de São João do Paraíso/MA e comunicadas antes dos prazos de entrega consignados no contrato ou documento equivalente, poderão a critério deste ser isenta total ou parcialmente da multa.

P



Elaboração/Técnico Responsável:

Em ____/____/2025.

PMSJP

FL(S)

Nº 104

RUBRICA:



XXXXXXXXXXXXXXXXXX

XXXXXXXXXXXXXXXXXX

Portaria nº XXX/XXXX

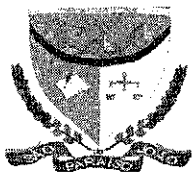
Aprovação/Autoridade Superior:

APROVO os elementos constantes do presente **TERMO DE REFERÊNCIA**, e, autorizo a imediata abertura do processo administrativo na forma regulamentar.

XXXXXXXXXXXXXXXXXX

XXXXXXXXXXXXXXXXXX

Portaria nº XXX/XXXX



ANEXO - PLANILHA COM ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS:

FL.(S)
Nº 103
RUBRICA:

| ITEM | DESCRIÇÃO | UNID. DE MEDIDA | QUANT. | VALOR UNIT. | VALOR TOTAL |
|-------------|---|-----------------|--------|-------------|----------------|
| 1 | PRÓTESE TOTAL MANDIBULAR PALATO INCOLOR.(COTA PRINCIPAL) | UNIDADE | 188 | R\$ 450,00 | R\$ 84.600,00 |
| 2 | PRÓTESE TOTAL MANDIBULAR PALATO INCOLOR. (COTA RESERVADA) | UNIDADE | 62 | R\$ 450,00 | R\$ 27.900,00 |
| 3 | PRÓTESE TOTAL MAXILAR.(COTA PRINCIPAL) | UNIDADE | 188 | R\$ 453,75 | R\$ 85.305,00 |
| 4 | PRÓTESE TOTAL MAXILAR. (COTA RESERVADA) | UNIDADE | 62 | R\$ 453,75 | R\$ 28.132,50 |
| 5 | PRÓTESE PARCIAL REMOVÍVEL MAXILAR COM ARTE METALICA DE CrCo. | UNIDADE | 80 | R\$ 439,22 | R\$ 35.137,60 |
| 6 | PRÓTESE PARCIAL REMOVÍVEL MANDIBULAR COM ARTE METALICA DE CrCo. | UNIDADE | 80 | R\$ 441,90 | R\$ 35.352,00 |
| VALOR TOTAL | | | | | R\$ 296.427,10 |



ANEXO II

(Processo Administrativo nº.....)

FL.(S)
Nº 106
RUBRICA:

CONTRATO Nº _____/____
COMPRAS E SERVIÇOS COMUNS – LEI 14.133/2021



PROCESSO DE ORIGEM

PREGÃO ELETRÔNICO nº _____/____
Nº PROCESSO ADMINISTRATIVO: _____/____



OBJETO CONTRATUAL

.....



VALOR CONTRATUAL

R\$ (.....)



VIGÊNCIAS CONTRATUAL

INICIAL: ____/____/____
FINAL: ____/____/____



DADOS DO CONTRATANTE

RAZÃO SOCIAL CONTRATANTE, CNPJ nº _____._____/_____-____
Logradouro....., Número....., Bairro....., Cidade....., Estado.....
Nome Responsavel Contrante....., CPF nº _____._____-____



DADOS DO CONTRATADO

RAZÃO SOCIAL CONTRATADO, CNPJ nº _____._____/_____-____
Logradouro....., Número....., Bairro....., Cidade....., Estado.....
Nome Responsavel Contratado....., CPF nº _____._____-____



FISCAL DO CONTRATO

Nome Fiscal Contrato.....

PREÂMBULO

Aos ____ de _____ de _____, a Razão Social Contratante.... – UF., através da Unidade Admnsitrativa Contratante, inscrita no CNPJ nº _____._____/_____-____, em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 na presença de testemunhas abaixo nomeadas acordam em assinar o presente **TERMO**



FL.(S)

Nº 107

RUBRICA:

DE CONTRATO, decorrente do Processo de Contratação em epígrafe, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO E DA VINCULAÇÃO (art. 92, I e II)

1.1 – O presente instrumento tem por objeto de acordo com as especificações e condições definidas no Termo de Referência e em conformidade com a proposta de preço apresentada pela **CONTRATADA**.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PREÇO (art. 92, V)

2.1 – O valor do presente Contrato é de R\$ (.....), em conformidade com a proposta apresentada pela **CONTRATADA**, conforme quadro abaixo:

| ESPECIFICAÇÕES E ITENS DO CONTRATO | | | | | | |
|------------------------------------|-----------|-------|---------|--------|-------------|-------------|
| Ite m | Descrição | Marca | Unidade | Quant. | Valor Unit. | Valor Total |
| 1 | | | | | | |
| 2 | | | | | | |
| 3 | | | | | | |
| Valor Total | | | | | R\$ | |

2.2 – No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

2.3 – O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente executados.

2.3 – São anexos a este instrumento e vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

2.3.1 – O Termo de Referência que embasou a contratação, em especial as cláusulas específicas quanto a forma de execução do objeto;

2.3.2 – Edital de Licitação e/ou Aviso de Contratação Direta, conforme o caso;

2.3.3 – A Proposta do Contratado;

2.3.4 – Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO

3.1 – O prazo de vigência da contratação terá início na data de ____/____/____ e encerramento em ____/____/____, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021, e, em caso de serviços e fornecimentos contínuos, poderão ser prorrogáveis por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.1.1 – O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do contratado, previstas neste instrumento.

4.1.2 – A prorrogação de que trata esse item é condicionada à avaliação, por parte do Gestor do Contrato, da vantajosidade da prorrogação, a qual deverá ser realizada motivadamente, com base no Histórico de Gestão do Contrato, nos princípios da manutenção da necessidade, economicidade e oportunidade da contratação, e nos demais aspectos que forem julgados relevantes.

3.2 – O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.



FL(S)
Nº 103

RUBRICA:

- 3.3 – Em caso de prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.
- 3.4 – O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

CLÁUSULA QUARTA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)

4.1 – O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA QUINTA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

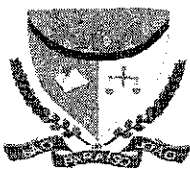
5.1 – O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, parte integrante a este Contrato.

CLÁUSULA SEXTA – DO REAJUSTE (art. 92, V)

- 6.1 – Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado constante do processo administrativo que deu origem ao presente termo de contrato.
- 6.2 – Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo **CONTRATANTE**, do Índice Geral de Preços de Mercado – IGP-M, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
- 6.3 – Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o intervalo mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
- 10.4 – No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o **CONTRATANTE** pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).
- 6.5 – Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).
- 10.6 – Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.
- 6.7 – Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- 6.8 – O reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

- 7.1 – Quando o presente instrumento tratar de informações pessoais, as partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão deste contrato administrativo, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.
- 7.2 – Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.
- 7.3 – É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.
- 7.4 – A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo **CONTRATADO**.
- 7.5 – Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.



7.6 – É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

7.7 – O **CONTRATADO** deverá exigir de sub operadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

7.8 – O **CONTRATANTE** poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o **CONTRATADO** atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

7.9 – O **CONTRATADO** deverá prestar, no prazo fixado pelo **CONTRATANTE**, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

7.10 – Bancos de dados eventualmente formados a partir de deste instrumento contratual, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

7.10.1 – Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

7.11 – O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

7.12 – Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

CLÁUSULA OITAVA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)

8.1 – As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de São João do Paraíso deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

UNIDADE:

CLASSIFICAÇÃO:

NATUREZA DA DESPESA:

FICHA:

8.2 – A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

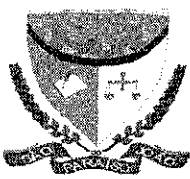
9.1 - Executar o serviço no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

9.2 - Facilitar o acesso dos empregados da CONTRATADA, designados para execução do contrato, às instalações onde os mesmos serão executados;

9.3 - Disponibilizar à CONTRATADA normas e regulamentos internos aplicáveis aos locais e à execução dos serviços;

9.4 - Exercer a fiscalização dos serviços, nos aspectos quantitativo, qualitativo, administrativos e técnicos, anotando em registro próprio os defeitos detectados e comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam reparo ou substituição por parte da CONTRATADA.

9.5 - Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade do serviço recebido provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;



FL.(S)

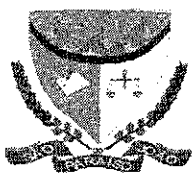
Nº 110

RUBRICA:

- 9.6 Comunicar à CONTRATADA, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução dos serviços, para que sejam corrigidas, reparadas ou adequadamente ajustadas.
- 9.7 - Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da CONTRATADA, através de comissão/servidor especialmente designado;
- 9.8 - Efetuar o pagamento à CONTRATADA no valor correspondente ao serviço do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;
- 9.9 - Notificar previamente à CONTRATADA, quando da aplicação de penalidades;
- 9.10 - Atestar as notas fiscais/faturas emitidas pela CONTRATADA, recusando-as quando inexatas ou incorretas, efetuando todos os pagamentos nas condições pactuadas;
- 9.11 Emitir Autorização para execução dos serviços, instruindo a CONTRATADA quanto à sua realização;
- 9.12 Rejeitar, no todo ou em parte, os serviços executados que estejam em desacordo com as exigências do Termo de Referência e seus anexos;
- 9.13 - A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)

- 10.1 - CONTRATADA deverá cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução dos serviços contratados, assegurando que os trabalhos sejam realizados em conformidade com as especificações, prazos e locais estabelecidos no Termo de Referência e seus anexos.
- 10.2 - Utilizar somente materiais, instrumentos e insumos recomendados pelos fabricantes e compatíveis com as normas técnicas aplicáveis à confecção de próteses dentárias.
- 10.3 - Apresentar, sempre que solicitado, documentos que comprovem a procedência e qualidade dos materiais utilizados na confecção das próteses dentárias.
- 10.4 - Responsabilizar-se pela guarda, segurança e proteção de todos os trabalhos e próteses enquanto estiverem em execução ou sob sua responsabilidade.
- 10.5 - Prestar à CONTRATANTE todos os esclarecimentos solicitados referentes à execução dos serviços contratados.
- 10.6 - Providenciar a imediata correção de quaisquer deficiências apontadas pela CONTRATANTE quanto à execução dos serviços contratados.
- 10.7 - Antes de qualquer intervenção, a CONTRATADA deverá comunicar por escrito ao Fiscal do Contrato da CONTRATANTE.
- 10.8 - Elaborar relatórios técnicos ou laudos sobre as próteses dentárias confeccionadas sempre que solicitado pelo Fiscal da CONTRATANTE.
- 10.9 - Responder por quaisquer danos e prejuízos causados em função da execução dos serviços contratados, salvo em casos de força maior devidamente comprovados e comunicados à CONTRATANTE no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas.
- 10.10 - Corrigir, refazer ou substituir, total ou parcialmente, às suas expensas e no prazo estipulado neste Termo de Referência, qualquer serviço que apresente má qualidade, defeitos ou não esteja em conformidade com as especificações técnicas exigidas.
- 10.11 - Comunicar à CONTRATANTE, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas, quaisquer fatos que impossibilitem o cumprimento dos prazos estabelecidos, apresentando a devida comprovação.
- 10.12 - Manter, durante toda a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, compatíveis com a execução dos serviços contratados.



10.13 - Prestar à Administração, sempre que necessário, todos os esclarecimentos e orientações relativas à execução dos serviços contratados.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)

11.1 – Para os contratos por escopo, assim considerados os contratos nos quais se impõe ao **CONTRATADO** o dever de realizar a execução de objeto específico em um período predeterminado, a extinção contratual se dará nos seguintes termos:

11.1.1 – Quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

11.1.2 – Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato:

11.1.2.1 – Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do **CONTRATADO**;

a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas;

b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

11.2 – Em se tratando de objeto de natureza contínua a extinção se dará quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

11.2.1 – O contrato pode ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o **CONTRATANTE**, quando esta não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

11.2.2 – A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo **CONTRATANTE** nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

11.2.3 – Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

11.3 – O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

11.3.1 – Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

11.3.2 – A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

11.3.2.1 – Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

11.4 – O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

11.4.1 – Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

11.4.2 – Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

11.4.3 – Indenizações e multas.

11.5 – A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.6 – O contrato poderá ser extinto caso se constate que o **CONTRATADO** mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do



FL.(S)

Nº 112

SUBSCRITA: Rm

contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

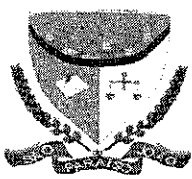
12.1 - Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 14.133/2021 a empresa que:

- a. Dar causa à inexecução parcial do contrato;
- b. Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c. Dar causa à inexecução total do contrato;
- d. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- h. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- i. Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- l. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

12.2 - Conforme os termos da Lei nº 14.133/2021, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999 e na Lei Estadual nº 8.959/2009, todas as sanções previstas no Art. 156 da Lei 14.133/2021, serão aplicadas pelo Secretário Municipal da Pasta interessada, ou pela autoridade máxima da respectiva entidade, quando se tratar de autarquia ou fundação, observados o contraditório e a ampla defesa, conforme preceitua o inciso LV do art. 5º da Constituição da República Federativa do Brasil;

12.3 - A empresa que cometer quaisquer das infrações discriminadas no subitem acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

- a. Multa compensatória de até 10 % (dez por cento) sobre o valor total da nota de empenho, no caso de recusa injustificada em assinar a Ata de Registro de Preços, o contrato e/ou receber e nota de empenho no prazo previsto;
- b. Multa moratória de até 0,3% (três décimos por cento) por dia de atraso injustificado na entrega, calculado sobre o valor da parcela não cumprida, até o limite de 5 (cinco) dias, após o qual, a critério da Administração, poderá ocorrer a não aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;
- c. Multa moratória de até 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado na entrega, calculado sobre o valor da parcela não cumprida, por período superior ao previsto na alínea "b", limitado a 05 (cinco) dias subsequentes, após o qual, a critério da Administração, poderá ocorrer a não aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;
- d. Multa moratória de até 5% (cinco por cento), calculado sobre o valor da parcela não cumprida, nas hipóteses não previstas nas alíneas anteriores, em caso de inexecução parcial da obrigação assumida;
- e. Multa compensatória de até 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato no caso de inexecução total do objeto, em caso de inexecução parcial das obrigações assumidas, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;
- f. Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar;



FL.(S)
Nº 113

SUBSCRIÇÃO: [assinatura]

- g. Em caso de inexecução parcial das obrigações assumidas, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;
- h. Impedimento de licitar e contratar com a Prefeitura Municipal de São João do Paraíso/MA com o consequente descredenciamento no Cadastro de Fornecedores do Município pelo prazo de até 05 (cinco anos).

12.4 Na aplicação das sanções serão considerados:

- A natureza e a gravidade da infração cometida;
- As peculiaridades do caso concreto;
- As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- Os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.5 A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade e da razoabilidade;

12.6 Atrasos cuja justificativa seja aceita pela Prefeitura Municipal de São João do Paraíso/MA e comunicadas antes dos prazos de entrega consignados no contrato ou documento equivalente, poderão a critério deste ser isenta total ou parcialmente da multa.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII)

13.1 – As regras acerca da prestação de garantia na presente contratação são as estabelecidas no Termo de Referência, parte integrante a este Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES

14.1 – Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

14.2 – O Contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.3 – As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica da **CONTRATANTE**, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

14.4 – Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS

15.1 – Os casos omissos serão decididos pelo **CONTRATANTE**, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – SUBCONTRATAÇÃO

16.1 – As regras para subcontratação do objeto deste instrumento de contrato constam no Termo de Referência, parte integrante deste Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

[assinatura]



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE



PMSJP

FL(S)

Nº 114

RUBRICA: *Pml*

17.1 – O presente contrato é regido pela Lei 14.133/21 e demais diplomas legais.

17.2 – Incumbirá ao **CONTRATANTE** divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

17.3 – Fica eleito o Foro da Comarca de Porto Franco - MA, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

São João do Paraíso – MA, ____ de ____ de ____

ASSINATURAS

PELA CONTRATANTE

PELA CONTRATADA

TESTEMUNHAS

NOME:

NOME:



PMSJP

ANEXO III
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º

FL.(S)
Nº 115
RUBRICA:

[Handwritten signature]

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº ____/____

LEI 14.133/2021



PROCESSO DE ORIGEM

Pregão Eletrônico Nº XXX/2025

Nº PROCESSO ADMINISTRATIVO: 2025.09.16.0016



OBJETO

FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONFEÇÃO DE PRÓTESE DENTÁRIA, VISANDO ATENDER AS NECESSIDADES DOS PROGRAMAS DE SAÚDE BUCAL DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO/MA.



VALOR TOTAL REGISTRADO

R\$ 0,00 (valor por extenso)



VIGÊNCIAS

INICIAL: ____ de ____ de ____

FINAL: ____ de ____ de ____



ÓRGÃO GERENCIADOR

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

ÓRGÃO(S) PARTICIPANTE(S)

SEM ÓRGÃOS PARTICIPANTES



DADOS DO BENEFICIÁRIO

RAZÃO SOCIAL CONTRATADO, CNPJ nº ____/____/____

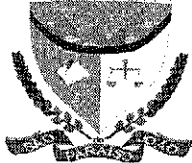
Logradouro..., Número..., Bairro..., Cidade..., Estado....

Nome Responsável Contratado..., CPF nº ____/____/____

PREÂMBULO

Aos ____ de ____ de ____, a Prefeitura Municipal de São João do Paraíso – MA, através da Unidade Gerenciadora ____, inscrita no CNPJ nº ____, lavra a presente Ata de Registro de Preços (ARP), referente ao Processo Administrativo em epígrafe que deu origem ao Pregão Eletrônico

[Handwritten signature]



FL.(S)

Nº 116

RUBRICA:

Nº{numero_processo_contratacao}, que tem como objeto _____, **RESOLVE** registrar os preços da empresa indicada e qualificada nesta ATA, observados as especificações, os preços e os quantitativos do termo de referência do Processo de Contratação em referência referenciada, atendendo as condições previstas no edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na , sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, bem como, as cláusulas e condições abaixo estabelecidas, constituindo-se esta **ATA** em documento vinculativo e obrigacional às partes.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1 – A presente Ata tem por objeto **FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONFEÇÃO DE PRÓTESE DENTÁRIA, VISANDO ATENDER AS NECESSIDADES DOS PROGRAMAS DE SAÚDE BUCAL DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO/MA**, especificado no Termo de Referência, Anexo I do edital do Pregão Eletrônico Nº XXX/2025, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VALIDADE, FORMALIZAÇÃO E CADASTRO RESERVA

2.1 - O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços a ser formalizada será de 01 (um) ano, contados da data de publicação e poderá ser prorrogado, por igual período, observado o que dispõe o Art. 12º do Decreto Municipal 007/2023, como também o que dispõe na Lei Federal 14.133/2021;

2.2 - No prazo de validade da Ata de Registro de Preços o órgão ou entidade, não poderá participar em outra ata que tenha o mesmo objeto desta contratação, conforme determina o inciso VIII do art. 82 da Lei Federal nº 14.133/2021;

2.3 O prazo de duração dos contratos, decorrentes da ARP, não se confunde com o prazo de vigência da própria ata (previsto no subitem 2.1), estando aquele primeiro submetido ao disposto no Capítulo V do Título III da Lei Federal nº 14.133/2021;

2.4 Conforme dispõe o art. 105 da Lei nº 14.133/2021, a duração dos contratos regidos por esta Lei será a prevista em Edital, e deverão ser observadas, no momento da contratação e a cada exercício financeiro, a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 01 (um) exercício financeiro;

2.5 Aduzimos ainda o que retrata o art. 84 da Lei nº 14.133/2021, dispondo que o contrato decorrente da Ata de Registro de Preços, terá sua vigência estabelecida em conformidade com as disposições nela contidas;

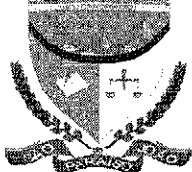
2.6 Considerando o que dispõe o art. 106 da Lei nº 14.133/2021, a Administração poderá celebrar contratos com prazo de até 05 (cinco) anos nas hipóteses de serviços e fornecimentos contínuos, observadas as seguintes diretrizes:

2.7 A autoridade competente do órgão ou entidade CONTRATANTE, deverá atestar a maior vantagem econômica vislumbrada em razão da contratação plurianual;

2.8 A Administração deverá atestar, no início da contratação e de cada exercício, a existência de créditos orçamentários vinculados à contratação e a vantagem em sua manutenção;

2.9 A Administração terá a opção de extinguir o contrato, sem ônus, quando não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem levando-se em conta os critérios de conveniência e oportunidade, à guisa do interesse público.

2.10 Dessa forma, cabe acrescentarmos também quanto a vigência contratual, a possibilidade disposta no Art. 107 da Lei nº 14.133/2021, onde o mesmo regra que os contratos de serviços e fornecimentos contínuos poderão ser prorrogados sucessivamente, respeitada a vigência máxima decenal, desde que haja previsão



FL(S)
Nº 119

ANEXOS
FABRICA

em Edital e que a autoridade competente ateste que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o CONTRATADO ou a extinção contratual sem ônus para qualquer das partes;

2.11 O instrumento do contrato conterá o detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2.12 Após do processo de contratação, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

2.12.1 Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário e se obrigar nos limites dela;

2.12.2 Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

2.12.2.1 Aceitarem cotar os itens com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação;

2.12.2.2 Mantiverem sua proposta original.

2.12.3 Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

2.13 O registro a que se refere o item 2.12.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

2.14 Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário terão prioridades sobre aqueles que mantiverem sua proposta original.

2.15 A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 2.12.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

2.15.1 Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação direta;

2.15.2 Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços.

2.16 O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

2.17 Após a homologação do processo de contratação, o fornecedor mais bem classificado será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no instrumento convocatório, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

2.17.1 O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

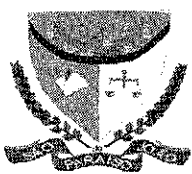
2.18 A ata de registro de preços poderá ser assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no PNCP.

2.19 Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 2.15, observando o item 2.15 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

2.20 Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 2.12.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do instrumento convocatório, poderá:

2.20.1 Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

2.20.2 Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.



FL.(S)
Nº 118
SUBSCRIÇÃO:
[Assinatura]

2.21 A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

CLÁUSULA TERCEIRA – REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS

3.1 – As quantidades previstas para os itens com preços registrados nesta ata de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou entidades participantes do registro de preços.

3.2 – O remanejamento somente poderá ser feito de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante.

3.3 – O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

3.4 – Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

CLÁUSULA QUARTA – ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

4.1 – É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

4.2 – Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

4.2.1 – Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

4.1.2 – Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

4.1.3 – Na hipótese de previsão no instrumento convocatório de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

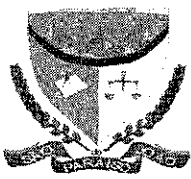
4.1.3.1 – No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

4.1.3.2 – No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

CLÁUSULA QUINTA – NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

5.1 – Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

5.1.1 – Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.



FL. (S)
Nº 119

PUBLICA:

5.1.2 – Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

5.1.3 – Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

5.1.4 – Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciar negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.2 – Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

5.2.1 – Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

5.2.2 – Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 6.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

5.2.3 – Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados.

5.2.4 – Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 6.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

5.2.5 – Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 5.2 e no item 5.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

5.2.6 – O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA SEXTA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

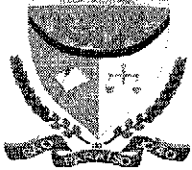
6.1 – O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

6.1.1 – Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

6.1.2 – Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

6.1.3 – Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

6.1.4 – Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.



FL.(S)
Nº 120 - 1m
SUPRICA: km

6.1.4.1 – Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

6.2 – O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 6.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

6.3 – Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

6.4 – O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

6.4.1 – Por razão de interesse público;

6.4.2 – A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

6.4.3 – Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos dos artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS PENALIDADES

7.1 – O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no instrumento convocatório;

7.1.2 – As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

7.2 – É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço, exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade.

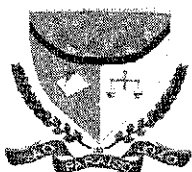
7.3 – O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 6.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

CLÁUSULA OITAVA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

8.1 – As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, Anexo I do instrumento convocatório.

8.2 – Integra a presente Ata de Registro de Preço, o Anexo I, com o cadastro de reserva das empresas signatárias que aceitam cotar os itens com os preços iguais ao do licitante vencedor do procedimento de contratação em referência.

8.3 – Fica eleito o Foro da cidade de Porto Franco - MA, para dirimir quaisquer litígios oriundos da presente ATA de Registro de Preços (ARP), que não puderem ser administrativamente solucionados, renunciando,



FL(S)
Nº 121

RUBRICA:
[Handwritten signature]

como renunciado têm, a qualquer outro por mais privilegiado que seja, até mesmo se houver mudança de domicílio de qualquer das partes.

CLÁUSULA NONA – DO GERENCIAMENTO E DA ADEÇÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9. O gerenciamento da presente Ata de Registro de Preços, incluindo a liberação para adesões, a análise de documentos, a fiscalização do cumprimento das obrigações contratuais e demais atos necessários à sua execução, ficará sob a responsabilidade exclusiva do Agente de Contratações da Prefeitura Municipal de São João do Paraíso-MA, no exercício de suas atribuições legais.

3.2. Compete especificamente ao Agente de Contratações:

- a) Autorizar e formalizar as adesões de outros órgãos ou entidades à presente ata;
- b) Analisar e aprovar a documentação necessária para as adesões;
- c) Fiscalizar o cumprimento das obrigações por parte dos fornecedores habilitados;
- d) Realizar a gestão financeira e administrativa do registro de preços;
- e) Praticar todos os demais atos necessários à boa execução do objeto.

Todas as comunicações relativas à presente Ata de Registro de Preços deverão ser dirigidas formalmente ao Agente de Contratações, que será o único responsável pelas decisões e encaminhamentos necessários.

9.1 – Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública Estadual, Distrital e Municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

9.1.1 – Apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

9.1.2 – Demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e

9.1.3 – Consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

9.2 – A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

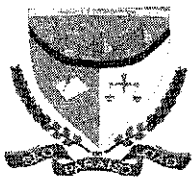
9.2.1 – O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

9.3 – Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

9.4 – O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

9.5 – O órgão ou a entidade poderá aderir ao item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 9.1.

9.5 – As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.



FL.(S)

Nº 122

RUBRICA:

9.6 – O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

CLÁUSULA DÉCIMA – DOS ITENS REGISTRADOS

10.1 – O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades de cada item e as demais condições ofertadas na proposta são as que seguem:

| Item | Descrição | Unidade | Marca | Quantidade | Preço Unitário | Preço Total |
|------|-----------|---------|-------|------------|----------------|-------------|
| | | | | | | |

São João do Paraíso – MA, ____ de ____ de ____

(ASSINATURAS)

ANEXO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº XXX/2025

CADASTRO DE RESERVA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº ____ / ____

Aceita(m) cotar o(s) produto(s)/serviço(s) objeto da Ata de Registro de Preços em epígrafe com preços iguais ao do licitante vencedor do Pregão Eletrônico Nº XXX/2025, detentor dos preços registrados com esta Prefeitura Municipal, na sequência da classificação do certame, os seguintes fornecedores:

| COLOCAÇÃO | FORNECEDOR | CNPJ | ENDEREÇO | REPRESENTANTE | CONTATOS | Nº DOS ITENS |
|-----------|------------|------|----------|---------------|----------|--------------|
| | | | | | | |
| | | | | | | |
| | | | | | | |

São João do Paraíso – MA, ____ de ____ de ____

(ASSINATURAS)



PMSJP

FL.(S)
Nº 123
RUBRICA:

ANEXO IV – DECLARAÇÃO UNIFICADA (MODELO)

Ao MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO – MA

Referência: Edital Pregão Eletrônico nº XXX/2025

A Empresa____, devidamente inscrita no CNPJ nº____, com endereço na Rua____, nº____, CEP:____ na cidade de____ Estado do____ telefone (____)____- por intermédio de seu representante legal, o (a) Sr (a)____, inscrito (a) no CPF nº____ e RG nº____,DECLARA expressamente:

a) que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

b) que está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo;

c) que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

d) que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

e) que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;

f) que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49;

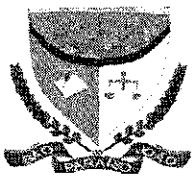
g) que assume a responsabilidade pelas transações que forem efetuadas no sistema, assumindo como firmes e verdadeiras;

h) que atesta o atendimento à política pública ambiental de licitação sustentável, em especial que se responsabiliza integralmente com a logística reversa dos produtos, embalagens e serviços pós- consumo no limite da proporção que fornecerem ao poder público, assumindo a responsabilidade pela destinação final, ambientalmente adequada.

Local e data.

(Assinatura, RG e CPF do declarante)

Representante Legal



PMSJP

FL.(S)
Nº 124
RUBRICA: [assinatura]

ANEXO V – MODELO PROPOSTA DE PREÇOS
(ESTE MODELO DE PROPOSTA DEVERÁ SER PREENCHIDO PELO LICITANTE VENCEDOR)

Ao MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO – MA
Referência: Edital Pregão Eletrônico nº XXX/2025

| | | |
|----------------------|--------------------|-------------|
| Razão Social: CNPJ: | | |
| Endereço: | | |
| E-mail: | | Telefone: |
| Agência: | Conta Bancária nº: | Banco: |
| Representante Legal: | | R. G. e CPF |

Apresentamos nossa proposta de preços para o (s) Item (s) abaixo detalhado (s):

| ITEM | QTD | UND | DESCRIÇÃO | MARCA E MODELO | VALOR UNITÁRIO | VALOR TOTAL |
|-------------------------|-----|-----|-----------|-------------------|-------------------|----------------|
| | | | | | | |
| VALOR TOTAL DA PROPOSTA | | | | | | |

O valor total proposto para o Item é de R\$ (XXXXXXXXXX).

Declaro que no preço cotado estão inclusas todas as despesas, tais como frete, seguro, taxas, tributos e outros gravames que possam incidir sobre o objeto licitado, bem como que o produto será entregue no estabelecimento do contratante, sem ônus.

Solicitante/Processo – XXX/2025-PMSJP

Condições de pagamento -

Validade da proposta -

Prazo de entrega -

Fornecedor (Razão Social, CNPJ, Endereço, Telefone/fax, etc.) -

DATA ASSINATURA/CARIMBO

[assinatura]

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2025.09.16.0016-PMSJP-MA

REQUERENTE: Secretaria Municipal de Saúde.

ASSUNTO: Análise da Minuta de Edital de Pregão Eletrônico e seus anexos.

OBJETO: Registro de preços para futura e eventual contratação de empresa especializada na prestação de serviços de confecção de prótese dentária, visando atender as necessidades dos programas de Saúde Bucal da Secretaria Municipal de Saúde do Município de São João do Paraíso/MA.

I – DO RELATÓRIO

Trata-se de solicitação encaminhada a esta Procuradoria pela Secretaria de Saúde do Município, em atendimento ao art. 53, §1º da Lei Federal nº 14.133/21, para proceder à análise da minuta do Edital de Pregão Eletrônico e seus anexos, tipo menor preço por item, cujo objeto implica no Registro de preços para futura e eventual contratação de empresa especializada na prestação de serviços de confecção de prótese dentária, visando atender as necessidades dos programas de Saúde Bucal da Secretaria Municipal de Saúde do Município de São João do Paraíso/MA.

O mesmo foi encaminhado a esta Procuradoria para fins de atendimento do despacho acima citado que é o exame da minuta do edital e seus anexos, conforme o disposto no art. 53, §1º da Lei Federal nº 14.133/21.

O presente processo licitatório encontra-se instruído com os documentos: Documento de Formalização de Demanda (DFD), Estudo Técnico Preliminar (ETP), Matriz de Risco, Solicitação de Pesquisa Mercadológica, Relatório da Pesquisa de Preços, Mapa de Apuração, Termo de Referência aprovado pela autoridade competente, Minuta do Edital e seus anexos.

É o breve relatório

II – FUNDAMENTAÇÃO

Considerações iniciais

A Constituição Federal de 1988, condicionou a prestação de serviços públicos à realização de prévio procedimento licitatório, determinando que as obras, serviços, compras e alienações da Administração Pública serão precedidas de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, ressalvados os casos especificados na legislação. Neste sentido, a própria Carta Magna, em capítulo destinado à Administração Pública, ressalva casos em que a legislação infraconstitucional confere ao Poder Público a faculdade de contratar sem a necessidade de tal procedimento, conforme se depreende do inciso XXI do art. 37, abaixo transcrito:

Art. 37. Omissis... XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições

efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.

Repetindo o preceito constitucional, o artigo 6º da Lei 14.133/21, estabelece a regra geral da necessidade da licitação, inclusive para os serviços cuja conceituação se contém no inciso XI englobando a atividade ou conjunto de atividades destinadas a obter determinada utilidade, intelectual ou material, de interesse da Administração. O certame pretende o Registro de preços para futura e eventual contratação de empresa especializada na prestação de serviços de confecção de prótese dentária, visando atender as necessidades dos programas de Saúde Bucal da Secretária Municipal de Saúde do Município de São João do Paraíso/MA, através da modalidade Pregão Eletrônico com critério de julgamento Menor Preço por item. A contratação pretendida enquadra-se na previsão no Art. 28º, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/2021, vejamos:

Art. 28. São modalidades de licitação:

- I - pregão;
- II - concorrência;
- III - concurso;
- IV - leilão;
- V - diálogo competitivo.

A primeira fase da licitação encontra-se disciplinada em linha gerais no artigo 18 da Lei Federal 14.133/21 e observa-se que os requisitos contidos nos incisos do referido artigo está compreendido na Minuta do Edital. Senão vejamos:

Art. 18. A fase preparatória do processo licitatório é caracterizada pelo planejamento e deve compatibilizar-se com o plano de contratações anual de que trata o inciso VII do caput do art. 12 desta Lei, sempre que elaborado, e com as leis orçamentárias, bem como abordar todas as considerações técnicas, mercadológicas e de gestão que podem interferir na contratação, compreendidos:

- I - a descrição da necessidade da contratação fundamentada em estudo técnico preliminar que caracterize o interesse público envolvido;
- II - a definição do objeto para o atendimento da necessidade, por meio de termo de referência, anteprojeto, projeto básico ou projeto executivo, conforme o caso;
- III - a definição das condições de execução e pagamento, das garantias exigidas e ofertadas e das condições de recebimento;
- IV - o orçamento estimado, com as composições dos preços utilizados para sua formação;
- V - a elaboração do edital de licitação;
- VI - a elaboração de minuta de contrato, quando necessária, que constará obrigatoriamente como anexo do edital de licitação;

VII - o regime de fornecimento de bens, de prestação de serviços ou de execução de obras e serviços de engenharia, observados os potenciais de economia de escala;

VIII - a modalidade de licitação, o critério de julgamento, o modo de disputa e a adequação e eficiência da forma de combinação desses parâmetros, para os fins de seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública, considerado todo o ciclo de vida do objeto;

IX - a motivação circunstanciada das condições do edital, tais como justificativa de exigências de qualificação técnica, mediante indicação das parcelas de maior relevância técnica ou valor significativo do objeto, e de qualificação econômico-financeira, justificativa dos critérios de pontuação e julgamento das propostas técnicas, nas licitações com julgamento por melhor técnica ou técnica e preço, e justificativa das regras pertinentes à participação de empresas em consórcio;

X - a análise dos riscos que possam comprometer o sucesso da licitação e a boa execução contratual;

XI - a motivação sobre o momento da divulgação do orçamento da licitação, observado o art. 24 desta Lei.

A nova Lei de Licitação e Contratos da Administração Pública ainda determina em seu artigo 25, quais os requisitos a serem observados pela mesma quando da elaboração do Edital, *in verbis*:

Art. 25. O edital deverá conter o objeto da licitação e as regras relativas à convocação, ao julgamento, à habilitação, aos recursos e às penalidades da licitação, à fiscalização e à gestão do contrato, à entrega do objeto e às condições de pagamento.

§ 1º Sempre que o objeto permitir, a Administração adotará minutas padronizadas de edital e de contrato com cláusulas uniformes.

In casu, observa-se que a Minuta de Edital de Pregão e seus anexos estão em consonância com as disposições acima citadas, ficando a autorização para a realização do certame a ser formalizada oportunamente pelo Ordenador de Despesas.

Analisando-se o instrumento de convocação verifica-se que o mesmo se encontra de acordo com o disposto nos art. 18º, art. 25º e art. 28º da Lei 14.133/21, bem como os demais embasamentos legais correspondentes ao planejamento da licitação e confecção do edital.

III – CONCLUSÃO

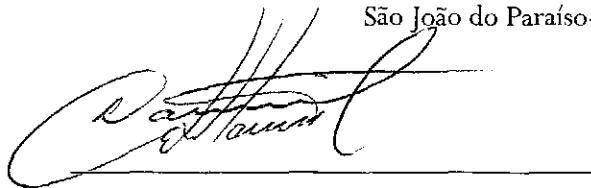
Desse modo, verifica-se que o processo administrativo ora analisado, até o presente momento, sobretudo a minuta do Edital e seus anexos, está em consonância com os dispositivos da Lei nº 14.133/2021, Decreto Federal nº 11.462/2023 e da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e suas alterações, razão pela qual se encontra aprovado por esse departamento jurídico, ressalvada as

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAISO - MA

especificações técnicas constantes no Termo de Referência, que são de inteira responsabilidade do setor a quem competiu a sua elaboração.

É o Parecer, salvo melhor juízo.

São João do Paraíso- MA, 27 de outubro de 2025.



Daniel Eduardo da Exaltação
Procurador Geral-Port. 010G/2025
Advogado OAB/MA 13.250



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO
PARAÍSO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE



PMSJP

AUTORIZAÇÃO PARA REALIZAÇÃO DE LICITAÇÃO

FL.(S)
Nº 129
RUBRICA: *[Handwritten Signature]*

Trata-se de Processo Administrativo instaurado a partir do protocolo nº2025.09.16.0016 de 16 de setembro de 2025, cujo o objeto é o Registro de preços para futura e eventual contratação de empresa especializada na prestação de serviços de confecção de prótese dentária, visando atender as necessidades dos programas de Saúde Bucal da Secretária Municipal de Saúde do Município de São João do Paraíso/MA.

Ante o exposto, após o encaminhamento de minuta do edital e anexos, os autos foram apreciados pela Assessoria Jurídica, em cumprimento ao disposto no art. 53, da Lei nº 14.133/2021, para fins do controle prévio de legalidade, que se manifestou pela regularidade do procedimento.

Considerando a manifestação pela legalidade constante nos autos, no uso das atribuições que me foram delegadas, **AUTORIZO** a realização do procedimento de contratação por Pregão, na forma eletrônica, nos termos solicitados.

Encaminhem-se os autos ao Agente de Contratação, Sr. ILTON RODRIGUES SOUSA, designado pela portaria n.º 002B/2025, para providências necessárias, quanto a publicação do aviso de licitação, conforme minuta constante nos autos, comunicando-se os integrantes da equipe de apoio para prosseguimento com o processo de contratação.

São João do Paraíso/MA, 28 de outubro de 2025.

[Handwritten Signature]
Marisa Elanne Damasceno de França
Secretária Municipal de Saúde
Portaria nº 005/2025



PMSJP

FL.(S)

Nº 430

RUBRICA:

JUNTADA DE DOCUMENTOS DO AGENTE DE CONTRATAÇÃO E EQUIPE DE APOIO

Juntam-se aos autos os documentos referentes à designação do(a) Agente de Contratação e da Equipe de Apoio, os quais seguem anexos, para que produzam os efeitos necessários no âmbito deste Processo Administrativo, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021.

Marisa Elanne Damasceno de França

Secretária Municipal de Saúde

Portaria nº 005/2025

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO

PORTARIA Nº 002B/2025, DE 03 DE JANEIRO DE 2025.

Designar o Agente de Contratação, Pregoeiro e Equipe de Apoio nos procedimentos regidos pela Lei Federal n.º 14.133/2021.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO/MA, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica do município, tendo em vista o disposto nos incisos I e LX do art. 6º, bem como no art. 8º, § 3º da Lei Federal 14.133 de 1º de abril de 2021;

RESOLVE:

Art. 1º. Designar o servidor abaixo indicado para atuar como Agente de Contratação e Pregoeiro da Prefeitura Municipal de São João do Paraíso/MA:

I – **Ilton Rodrigues de Sousa**, CPF nº ***.296.283-**, matrícula nº 269/2008;

§1º O servidor designado no caput deste artigo irá atuar como Agente de Contratação para conduzir os processos de licitação, contratação direta e procedimentos auxiliares regidos pela Lei Federal nº 14.133/2021.

§2º Nas licitações processadas por meio da modalidade pregão, o Agente de Contratação mencionado no caput deste artigo será denominado Pregoeiro, nos termos do art. 8º, §5º, da Lei Federal nº 14.133/2021.

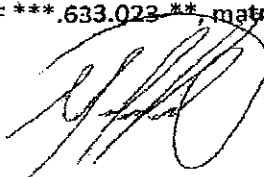
§3º Compete ao Agente de Contratação tomar decisões, acompanhar o trâmite da licitação, dar impulso ao procedimento licitatório e executar quaisquer outras atividades necessárias ao bom andamento do certame até a homologação.

§4º Em eventual (is) afastamento legal (is) ou impedimento (s) de Pregoeiros, o Prefeito Municipal de São João do Paraíso poderá designar substituto (s) com a finalidade de dar andamento aos pregões.

Art. 2º. Designar os servidores abaixo indicados para integrar a Equipe de Apoio ao Agente de Contratação e Pregoeiro:

I – **Vania Marinho Abreu**, CPF nº ***.559.973-**, matrícula nº 120/2024C;

II – **Nicole Santos Sousa**, CPF nº CPF ***.633.023-**, matrícula nº 001A/2025;



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO

Art. 3º O pregoeiro poderá solicitar, sempre que necessário, parecer(es) ou informação(ões) dos demais setores da Prefeitura para auxiliá-lo(a) nas análises das propostas de preço e habilitação técnica.

Art. 4º Permanecem vigentes os efeitos do Decreto nº 019/2021 de 20 de maio de 2021 e Portaria nº 109 de 28 de maio de 2021 para os processos licitatórios regidos pela Lei Federal nº 8.666/1993 e Lei Federal nº 10.520/2002 enquanto estes não forem finalizados, desde que a Administração tenha optado por licitar ou contratar diretamente de acordo com as leis citadas, e a opção escolhida tenha sido indicada expressamente no edital ou no aviso ou instrumento de contratação direta publicado até o dia 29 de dezembro de 2023.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

DÊ-SE CIÊNCIA.

PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

São João do Paraíso, 03 de janeiro de 2025.



MARCOS VINICIUS DE FRANÇA FERREIRA
Prefeito Municipal



**GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO
EM 07 DE JANEIRO DE 2025.**

MARCOS VINÍCIUS DE FRANÇA FERREIRA
Prefeito Municipal

Publicado por: VITOR ALBUQUERQUE DE SOUSA TRINDADE
Código identificador: f3de276856a929e78c31937400fca8d6

PORTARIA Nº 002B/2025, DE 03 DE JANEIRO DE 2025.

PORTARIA Nº 002B/2025, DE 03 DE JANEIRO DE 2025.

Designar o Agente de Contratação, Pregoeiro e Equipe de Apoio nos procedimentos regidos pela Lei Federal nº 14.133/2021.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO/MA, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica do município, tendo em vista o disposto nos incisos I e LX do art. 6º, bem como no art. 8º, § 3º da Lei Federal 14.133 de 1º de abril de 2021;

RESOLVE:

Art. 1º. Designar o servidor abaixo indicado para atuar como Agente de Contratação e Pregoeiro da Prefeitura Municipal de São João do Paraíso/MA:

I - **Itton Rodrigues de Sousa**, CPF nº ***.296.283-**, matrícula nº 269/2008;

§1º O servidor designado no caput deste artigo irá atuar como Agente de Contratação para conduzir os processos de licitação, contratação direta e procedimentos auxiliares regidos pela Lei Federal nº 14.133/2021.

§2º Nas licitações processadas por meio da modalidade pregão, o Agente de Contratação mencionado no caput deste artigo será denominado Pregoeiro, nos termos do art. 8º, §5º, da Lei Federal nº 14.133/2021.

§3º Compete ao Agente de Contratação tomar decisões, acompanhar o trâmite da licitação, dar impulso ao procedimento licitatório e executar quaisquer outras atividades necessárias ao bom andamento do certame até a homologação.

§4º Em eventual (is) afastamento legal (is) ou impedimento (s) de Pregoeiros, o Prefeito Municipal de São João do Paraíso poderá designar substituto (s) com a finalidade de dar andamento aos pregões.

Art. 2º. Designar os servidores abaixo indicados para integrar a Equipe de Apoio ao Agente de Contratação e Pregoeiro:

I - **Vânia Marinho Abreu**, CPF nº ***.559.973-**, matrícula nº 05/2022;

II - **Nicole Santos Sousa**, CPF nº ***.633.023-**, matrícula nº 031/2025;

Art. 3º O pregoeiro poderá solicitar, sempre que necessário, parecer(es) ou informação(ões) dos demais setores da Prefeitura para auxiliá-lo(a) nas análises das propostas de preço e habilitação técnica.

Art. 4º Permanecem vigentes os efeitos do Decreto nº 019/2021 de 20 de maio de 2021 e Portaria nº 109 de 28 de maio de 2021 para os processos licitatórios regidos pela Lei Federal nº 8.666/1993 e Lei Federal nº 10.520/2002 enquanto estes não forem finalizados, desde que a Administração tenha optado por licitar ou contratar diretamente de acordo com as leis citadas, e a opção escolhida tenha sido indicada expressamente no edital ou no aviso ou instrumento de contratação direta publicado até o dia 29 de dezembro de 2023.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

DÊ-SE CIÊNCIA.

PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

São João do Paraíso, 03 de janeiro de 2025.

MARCOS VINÍCIUS DE FRANÇA FERREIRA
Prefeito Municipal

Publicado por: VITOR ALBUQUERQUE DE SOUSA TRINDADE
Código identificador: 7ce62fd7aa550b087a9b3db2f2f7c1a5

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SÓTER

**DECRETO Nº 021/2025, DE 02 DE JANEIRO DE 2025 - NOMEAÇÃO
DA CONTADORA DO MUNICÍPIO**

DECRETO Nº 021/2025, DE 02 DE JANEIRO DE 2025

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DA CONTADORA DO MUNICÍPIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Prefeita Municipal de São João do Soter - MA, **Maria do Carmo Cavalcante Lacerda**, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica Municipal e demais legislação aplicável, resolve:

NOMEAR

Art. 1º. A sra. **DIALIA ARAÚJO DA SILVA**, para exercer o cargo de Contadora, do Município de São João do Soter - MA.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Dê-se ciência e publique-se.

SÃO JOÃO DO SÓTER-MA, DOIS DE JANEIRO DE DOIS MIL E VINTE E CINCO.

MARIA DO CARMO CAVALCANTE LACERDA
Prefeita Municipal de São João do Soter - MA

Publicado por: FRANCISCO ONETE DA SILVA CARDOSO
Código identificador: 3a4250bc94dc1b66bc1cea646ee32533a

**LEI Nº 196/2024, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2024 - FIXAÇÃO DOS
SUBSÍDIOS DOS VEREADORES**

LEI Nº 196/2024, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2024.

Dispõe sobre a fixação dos subsídios dos Vereadores do Poder Legislativo Municipal de São João do Soter, para a legislatura do quadriênio de 2.025 a 2.028, nos termos dos arts. 29, VI, alínea "d", 39, § 4º, da Constituição Federal, e em observância aos preceitos da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2.000 (LRF), e posteriores alterações, e dá outras providências.

A Prefeita Municipal de São João do Soter, Estado do Maranhão, **JOSELENE SILVA BEZERRA DE ARAÚJO**, no uso das atribuições que lhe são asseguradas por Lei, faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. O subsídio mensal dos Vereadores da Câmara Municipal de São João do Soter, para o período de 1º de janeiro de 2.025 a 31 de dezembro de 2.028, é fixado no valor de R\$ 9.800,00 (nove mil e oitocentos reais).

§ 1º. O subsídio mensal fixado por esta lei será pago em parcela única, sendo expressamente vedado o acréscimo de qualquer gratificação, adicional, abono, prêmio, verba de representação ou outra espécie remuneratória, nos termos estabelecidos pelo § 4º, do art. 39, da Constituição Federal.

§ 2º. É facultado ao Vereador, quando for servidor titular de cargo, emprego e função:

I - perceber as vantagens de seu cargo, emprego ou função





ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO
GESTÃO 2025 A 2028

AVISO DE ERRATA DA PORTARIA Nº 002B/2025, DE 03 DE JANEIRO DE 2025

A Prefeitura Municipal de São João do Paraíso/MA, através do prefeito municipal, torna público para conhecimento dos interessados que na Publicação do DIARIO DA FAMEM QUINTA * 09 DE JANEIRO DE 2025 * VOL. 19, Nº 3516/2025 ISSN 2763-860X PAGINA 135:

ONDE SE LÊ : Art. 2º. Designar os servidores abaixo indicados para integrar a Equipe de Apoio ao Agente de Contratação e Pregoeiro:

~~I – Vânia Marinho Abreu, CPF nº ***.559.973-**, matrícula nº 05/2022;~~

~~II – Nicolo Santos Sousa, CPF nº CPF ***.633.023-**, matrícula nº 031/2025~~

LEIA SE: Art. 2º. Designar os servidores abaixo indicados para integrar a Equipe de Apoio ao Agente de Contratação e Pregoeiro:

I – Vania Marinho Abreu, CPF nº ***.559.973-**, matrícula nº 120/2024C;

II – Alex Lima Bueno, CPF nº CPF ***.360.053-**, matrícula nº 102/2024; nomeados para exercerem a função de Equipe de Apoio de acordo com a **PORTARIA Nº 002B/2025, DE 03 DE JANEIRO DE 2025.**

Os demais Artigos e parágrafos permanecem inalterados.

SÃO JOAO DO PARAISO 09 DE JANEIRO DE 2025


MARCOS VINICIUS DE FRANÇA FERREIRA
Prefeito Municipal



1. Caso os pagamentos sejam efetuados após o prazo estabelecido no **subitem 13.1**, por culpa da **CONTRATANTE**, serão devidos encargos moratórios à taxa nominal de 6% a.a. (seis por cento ao ano), capitalizados diariamente em regime de juros simples, desde que, para tanto, não tenha concorrido à **CONTRATADA**.
1. O valor dos encargos será calculado pela fórmula: $EM = 1 \times N \times VP$, onde: EM = Encargos moratórios devidos; N = Números de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; 1 = Índice de compensação financeira = 0,00016438; e VP = Valor da prestação em atraso.
1. A **CONTRATANTE** não pagará multa por atraso no pagamento do fornecimento cobrados através de documentos não hábeis, total ou parcialmente, bem como por motivo de pendência ou descumprimento de obrigações contratuais.
1. A Nota Fiscal que for apresentada com erro será devolvida a contratada para retificação e reapresentação.

PMSJP

FL.(S)
Nº 135
RUBRICA:

1. DA FISCALIZAÇÃO

1. Sem prejuízo da plena responsabilidade da **CONTRATADA**, esta contratação será fiscalizada por servidor formalmente instituído a quem caberá exercer as atribuições previstas, nos termos do art. 117 da Lei Federal nº 14.133/2021.
2. A fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da **CONTRATADA** por quaisquer irregularidades, imperfeições técnicas, vícios ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, inclusive perante terceiros, não implicando corresponsabilidade do **CONTRATANTE** ou de seus agentes diante destes.

15. DO CONTROLE E ALTERAÇÃO DE PREÇOS

15.1. Durante a vigência do contrato, os preços contratados serão fixos e irrevogáveis.

16. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

16.1. Os casos omissos serão resolvidos pelas partes contratantes de comum acordo, tomando-se como base a Lei 14.133/21.

São João do Paraíso, 06 de janeiro de 2025

Marcos da Silva Oliveira
Agente Administrativo
Secretaria Municipal de Governo
e Planejamento

APROVO O TERMO DE REFERÊNCIA

Em, ____/____/2025

Zaqueu Da Silva Castro
Secretário Municipal de Governo e Planejamento

Publicado por: ILTON RODRIGUES DE SOUSA
Código identificador: 63e2b23347affb4e0e770dce025d8486

AVISO DE ERRATA DA PORTARIA Nº 002B/2025, DE 03 DE JANEIRO DE 2025

AVISO DE ERRATA DA PORTARIA Nº 002B/2025, DE 03 DE JANEIRO DE 2025

A Prefeitura Municipal de São João do Paraíso/MA, através do prefeito municipal, torna público para conhecimento dos interessados que na Publicação do DIÁRIO DA FAMEM QUINTA * 09 DE JANEIRO DE 2025 * VOL. 19, Nº 3516/2025 ISSN 2763-860X PAGINA 135:

ONDE SE LÊ: Art. 2º. Designar os servidores abaixo indicados para integrar a Equipe de Apoio ao Agente de Contratação e Pregoeiro:

I - Vânia Marinho Abreu, CPF nº ***.559.973-**, matrícula nº 05/2022;

II - Nicole Santos Sousa, CPF nº CPF ***.633.023-**, matrícula nº 031/2025

LEIA SE: Art. 2º. Designar os servidores abaixo indicados para integrar a Equipe de Apoio ao Agente de Contratação e Pregoeiro:

I - Vania Marinho Abreu, CPF nº ***.559.973-**, matrícula nº 120/2024C;
II - Alex Lima Bueno, CPF nº CPF ***.360.053-**, matrícula nº 102/2024; nomeados para exercerem a função de Equipe de Apoio de acordo com a PORTARIA Nº 002B/2025, DE 03 DE JANEIRO DE 2025.

Os demais Artigos e parágrafos permanecem inalterados.

SÃO JOÃO DO PARAÍSO 09 DE JANEIRO DE 2025

MARCOS VINÍCIUS DE FRANÇA FERREIRA
Prefeito Municipal

Publicado por: ILTON RODRIGUES DE SOUSA
Código identificador: 32d9f91acc35b6e5d087fe018af9abb3



PORTARIA N. 006F/2025

**Dispõe sobre a NOMEAÇÃO de função da
Sra. PAMELA CAVALCANTE PONTES.**

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO, no uso de suas atribuições legais, estabelecidas na Lei Orgânica do Município e demais leis específicas.

RESOLVE:

Art. 1º Nomear para função de Equipe de Apoio ao Agente de Contratação e Pregoeiro, a senhora **PAMELA CAVALCANTE PONTES**, brasileira, inscrita no CPF nº ***.047.333-**.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Mando, portanto, a todas as autoridades a quem o conhecimento e a execução da presente Lei pertencerem que a cumpram e a façam cumprir tão inteiramente como nela se contém.

**GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO EM 24
DE JANEIRO DE 2025.**


MARCOS VINICIUS DE FRANÇA FERREIRA
Prefeito Municipal

CERTIFICO QUE, NESTA DATA, FOI DEVIDAMENTE AFIIXADO E PUBLICADO NO MURAL DE AVISOS DO ÁTRIO DESTA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO-MA, A PORTARIA DE NOMEAÇÃO Nº 006F/2025 SÃO JOÃO DO PARAÍSO-MA, AOS 24 DIAS DO MÊS DE JANEIRO DE 2025. CERTIFICO E ASSINO O PRESENTE TERMO DE PUBLICAÇÃO.

ESTADO DO MARANHÃO
GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
GESTÃO 2025 A 2028

PORTARIA N. 007F/2025

**AVISO DE SUBSTITUIÇÃO DE MEMBROS
DA PORTARIA Nº 002B/2025 de
03/01/2025**

O Prefeito Municipal de São João do Paraíso, Estado do Maranhão, **MARCOS VINICIUS DE FRANÇA FERREIRA**, no uso de suas atribuições legais, estabelecidas na Lei Orgânica do Município e demais leis específicas, torna público para conhecimento dos interessados que o servidor **ALEX LIMA BUENO**, nomeado para exercer a função de membro da Equipe de Apoio ao Agente de Contratação e Pregoeiro, conforme portaria nº 002B/2025, de 03 de janeiro de 2025, no Art. 2º, fica exonerado da referida função.

Dessa forma, **R E S O L V E** nomear a servidora **PAMELA CAVALCANTE PONTES**, como novo membro da Equipe de Apoio, substituindo o servidor mencionado, por meio da portaria de nº 006F/2025, de 24 de janeiro de 2025.

Os demais artigos e parágrafos permanecem inalterados.

**GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO/MA, AOS 24
DIAS DO MÊS DE JANEIRO DE 2025.**


MARCOS VINICIUS DE FRANÇA FERREIRA
Prefeito Municipal

CERTIFICO QUE, NESTA DATA, FOI DEVIDAMENTE AFIIXADO E PUBLICADO NO MURAL DE AVISOS DO ATRIO DESTA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO/MA, A PORTARIA DE NOMEAÇÃO Nº 007F/2025, SÃO JOÃO DO PARAÍSO - MA, AOS 24 DIAS DO MÊS DE JANEIRO DE 2025. CERTIFICO E ASSINO O PRESENTE TERMO DE PUBLICAÇÃO.

de fevereiro de 2025. Ilton Rodrigues de Sousa-Pregoeiro da Prefeitura Municipal de São João do Paraíso/MA.

Publicado por: ILTON RODRIGUES DE SOUSA
Código identificador: c00c1a36549cbc6b16de81b8913c2d71

DECRETO Nº 008-2025

DECRETO Nº 008-2025

DISPÕE SOBRE A DECLARAÇÃO DE FERIADO MUNICIPAL NO PERÍODO DE CARNAVAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO-MA, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica do Município e considerando a tradição das festividades carnavalescas,

DECRETA:

Art. 1º Fica declarado ponto facultativo nos dias 03 de março (segunda-feira), 04 de março (terça-feira), e 05 de março (quarta-feira), em razão das festividades de Carnaval, abrangendo todas as repartições públicas municipais, exceto aquelas que, por sua natureza, exijam funcionamento ininterrupto.

Art. 2º O expediente nas repartições públicas municipais será retomado normalmente no dia 06 de março de 2025.

Art. 3º As atividades essenciais, tais como serviços de saúde, segurança pública e limpeza urbana, deverão manter escalas de plantão para garantir o atendimento à população.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de São João do Paraíso - Estado do Maranhão, aos 27 de fevereiro de 2025.

MARCOS VINÍCIUS DE FRANÇA FERREIRA
Prefeito Municipal

Publicado por: VITOR ALBUQUERQUE DE SOUSA TRINDADE
Código identificador: 94f7553c6a736cabf78539ec952bdd9a

PORTARIA N. 002A/2025

PORTARIA N. 002A/2025

Dispõe sobre a NOMEAÇÃO do cargo em comissão de ILTON RODRIGUES DE SOUSA.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO, no uso de suas atribuições legais, estabelecidas na Lei Orgânica do Município e demais leis específicas,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear para exercer o cargo em comissão de PREGOEIRO, o senhor **ILTON RODRIGUES DE SOUSA**, brasileiro, inscrito no CPF nº ***.296.283.**.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Mando, portanto, a todas as autoridades a quem o conhecimento e a execução da presente portaria pertencerem que a cumpram e a façam cumprir tão inteiramente como nela se contém.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO EM 03 DE JANEIRO DE 2025.

MARCOS VINÍCIUS DE FRANÇA FERREIRA
Prefeito Municipal

Publicado por: VITOR ALBUQUERQUE DE SOUSA TRINDADE
Código identificador: e00a59debd4e93358d149a2cda7c49b8

PORTARIA N. 006F/2025

PMSJP

PORTARIA N. 006F/2025

Dispõe sobre a NOMEAÇÃO de função da Sra. **PAMELA CAVALCANTE PONTES**.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO, no uso de suas atribuições legais, estabelecidas na Lei Orgânica do Município e demais leis específicas.

RESOLVE:

Art. 1º Nomear para função de Equipe de Apoio ao Agente de Contratação e Pregoeiro, a senhora **PAMELA CAVALCANTE PONTES**, brasileira, inscrita no CPF nº ***.047.333.**.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura. Mando, portanto, a todas as autoridades a quem o conhecimento e a execução da presente Lei pertencerem que a cumpram e a façam cumprir tão inteiramente como nela se contém.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO EM 24 DE JANEIRO DE 2025.

MARCOS VINÍCIUS DE FRANÇA FERREIRA
Prefeito Municipal

Publicado por: VITOR ALBUQUERQUE DE SOUSA TRINDADE
Código identificador: 4967bc0ea38d1e3e8abfed0a53f7bdfc

PORTARIA N. 007F/2025

PORTARIA N. 007F/2025

AVISO DE SUBSTITUIÇÃO DE MEMBROS DA PORTARIA Nº 002B/2025 de 03/01/2025

O Prefeito Municipal de São João do Paraíso, Estado do Maranhão, **MARCOS VINÍCIUS DE FRANÇA FERREIRA**, no uso de suas atribuições legais, estabelecidas na Lei Orgânica do Município e demais leis específicas, torna público para conhecimento dos interessados que o servidor **ALEX LIMA BUENO**, nomeado para exercer a função de membro da Equipe de Apoio ao Agente de Contratação e Pregoeiro, conforme portaria nº 002B/2025, de 03 de janeiro de 2025, no Art. 2º, fica exonerado da referida função.

Dessa forma, **RESOLVE** nomear a servidora **PAMELA CAVALCANTE PONTES**, como novo membro da Equipe de Apoio, substituindo o servidor mencionado, por meio da portaria de nº 006F/2025, de 24 de janeiro de 2025.

Os demais artigos e parágrafos permanecem inalterados.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO/MA, AOS 24 DIAS DO MÊS DE JANEIRO DE 2025.

MARCOS VINÍCIUS DE FRANÇA FERREIRA
Prefeito Municipal

Publicado por: VITOR ALBUQUERQUE DE SOUSA TRINDADE
Código identificador: ff37bb2561861802ae3b4d90b61210ba

PORTARIA N. 031/2025

PORTARIA N. 031/2025

Dispõe sobre a NOMEAÇÃO do cargo em comissão de ANA

ESTADO DO MARANHÃO
GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
GESTÃO 2025 A 2028

PORTARIA N. 002A/2025

Dispõe sobre a NOMEAÇÃO do cargo em comissão de ILTON RODRIGUES DE SOUSA.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO, no uso de suas atribuições legais, estabelecidas na Lei Orgânica do Município e demais leis específicas,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear para exercer o cargo em comissão de **PREGOEIRO**, o senhor **ILTON RODRIGUES DE SOUSA**, brasileiro, inscrito no CPF nº ***.296.283.-**.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Mando, portanto, a todas as autoridades a quem o conhecimento e a execução da presente portaria pertencerem que a cumpram e a façam cumprir tão inteiramente como nela se contém.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO EM 03 DE JANEIRO DE 2025.


MARCOS VINICIUS DE FRANÇA FERREIRA
Prefeito Municipal

CERTIFICO QUE, NESTA DATA, FOI DEVIDAMENTE AFIIXADO E PUBLICADO NO MURAL DE AVISOS DO ATRIO DESTA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO-MA, A PORTARIA DE NOMEAÇÃO Nº 002A/2025 SÃO JOÃO DO PARAÍSO-MA, AOS 03 DIAS DO MÊS DE JANEIRO DE 2025. CERTIFICO E ASSINO O PRESENTE TERMO DE PUBLICAÇÃO.



CERTIFICADO

Certificamos para todos os fins que

ILTON RODRIGUES DE SOUSA

participou, com êxito, do curso **Licitações e contratações diretas** conforme a Lei nº 14.133/2021: regulamentação, implementação e procedimentos eletrônicos, com carga horária de 36 horas, realizado nos dias 18 a 22 de dezembro de 2023, em São Luís (MA).

O conteúdo ministrado encontra-se no verso deste certificado.

São Luís (MA), 22 de dezembro de 2023.

instituto
CERTAME

Joanne B Xavier
A B XAVIER TREINAMENTOS
CNPJ - 11.669.032/0001-09

FL(S)
Nº 440
RUBRICA: *[assinatura]*

PMSUP



CERTIFICADO

Certificamos que

ILTON RODRIGUES DE SOUSA

Participou da **SEMANA ESPECIALISTA NOVA LEI DE LICITAÇÕES**
com carga horária total de 8 (oito) horas, nos dias 24 a 26 de maio de 2021.


Professor Matheus Carvalho


**ESPECIALISTA
RECONHECIDO**

FL. (S)
Nº 142 - Rubrica
RUBRICA: *[assinatura]*
PMSJP

**licita
news**

CERTIFICADO

Licitação na Prática



Licitanews Consultoria Especializada em Licitação Pública

Itan Rodrigues de Sousa

participante do evento "Licitação na Prática" realizado nos dias 26 de Julho de 2021 a 27 de Julho de 2021 no canal Licitanews Online / YouTube com duração de 2 (2) horas aula sobre Inteligência para Licitação e Contratação Pública.

ES., 05 de Agosto de 2021.

[assinatura]
Uesley Sílvia Medeiros
Consultor/Professor
Assinatura Digital

LICITANET

Este documento foi assinado digitalmente por Uesley Sílvia Medeiros.
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código A328-ECBE-3725-E76B.

Este documento foi assinado digitalmente por Uesley Sílvia Medeiros.
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código A328-ECBE-3725-E76B.

CERTIFICADO

Certificamos para todos os fins que

ILTON RODRIGUES DE SOUSA

participou, com êxito, do curso **Licitações públicas e formação de Pregoeiros (incluindo Pregão Eletrônico por meio do Comprasnet)**, na modalidade presencial, realizado nos dias 13 a 17 de dezembro de 2021, em São Luís/MA com carga horária de 40 horas.

O conteúdo ministrado encontra-se no verso deste certificado.

São Luís (MA), 17 de dezembro de 2021.

instituto
CERTAME

Juciane B Xavier
A B XAVIER TREINAMENTOS
CNPJ - 11.669.032/0001-09

FL(S)
Nº 143
RUBRICA: *[assinatura]*

PMSUP



CERTIFICADO

Em 03 de julho de 2020, certificamos para todos os fins que

ILTON RODRIGUES DE SOUSA

participou, com êxito, do curso **Pregão Eletrônico em Prefeituras: formação e atualização de Pregoeiros**, na modalidade EAD, realizado de 29 de junho a 03 de julho de 2020, com carga horária de 16 horas.

O conteúdo ministrado encontra-se no verso deste certificado.

instituto
CERTAME

Julianne B Xavier
A B XAVIER TREINAMENTOS
CNPJ - 11.669.032/0001-09

FL. (S)
Nº 4114
RUBRICA: *[assinatura]*

PMSJP



CERTIFICADO

Certificamos que

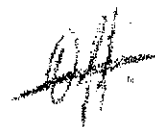
ILTON RODRIGUES DE SOUSA

participou do evento **9ª Edição do Fórum Virtual de Licitações**, realizado no período de 08 a 10 de novembro de 2021, na plataforma via YouTube com carga horária de 12 horas.

São Paulo, 10 de novembro de 2021



Marcio Valle
Diretor



Ricardo Dantas
Palestrante



Edson Silva
Diretor

FL(S)
Nº 113
RUBRICA: 

PMSJP

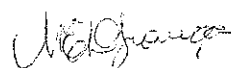


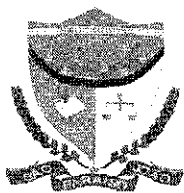
ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO – MA

FL.(S)
Nº 146
RUBRICA: 

EDITAL

| | | | |
|---|--|--|---|
| Pregão Eletrônico nº 17/2025 | | Data de abertura: 17/11/2025 às 14:30 www.licitanet.com.br | |
| Processo Administrativo 2025.09.16.0016- PMSJP | SRP? <input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não | Exclusiva ME/EPP? <input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não | Reserva de quota ME/EPP? <input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não |
| Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONFECÇÃO DE PRÓTESE DENTÁRIA, VISANDO ATENDER AS NECESSIDADES DOS PROGRAMAS DE SAÚDE BUCAL DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO/MA. | | Legislação Aplicada: Lei nº 14.133, de 2021, Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, do Decreto nº 8.538, de 06 de outubro de 2015, Decreto nº 11.462/23. | |
| Valor total estimado R\$ 296.427,10 (Duzentos e noventa e seis mil, quatrocentos e vinte sete reais e dez centavos) | Vistoria? <input type="checkbox"/> Obrigatória <input type="checkbox"/> Facultativa <input checked="" type="checkbox"/> Não se aplica | Amostra/Demonstração? <input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não | |
| Modo de disputa: ABERTO | | | |
| Pedidos de esclarecimentos e impugnações Até 12/11/2025 para o endereço em campo específico na plataforma www.licitanet.com.br , no caso de problemas na plataforma enviar no e-mail: cplsjparaíso@gmail.com | | | |
| Documentação de habilitação | | | |
| Requisitos básicos: Conforme Termo de Referência | | Requisitos específicos Não se aplica | |
| Adjudicação Por Item à(s) licitante(s) vencedora(s) | | | |
| O Edital e seus Anexos estão à disposição dos interessados no site eletrônico www.saojoaodoparaíso.ma.gov.br , na plataforma www.licitanet.com.br e poderão ser lidos gratuitamente e/ou obtidos no órgão, situado no endereço Avenida do Comércio, Nº 150, Centro, SÃO JOÃO DO PARAÍSO , nos dias úteis, no horário das 08:00 horas às 13:00 horas. | | | |





ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE



PMSJP

FL(S)

Nº 147

RUBRICA:

Sumário

| | |
|--|----|
| 1. DO OBJETO | 3 |
| 2. DO REGISTRO DE PREÇOS | 3 |
| 3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO | 3 |
| 4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO | 5 |
| 5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA | 7 |
| 6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES | 8 |
| 7. DA FASE DE JULGAMENTO | 11 |
| 8. DA FASE DE HABILITAÇÃO | 16 |
| 9. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS | 18 |
| 10. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA | 18 |
| 11. DOS RECURSOS | 19 |
| 12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES | 20 |
| 13. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO | 20 |
| 14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS | 22 |



PMSJP

FL.(S)
Nº 148
RUBRICA: *[Handwritten signature]*

EDITAL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 17/2025

(Processo Administrativo nº 2025.09.16.0016-PMSJP)

O **MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO – ESTADO DO MARANHÃO**, no uso de suas atribuições legais torna público, que realizará licitação, na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, cujo o critério de julgamento será o de **MENOR PREÇO POR ITEM**, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, do Decreto nº 8.538, de 06 de outubro de 2015, Decreto nº 11.462/23 e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: Até o dia 17/11/2025 às 13:29 horas.

ABERTURA DAS PROPOSTAS: Dia 17/11/2025 às 14:30 horas.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é o **registro de preços para futura e eventual contratação de empresa especializada na prestação de serviços de confecção de prótese dentária**, visando atender as necessidades dos programas de saúde bucal da Secretaria Municipal de Saúde do Município de São João do Paraíso/MA, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.1. A licitação será dividida em itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

2. DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados na Plataforma **LICITANET – Licitações Eletrônicas** (www.licitanet.com.br).

3.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluía a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

[Handwritten signature]



3.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.5. A participação é aberta a todos os interessados que atendam integralmente às condições deste Edital e de seus anexos, não sendo licitação exclusiva para microempresas ou empresas de pequeno porte

3.5.1. Será assegurado o tratamento favorecido previsto nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, às microempresas, empresas de pequeno porte e demais beneficiários legais, nos termos da legislação aplicável.

3.6. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto n.º 8.538, de 2015.

3.7. Será concedida prioridade de contratação de microempresas e empresas de pequeno porte sediadas no ÂMBITO LOCAL OU REGIONAL, nos termos do art. 9º do Decreto nº 8.538/2015 para promover o desenvolvimento econômico e social no âmbito local.

3.7.1. Considera-se sediadas no **ÂMBITO LOCAL** as empresas sediadas no Município de São João do Paraíso/MA;

3.7.2. Considera-se sediadas em **ÂMBITO REGIONAL** as empresas sediadas na microrregião 019, composta pelas cidades: Campestre do Maranhão, Carolina, Estreito, Porto Franco, São João do Paraíso e São Pedro dos Crentes.

3.8. Não poderão disputar esta licitação:

3.8.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.8.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

3.8.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.8.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.8.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.8.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.8.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.8.8. agente público do órgão ou entidade licitante;

Handwritten signature in blue ink.



FL. (S)
Nº 50
RUBRICA:

3.8.9. *peças jurídicas reunidas em consórcio;*

3.8.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

3.8.11. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.9. O impedimento de que trata o item 3.8.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.10. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.8.2 e 3.8.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.11. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.12. O disposto nos itens 3.8.2 e 3.8.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.13. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

3.14. A vedação de que trata o item 3.8.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

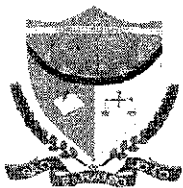
4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto nos itens 9.1.1 e 9.12.1 deste Edital.

4.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.4.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos



FL(S)
Nº 151
RUBRICA: *[assinatura]*

direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.4.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

4.4.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.4.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.5. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.6. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

4.6.1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

4.6.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

4.7. A falsidade da declaração de que trata os itens 4.4 ou 4.6 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

4.8. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

4.9. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

4.10. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

4.11. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

4.11.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

4.11.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

[assinatura]



4.12. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

4.12.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

4.12.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

4.13. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 4.11 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

4.14. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

4.15. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.1.1. **VALOR UNITÁRIO E TOTAL DO ITEM;**

5.1.2. Marca e Modelo;

5.1.3. Fabricante;

5.1.4. Quantidade cotada, devendo respeitar o máximo estipulado no Termo de Referência.

5.1.5. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.1.6. O licitante NÃO poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

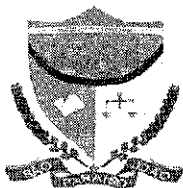
5.2. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.3. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.4. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

5.5. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.6. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.



FL. (S)
Nº 153
RUBRICA: *Paul*

- 5.6.1. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.
- 5.6.2. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;
- 5.6.3. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no item 4.9.
- 5.7. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

- 6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
- 6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.
- 6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 6.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do **ITEM**
- 6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 6.7. O licitante somente poderá oferecer lance *de valor inferior* ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 6.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser *de R\$ 1,00 (um real)*.
- 6.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.
- 6.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.
- 6.11. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa "aberto", os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 6.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 6.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

Assinatura



[Handwritten signature]

6.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

6.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

6.11.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

6.11.6. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

6.11.7. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

6.11.8. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

6.11.9. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

6.11.10. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.11.11. Na hipótese de não serem apresentadas, ao menos, três propostas válidas, os licitantes que tiverem apresentado as três melhores ofertas, inclusive as empatadas, poderão ser convidados a oferecer novos lances sucessivos.

6.12. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

6.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

6.15. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

6.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

6.18. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as

[Handwritten signature]



microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

6.18.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

6.18.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

6.18.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

6.18.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

6.19. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

6.19.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

6.19.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

6.19.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

6.19.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

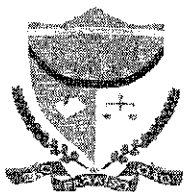
6.19.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

6.19.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

6.19.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

6.19.2.2. empresas brasileiras;

6.19.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;



FL.(S)
Nº 150
RUBRICA:

[Handwritten signature]

6.19.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

6.20. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após o encerramento da etapa de lances.

6.20.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

6.20.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.20.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

6.20.4. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.20.5. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

6.21. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7. DA FASE DE JULGAMENTO

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro poderá verificar se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 3.8 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

7.1.1. SICAF;

7.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

7.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

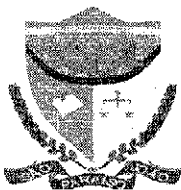
7.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

7.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, caput)

7.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).

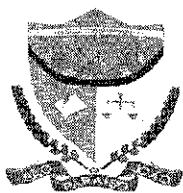
7.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).

[Handwritten signature]



- 7.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.
- 7.4. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 3.5.1 e 4.6 deste edital.
- 7.5. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.
- 7.6. Será desclassificada a proposta vencedora que:
- 7.6.1. conter vícios insanáveis;
 - 7.6.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;
 - 7.6.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
 - 7.6.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
 - 7.6.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.
- 7.7. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexecuibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.
- 7.7.1. A inexecuibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:
- 7.7.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
 - 7.7.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.
- 7.8. Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.
- 7.9. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;
- 7.9.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;
 - 7.9.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.
- 7.10. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de demonstração técnica dos serviços, o licitante classificado em primeiro lugar deverá realizá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.
- 7.11. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de demonstração técnica dos serviços, o licitante classificado em primeiro lugar deverá realizá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.





FL.(S)
Nº 128
RUBRICA:

7.12. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação da demonstração técnica, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

7.13. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

7.14. No caso de não realização da demonstração técnica ou ocorrência de atraso, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo execução de serviço fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

7.15. Se a demonstração técnica apresentada pelo primeiro classificado não for aceita, o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação das demonstrações técnicas dos demais licitantes, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

8. EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO

8.1. Habilitação jurídica

8.1.1. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

8.1.2. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.1.3. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.1.4. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.1.5. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME nº 77, de 18 de março de 2020.

8.1.6. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.1.7. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

8.1.8. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

8.1.9. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

8.2. Habilitação fiscal, social e trabalhista



[Handwritten signature]

8.2.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.2.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.2.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.2.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.2.5. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes ESTADUAL/DISTRITAL relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.2.6. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes MUNICIPAL/DISTRITAL relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.2.7. Prova de regularidade com a Fazenda ESTADUAL/DISTRITAL do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.2.8. Prova de regularidade com a Fazenda MUNICIPAL/DISTRITAL do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.2.9. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos ESTADUAL/DISTRITAL ou MUNICIPAL/DISTRITAL relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.2.10. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

8.3. Qualificação Econômico-Financeira

8.3.1. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

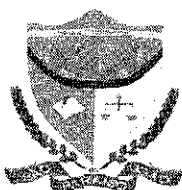
8.3.2. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando;

8.3.3. Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

$$LG = \frac{\text{ATIVO CIRCULANTE} + \text{REALIZÁVEL A LONGO PRAZO}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE} + \text{PASSIVO NÃO CIRCULANTE}}$$

$$LC = \frac{\text{ATIVO CIRCULANTE}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE}}$$

[Handwritten signature]



PMSJP

SG = ATIVO TOTAL _____
PASSIVO CIRCULANTE + PASSIVO NÃO CIRCULANTE

FL.(S)

Nº 160

RUBRICA:

EG = PASSIVO CIRCULANTE + PASSIVO NÃO CIRCULANTE
ATIVO TOTAL

8.3.4. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

8.3.5. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

8.3.6. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao SPED.

8.3.7. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação patrimônio líquido mínimo de 10% (Dez por cento) do valor total estimado da contratação.

8.3.8. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

8.3.9. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

8.4. Qualificação Técnica

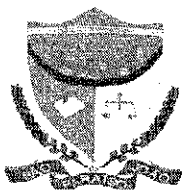
8.4.1. Comprovação de aptidão para o fornecimento e confecção de próteses similares, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior ao objeto desta contratação, ou ao item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, quando aplicável.

8.4.2. Para fins de comprovação do quantitativo mínimo, será admitida a apresentação e o somatório de diferentes atestados referentes a serviços realizados de forma concomitante.

8.4.3. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

8.4.4. O fornecedor deverá disponibilizar todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à confecção das próteses, endereço atual da contratante, local onde os serviços foram executados e Notas Fiscais correspondentes, dentre outros documentos pertinentes.

Meiôfance



FL(S)
Nº 161

RUBRICA:

9. DA FASE DE HABILITAÇÃO

9.1. Os documentos previstos nos **itens 8 deste Edital**, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.1. Além da documentação prevista no item acima, o licitante deverá apresentar a Declaração Unificada constata no Anexo IV.

9.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.4. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

9.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia ou por meio digital.

9.6. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

9.7. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

9.8. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

9.9. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

9.10. A habilitação será verificada por meio no habilitante, nos documentos por ele abrangidos.

9.10.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. (IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º).

9.11. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. (IN nº 3/2018, art. 7º, caput).

U. B. Franca



- 9.11.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. (IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único).
- 9.12. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.
- 9.12.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no **HABILITANET** serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de no mínimo, 02 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.
- 9.12.2. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da *Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022*.
- 9.13. A verificação no SICAF ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.
- 9.13.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.
- 9.13.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.
- 9.14. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64, e IN 73/2022, art. 39, §4º):
- 9.14.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e
- 9.14.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;
- 9.15. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 9.16. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 9.12.1.
- 9.17. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.
- 9.18. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015).
- 9.19. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.



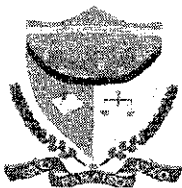
10. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 10.1. Após a homologação da licitação, a (s) licitante (s) vencedora (s) será (ão) convocada (s) para assinar a Ata de Registro de Preços, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da convocação e nas condições estabelecidas neste Termo de Referência e seus Anexos;
- 10.2. A convocação da (s) vencedora (s), assim como qualquer comunicação entre as partes a respeito da Ata de Registro de Preços e do Contrato, produzirá efeitos legais se processada por publicação na imprensa oficial ou por escrito mediante protocolo, e-mail eletrônico ou outro meio de registro, não sendo consideradas comunicações verbais;
- 10.3. É facultada a Prefeitura Municipal de São João do Paraíso/MA, quando a (s) convocada (s) não comparecer (em) no prazo estipulado, não apresentar (em) situação regular no ato da assinatura da ata ou, ainda, recusar-se a assiná-lo, injustificadamente, convocar as licitantes remanescentes na ordem de classificação, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis;
- 10.4. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pela parte, durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado e aceito pela Prefeitura Municipal de São João do Paraíso/MA;
- 10.5. A empresa terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), sob pena de decair do direito à contratação;
- 10.6. A recusa injustificada por parte do fornecedor em assinar o contrato para formalização da contratação junto à administração pública, será caracterizada como inadimplemento total das obrigações assumidas, por conseguinte, passível de abertura de processo administrativo punitivo e aplicação de penalidades legalmente estabelecidas pelas legislações vigentes, assegurados o contraditório, a ampla defesa e demais matérias e princípios constitucionais que regem o processo em âmbito administrativo ou judicial;
- 10.7. O prazo para assinatura do contrato poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado pelo fornecedor beneficiário durante seu transcurso, desde que ocorra motivo justificado e aceito pela CONTRATANTE.

11. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

- 11.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:
- 11.1.1. dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e
- 11.1.2. dos licitantes que mantiverem sua proposta original
- 11.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.
- 11.2.1. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.
- 11.2.2. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.
- 11.3. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

[Assinatura]



11.3.1. quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

11.3.2. quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29 do Decreto nº 11.462/23.

11.4. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

11.4.1. convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

11.4.2. adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

12. DOS RECURSOS

12.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

12.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

12.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

12.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

12.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

12.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

12.3.4. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

12.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

12.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

12.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

12.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

12.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.



FL(S)
Nº 463
RUBRICA: *[Assinatura]*

- 12.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 12.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico www.licitanet.com.br e www.saojoaodoparaíso.ma.gov.br.

13. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

13.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 14.133/2021 a empresa que:

- a. Dar causa à inexecução parcial do contrato;
- b. Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c. Dar causa à inexecução total do contrato;
- d. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- h. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- i. Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- l. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

13.2. Conforme os termos da Lei nº 14.133/2021, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999 e na Lei Estadual nº 8.959/2009, todas as sanções previstas no Art. 156 da Lei 14.133/2021, serão aplicadas pelo Secretário Municipal da Pasta interessada, ou pela autoridade máxima da respectiva entidade, quando se tratar de autarquia ou fundação, observados o contraditório e a ampla defesa, conforme preceitua o inciso LV do art. 5º da Constituição da República Federativa do Brasil;

13.3. A empresa que cometer quaisquer das infrações discriminadas no subitem acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

- a. Multa compensatória de até 10 % (dez por cento) sobre o valor total da nota de empenho, no caso de recusa injustificada em assinar a Ata de Registro de Preços, o contrato e/ou receber e nota de empenho no prazo previsto;
- b. Multa moratória de até 0,3% (três décimos por cento) por dia de atraso injustificado na entrega, calculado sobre o valor da parcela não cumprida, até o limite de 5 (cinco) dias, após o qual, a critério da Administração, poderá ocorrer a não aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;
- c. Multa moratória de até 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado na entrega, calculado sobre o valor da parcela não cumprida, por período superior ao previsto na alínea "b", limitado a 05 (cinco) dias subsequentes, após o qual, a critério da Administração, poderá ocorrer

[Assinatura]



a não aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

d. Multa moratória de até 5% (cinco por cento), calculado sobre o valor da parcela não cumprida, nas hipóteses não previstas nas alíneas anteriores, em caso de inexecução parcial da obrigação assumida;

e. Multa compensatória de até 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato no caso de inexecução total do objeto, em caso de inexecução parcial das obrigações assumidas, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;

f. Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar;

g. Em caso de inexecução parcial das obrigações assumidas, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;

h. Impedimento de licitar e contratar com a Prefeitura Municipal de São João do Paraíso/MA com o consequente descredenciamento no Cadastro de Fornecedores do Município pelo prazo de até 03 (três anos).

13.4. Na aplicação das sanções serão considerados:

- a. A natureza e a gravidade da infração cometida;
- b. As peculiaridades do caso concreto;
- c. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d. Os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- e. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

13.5. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade e da razoabilidade;

13.6. Atrasos cuja justificativa seja aceita pela Prefeitura Municipal de São João do Paraíso/MA e comunicadas antes dos prazos de entrega consignados no contrato ou documento equivalente, poderão a critério deste ser isenta total ou parcialmente da multa.

14. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

14.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

14.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

14.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, através de campo específico na Plataforma LICITANET – Licitações Eletrônicas

14.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

14.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.



14.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

15. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

15.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

15.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

15.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

15.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

15.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

15.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

15.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

15.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

15.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

15.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e www.licitanet.com.br e www.saojoaodoparaíso.ma.gov.br.

15.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

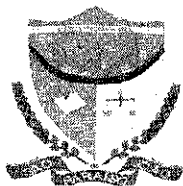
- 15.11.1. ANEXO I - Termo de Referência
- 15.11.2. ANEXO II – Minuta de Termo de Contrato
- 15.11.3. ANEXO III – Minuta de Ata de Registro de Preços
- 15.11.4. ANEXO IV – Declaração Unificada.
- 15.11.5. ANEXO V – Modelo de Proposta de Preços.

SÃO JOÃO DO PARAÍSO-MA, 29 de outubro de 2025.

Marisa Elanne Damasceno de França

Secretária Municipal de Saúde

Portaria nº 005/2025



PMSJP

FL.(S)

Nº 168

RUBRICA: *[Signature]*

ANEXO II

(Processo Administrativo nº.....)

CONTRATO Nº _____/_____

COMPRAS E SERVIÇOS COMUNS – LEI 14.133/2021



PROCESSO DE ORIGEM

PREGÃO ELETRÔNICO nº _____/_____

Nº PROCESSO ADMINISTRATIVO: _____/_____



OBJETO CONTRATUAL

.....



VALOR CONTRATUAL

R\$ (.....)



VIGÊNCIAS CONTRATUAL

INICIAL: ____/____/____

FINAL: ____/____/____



DADOS DO CONTRATANTE

RAZÃO SOCIAL CONTRATANTE, CNPJ nº ____/____/____-

Logradouro....., Número....., Bairro....., Cidade....., Estado.....

Nome Responsavel Contrante....., CPF nº ____-____-____



DADOS DO CONTRATADO

RAZÃO SOCIAL CONTRATADO, CNPJ nº ____/____/____-

Logradouro....., Número....., Bairro....., Cidade....., Estado.....

Nome Responsavel Contratado....., CPF nº ____-____-____

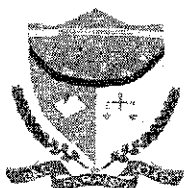


FISCAL DO CONTRATO

Nome Fiscal Contrato.....

PREÂMBULO

Aos ____ de ____ de ____, a Razão Social Contratante.... – UF.., através da Unidade Adminsitrativa Contratante, inscrita no CNPJ nº ____/____/____-, em observância às disposições da Lei nº 14.133, de



1º de abril de 2021 na presença de testemunhas abaixo nomeadas acordam em assinar o presente **TERMO DE CONTRATO**, decorrente do Processo de Contratação em epígrafe, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO E DA VINCULAÇÃO (art. 92, I e II)

1.1 – O presente instrumento tem por objeto de acordo com as especificações e condições definidas no Termo de Referência e em conformidade com a proposta de preço apresentada pela **CONTRATADA**.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PREÇO (art. 92, V)

2.1 – O valor do presente Contrato é de R\$ (.....), em conformidade com a proposta apresentada pela **CONTRATADA**, conforme quadro abaixo:

| ESPECIFICAÇÕES E ITENS DO CONTRATO | | | | | | |
|------------------------------------|-----------|-------|---------|--------|-------------|-------------|
| Item | Descrição | Marca | Unidade | Quant. | Valor Unit. | Valor Total |
| 1 | | | | | | |
| 2 | | | | | | |
| 3 | | | | | | |
| Valor Total | | | | | R\$ | |

2.2 – No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

2.3 – O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente executados.

2.3 – São anexos a este instrumento e vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

2.3.1 – O Termo de Referência que embasou a contratação, em especial as cláusulas específicas quanto a forma de execução do objeto;

2.3.2 – Edital de Licitação e/ou Aviso de Contratação Direta, conforme o caso;

2.3.3 – A Proposta do Contratado;

2.3.4 – Eventuais anexos dos documentos supracitados.

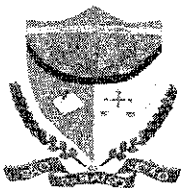
CLÁUSULA TERCEIRA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO

3.1 – O prazo de vigência da contratação terá início na data de ____/____/____ e encerramento em ____/____/____, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021, e, em caso de serviços e fornecimentos contínuos, poderão ser prorrogáveis por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.1.1 – O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do contratado, previstas neste instrumento.

4.1.2 – A prorrogação de que trata esse item é condicionada à avaliação, por parte do Gestor do Contrato, da vantajosidade da prorrogação, a qual deverá ser realizada motivadamente, com base no Histórico de Gestão do Contrato, nos princípios da manutenção da necessidade, economicidade e oportunidade da contratação, e nos demais aspectos que forem julgados relevantes.

NEOfranca



- 3.2 – O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.
- 3.3 – Em caso de prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.
- 3.4 – O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

CLÁUSULA QUARTA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)

- 4.1 – O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA QUINTA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

- 5.1 – O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, parte integrante a este Contrato.

CLÁUSULA SEXTA – DO REAJUSTE (art. 92, V)

- 6.1 – Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado constante do processo administrativo que deu origem ao presente termo de contrato.
- 6.2 – Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo **CONTRATANTE**, do índice Índice Geral de Preços de Mercado – IGP-M, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
- 6.3 – Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o intervalo mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
- 10.4 – No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o **CONTRATANTE** pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).
- 6.5 – Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).
- 10.6 – Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.
- 6.7 – Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- 6.8 – O reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

- 7.1 – Quando o presente instrumento tratar de informações pessoais, as partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão deste contrato administrativo, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.
- 7.2 – Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.
- 7.3 – É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.
- 7.4 – A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de sub-operação firmados ou que venham a ser celebrados pelo **CONTRATADO**.
- 7.5 – Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de



documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

7.6 – É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

7.7 – O **CONTRATADO** deverá exigir de sub operadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

7.8 – O **CONTRATANTE** poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o **CONTRATADO** atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

7.9 – O **CONTRATADO** deverá prestar, no prazo fixado pelo **CONTRATANTE**, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

7.10 – Bancos de dados eventualmente formados a partir de deste instrumento contratual, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

7.10.1 – Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

7.11 – O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

7.12 – Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

CLÁUSULA OITAVA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)

8.1 – As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de São João do Paraíso deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

UNIDADE:

CLASSIFICAÇÃO:

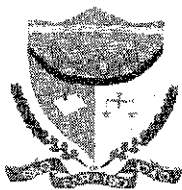
NATUREZA DA DESPESA:

FICHA:

8.2 – A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

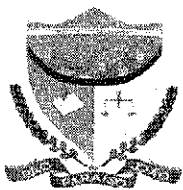
- 9.1 - Executar o serviço no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;
- 9.2 - Facilitar o acesso dos empregados da CONTRATADA, designados para execução do contrato, às instalações onde os mesmos serão executados;
- 9.3 - Disponibilizar à CONTRATADA normas e regulamentos internos aplicáveis aos locais e à execução dos serviços;
- 9.4 - Exercer a fiscalização dos serviços, nos aspectos quantitativo, qualitativo, administrativos e técnicos, anotando em registro próprio os defeitos detectados e comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam reparo ou substituição por parte da CONTRATADA.



- 9.5 - Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade do serviço recebido provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
- 9.6 Comunicar à CONTRATADA, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução dos serviços, para que sejam corrigidas, reparadas ou adequadamente ajustadas.
- 9.7 - Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da CONTRATADA, através de comissão/servidor especialmente designado;
- 9.8 - Efetuar o pagamento à CONTRATADA no valor correspondente ao serviço do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;
- 9.9 - Notificar previamente à CONTRATADA, quando da aplicação de penalidades;
- 9.10 - Atestar as notas fiscais/faturas emitidas pela CONTRATADA, recusando-as quando inexatas ou incorretas, efetuando todos os pagamentos nas condições pactuadas;
- 9.11 Emitir Autorização para execução dos serviços, instruindo a CONTRATADA quanto à sua realização;
- 9.12 Rejeitar, no todo ou em parte, os serviços executados que estejam em desacordo com as exigências do Termo de Referência e seus anexos;
- 9.13 - A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)

- 10.1 - CONTRATADA deverá cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução dos serviços contratados, assegurando que os trabalhos sejam realizados em conformidade com as especificações, prazos e locais estabelecidos no Termo de Referência e seus anexos.
- 10.2 - Utilizar somente materiais, instrumentos e insumos recomendados pelos fabricantes e compatíveis com as normas técnicas aplicáveis à confecção de próteses dentárias.
- 10.3 - Apresentar, sempre que solicitado, documentos que comprovem a procedência e qualidade dos materiais utilizados na confecção das próteses dentárias.
- 10.4 - Responsabilizar-se pela guarda, segurança e proteção de todos os trabalhos e próteses enquanto estiverem em execução ou sob sua responsabilidade.
- 10.5 - Prestar à CONTRATANTE todos os esclarecimentos solicitados referentes à execução dos serviços contratados.
- 10.6 - Providenciar a imediata correção de quaisquer deficiências apontadas pela CONTRATANTE quanto à execução dos serviços contratados.
- 10.7 - Antes de qualquer intervenção, a CONTRATADA deverá comunicar por escrito ao Fiscal do Contrato da CONTRATANTE.
- 10.8 - Elaborar relatórios técnicos ou laudos sobre as próteses dentárias confeccionadas sempre que solicitado pelo Fiscal da CONTRATANTE.
- 10.9 - Responder por quaisquer danos e prejuízos causados em função da execução dos serviços contratados, salvo em casos de força maior devidamente comprovados e comunicados à CONTRATANTE no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas.
- 10.10 - Corrigir, refazer ou substituir, total ou parcialmente, às suas expensas e no prazo estipulado neste Termo de Referência, qualquer serviço que apresente má qualidade, defeitos ou não esteja em conformidade com as especificações técnicas exigidas.
- 10.11 - Comunicar à CONTRATANTE, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas, quaisquer fatos que impossibilitem o cumprimento dos prazos estabelecidos, apresentando a devida comprovação.



10.12 - Manter, durante toda a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, compatíveis com a execução dos serviços contratados.

10.13 - Prestar à Administração, sempre que necessário, todos os esclarecimentos e orientações relativas à execução dos serviços contratados.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)

11.1 – Para os contratos por escopo, assim considerados os contratos nos quais se impõe ao **CONTRATADO** o dever de realizar a execução de objeto específico em um período predeterminado, a extinção contratual se dará nos seguintes termos:

11.1.1 – Quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

11.1.2 – Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato:

11.1.2.1 – Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do **CONTRATADO**;

a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas;

b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

11.2 – Em se tratando de objeto de natureza contínua a extinção se dará quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

11.2.1 – O contrato pode ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o **CONTRATANTE**, quando esta não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

11.2.2 – A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo **CONTRATANTE** nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

11.2.3 – Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

11.3 – O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

11.3.1 – Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

11.3.2 – A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

11.3.2.1 – Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

11.4 – O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

11.4.1 – Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

11.4.2 – Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

11.4.3 – Indenizações e multas.

11.5 – A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.6 – O contrato poderá ser extinto caso se constate que o **CONTRATADO** mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante



ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

12.1 - Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 14.133/2021 a empresa que:

- a. Dar causa à inexecução parcial do contrato;
- b. Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c. Dar causa à inexecução total do contrato;
- d. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- h. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- i. Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- l. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

12.2 - Conforme os termos da Lei nº 14.133/2021, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999 e na Lei Estadual nº 8.959/2009, todas as sanções previstas no Art. 156 da Lei 14.133/2021, serão aplicadas pelo Secretário Municipal da Pasta interessada, ou pela autoridade máxima da respectiva entidade, quando se tratar de autarquia ou fundação, observados o contraditório e a ampla defesa, conforme preceitua o inciso LV do art. 5º da Constituição da República Federativa do Brasil;

12.3 - A empresa que cometer quaisquer das infrações discriminadas no subitem acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

- a. Multa compensatória de até 10 % (dez por cento) sobre o valor total da nota de empenho, no caso de recusa injustificada em assinar a Ata de Registro de Preços, o contrato e/ou receber a nota de empenho no prazo previsto;
- b. Multa moratória de até 0,3% (três décimos por cento) por dia de atraso injustificado na entrega, calculado sobre o valor da parcela não cumprida, até o limite de 5 (cinco) dias, após o qual, a critério da Administração, poderá ocorrer a não aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;
- c. Multa moratória de até 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado na entrega, calculado sobre o valor da parcela não cumprida, por período superior ao previsto na alínea "b", limitado a 05 (cinco) dias subsequentes, após o qual, a critério da Administração, poderá ocorrer a não aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;
- d. Multa moratória de até 5% (cinco por cento), calculado sobre o valor da parcela não cumprida, nas hipóteses não previstas nas alíneas anteriores, em caso de inexecução parcial da obrigação assumida;
- e. Multa compensatória de até 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato no caso de inexecução total do objeto, em caso de inexecução parcial das obrigações assumidas, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;

MEO Paraíso



FL.(S)
Nº 115
RUBRICA: [assinatura]

- f. Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar;
- g. Em caso de inexecução parcial das obrigações assumidas, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;
- h. Impedimento de licitar e contratar com a Prefeitura Municipal de São João do Paraíso/MA com o consequente descredenciamento no Cadastro de Fornecedores do Município pelo prazo de até 05 (cinco anos).
- 12.4 Na aplicação das sanções serão considerados:
- a. A natureza e a gravidade da infração cometida;
 - b. As peculiaridades do caso concreto;
 - c. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
 - d. Os danos que dela provierem para a Administração Pública;
 - e. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 12.5 A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade e da razoabilidade;
- 12.6 Atrasos cuja justificativa seja aceita pela Prefeitura Municipal de São João do Paraíso/MA e comunicadas antes dos prazos de entrega consignados no contrato ou documento equivalente, poderão a critério deste ser isenta total ou parcialmente da multa.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII)

13.1 – As regras acerca da prestação de garantia na presente contratação são as estabelecidas no Termo de Referência, parte integrante a este Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES

- 14.1 – Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.
- 14.2 – O Contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.
- 14.3 – As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica da **CONTRATANTE**, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).
- 14.4 – Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS

15.1 – Os casos omissos serão decididos pelo **CONTRATANTE**, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – SUBCONTRATAÇÃO

16.1 – As regras para subcontratação do objeto deste instrumento de contrato constam no Termo de Referência, parte integrante deste Contrato.

[assinatura]



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

PMSJP
FL. (S)
Nº 176
RUBRICA: 
SÃO JOÃO DO PARAÍSO

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

17.1 – O presente contrato é regido pela Lei 14.133/21 e demais diplomas legais.

17.2 – Incumbirá ao **CONTRATANTE** divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

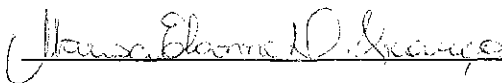
17.3 – Fica eleito o Foro da Comarca de Porto Franco - MA, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

São João do Paraíso – MA, ____ de ____ de ____

ASSINATURAS

PELA CONTRATANTE

PELA CONTRATADA



TESTEMUNHAS

NOME:

NOME:



PMSJP

ANEXO III
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º

FL.(S)
Nº 477
RUBRICA: *[Signature]*

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº ____/____
LEI 14.133/2021



PROCESSO DE ORIGEM

Pregão Eletrônico Nº XXX/2025
Nº PROCESSO ADMINISTRATIVO: 2025.09.16.0016



OBJETO

FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONFEÇÃO DE PRÓTESE DENTÁRIA, VISANDO ATENDER AS NECESSIDADES DOS PROGRAMAS DE SAÚDE BUCAL DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO/MA.



VALOR TOTAL REGISTRADO

R\$ 0,00 (valor por extenso)



VIGÊNCIAS

INICIAL: ____ de ____ de ____
FINAL: ____ de ____ de ____



ÓRGÃO GERENCIADOR

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

ÓRGÃO(S) PARTICIPANTE(S)

SEM ÓRGÃOS PARTICIPANTES



DADOS DO BENEFICIÁRIO

RAZÃO SOCIAL CONTRATADO, CNPJ nº ____/____/____
Logradouro..., Número..., Bairro..., Cidade..., Estado...
Nome Responsavel Contratado..., CPF nº ____-____-____

PREÂMBULO

Aos ____ de ____ de ____, a Prefeitura Municipal de São João do Paraíso – MA, através da Unidade Gerenciadora ____, inscrita no CNPJ nº ____, lavra a presente Ata de Registro de Preços (ARP),

[Signature]



referente ao Processo Administrativo em epígrafe que deu origem ao Pregão Eletrônico N°{numero_processo_contratacao}, que tem como objeto _____, **RESOLVE** registrar os preços da empresa indicada e qualificada nesta ATA, observados as especificações, os preços e os quantitativos do termo de referência do Processo de Contratação em referência referenciada, atendendo as condições previstas no edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na , sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, bem como, as cláusulas e condições abaixo estabelecidas, constituindo-se esta ATA em documento vinculativo e obrigacional às partes.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1 – A presente Ata tem por objeto **FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONFECÇÃO DE PRÓTESE DENTÁRIA, VISANDO ATENDER AS NECESSIDADES DOS PROGRAMAS DE SAÚDE BUCAL DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO/MA**, especificado no Termo de Referência, Anexo I do edital do Pregão Eletrônico N° XXX/2025, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VALIDADE, FORMALIZAÇÃO E CADASTRO RESERVA

2.1 - O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços a ser formalizada será de 01 (um) ano, contados da data de publicação e poderá ser prorrogado, por igual período, observado o que dispõe o Art. 12º do Decreto Municipal 007/2023, como também o que dispõe na Lei Federal 14.133/2021;

2.2 - No prazo de validade da Ata de Registro de Preços o órgão ou entidade, não poderá participar em outra ata que tenha o mesmo objeto desta contratação, conforme determina o inciso VIII do art. 82 da Lei Federal nº 14.133/2021;

2.3 O prazo de duração dos contratos, decorrentes da ARP, não se confunde com o prazo de vigência da própria ata (previsto no subitem 2.1), estando aquele primeiro submetido ao disposto no Capítulo V do Título III da Lei Federal nº 14.133/2021;

2.4 Conforme dispõe o art. 105 da Lei nº 14.133/2021, a duração dos contratos regidos por esta Lei será a prevista em Edital, e deverão ser observadas, no momento da contratação e a cada exercício financeiro, a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 01 (um) exercício financeiro;

2.5 Aduzimos ainda o que retrata o art. 84 da Lei nº 14.133/2021, dispondo que o contrato decorrente da Ata de Registro de Preços, terá sua vigência estabelecida em conformidade com as disposições nela contidas;

2.6 Considerando o que dispõe o art. 106 da Lei nº 14.133/2021, a Administração poderá celebrar contratos com prazo de até 05 (cinco) anos nas hipóteses de serviços e fornecimentos contínuos, observadas as seguintes diretrizes:

2.7 A autoridade competente do órgão ou entidade CONTRATANTE, deverá atestar a maior vantagem econômica vislumbrada em razão da contratação plurianual;

2.8 A Administração deverá atestar, no início da contratação e de cada exercício, a existência de créditos orçamentários vinculados à contratação e a vantagem em sua manutenção;

2.9 A Administração terá a opção de extinguir o contrato, sem ônus, quando não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem levando-se em conta os critérios de conveniência e oportunidade, à guisa do interesse público.

2.10 Dessa forma, cabe acrescentarmos também quanto a vigência contratual, a possibilidade disposta no Art. 107 da Lei nº 14.133/2021, onde o mesmo regra que os contratos de serviços e fornecimentos contínuos

Handwritten signature/initials.



poderão ser prorrogados sucessivamente, respeitada a vigência máxima decenal, desde que haja previsão em Edital e que a autoridade competente ateste que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o CONTRATADO ou a extinção contratual sem ônus para qualquer das partes;

2.11 O instrumento do contrato conterá o detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2.12 Após do processo de contratação, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

2.12.1 Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário e se obrigar nos limites dela;

2.12.2 Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

2.12.2.1 Aceitarem cotar os itens com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação;

2.12.2.2 Mantiverem sua proposta original.

2.12.3 Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

2.13 O registro a que se refere o item 2.12.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

2.14 Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário terão prioridades sobre aqueles que mantiverem sua proposta original.

2.15 A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 2.12.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

2.15.1 Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação direta;

2.15.2 Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços.

2.16 O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

2.17 Após a homologação do processo de contratação, o fornecedor mais bem classificado será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no instrumento convocatório, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

2.17.1 O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

2.18 A ata de registro de preços poderá ser assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no PNCP.

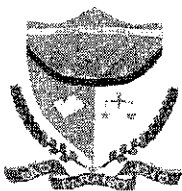
2.19 Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 2.15, observando o item 2.15 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

2.20 Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 2.12.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do instrumento convocatório, poderá:

2.20.1 Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

2.20.2 Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos fornecedores remanescentes, atendida

Handwritten signature



a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

2.21 A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

CLÁUSULA TERCEIRA – REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS

3.1 – As quantidades previstas para os itens com preços registrados nesta ata de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou entidades participantes do registro de preços.

3.2 – O remanejamento somente poderá ser feito de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante.

3.3 – O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

3.4 – Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

CLÁUSULA QUARTA – ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

4.1 – É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

4.2 – Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

4.2.1 – Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

4.1.2 – Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

4.1.3 – Na hipótese de previsão no instrumento convocatório de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

4.1.3.1 – No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

4.1.3.2 – No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

CLÁUSULA QUINTA – NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

5.1 – Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

5.1.1 – Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

Handwritten signature in blue ink.



5.1.2 – Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

5.1.3 – Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

5.1.4 – Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.2 – Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

5.2.1 – Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

5.2.2 – Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 6.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

5.2.3 – Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados.

5.2.4 – Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 6.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

5.2.5 – Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 5.2 e no item 5.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

5.2.6 – O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA SEXTA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

6.1 – O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

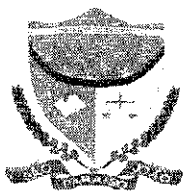
6.1.1 – Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

6.1.2 – Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

6.1.3 – Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

6.1.4 – Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

Handwritten signature in blue ink.



6.1.4.1 – Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

6.2 – O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 6.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

6.3 – Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

6.4 – O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

6.4.1 – Por razão de interesse público;

6.4.2 – A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

6.4.3 – Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos dos artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS PENALIDADES

7.1 – O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no instrumento convocatório;

7.1.2 – As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

7.2 – É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço, exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade.

7.3 – O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 6.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

CLÁUSULA OITAVA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

8.1 – As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, Anexo I do instrumento convocatório.

8.2 – Integra a presente Ata de Registro de Preço, o Anexo I, com o cadastro de reserva das empresas signatárias que aceitam cotar os itens com os preços iguais ao do licitante vencedor do procedimento de contratação em referência.

8.3 – Fica eleito o Foro da cidade de Porto Franco - MA, para dirimir quaisquer litígios oriundos da presente ATA de Registro de Preços (ARP), que não puderem ser administrativamente solucionados, renunciando,

Assinatura



como renunciado têm, a qualquer outro por mais privilegiado que seja, até mesmo se houver mudança de domicílio de qualquer das partes.

CLÁUSULA NONA – DO GERENCIAMENTO E DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9. O gerenciamento da presente Ata de Registro de Preços, incluindo a liberação para adesões, a análise de documentos, a fiscalização do cumprimento das obrigações contratuais e demais atos necessários à sua execução, ficará sob a responsabilidade exclusiva do Agente de Contratações da Prefeitura Municipal de São João do Paraíso-MA, no exercício de suas atribuições legais.

3.2. Compete especificamente ao Agente de Contratações:

- a) Autorizar e formalizar as adesões de outros órgãos ou entidades à presente ata;
- b) Analisar e aprovar a documentação necessária para as adesões;
- c) Fiscalizar o cumprimento das obrigações por parte dos fornecedores habilitados;
- d) Realizar a gestão financeira e administrativa do registro de preços;
- e) Praticar todos os demais atos necessários à boa execução do objeto.

Todas as comunicações relativas à presente Ata de Registro de Preços deverão ser dirigidas formalmente ao Agente de Contratações, que será o único responsável pelas decisões e encaminhamentos necessários.

9.1 – Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública Estadual, Distrital e Municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

9.1.1 – Apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

9.1.2 – Demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e

9.1.3 – Consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

9.2 – A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

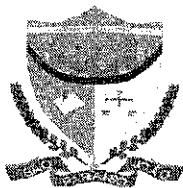
9.2.1 – O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

9.3 – Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

9.4 – O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

9.5 – O órgão ou a entidade poderá aderir ao item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 9.1.

9.5 – As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

PMSJP

FL(S)
Nº 184
RUBRICA:



SÃO JOÃO DO
PARAÍSO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

9.6 – O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

CLÁUSULA DÉCIMA – DOS ITENS REGISTRADOS

10.1 – O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades de cada item e as demais condições ofertadas na proposta são as que seguem:

| Item | Descrição | Unidade | Marca | Quantidade | Preço Unitário | Preço Total |
|------|-----------|---------|-------|------------|----------------|-------------|
| | | | | | | |

São João do Paraíso – MA, ____ de ____ de ____

(ASSINATURAS)

ANEXO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº XXX/2025

CADASTRO DE RESERVA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº ____ / ____

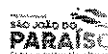
Aceita(m) cotar o(s) produto(s)/serviço(s) objeto da Ata de Registro de Preços em epígrafe com preços iguais ao do licitante vencedor do Pregão Eletrônico Nº XXX/2025, detentor dos preços registrados com esta Prefeitura Municipal, na sequência da classificação do certame, os seguintes fornecedores:

| COLOCAÇÃO | FORNECEDOR | CNPJ | ENDEREÇO | REPRESENTANTE | CONTATOS | Nº DOS ITENS |
|-----------|------------|------|----------|---------------|----------|--------------|
| | | | | | | |
| | | | | | | |
| | | | | | | |

São João do Paraíso – MA, ____ de ____ de ____

(ASSINATURAS)

Uliana



FL.(S)
Nº 425
RUBRICA: *[assinatura]*

ANEXO IV – DECLARAÇÃO UNIFICADA (MODELO)

Ao MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO – MA

Referência: Edital Pregão Eletrônico nº XXX/2025

A Empresa____, devidamente inscrita no CNPJ nº____, com endereço na Rua____, nº____, CEP:____na cidade de____ Estado do____telefone (____)____- por intermédio de seu representante legal, o (a) Sr (a)____, inscrito (a) no CPF nº____e RG nº____,DECLARA expressamente:

a) que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

b) que está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo;

c) que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

d) que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

e) que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;

f) que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49;

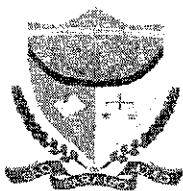
g) que assume a responsabilidade pelas transações que forem efetuadas no sistema, assumindo como firmes e verdadeiras;

h) que atesta o atendimento à política pública ambiental de licitação sustentável, em especial que se responsabiliza integralmente com a logística reversa dos produtos, embalagens e serviços pós- consumo no limite da proporção que fornecerem ao poder público, assumindo a responsabilidade pela destinação final, ambientalmente adequada.

Local e data.

(Assinatura, RG e CPF do declarante)

Representante Legal



PMSJP

FL. (S)
Nº 186
RUBRICA:

ANEXO V – MODELO PROPOSTA DE PREÇOS
(ESTE MODELO DE PROPOSTA DEVERÁ SER PREENCHIDO PELO LICITANTE VENCEDOR)

Ao MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO – MA
Referência: Edital Pregão Eletrônico nº XXX/2025

| | | |
|----------------------|--------------------|-------------|
| Razão Social: CNPJ: | | |
| Endereço: | | |
| E-mail: | | Telefone: |
| Agência: | Conta Bancária nº: | Banco: |
| Representante Legal: | | R. G. e CPF |

Apresentamos nossa proposta de preços para o (s) Item (s) abaixo detalhado (s):

| ITEM | QTD | UND | DESCRIÇÃO | MARCA E MODELO | VALOR UNITÁRIO | VALOR TOTAL |
|-------------------------|-----|-----|-----------|-------------------|-------------------|----------------|
| | | | | | | |
| VALOR TOTAL DA PROPOSTA | | | | | | |

O valor total proposto para o Item é de R\$ (XXXXXXXXXX).

Declaro que no preço cotado estão inclusas todas as despesas, tais como frete, seguro, taxas, tributos e outros gravames que possam incidir sobre o objeto licitado, bem como que o produto será entregue no estabelecimento do contratante, sem ônus.

Solicitante/Processo – XXX/2025-PMSJP

Condições de pagamento -

Validade da proposta -

Prazo de entrega -

Fornecedor (Razão Social, CNPJ, Endereço, Telefone/fax, etc.) -

DATA ASSINATURA/CARIMBO



TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO:

1.1. Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa especializada na Prestação de Serviços de Confeção de Prótese Dentária, visando atender as necessidades dos programas de Saúde Bucal da Secretaria Municipal de Saúde do município de São João do Paraíso/MA.

2. DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO:

2.1. Tendo em vista a importância dos serviços odontológicos especializados em próteses dentárias para atendimento aos usuários do SUS, público alvo no Município de São João do Paraíso/MA, há por parte dos usuários, quando se encontram adentados, a necessidade de próteses bucais, que se procedam à restauração da saúde bucal desses pacientes.

2.2. A Confeção de próteses dentárias por se tratar de um serviço de suma importância aos pacientes de baixa renda do município constitui-se em uma série de medidas que visam garantir prevenção e recuperação da saúde bucal dos pacientes com as ações e serviços oferecidos, as ações em saúde bucal são voltadas para os cidadãos de todas as idades, com ampliação do acesso ao tratamento odontológico gratuito melhorando assim a qualidade de vida da população.

2.3. Estabelecer contrato de prestação de serviços de confeção de próteses bucais, com base nos preços da Tabela SUS vigente na data do pagamento, afim, de atender de forma universal e igualitária os usuários do SUS que busquem atendimento junto às UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE/PROGRAMA SAÚDE BUCAL de São João do Paraíso/MA, na área de odontologia, em especial os pacientes endentados.

3. DA DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO, CONSIDERANDO TODO O CICLO DE VIDA DO OBJETO:

3.1 A descrição da solução como um todo, encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar - ETP, que antecede este Termo de Referência.

4. DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO:

4.1. Consubstanciam-se como requisitos da contratação todas as obrigações estabelecidas no presente Termo de Referência, sem prejuízo das demais disposições do Edital de Licitação e seus anexos;

4.2. Para a prestação dos serviços pretendidos os eventuais interessados deverão comprovar que atuam em ramo de atividade compatível com o objeto da licitação, com apresentação de referências e portfólio de trabalhos realizados, bem como apresentar os documentos, a título habilitação, nos termos do Art. 62, da Lei nº 14.133/2021;



- 4.3. A empresa deve dispor de profissionais qualificados e treinados, com certificações específicas para a confecção das próteses dentárias;
- 4.4. Possuir certidões válidas, conforme §4º do Art. 91 da Lei Federal nº 14.133/21;
- 4.5. Para habilitação, a CONTRATADA deverá cumprir ao que tange o Art. 62 da Lei federal nº 14.133/21;
- 4.6. Atender as solicitações nos prazos estipulados em contrato;
- 4.7. Responder por todos os ônus referentes a execução do objeto da contratação, tais como fretes, impostos, seguros, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais e deverá apresentar os respectivos comprovantes, quando solicitados pelo Fiscal do Contrato;
- 4.8. Reparar ou indenizar, dentro do prazo estipulado em contrato, todas e quaisquer avarias ou danos causados aos bens do CONTRATANTE, ou de terceiros, decorrentes de ação ou omissão de seus empregados e fornecedores;
- 4.9. Manter durante toda a vigência do contrato, as condições que ensejaram a sua habilitação na licitação e contratação;
- 4.10. Cumprir o objeto do contrato estritamente de acordo com as normas que regulamentam o objeto da contratação;
- 4.11. A Administração se reserva o direito de não aceitar nenhum dos orçamentos apresentados e efetuar a compra direta de acordo com a pesquisa de preços por ela efetuada.
- 4.12. **Quanto a Sustentabilidade:**
- 4.12.1. Os critérios de Sustentabilidade são: maior vida útil, menor custo de manutenção, uso de inovações que reduzam a pressão sobre os recursos naturais, origem ambientalmente regular dos recursos naturais utilizados, menor geração de resíduos, como também materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local.
- 4.13. **Demonstração Técnica dos Serviços:**
- 4.13.1. No caso de licitação que envolva a prestação de serviços, a Administração poderá exigir demonstração técnica do serviço ofertado, seja na fase de julgamento das propostas, na etapa de habilitação técnica ou durante a vigência contratual, desde que prevista no edital e justificada a necessidade de verificação da qualidade e capacidade de execução do objeto contratado.
- 4.13.2. A demonstração técnica, quando solicitada, deverá ser realizada no prazo de 24 (vinte e quatro) horas após a convocação formal da licitante, em local indicado pela Prefeitura Municipal, sob pena de desclassificação,



devendo evidenciar a metodologia de trabalho, materiais empregados e técnicas utilizadas na confecção das próteses dentárias, em conformidade com as especificações constantes do Anexo I deste Termo de Referência.

4.13.3. A demonstração técnica será avaliada por servidores designados pela Administração, preferencialmente profissionais da área de saúde bucal, no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas após sua realização.

4.13.4. Os resultados da avaliação da demonstração técnica serão divulgados por meio de mensagem no sistema de licitações adotado pela Prefeitura Municipal.

4.13.5. Caso a demonstração técnica apresentada pela licitante melhor classificada não seja aprovada, será analisada a proposta da licitante subsequente, procedendo-se à verificação da demonstração técnica desta, e assim sucessivamente, até que se encontre prestadora que atenda integralmente às especificações e padrões de qualidade exigidos.

4.13.6. A licitante deverá, no ato da demonstração técnica, apresentar documentação comprobatória dos materiais utilizados, incluindo certificados de qualidade, fichas técnicas e registro junto aos órgãos competentes, bem como relacionar todos os insumos empregados no processo demonstrativo.

4.13.7. Durante a avaliação, poderão ser observados aspectos como acabamento, fidelidade anatômica, adaptação funcional e resistência dos materiais, bem como o cumprimento das normas de biossegurança e boas práticas laboratoriais.

4.13.8. Caso a demonstração técnica não seja realizada no prazo estabelecido ou apresente incompatibilidade com as especificações técnicas exigidas, a licitante será automaticamente desclassificada, sendo convocada a próxima colocada.

4.13.9. A critério da CONTRATANTE, os registros fotográficos e relatórios da demonstração técnica aprovada poderão ser mantidos como referência durante a execução contratual, para fins de fiscalização da conformidade dos serviços.

4.13.10. Após a homologação da licitação, as licitantes não aprovadas na etapa de demonstração técnica poderão solicitar acesso aos relatórios de avaliação, no prazo de 07 (sete) dias úteis, contados da comunicação da decisão.

4.13.11. Decorrido o prazo acima, será presumida a desistência da licitante quanto à interposição de recurso administrativo, não cabendo qualquer reivindicação posterior de revisão ou indenização.

4.13.12. A licitante que não colaborar com as diligências técnicas, não apresentar os materiais ou não realizar a demonstração conforme as condições estabelecidas, será desclassificada, sendo convocada a próxima classificada para a mesma etapa.

4.13.13. A aceitação da proposta ficará condicionada à aprovação da demonstração técnica do serviço, comprovando a capacidade técnica e a conformidade dos materiais e métodos utilizados com as especificações deste Termo de Referência.

4.14. Quanto a Garantia da Execução Contratual



4.14.1. A Contratante poderá exigir garantia de execução contratual no percentual de até 5% (cinco por cento) do valor total do contrato, podendo o licitante optar por caução em dinheiro, títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária, a ser comprovada no prazo de 10 (dez) dias úteis a partir da data da celebração do contrato, prorrogável por igual período a critério da Prefeitura;

4.1.1. Sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, caso a Contratada não apresente a comprovação da prestação da garantia no prazo fixado, a Prefeitura poderá reter o pagamento até o limite do valor correspondente à garantia exigida, até que seja regularizada a situação;

4.14.2. A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso, observado o máximo de 1% (um por cento);

4.14.3. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõem o Art.137 da Lei Federal nº 14.133/2021;

4.14.4. Somente será aceita a prestação de garantia que cubra, no mínimo, os seguintes riscos ou prejuízos decorrentes da execução do contrato:

4.14.5. Prejuízo advindo do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

4.14.6. Prejuízos causados à Contratante ou a terceiro, decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;

4.14.7. As multas moratórias e compensatórias aplicadas à Contratada.

4.14.8. No caso de caução em dinheiro, o depósito deverá ser efetuado em conta específica com correção monetária, em favor da Prefeitura;

4.14.9. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda;

4.14.10. A garantia, se prestada na forma de fiança bancária ou seguro-garantia, deverá ter validade durante toda a vigência do contrato, e ainda por mais 3 (três) meses após o término da vigência contratual;

4.14.11. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil;

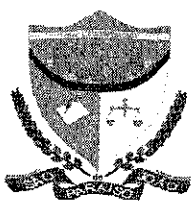
4.14.12. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser readequada ou renovada nas mesmas condições;

4.14.13. Se o valor da garantia for utilizado, total ou parcialmente, pela Contratante, para compensação de prejuízo causado no decorrer da execução contratual por conduta da Contratada, esta deverá proceder à respectiva reposição no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data em que tiver sido notificada;

4.14.14. Após execução do contrato, constatado o regular cumprimento de todas as obrigações a cargo da contratada, a garantia por ela prestada será liberada ou restituída e, quando em dinheiro, atualizada monetariamente, deduzidos eventuais valores devidos à Contratante;

4.14.15. A garantia somente será liberada ante a comprovação de que a empresa pagou todas verbas rescisórias trabalhistas decorrentes da contratação, e que, caso esse pagamento não ocorra até o fim só





segundo mês após o encerramento da vigência contratual, a garantia será utilizada para pagamentos dessas verbas trabalhistas diretamente pela administração;

4.14.16. Em caso de encerramento da vigência do contrato, ou rescisão contratual, a Secretaria reterá a garantia prestada, até que o fiscal verifique o pagamento pela Contratada das verbas rescisórias decorrentes da contratação, ou a comprovação de que os empregados serão realocados em outra atividade de prestação de serviços, sem que ocorra a interrupção do contrato de trabalho;

4.14.17. O garantidor não é parte interessada para figurar em processo administrativo instaurado pelo contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à Contratada;

4.14.18. A Prefeitura não executará a garantia nas seguintes hipóteses:

4.14.19. Caso fortuito ou força maior;

4.14.20. Alteração, sem prévia anuência da seguradora ou do fiador, das obrigações contratuais;

4.14.21. Descumprimento das obrigações pela contratada decorrente de atos ou fatos da administração.

4.15. Quanto a Subcontratação:

4.15.1. Considerando a natureza técnica e especializada dos serviços de confecção de próteses dentárias, que exigem responsabilidade profissional direta de cirurgião-dentista e técnico em prótese dentária devidamente registrados no Conselho Regional de Odontologia (CRO), fica vedada a subcontratação total ou parcial do objeto.

4.15.2. A execução dos serviços requer controle rigoroso de qualidade, rastreabilidade dos materiais utilizados e cumprimento das normas sanitárias e de biossegurança, não sendo possível delegar a terceiros qualquer etapa que envolva a confecção, manipulação ou entrega das próteses dentárias, sob pena de comprometer a qualidade do resultado e a segurança do paciente.

4.15.3. Dessa forma, a contratada deverá possuir estrutura física adequada, equipamentos compatíveis e equipe técnica habilitada para a execução integral dos serviços, assumindo responsabilidade técnica, civil e administrativa pelo fiel cumprimento do objeto contratual.

4.15.4. A vedação à subcontratação visa assegurar a confiabilidade dos serviços prestados, a padronização das próteses produzidas, a integridade dos dados clínicos dos pacientes, bem como o atendimento às exigências éticas e legais estabelecidas pelo Conselho Federal e Regional de Odontologia.

5. DO VALOR ESTIMADO:

5.1. O valor estimado e orçado para o atendimento das despesas da futura contratação foi determinado através de Pesquisa de Mercado, realizado pelo Departamento de Compras da Prefeitura Municipal de São João do Paraíso/MA, em conformidade com as orientações do Tribunal de Contas da União, utilizando-se dos parâmetros definidos no Art. 23 e parágrafos da Lei Federal nº 14.133/2021;

5.2. Dessa maneira, foi realizada uma análise dos preços praticados no mercado a fim de estimar de maneira definitiva o valor da pretensa contratação, portanto, como métodos para obtenção do preço estimado, utilizou-se a média dos valores obtidos na pesquisa de preços junto ao Fonte de Preços sobre um conjunto de três preços,

[assinatura]



oriundos dos parâmetros legais acima citados, acompanhadas dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e demais documentos;

5.3. Face ao exposto, identificamos o valor estimado em **R\$ 296.427,10 (Duzentos e noventa e seis mil, quatrocentos e vinte sete reais e dez centavos)**, conforme Relatório de Pesquisa de Mercado, Relatório do Fonte de Preços e Mapa de Apuração, anexados a este Termo de Referência;

5.4. Aduzimos, ainda, que os preços propostos deverão ser considerados completos, abrangendo todas as despesas relacionadas à execução dos serviços de confecção de próteses dentárias, incluindo materiais, mão de obra, insumos, tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e quaisquer outras despesas acessórias ou necessárias ao integral cumprimento do objeto, salvo disposição legal em contrário. Todos os custos diretos e indiretos deverão estar contemplados no valor ofertado, inclusive eventuais despesas de deslocamento para entrega das próteses, quando aplicável.

6. DOS QUANTITATIVOS E ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS:

6.1. A especificações técnicas e quantitativos dos itens objeto da referida contratação, encontram-se relacionadas no Anexo I deste Termo de Referência;

6.2. Aduzimos ainda, que as especificações e quantitativos apresentadas constituem uma estimativa em função de eventuais demandas das unidades e dos usuários, baseando-se em dados de consultas realizadas junto ao setor competente responsável por identificar as necessidades inerentes ao objeto da pretensa contratação, como também levantamento de contratações similares do exercício anterior.

7. DO ÓRGÃO GERENCIADOR E DOS PARTICIPANTES:

7.1 O Órgão Gerenciador da Ata de Registro de Preços a ser firmada mediante a realização deste Pregão Eletrônico, será a Secretaria Municipal de Saúde.

8. DO ENQUADRAMENTO LEGAL:

8.1. O objeto deste Termo de Referência é considerado comum, porque é definido mediante especificações usuais no mercado, tendo como critério de escolha o preço ofertado, somente cabendo à adoção da modalidade PREGÃO, nos termos do Art. 28, inciso I da Lei Federal nº 14.133/2021;

8.2. A modalidade de licitação ora escolhida, confere maior celeridade ao processo, como também amplia o universo dos potenciais licitantes. Desse modo, entende-se que o interesse público será mais satisfatoriamente atendido mediante a adoção dessa modalidade;

8.3. Diante do exposto, é oportuno informar que será utilizado o Sistema de Registro de Preços, nos moldes do Art. 6º, inciso XLV da Lei Federal nº 14.133/2021.



FL.(S)
Nº 193
RUBRICA: Pml

9. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

9.1. Por se tratar de previsão para futuras e eventuais contratações no sistema de Registro de Preços, não é necessário indicar a dotação orçamentária, que somente será exigida para a formalização do contrato ou outro instrumento hábil, conforme o Art. 17 da Lei Federal nº 11.462/2023.

10. CRITÉRIOS DE JULGAMENTO:

10.1. Para julgamento e classificação das propostas, deverá ser adotado o critério do MENOR PREÇO POR ITEM, observadas as especificações definidas neste Termo de Referência.

11. FORME E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR:

11.1. A forma e os critérios de seleção estarão devidamente estabelecidos no edital de licitação, contemplando as exigências legais de habilitação jurídica, qualificação técnica, regularidade fiscal e trabalhista, bem como o cumprimento das normas específicas aplicáveis ao objeto. Dessa forma, assegura-se que somente empresas devidamente capacitadas, que atendam aos requisitos técnicos e legais, poderão participar do certame, garantindo a execução dos serviços de confecção de próteses dentárias com qualidade, segurança e eficiência.

11. DA EXECUÇÃO DO OBJETO CONTRATADO:

12.1 Do Prazo e da Forma da Prestação/Entrega dos Serviços:

12.2. A execução dos serviços será feita de forma **PARCELADA**, bem como, o prazo de execução dos serviços será de **15 (quinze) dias úteis**, após recebimento da Ordem de Serviços;

12.3. Caso a CONTRATADA verifique a impossibilidade de cumprir com o prazo estabelecido, deverá encaminhar a Prefeitura Municipal deste município, na pessoa do Fiscal do Contrato, solicitação de prorrogação de prazo de entrega, da qual deverão constar o motivo do descumprimento devidamente fundamentado e indicação expressa do novo prazo previsto para entrega, que não poderá ser superior àquele inicialmente estabelecido;

12.4. A solicitação de prorrogação de prazo será analisada pelo Fiscal do Contrato na forma da Lei e de acordo com os princípios de razoabilidade e proporcionalidade, informando à empresa da decisão proferida em até 48 (quarenta e oito) após a data do pedido;

12.5. Havendo denegação da prorrogação do prazo de entrega, e caso não cumpra o prazo inicial, a CONTRATADA ficará sujeita às penalidades previstas em Lei.

12.6. O não cumprimento das entregas nas datas e horários determinados, ocasionará penalidades cabíveis;

12.7. No ato da execução, a contratada deverá apresentar a nota fiscal correspondente, acompanhada das certidões de regularidade jurídica e fiscal, constando obrigatoriamente a razão social, o CNPJ e o endereço compatível com aquele constante na nota de empenho;

[Assinatura]



12.8. A(s) nota(s) fiscal(ais) será(ão) rejeitada(s) caso contenha(am) emendas, rasuras, borrões ou outras informações incorretas e devem ser trocadas no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, ficando o recebimento definitivo condicionado à resolução da pendência;

12.9. Todas as despesas com transporte, remessa e entrega serão de inteira responsabilidade da CONTRATADA;

12.10. Todas as comunicações a serem realizadas entre as partes serão feitas por correio eletrônico (e-mail), telefone ou ofício.

12.11. Do Horário e Local de Entrega:

12.11.1. Os serviços de confecção e entrega das próteses dentárias deverão ser realizados e entregues na Secretaria Municipal de Saúde, localizada na Avenida Maranhão, nº 100, Centro, São João do Paraíso/MA, ou em outro local previamente indicado pela Administração, conforme cronograma e demandas encaminhadas pela Coordenação de Saúde Bucal.

12.11.2. No ato da entrega, as próteses dentárias que não estiverem em conformidade com as especificações técnicas constantes neste Termo de Referência — quanto à qualidade, adaptação, acabamento ou material utilizado — serão rejeitadas e deverão ser refeitas ou substituídas pela contratada, sem ônus adicional ao Município.

12.11.3. A fiscalização, acompanhamento e conferência técnica dos serviços serão realizados por servidor(es) designado(s) pela Secretaria Municipal de Saúde, devidamente qualificado(s) para verificar o cumprimento das especificações, prazos e condições contratuais.

12.11.4. As entregas das próteses e a execução dos serviços deverão ocorrer no horário das 8h às 13h, de segunda a sexta-feira, observando-se feriados, pontos facultativos e eventuais suspensões de expediente que venham a ser instituídas pelo Poder Público Municipal.

12.11.5. A contratada deverá, sempre que possível, agendar previamente a entrega das próteses junto à Secretaria Municipal de Saúde, pelos contatos indicados no contrato, a fim de permitir o acompanhamento pela equipe de fiscalização e garantir o controle adequado do recebimento dos serviços.

12.12. Do Recebimento dos Serviços Prestados:

12.12.1. O recebimento provisório dos serviços ocorrerá em até 15 (quinze) dias, contados da comunicação formal do contratado acerca do término da execução das próteses dentárias previstas na demanda, mediante verificação inicial da conformidade e completude dos serviços.

12.12.2. O recebimento definitivo será realizado após o prazo de observação e vistoria técnica, que não poderá exceder 90 (noventa) dias, salvo em situações excepcionais devidamente justificadas e formalmente autorizadas pela Administração.

12.12.3. Serão realizadas avaliações técnicas e de qualidade funcional das próteses entregues, a fim de verificar a adequação às especificações estabelecidas neste Termo de Referência, bem como a fidelidade anatômica, resistência dos materiais e conforto funcional para o usuário final.

12.12.4. O objeto contratual poderá ser rejeitado, total ou parcialmente, sempre que as próteses apresentarem inadequação técnica, defeitos de fabricação, inconformidade estética ou funcional, ou divergirem das especificações previstas. Nessas hipóteses, a contratada será obrigada a refazer ou substituir as próteses, no prazo razoável fixado pelo fiscal do contrato, sem qualquer ônus adicional para a Administração e sem prejuízo das sanções legais cabíveis.



12.12.5. O recebimento provisório ou definitivo não exime a contratada da responsabilidade por eventuais vícios ou falhas ocultas, que possam ser constatados somente após o uso clínico, devendo a empresa corrigir ou substituir as próteses defeituosas sempre que solicitado pela fiscalização durante o prazo de garantia.

12.12.6. Compete ao Fiscal do Contrato, após o recebimento definitivo dos serviços, encaminhar ao setor competente a solicitação de pagamento, devidamente instruída com nota fiscal atestada, certidões de regularidade fiscal, termos de recebimento e documentos contratuais pertinentes.

12.12.7. Caso sejam identificadas próteses em desconformidade com as especificações técnicas, padrões de qualidade ou modelo previamente aprovado, a contratada deverá refazê-las ou substituí-las no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, contados da notificação formal da Administração, sem ônus adicional para o Município.

12.12.8. Os serviços prestados deverão atender integralmente às normas do Conselho Federal e Regional de Odontologia (CFO/CRO), bem como às normas da ABNT e demais órgãos oficiais reguladores, garantindo-se a qualidade dos materiais utilizados e a segurança dos pacientes em todas as etapas do processo de confecção das próteses dentárias.

13. DA GARANTIA DOS SERVIÇOS:

13.1 A CONTRATADA ficará obrigada a reparar, corrigir, refazer ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, os serviços objeto da ata ou contrato derivado, nos quais forem verificadas imperfeições, vícios, negligências ou imperícias resultantes da execução dos trabalhos, a critério do gestor, que lhe assinará prazo compatível para adoção das providências cabíveis.

14. DA FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:

14.1. Após a homologação da licitação, a (s) licitante (s) vencedora (s) será (ão) convocada (s) para assinar a Ata de Registro de Preços, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da convocação e nas condições estabelecidas neste Termo de Referência e seus Anexos;

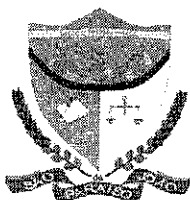
14.2. A convocação da (s) vencedora (s), assim como qualquer comunicação entre as partes a respeito da Ata de Registro de Preços e do Contrato, produzirá efeitos legais se processada por publicação na imprensa oficial ou por escrito mediante protocolo, e-mail eletrônico ou outro meio de registro, não sendo consideradas comunicações verbais;

14.3. É facultada a Prefeitura Municipal de São João do Paraíso/MA, quando a (s) convocada (s) não comparecer (em) no prazo estipulado, não apresentar (em) situação regular no ato da assinatura da ata ou, ainda, recusar-se a assiná-lo, injustificadamente, convocar as licitantes remanescentes na ordem de classificação, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis;

14.4. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pela parte, durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado e aceito pela Prefeitura Municipal de São João do Paraíso/MA;

14.5. A empresa terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), sob pena de decair do direito à contratação;

14.6. A recusa injustificada por parte do fornecedor em assinar o contrato para formalização da contratação junto à administração pública, será caracterizada como inadimplemento total das obrigações assumidas, por conseguinte, passível de abertura de processo administrativo punitivo e aplicação de penalidades legalmente



estabelecidas pelas legislações vigentes, assegurados o contraditório, a ampla defesa e demais matérias e princípios constitucionais que regem o processo em âmbito administrativo ou judicial;

14.7. O prazo para assinatura do contrato poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado pelo fornecedor beneficiário durante seu transcurso, desde que ocorra motivo justificado e aceito pela CONTRATANTE.

15. DO PRAZO DE VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO E DOS CONTRATOS DELA DECORRENTES:

15.1. O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços a ser formalizada será de 01 (um) ano, contados da data de publicação e poderá ser prorrogado, por igual período, observado o que dispõe o Art. 12º do Decreto Municipal 007/2023, como também o que dispõe na Lei Federal 14.133/2021;

15.2. No prazo de validade da Ata de Registro de Preços o órgão ou entidade indicado no item 7, não poderá participar em outra ata que tenha o mesmo objeto desta contratação, conforme determina o inciso VIII do art. 82 da Lei Federal nº 14.133/2021;

15.3. O prazo de duração dos contratos, decorrentes da ARP, não se confunde com o prazo de vigência da própria ata (previsto no subitem 15.1), estando aquele primeiro submetido ao disposto no Capítulo V do Título III da Lei Federal nº 14.133/2021;

15.4. Conforme dispõe o art. 105 da Lei nº 14.133/2021, a duração dos contratos regidos por esta Lei será a prevista em Edital, e deverão ser observadas, no momento da contratação e a cada exercício financeiro, a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 01 (um) exercício financeiro;

15.5. Aduzimos ainda o que retrata o art. 84 da Lei nº 14.133/2021, dispondo que o contrato decorrente da Ata de Registro de Preços, terá sua vigência estabelecida em conformidade com as disposições nela contidas;

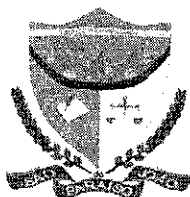
15.6. Considerando o que dispõe o art. 106 da Lei nº 14.133/2021, a Administração poderá celebrar contratos com prazo de até 05 (cinco) anos nas hipóteses de serviços e fornecimentos contínuos, observadas as seguintes diretrizes:

15.7. A autoridade competente do órgão ou entidade CONTRATANTE, deverá atestar a maior vantagem econômica vislumbrada em razão da contratação plurianual;

15.8. A Administração deverá atestar, no início da contratação e de cada exercício, a existência de créditos orçamentários vinculados à contratação e a vantagem em sua manutenção;

15.9. A Administração terá a opção de extinguir o contrato, sem ônus, quando não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem

Handwritten signature in blue ink.



levando-se em conta os critérios de conveniência e oportunidade, à guisa do interesse público.

15.10. Dessa forma, cabe acrescentarmos também quanto a vigência contratual, a possibilidade disposta no Art. 107 da Lei nº 14.133/2021, onde o mesmo regra que os contratos de serviços e fornecimentos contínuos poderão ser prorrogados sucessivamente, respeitada a vigência máxima decenal, desde que haja previsão em Edital e que a autoridade competente ateste que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o CONTRATADO ou a extinção contratual sem ônus para qualquer das partes;

15.11. O instrumento do contrato conterá o detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

16. DOS CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO:

16.1. A nota fiscal/fatura deverá ser protocolada na sede da Prefeitura até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente à execução e ao recebimento definitivo dos serviços, por meio de ofício encaminhado à Prefeitura Municipal de São João do Paraíso/MA, devendo conter todas as informações necessárias para sua quitação e estar de acordo com as normas fiscais vigentes;

16.2. O pagamento será feito em favor da empresa CONTRATADA, através de ordem bancária na sua conta corrente, após assinatura do Termo de Recebimento Definitivo, emitido pela Secretaria Requisitante;

16.3. Não serão efetuados quaisquer pagamentos à CONTRATADA enquanto pendentes de liquidação obrigações em virtude de penalidades impostas ou inadimplência contratual, não cabendo qualquer atualização ou compensação por atraso decorrente de responsabilidade da contratada.

16.4. A Prefeitura Municipal de São João do Paraíso/MA, poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pela CONTRATADA;

16.5. O pagamento somente será efetuado após o adimplemento das obrigações contratuais pertinentes, conforme o que dispõe sobre a matéria a Lei Federal nº 14.133/2021;

16.6. A empresa CONTRATADA deverá apresentar, juntamente com cada Nota Fiscal, os seguintes documentos:

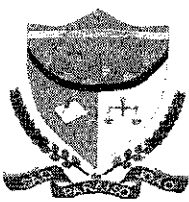
16.6.1. Prova de regularidade relativa à débitos federais;

16.6.2. Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviços (FGTS), mediante apresentação de Certidão de Regularidade da Situação/CRF;

16.6.3. Prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho;

16.6.4. Prova de regularidade junto à Fazenda Estadual, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débitos e Certidão Negativa da Dívida Ativa ou Certidão Conjunta, emitida pela Secretaria da Fazenda ou órgão fazendário competente do Estado de domicílio ou sede da licitante.

Handwritten signature in blue ink.



16.6.5. Prova de regularidade junto à Fazenda Municipal, através da Certidão Negativa de Débitos e Certidão Negativa da Dívida Ativa ou Certidão Conjunta, emitida pela Secretaria da Fazenda Municipal onde a empresa for sediada.

16.7. A não observância do prazo previsto para a apresentação da Nota Fiscal/Fatura e demais documentações necessárias ao pagamento ou a sua apresentação com incorreções ou ausências de documentos, ensejará a prorrogação do prazo de pagamento por igual número de dias a que corresponderem os atrasos e/ou as incorreções verificadas, não cabendo à CONTRATADA, qualquer acréscimo decorrente deste atraso, de sua única e total responsabilidade;

16.8. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação Financeira devida pela CONTRATANTE, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, sendo EM = Encargos Moratórios N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento VP = Valor da Parcela a ser paga = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = \frac{TX}{365} \quad I = \frac{(6/100)}{365} \quad I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%

17. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

17.1. Executar o serviço no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

17.2. Facilitar o acesso dos empregados da CONTRATADA, designados para execução do contrato, às instalações onde os mesmos serão executados;

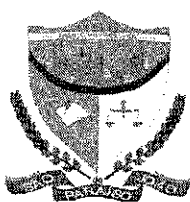
17.3. Disponibilizar à CONTRATADA normas e regulamentos internos aplicáveis aos locais e à execução dos serviços;

17.4. Exercer a fiscalização dos serviços, nos aspectos quantitativo, qualitativo, administrativos e técnicos, anotando em registro próprio os defeitos detectados e comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam reparo ou substituição por parte da CONTRATADA.

17.5. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade do serviço recebido provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

17.6. Comunicar à CONTRATADA, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução dos serviços, para que sejam corrigidas, reparadas ou adequadamente ajustadas.

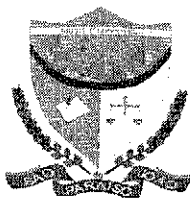
[assinatura]



- 17.7. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da CONTRATADA, através de comissão/servidor especialmente designado;
- 17.8. Efetuar o pagamento à CONTRATADA no valor correspondente ao serviço do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;
- 17.9. Notificar previamente à CONTRATADA, quando da aplicação de penalidades;
- 17.10. Atestar as notas fiscais/faturas emitidas pela CONTRATADA, recusando-as quando inexatas ou incorretas, efetuando todos os pagamentos nas condições pactuadas;
- 17.11. Emitir Autorização para execução dos serviços, instruindo a CONTRATADA quanto à sua realização;
- 17.12. Rejeitar, no todo ou em parte, os serviços executados que estejam em desacordo com as exigências do Termo de Referência e seus anexos;
- 17.13. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

18. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

- 18.1. CONTRATADA deverá cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução dos serviços contratados, assegurando que os trabalhos sejam realizados em conformidade com as especificações, prazos e locais estabelecidos no Termo de Referência e seus anexos.
- 18.2. Utilizar somente materiais, instrumentos e insumos recomendados pelos fabricantes e compatíveis com as normas técnicas aplicáveis à confecção de próteses dentárias.
- 18.3. Apresentar, sempre que solicitado, documentos que comprovem a procedência e qualidade dos materiais utilizados na confecção das próteses dentárias.
- 18.4. Responsabilizar-se pela guarda, segurança e proteção de todos os trabalhos e próteses enquanto estiverem em execução ou sob sua responsabilidade.
- 18.5. Prestar à CONTRATANTE todos os esclarecimentos solicitados referentes à execução dos serviços contratados.
- 18.6. Providenciar a imediata correção de quaisquer deficiências apontadas pela CONTRATANTE quanto à execução dos serviços contratados.



18.7. Antes de qualquer intervenção, a CONTRATADA deverá comunicar por escrito ao Fiscal do Contrato da CONTRATANTE.

18.8. Elaborar relatórios técnicos ou laudos sobre as próteses dentárias confeccionadas sempre que solicitado pelo Fiscal da CONTRATANTE.

18.9. Responder por quaisquer danos e prejuízos causados em função da execução dos serviços contratados, salvo em casos de força maior devidamente comprovados e comunicados à CONTRATANTE no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas.

18.10. Corrigir, refazer ou substituir, total ou parcialmente, às suas expensas e no prazo estipulado neste Termo de Referência, qualquer serviço que apresente má qualidade, defeitos ou não esteja em conformidade com as especificações técnicas exigidas.

18.11. Comunicar à CONTRATANTE, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas, quaisquer fatos que impossibilitem o cumprimento dos prazos estabelecidos, apresentando a devida comprovação.

18.12. Manter, durante toda a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, compatíveis com a execução dos serviços contratados.

18.13. Prestar à Administração, sempre que necessário, todos os esclarecimentos e orientações relativas à execução dos serviços contratados.

19. DO REAJUSTE:

19.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irredutíveis no prazo de um ano contado da data da elaboração do valor estimado da contratação.

20. DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO CONTRATUAL

20.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas, como também conforme as normas da Lei nº 14.133/2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial;

20.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostilamento;

20.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a CONTRATADA devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim;

20.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato;

[assinatura]



FL(S)
Nº 201
RUBRICA:

20.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa CONTRATADA para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da CONTRATADA, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros;

20.6. O Gestor do Contrato acompanhará a coordenação das atividades relacionadas à fiscalização técnica, administrativa e setorial e dos atos preparatórios à instrução processual e ao encaminhamento da documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos relativos à prorrogação, à alteração, ao reequilíbrio, ao pagamento, à eventual aplicação de sanções e à extinção dos contratos, entre outros, conforme dispões o Art. 9º do Decreto Municipal nº 097/2023;

20.7. O Fiscal Técnico acompanhará o contrato com o objetivo de avaliar a execução do objeto nos moldes contratados e, se for o caso, aferir se a quantidade, a qualidade, o tempo e o modo da prestação ou da execução do objeto estão compatíveis com os indicadores estabelecidos no edital, para fins de pagamento, conforme o resultado pretendido pela administração, com o eventual auxílio da fiscalização administrativa, conforme o Decreto Municipal nº 097/2023;

20.8. O Fiscal Administrativo do contrato acompanhará os aspectos administrativos contratuais quanto às obrigações previdenciárias, fiscais e trabalhistas e quanto ao controle do contrato administrativo no que se refere a revisões, a reajustes, a repactuações e a providências tempestivas nas hipóteses de inadimplemento, conforme dispõe no Decreto Municipal nº 097/2023;

20.9. O Fiscal Setorial acompanhará a execução do contrato nos aspectos técnicos ou administrativos quando a prestação do objeto ocorrer concomitantemente em setores distintos ou em unidades desconcentradas de um órgão ou uma entidade, conforme o Decreto Municipal nº 097/2023;

20.10. A CONTRATADA designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado;

20.11. A CONTRATADA deverá manter preposto aceito pela Administração no local do serviço para representá-lo na execução do contrato;

20.12. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade;

20.13. Além do disposto acima, a fiscalização contratual obedecerá às seguintes rotinas:

20.13.1. Acompanhamento dos serviços realizados e das autorizações emitidas pelo órgão, bem como dos relatórios a serem disponibilizados pela CONTRATADA por meio informatizado;



20.13.2. Conferência das notas fiscais e dos documentos de comprovação de habilitação, ateste do documento fiscal e encaminhamento ao financeiro;

20.13.3. Será designado representante para acompanhar e fiscalizar a execução dos serviços, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados;

20.13.4. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 120 da Lei nº 14.133/2021.

20.14. A ação de fiscalização, por parte do Gestor do Contrato, não exonera a CONTRATADA de suas responsabilidades contratuais;

20.15. As informações e os esclarecimentos solicitados pela CONTRATADA deverão ser prestados pelo Gestor do Contrato.

21. SANÇÕES:

21.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 14.133/2021 a empresa que:

- a. Dar causa à inexecução parcial do contrato;
- b. Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c. Dar causa à inexecução total do contrato;
- d. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- h. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- i. Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- l. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

21.2. Conforme os termos da Lei nº 14.133/2021, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999 e na Lei Estadual nº 8.959/2009, todas as sanções previstas no Art. 156 da Lei 14.133/2021, serão aplicadas pelo Secretário Municipal da Pasta interessada, ou pela autoridade máxima da respectiva entidade, quando se tratar de autarquia ou fundação, observados o contraditório e a ampla defesa, conforme preceitua o inciso LV do art. 5º da Constituição da República Federativa do Brasil;



FL(S)
Nº 203
RUBRICA:

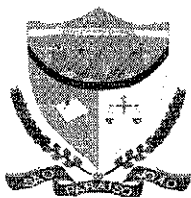
21.3. A empresa que cometer quaisquer das infrações discriminadas no subitem acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

- a. Multa compensatória de até 10 % (dez por cento) sobre o valor total da nota de empenho, no caso de recusa injustificada em assinar a Ata de Registro de Preços, o contrato e/ou receber e nota de empenho no prazo previsto;
- b. Multa moratória de até 0,3% (três décimos por cento) por dia de atraso injustificado na entrega, calculado sobre o valor da parcela não cumprida, até o limite de 5 (cinco) dias, após o qual, a critério da Administração, poderá ocorrer a não aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;
- c. Multa moratória de até 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado na entrega, calculado sobre o valor da parcela não cumprida, por período superior ao previsto na alínea "b", limitado a 05 (cinco) dias subsequentes, após o qual, a critério da Administração, poderá ocorrer a não aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;
- d. Multa moratória de até 5% (cinco por cento), calculado sobre o valor da parcela não cumprida, nas hipóteses não previstas nas alíneas anteriores, em caso de inexecução parcial da obrigação assumida;
- e. Multa compensatória de até 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato no caso de inexecução total do objeto, em caso de inexecução parcial das obrigações assumidas, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;
- f. Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar;
- g. Em caso de inexecução parcial das obrigações assumidas, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;
- h. Impedimento de licitar e contratar com a Prefeitura Municipal de São João do Paraíso/MA com o consequente descredenciamento no Cadastro de Fornecedores do Município pelo prazo de até 05 (cinco) anos.

21.4. Na aplicação das sanções serão considerados:

- a. A natureza e a gravidade da infração cometida;
- b. As peculiaridades do caso concreto;
- c. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d. Os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- e. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

21.5. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade e da razoabilidade;



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE



21.6. Atrasos cuja justificativa seja aceita pela Prefeitura Municipal de São João do Paraíso/MA e comunicadas antes dos prazos de entrega consignados no contrato ou documento equivalente, poderão a critério deste ser isenta total ou parcialmente da multa.

Elaboração/Técnico Responsável:

Em ____/____/2025.

PMSJP

FL.(S)
Nº 204
RUBRICA:

Germana Torres de Araújo
Coordenadora do Programa de Saúde Bucal
Portaria nº 057/2025 – GP

Aprovação/Autoridade Superior:

APROVO os elementos constantes do presente **TERMO DE REFERÊNCIA**, e, autorizo a imediata abertura do processo administrativo na forma regulamentar.

Marisa Elanne Damasceno de França
Secretária Municipal de Saúde
Portaria nº 005/2025

ANEXO I - PLANILHA COM ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS:

| ITEM | DESCRIÇÃO | UNID. DE MEDIDA | QUANT. | VALOR UNIT. | VALOR TOTAL |
|------|---|-----------------|--------|-------------|---------------|
| 1 | PRÓTESE TOTAL MANDIBULAR PALATO INCOLOR.(COTA PRINCIPAL) | UNIDADE | 188 | R\$ 450,00 | R\$ 84.600,00 |
| 2 | PRÓTESE TOTAL MANDIBULAR PALATO INCOLOR. (COTA RESERVADA) | UNIDADE | 62 | R\$ 450,00 | R\$ 27.900,00 |
| 3 | PRÓTESE TOTAL MAXILAR.(COTA PRINCIPAL) | UNIDADE | 188 | R\$ 453,75 | R\$ 85.305,00 |
| 4 | PRÓTESE TOTAL MAXILAR. (COTA RESERVADA) | UNIDADE | 62 | R\$ 453,75 | R\$ 28.132,50 |



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

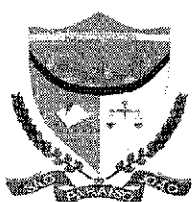


SÃO JOÃO DO
PARAÍSO
Cidade das Águas

| | | | | | |
|-------------|---|---------|----|------------|----------------|
| 5 | PRÓTESE PARCIAL REMOVÍVEL MAXILAR COM ARTE METALICA DE CrCo. | UNIDADE | 80 | R\$ 439,22 | R\$ 35.137,60 |
| 6 | PRÓTESE PARCIAL REMOVÍVEL MANDIBULAR COM ARTE METALICA DE CrCo. | UNIDADE | 80 | R\$ 441,90 | R\$ 35.352,00 |
| VALOR TOTAL | | | | | R\$ 296.427,10 |

PMSJP

FL(S)
Nº 205
RUBRICA: 



PMSJP

FL.(S)
Nº 206
RUBRICA:

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 17/2025

A Prefeitura Municipal de São João do Paraíso – MA, torna público para o conhecimento dos interessados, que fará realizar, sob a égide da Lei n.º 14.133/2021 e suas alterações posteriores, da Lei Complementar n.º 123/2006 e de outras normas aplicáveis ao objeto deste certame, licitação na modalidade Pregão Eletrônico, do tipo Menor Preço Por Item, objetivando o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONFEÇÃO DE PRÓTESE DENTÁRIA, VISANDO ATENDER AS NECESSIDADES DOS PROGRAMAS DE SAÚDE BUCAL DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO/MA**. A sessão será realizada através do Portal de licitações, pelo endereço eletrônico www.licitanet.com.br, com data de abertura agendada para **17 de novembro de 2025 às 14:30**. O edital e seus anexos encontram-se disponíveis no Portal da Transparência do Município pelo endereço www.saojoaodoparaíso.ma.gov.br, ou ainda pelo endereço Portal Compras Públicas, pelo endereço eletrônico www.licitanet.com.br e ainda no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

São João do Paraíso - MA, 29 de outubro de 2025.

Ilton Rodrigues de Sousa
Pregoeiro Municipal

São Luís, sexta-feira, 31 de outubro de 2025

ENCERRAMENTO DE TURNÊ

Musical dos Paralamas
chega a São Luís

Produção vencedora do Prêmio APTR traz mais de 30 sucessos da banda e homenagem a trajetória de Herbert Vianna, Bi Ribeiro e João Barone

A trajetória de uma das maiores bandas do rock brasileiro chega aos palcos de São Luís em uma celebração emocionante de amizade, música e resistência. Após uma bem-sucedida turnê por diversas capitais brasileiras, "VITAL - O Musical dos Paralamas" encerra sua temporada nacional de 2025 na capital maranhense, com apresentações nos dias 6, 7 e 8 de novembro, no Teatro Arthur Azevedo.

O espetáculo vencedor do Prêmio APTR de Melhor Produção em Teatro Musical, indicado ao Prêmio Shell de Teatro reúne mais de 30 sucessos dos Paralamas do Sucesso em uma narrativa vibrante e afetiva sobre os 40 anos de carreira de Herbert Vianna, Bi Ribeiro e João Barone, além de homenagear José Fortes, o empresário e "Quarto Paralamas".

Idealizado por Gustavo Nunes (Turbilhão de Ideias) e Marcelo Pires (Ideia da Silva), com direção artística de Pedro Brício, texto de Patrícia Andrade e direção musical e arranjos de Daniel Rocha, "VITAL" é uma ode à amizade que atravessa décadas, unindo gerações através da música.

"Acreditamos que a cultura deve ser acessível a todos e estamos felizes em contribuir para a descentralização das artes cênicas no Brasil. Com esse propósito, encerramos a turnê 2025 de 'Vital' em São Luís, celebrando uma trajetória que fala de amor, amizade e arte", destaca o produtor Gustavo Nunes.



O elenco é formado por Rodrigo Salva

(Herbert Vianna), Franco Kuster (João Barone), Gabriel Manita (Bi Ribeiro), Hamilton Dias (José Fortes), Barbara Ferr, Herbert Vital, Julia Sanchez, Bhener Carvalho, Ivanna Domesnyco e Rodrigo Vecchi, além dos músicos Evelyn Garcia, Andrei Presser, Anne Amberget, Rafael Maia, Raul d'Oliveira e Raul Colombrini.

Produzido por meio da Lei de Incentivo à Cultura e apresentado por Ministério da Cultura e Caixa Vida e Previdência, o musical promete emocionar o público maranhense com uma experiência que une rock, teatro e memória.

SERVIÇO

VITAL - O MUSICAL DOS PARALAMAS

Dias: 6, 7 e 8 de novembro de 2025

Horários: Quinta e sexta às 20h | Sábado às 17h e 20h30

Local: Teatro Arthur Azevedo - São Luís (MA)

Ingressos: À venda no site <https://olhaoingresso.com.br/> e na bilheteria do teatro (funcionamento de terça a domingo, das 13h30 às 19h30)

Produção local: Tablado Produções

ALBUM

Paulão lança álbum
"Big Paulo na Ilha do Amor", celebrando a força criativa do Maranhão

Uma das vozes mais pulsantes da nova cena musical maranhense, Paulão apresenta o projeto "Big Paulo na Ilha do Amor", um trabalho que mistura tradição e inovação em uma celebração sonora e afetiva do Maranhão. O álbum inédito marca também uma série de shows do artista em São Luís e pelo Brasil.

O disco costura ritmos como Bumba-meu-boi, Tambor de Crioula, Bloco Tradicional, Cacuriá e Reggae com influências contemporâneas como Dub, Samba, Soul, Dancehall e Afrobeat. O resultado é uma criação geopoética, política e sensível, que afirma o Maranhão como centro pulsante da cultura brasileira e território fértil de experimentação artística.

A produção musical do álbum é assinada por Adnon, responsável por conduzir a sonoridade que dá vida ao projeto. A capa do álbum é de Brenda Maciel, que complementa o universo estético da obra com uma criação visual marcante e simbólica.

Como parte do lançamento do álbum "Big Paulo na Ilha do Amor", três singles já chegaram ao público com força total, revelando a diversidade sonora e as parcerias que dão corpo ao projeto. "Meu Sonho", em colaboração com Camila Reis, mistura romantismo e groove em uma pegada leve e contagiante; "Sonhos Alados", com Nubia e C. AFROBRASIL, traz uma atmosfera espiritual e poética, exaltando

ancestralidade e liberdade; e "Mia Preta", parceria com o coletivo Criola Beat — formado por Adnon, Biodz e Pantera Black —, mergulha nas batidas dos tambores maranhenses, reforçando a identidade urbana e cultural que permeia toda a obra.

Cada faixa ganhou seus próprios visualizadores e/ou videocliques, em uma proposta visual que acompanha a potência sonora do projeto. Toda a parte audiovisual — incluindo os vídeos desses singles e de todas as faixas do álbum — foi dirigida por Ingrid Barros, diretora maranhense que imprime olhar sensível e provocador à obra, traduzindo visualmente a identidade afro-indígena, urbana e poética do projeto.

"Big Paulo na Ilha do Amor" vai além da música: é um manifesto artístico coletivo que conecta vozes, corpos e territórios. O álbum conta ainda com participações de Célia Sampaio (a "Dama do Reggae", que recentemente dividiu o palco com IZA no The Town, em São Paulo), além de Klícia e Dicy, fortalecendo uma rede colaborativa plural de artistas.

Trajetória e Carreira de Paulão

Paulão (Paulo César Linhares) é cantor, compositor, instrumentista e produtor musical maranhense. Com mais de uma década de carreira, destaca-se por uma obra que valoriza identidades negras, tradições populares e vivências periféricas, rompendo estereótipos da masculinidade preta.

Participou de festivais como BR-135, ReXistência Fest, Conecta PSICA e foi premiado na Festa da Música do Maranhão (2023). Lançou os trabalhos "Faz Escuro, Mas Eu Canto" (2016), "Special Power" (2019) e "Corpo Aberto" (2022), além de colaborações com Enme, Gugs, Bô de Maracani, entre outros. Sua atuação também se estende à moda e às artes visuais, com projetos como a coleção "Corpo Aberto" em parceria com a marca Kolobô.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULINO NEVES - MA
EXTRATO DE TERMO DE HOMOLOGAÇÃO CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 08/2025-CP. - Processo Administrativo 057.07/2025-02. Base Legal: Lei Federal nº 14.133/2021. Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA PARA CONSTRUÇÃO DE UMA CRECHE ESCOLAR NO MUNICÍPIO DE PAULINO NEVES-MA, CONFORME TERMO DE COMPROMISSO Nº 5459/ENR. A Secretaria Municipal de Educação de Paulino Neves, Estado do Maranhão, ao usar de suas atribuições legais, após consultada a regularidade dos antecedentes de qualificação da empresa UOLHIA ENGENHARIA LTDA, inscrita no CNPJ nº 10.811.633/0001-11, pelo valor total de R\$ 1.451.621,49 (Um Milhão Quatrocentos e Quarenta e Um Mil Seiscentos e Vinte e Um Reais e Quarenta e Nove Centavos), para que prestasse seus serviços, resolve: HOMOLOGAR a presente licitação.

MUNICÍPIO DE FALCÃO DO LUMAR
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 34/2025-001: Registro de Preços, para futura e eventual contratação de pessoa jurídica visando a aquisição de equipamentos e dispositivos de tecnologia da informação, comunicação, apoio operacional e ferramentas para atender às demandas do município de Falcão do Lumiar - MA. MATRIZ GERENCIAL: 18.11/2025. HORAÇÃO: 10h30min. Sistema Eletrônico: <https://licitacaoonline.com.br/>. O Edital poderá ser consultado na Central de Compras Públicas - CCP, na sede da Prefeitura Municipal, localizada na Avenida 12, S/N, Conjunto Malibô, Paço do Lumiar, CEP: 45.120-000, ou pelo e-mail: ccp@falcao2025@gmail.com, de segunda a sexta-feira, das 8h às 17h, ou através do site da Prefeitura de Falcão do Lumiar-MA: <https://www.prefeiturafalcao.ma.gov.br>, ou do Sistema de Licitação: <https://licitacaoonline.com.br/> ou através do Sinc-Contrato/CC-MA ou, ainda, pelo Portal Nacional de Compras Públicas (PNCP) Paço do Lumiar - MA, 30 de outubro de 2025. KARINA JORDANA ALMEIDA FALCÃO, Secretária Municipal de Planejamento, Administração e Finanças.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CODÓ-MA
AVISO DE LICITAÇÃO. PREGÃO ELETRÔNICO Nº 049/2025 - SRP O Município de Codó, Estado do Maranhão, torna público, para conhecimento dos interessados que fará realizar, a partir da data de 14/10/2025, a sua atividade de prestação de serviços, sob a modalidade de Pregão Eletrônico, Registro de Preços para Futuro e eventual atendimento às necessidades de Serviços Gerais e Fomento de Papel, abrangendo Preços Digitais, Impressão e Acabamento de Materiais Didáticos e Administrativos, Encadernação e Plotificação, destinados às Unidades Escolas da Rede Pública Municipal de Ensino de Codó-MA, no dia 14/11/2025, às 09h00min (Horário de Brasília), através do uso de recursos da tecnologia da informação, no site www.portaldecompras.com.br, sendo presidida pela Agente de Contratação desta Prefeitura Municipal, na sala da Comissão Permanente do Edital, situada na Praça Formosa, Avenida, nº 538, Centro, CEP: 65.610-000, nesta Cidade. O edital e suas anexos estarão disponíveis na página web do Portal de Compras em Codó - endereço www.portaldecompras.com.br. Examinados e aprovados no endereço eletrônico portaldecompras.com.br. Codó - MA, 30 de outubro de 2025.

PUBLICAÇÃO 4 - APRESENTAÇÃO DA CTPS - DEVE SER REALIZADA APÓS A CONCLUSÃO DO DESLIGAMENTO

A REFRESCOS GUARARAPES, diante do não atendimento das diversas convocações para comparecimento a retorno ao trabalho, vem por meio deste informar ao Sr. ISAIAS SANTOS GUEDES, portador do CPF de início nº 650. xxx-xx-xx que a baixa da sua CTPS digital foi efetuada, podendo comparecer a sede da empresa situada Rua Antonio Raposo, nº 411, Outeiro da Cruz, São Luís-MA para retirada da sua documentação rescisória que se encontra arquivada nesta empresa, aguardando a procura e diligência deste ex-colaborador.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANAJATUBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANAJATUBA - MA, localizada na Rua Revolução, 183, Centro, Anajatuá - MA, torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar, a partir da data de 14/10/2025, a sua atividade de prestação de serviços, sob a modalidade de Pregão Eletrônico, Registro de Preços para Futuro e eventual atendimento às necessidades de Serviços Gerais e Fomento de Papel, abrangendo Preços Digitais, Impressão e Acabamento de Materiais Didáticos e Administrativos, Encadernação e Plotificação, destinados às Unidades Escolas da Rede Pública Municipal de Ensino de Codó-MA, no dia 14/11/2025, às 09h00min (Horário de Brasília), através do uso de recursos da tecnologia da informação, no site www.portaldecompras.com.br, sendo presidida pela Agente de Contratação desta Prefeitura Municipal, na sala da Comissão Permanente do Edital, situada na Praça Formosa, Avenida, nº 538, Centro, CEP: 65.610-000, nesta Cidade. O edital e suas anexos estarão disponíveis na página web do Portal de Compras em Codó - endereço www.portaldecompras.com.br. Examinados e aprovados no endereço eletrônico portaldecompras.com.br. Codó - MA, 30 de outubro de 2025. LEONARDO MENDES ARAÚJO, Secretário Municipal de Saúde, Financeiro e Planejamento.

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 17/2025
A Prefeitura Municipal de São João do Paraíso - MA, torna público para o conhecimento dos interessados, que fará realizar, a partir da data de 14/10/2025, a sua atividade de prestação de serviços, sob a modalidade de Pregão Eletrônico, Registro de Preços para Futuro e eventual atendimento às necessidades de Serviços Gerais e Fomento de Papel, abrangendo Preços Digitais, Impressão e Acabamento de Materiais Didáticos e Administrativos, Encadernação e Plotificação, destinados às Unidades Escolas da Rede Pública Municipal de Ensino de São João do Paraíso-MA, no dia 14/11/2025, às 09h00min (Horário de Brasília), através do uso de recursos da tecnologia da informação, no site www.portaldecompras.com.br, sendo presidida pela Agente de Contratação desta Prefeitura Municipal, na sala da Comissão Permanente do Edital, situada na Praça Formosa, Avenida, nº 538, Centro, CEP: 65.610-000, nesta Cidade. O edital e suas anexos estarão disponíveis na página web do Portal de Compras em São João do Paraíso - endereço www.portaldecompras.com.br. Examinados e aprovados no endereço eletrônico portaldecompras.com.br. São João do Paraíso - MA, 30 de outubro de 2025. José Rodrigues de Sousa, Prefeito Municipal.

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO
AVISO DE LICITAÇÃO
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 01/2025
A Prefeitura Municipal de São João do Paraíso - MA, torna público para o conhecimento dos interessados, que fará realizar, a partir da data de 14/10/2025, a sua atividade de prestação de serviços, sob a modalidade de Pregão Eletrônico, Registro de Preços para Futuro e eventual atendimento às necessidades de Serviços Gerais e Fomento de Papel, abrangendo Preços Digitais, Impressão e Acabamento de Materiais Didáticos e Administrativos, Encadernação e Plotificação, destinados às Unidades Escolas da Rede Pública Municipal de Ensino de São João do Paraíso-MA, no dia 14/11/2025, às 09h00min (Horário de Brasília), através do uso de recursos da tecnologia da informação, no site www.portaldecompras.com.br, sendo presidida pela Agente de Contratação desta Prefeitura Municipal, na sala da Comissão Permanente do Edital, situada na Praça Formosa, Avenida, nº 538, Centro, CEP: 65.610-000, nesta Cidade. O edital e suas anexos estarão disponíveis na página web do Portal de Compras em São João do Paraíso - endereço www.portaldecompras.com.br. Examinados e aprovados no endereço eletrônico portaldecompras.com.br. São João do Paraíso - MA, 30 de outubro de 2025. José Rodrigues de Sousa, Prefeito Municipal.

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 17/2025
A Prefeitura Municipal de São João do Paraíso - MA, torna público para o conhecimento dos interessados, que fará realizar, a partir da data de 14/10/2025, a sua atividade de prestação de serviços, sob a modalidade de Pregão Eletrônico, Registro de Preços para Futuro e eventual atendimento às necessidades de Serviços Gerais e Fomento de Papel, abrangendo Preços Digitais, Impressão e Acabamento de Materiais Didáticos e Administrativos, Encadernação e Plotificação, destinados às Unidades Escolas da Rede Pública Municipal de Ensino de São João do Paraíso-MA, no dia 14/11/2025, às 09h00min (Horário de Brasília), através do uso de recursos da tecnologia da informação, no site www.portaldecompras.com.br, sendo presidida pela Agente de Contratação desta Prefeitura Municipal, na sala da Comissão Permanente do Edital, situada na Praça Formosa, Avenida, nº 538, Centro, CEP: 65.610-000, nesta Cidade. O edital e suas anexos estarão disponíveis na página web do Portal de Compras em São João do Paraíso - endereço www.portaldecompras.com.br. Examinados e aprovados no endereço eletrônico portaldecompras.com.br. São João do Paraíso - MA, 30 de outubro de 2025. José Rodrigues de Sousa, Prefeito Municipal.

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 17/2025
A Prefeitura Municipal de São João do Paraíso - MA, torna público para o conhecimento dos interessados, que fará realizar, a partir da data de 14/10/2025, a sua atividade de prestação de serviços, sob a modalidade de Pregão Eletrônico, Registro de Preços para Futuro e eventual atendimento às necessidades de Serviços Gerais e Fomento de Papel, abrangendo Preços Digitais, Impressão e Acabamento de Materiais Didáticos e Administrativos, Encadernação e Plotificação, destinados às Unidades Escolas da Rede Pública Municipal de Ensino de São João do Paraíso-MA, no dia 14/11/2025, às 09h00min (Horário de Brasília), através do uso de recursos da tecnologia da informação, no site www.portaldecompras.com.br, sendo presidida pela Agente de Contratação desta Prefeitura Municipal, na sala da Comissão Permanente do Edital, situada na Praça Formosa, Avenida, nº 538, Centro, CEP: 65.610-000, nesta Cidade. O edital e suas anexos estarão disponíveis na página web do Portal de Compras em São João do Paraíso - endereço www.portaldecompras.com.br. Examinados e aprovados no endereço eletrônico portaldecompras.com.br. São João do Paraíso - MA, 30 de outubro de 2025. José Rodrigues de Sousa, Prefeito Municipal.

VALOR TOTAL

R\$ 114.495,00

São João do Paraíso - MA, 28 de outubro de 2025.

ZAQUEU DA SILVA CASTRO
Secretário de Governo e Planejamento
Portaria nº 001/2025

ANTUNES ARQUITETURA, ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA.
CNPJ nº 50.275.914/0001-33
Luiz Carlos Rangel Neto
CPF nº 017.767.213-73

Publicado por: ILTON RODRIGUES DE SOUSA
Código identificador: 4243bafa66e932919a8ae955de17c807

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 16/2025

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 16/2025

A Prefeitura Municipal de São João do Paraíso - MA, torna público para o conhecimento dos interessados, que fará realizar, sob a égide da Lei n.º 14.133/2021 e suas alterações posteriores, da Lei Complementar n.º 123/2006 e de outras normas aplicáveis ao objeto deste certame, licitação na modalidade Pregão Eletrônico, do tipo Menor Preço Por Item, objetivando o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE REALIZAÇÃO DE EXAMES DE ESPIROMETRIA E ELETROCARDIOGRAMA CLÍNICO, INCLUINDO TODOS OS PROCEDIMENTOS NECESSÁRIOS PARA A EXECUÇÃO CORRETA, EMISSÃO DE LAUDOS TÉCNICOS E ACOMPANHAMENTO CONFORME PROTOCOLOS MÉDICOS, PARA TENDER AS DEMANDAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO/MA.** A sessão será realizada através do Portal de licitações, pelo endereço eletrônico www.licitanet.com.br, com data de abertura agendada para **17 de novembro de 2025 às 08:30**. O edital e seus anexos encontram-se disponíveis no Portal da Transparência do Município pelo endereço www.saojoaodoparaíso.ma.gov.br, ou ainda pelo endereço Portal Compras Públicas, pelo endereço eletrônico www.licitanet.com.br e ainda no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

São João do Paraíso - MA, 29 de outubro de 2025.

Ilton Rodrigues de Sousa
Pregoeiro Municipal

Publicado por: ILTON RODRIGUES DE SOUSA
Código identificador: 66ea8fceb2b93e4a22b0ad4017f496

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 17/2025

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 17/2025

A Prefeitura Municipal de São João do Paraíso - MA, torna público para o conhecimento dos interessados, que fará realizar, sob a égide da Lei n.º 14.133/2021 e suas alterações posteriores, da Lei Complementar n.º 123/2006 e de outras normas aplicáveis ao objeto deste certame, licitação na modalidade Pregão Eletrônico, do tipo Menor Preço Por Item, objetivando o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONFECÇÃO DE PRÓTESE DENTÁRIA, VISANDO ATENDER AS NECESSIDADES DOS PROGRAMAS DE SAÚDE BUCAL DA SECRETARIA MUNICIPAL DE**

SAÚDE DO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO/MA. A sessão será realizada através do Portal de licitações, pelo endereço eletrônico www.licitanet.com.br, com data de abertura agendada para **17 de novembro de 2025 às 14:30**. O edital e seus anexos encontram-se disponíveis no Portal da Transparência do Município pelo endereço www.saojoaodoparaíso.ma.gov.br, ou ainda pelo endereço Portal Compras Públicas, pelo endereço eletrônico www.licitanet.com.br e ainda no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

São João do Paraíso - MA, 29 de outubro de 2025.

Ilton Rodrigues de Sousa
Pregoeiro Municipal

Publicado por: ILTON RODRIGUES DE SOUSA
Código identificador: 6919026381f07a4cf818e988005c540c

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 18/2025

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 18/2025

A Prefeitura Municipal de São João do Paraíso - MA, torna público para o conhecimento dos interessados, que fará realizar, sob a égide da Lei n.º 14.133/2021 e suas alterações posteriores, da Lei Complementar n.º 123/2006 e de outras normas aplicáveis ao objeto deste certame, licitação na modalidade Pregão Eletrônico, do tipo Menor Preço Por Item, objetivando o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA O FORNECIMENTO DE KITS DE HIGIENE BUCAL, DESTINADOS AO ATENDIMENTO DE AÇÕES EDUCATIVAS E PREVENTIVAS DE SAÚDE BUCAL PROMOVIDAS POR PROGRAMAS SOCIAIS, EDUCACIONAIS E DE SAÚDE PÚBLICA, VISANDO ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO/MA.** A sessão será realizada através do Portal de licitações, pelo endereço eletrônico www.licitanet.com.br, com data de abertura agendada para **13 de novembro de 2025 às 08:30**. O edital e seus anexos encontram-se disponíveis no Portal da Transparência do Município pelo endereço www.saojoaodoparaíso.ma.gov.br, ou ainda pelo endereço Portal Compras Públicas, pelo endereço eletrônico www.licitanet.com.br e ainda no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

São João do Paraíso - MA, 29 de outubro de 2025.

Ilton Rodrigues de Sousa
Pregoeiro Municipal

Publicado por: ILTON RODRIGUES DE SOUSA

alcançadas e nas quantidades cotadas, atendendo as condições previstas no edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, Lei 14.770 de 22 de dezembro de 2023, no Decreto Municipal nº 08/2024 e em conformidade com as disposições a seguir. Do objeto: A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a futura e eventual contratação de empresa especializada para a recuperação e adequação de estradas vicinais na REGIÃO 03 - trecho 01 - MA 106 /pov. Mocambo/ pov. Santa Luzia/pov. São Benedito - trecho 02 - pov. São Benedito/ pov. São Joaquim/ pov. Curral Velho/ pov. Outeiro/ pov. Chapada Grande/pov. Bem Fica /pov. Jauaueibá- trecho 03 - pov. São Benedito ao pov. Rio dos Peixes - trecho 04 - estrada de São Benedito / pov. Mocajuba/ pov. Curralzinho/pov. Seco - trecho 05 - pov. Seco ao pov. Rio dos Peixes trecho 06 - pov. Curral Velho/ pov. Plantas - trecho 07 - estrada de Outeiro pov. /Bacuri/ pov. Chapadeira/ pov. Aranha/pov. Bela Vista - trecho 08 - pov. Bacuri/ pov. Mundico/ pov. Vivo, de interesse do município de Santa Helena/MA, especificados nos itens do Termo de Referência, anexo I do edital de Pregão Eletrônico nº 041/2025, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor e as demais condições ofertadas na proposta são as indicadas no Anexo I da presente Ata. O órgão gerenciador será a Secretária Municipal de Transporte, Obras e Urbanismo de Santa Helena - MA, representada pelo Sr. Fabiano Froes Abreu, Empresa: J D AMORIM LTDA - CNPJ: 15.987.234/0001-41, Jackson Dias Amorim, Representante Legal. Valor de R\$ 4.408.875,60 (quatro milhões, quatrocentos e oito mil, oitocentos e setenta e cinco reais e sessenta centavos). Vigência: Data da assinatura: 15 de outubro de 2025 até 14 de outubro de 2026. Santa Helena - MA, 15 de outubro de 2025.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA QUITÉRIA DO MARANHÃO

AVISO DE LICITAÇÃO CONCORRÊNCIA Nº 13/2025

O município de Santa Quitéria do Maranhão, Estado do Maranhão, torna público, para conhecimento dos interessados que fará realizar, sob a égide da Lei nº 14.133/21 e suas alterações posteriores, licitação na modalidade Concorrência Eletrônica nº. 013/2025 e Proc Adm: 202510129/25 do tipo: Menor Preço global objeto: contratação de empresa especializada para a execução dos serviços de adequação de estradas vicinais, no município de Santa Quitéria do Maranhão no município de Santa Quitéria do Maranhão/MA. O certame se realizará às 08:00 hs do dia 14 de novembro de 2025, (horário de Brasília), através do uso de recursos da tecnologia da informação, site: <https://www.comprasbr.com.br>, sendo presidida pelo Agente de contratação desta Prefeitura Municipal, na sala da Comissão Permanente de Licitação, situada na Av. Cel. Francisco Moreira, nº 45, Centro, Santa Quitéria do Maranhão - MA - MA. O edital e seus anexos encontram-se disponíveis na página web do Portal de Compras - endereço: <https://www.comprasbr.com.br> E <https://santaqueria.ma.gov.br/transparencia/> Esclarecimentos adicionais no mesmo endereço, das 08:00 às 12:00hs.

Santa Quitéria do Maranhão-MA, 29 de outubro de 2025
CARLEÍLSON LOPES ARAÚJO
Agente de Contratação

AVISOS DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 64/2025

O Pregoeiro Oficial da Prefeitura Municipal de Santa Quitéria do Maranhão, Estado do Maranhão, torna público, para conhecimento dos interessados que fará realizar, sob a égide da Lei nº 14.133/21 e suas alterações posteriores, licitação na modalidade Pregão Eletrônico para Registro de Preço (Processo Administrativo nº. 202510130/2025 do tipo: Menor preço por item, Registro de Preço para contratação de empresa para futura e eventual fornecimento de material permanente hospitalar e equipamentos de laboratório para atendimento do município de Santa Quitéria do Maranhão. O certame se realizará às 10:00 hs do dia 14 de novembro de 2025, (horário de Brasília), através do uso de recursos da tecnologia da informação, site <https://www.comprasbr.com.br>, sendo presidida pelo Agente de contratação desta Prefeitura Municipal, na sala da Comissão Permanente de Licitação, situada na Av. Cel. Francisco Moreira, nº 45, Centro, Santa Quitéria do Maranhão - MA - MA. O edital e seus anexos encontram-se disponíveis na página web no Portal de COMPRASBR - endereço <https://www.comprasbr.com.br> E <https://santaqueria.ma.gov.br/transparencia/> Esclarecimentos adicionais no mesmo endereço, das 08:00 às 12:00hs.

PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 65/2025

O Pregoeiro Oficial da Prefeitura Municipal de Santa Quitéria do Maranhão, Estado do Maranhão, torna público, para conhecimento dos interessados que fará realizar, sob a égide da Lei nº 14.133/21 e suas alterações posteriores, licitação na modalidade Pregão Eletrônico para Registro de Preço (Processo Administrativo nº. 202510131/2025 do tipo: Menor preço por item, Registro de Preço para contratação de empresa para futura e eventual fornecimento de material permanente (eletroeletrônico) para atendimento do município de Santa Quitéria do Maranhão. O certame se realizará às 14:00 hs do dia 14 de novembro de 2025, (horário de Brasília), através do uso de recursos da tecnologia da informação, site <https://www.comprasbr.com.br>, sendo presidida pelo Agente de contratação desta Prefeitura Municipal, na sala da Comissão Permanente de Licitação, situada na Av. Cel. Francisco Moreira, nº 45, Centro, Santa Quitéria do Maranhão - MA - MA. O edital e seus anexos encontram-se disponíveis na página web no Portal de COMPRASBR - endereço <https://www.comprasbr.com.br> E <https://santaqueria.ma.gov.br/transparencia/> Esclarecimentos adicionais no mesmo endereço, das 08:00 às 12:00hs.

Santa Quitéria do Maranhão-MA, 29 de outubro de 2025
CARLEÍLSON LOPES ARAÚJO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO

AVISOS DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 16/2025

A Prefeitura Municipal de São João do Paraíso - MA, torna público para o conhecimento dos interessados, que fará realizar, sob a égide da Lei nº 14.133/2021 e suas alterações posteriores, da Lei Complementar nº 123/2006 e de outras normas aplicáveis ao objeto deste certame, licitação na modalidade Pregão Eletrônico, do tipo Menor Preço Por Item, objetivando o REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE REALIZAÇÃO DE EXAMES DE ESPIROMETRIA E ELETROCARDIOGRAMA CLÍNICO, INCLUINDO TODOS OS PROCEDIMENTOS NECESSÁRIOS PARA A EXECUÇÃO CORRETA, EMISSÃO DE LAUDOS TÉCNICOS E ACOMPANHAMENTO CONFORME PROTOCOLOS MÉDICOS, PARA TENDER AS DEMANDAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO/MA. A sessão será realizada através do Portal de licitações, pelo endereço eletrônico www.licitanet.com.br, com data de abertura agendada para 17 de novembro de 2025 às 08:30. O edital e seus anexos encontram-se disponíveis no Portal da Transparência do Município pelo endereço www.saojoaodoparaíso.ma.gov.br, ou ainda pelo endereço Portal Compras Públicas, pelo endereço eletrônico www.licitanet.com.br e ainda no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 17/2025

A Prefeitura Municipal de São João do Paraíso - MA, torna público para o conhecimento dos interessados, que fará realizar, sob a égide da Lei nº 14.133/2021 e suas alterações posteriores, da Lei Complementar nº 123/2006 e de outras normas aplicáveis ao objeto deste certame, licitação na modalidade Pregão Eletrônico, do tipo Menor Preço Por Item, objetivando o REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONFECÇÃO DE PROTESE DENTÁRIA, VISANDO ATENDER AS NECESSIDADES DOS PROGRAMAS DE SAÚDE BUCAL DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO/MA. A sessão será realizada através do Portal de licitações, pelo endereço eletrônico www.licitanet.com.br, com data de abertura agendada para 17 de novembro de 2025 às 14:30. O edital e seus anexos encontram-se disponíveis no Portal da Transparência do Município pelo endereço www.saojoaodoparaíso.ma.gov.br, ou ainda pelo endereço Portal Compras Públicas, pelo endereço eletrônico www.licitanet.com.br e ainda no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 18/2025

A Prefeitura Municipal de São João do Paraíso - MA, torna público para o conhecimento dos interessados, que fará realizar, sob a égide da Lei nº 14.133/2021 e suas alterações posteriores, da Lei Complementar nº 123/2006 e de outras normas aplicáveis ao objeto deste certame, licitação na modalidade Pregão Eletrônico, do tipo Menor Preço Por Item, objetivando o REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA O FORNECIMENTO DE KITS DE HIGIENE BUCAL, DESTINADOS AO ATENDIMENTO DE AÇÕES EDUCATIVAS E PREVENTIVAS DE SAÚDE BUCAL PROMOVIDAS POR PROGRAMAS SOCIAIS, EDUCACIONAIS E DE SAÚDE PÚBLICA, VISANDO ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO/MA. A sessão será realizada através do Portal de licitações, pelo endereço eletrônico www.licitanet.com.br, com data de abertura agendada para 13 de novembro de 2025 às 08:30. O edital e seus anexos encontram-se disponíveis no Portal da Transparência do Município pelo endereço www.saojoaodoparaíso.ma.gov.br, ou ainda pelo endereço Portal Compras Públicas, pelo endereço eletrônico www.licitanet.com.br e ainda no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 12/2025

A Prefeitura Municipal de São João do Paraíso - MA, torna público para o conhecimento dos interessados, que fará realizar, sob a égide da Lei nº 14.133/2021 e suas alterações posteriores, da Lei Complementar nº 123/2006 e de outras normas aplicáveis ao objeto deste certame, licitação na modalidade CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 012/2025, do tipo Maior Percentual de Descruto, objetivando CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE ENGENHARIA CIVIL SOB DEMANDA, PARA REFORMA TOTAL/PARCIAL/REVITALIZAÇÃO/ADEQUAÇÃO E ADAPTAÇÕES COM OU SEM ALTERAÇÃO DE LAYOUT E AMPLIAÇÃO DE PREDIÇOS PÚBLICOS, INCLUINDO FORNECIMENTO DE PEÇAS, EQUIPAMENTOS, MATERIAIS E MÃO-DE-OBRA, NA FORMA ESTABELECIDAS NAS PLANILHAS DE SERVIÇOS E INSUMOS DIVERSOS DESCRITOS NO SISTEMA NACIONAL DE PESQUISA DE CUSTOS E ÍNDICES DA CONSTRUÇÃO CIVIL, DORAVANTE DENOMINADA SINAPI, VISANDO ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO/MA, pelo endereço eletrônico www.licitanet.com.br, com data de abertura agendada para 19 de novembro de 2025 às 08:30. O edital e seus anexos encontram-se disponíveis no Portal da Transparência do Município pelo endereço www.saojoaodoparaíso.ma.gov.br, ou ainda pelo endereço Portal Licita São João do Paraíso, www.licitanet.com.br e ainda no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

São João do Paraíso - MA, 29 de outubro de 2025.
ILTON RODRIGUES DE SOUSA
Agente de Contratação

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DOS BASÍLIOS

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 23/2025

O MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DOS BASÍLIOS, Estado do Maranhão, através da Secretaria Municipal de Administração e Recursos Humanos, torna público que fará licitação na modalidade Pregão Eletrônico. BASE LEGAL: Lei nº 14.133, de 2021, Decreto Municipal nº 003/2023, de 14/02/2023, Decreto Municipal nº 04/2025, de 14/01/2025, à Lei Complementar nº 123, de 14.12.2006, e alterações. OBJETO: REGISTRO DE PREÇO para contratação de empresa para aquisição de material de higiene e limpeza e material de expediente de interesse do município de São José dos Basílios- MA. ABERTURA: 18 de novembro de 2025 ÀS 14:00 horas. INFORMAÇÕES: O Edital e seus anexos encontram-se à disposição dos interessados na sala da Comissão de Contratação, na Praça do Mercado, s/n Centro - CEP: 65762-000 - São José dos Basílios (MA). pmsjbcp@outlook.com ou no endereço eletrônico <https://www.portaldecompraspublicas.com.br/> ou na página <https://www.saojosedosbasilios.ma.gov.br/transparencia>.

São José dos Basílios - MA, 29 de outubro de 2025
RONALDO VIEIRA DE SOUSA
Secretário Mun. de Administração e Recursos Humanos

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 22/2025

O MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DOS BASÍLIOS, Estado do Maranhão, através da Secretaria Municipal de Saúde, torna público que fará licitação na modalidade Pregão Eletrônico. BASE LEGAL: Lei nº 14.133, de 2021, Decreto Municipal nº 003/2023, de 14/02/2023, Decreto Municipal nº 04/2025, de 14/01/2025, à Lei Complementar nº 123, de 14.12.2006, e alterações. OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS para contratação de empresa para fornecimento de medicamento hospitalar, insumos, material odontológico e material de laboratório, de forma parcelada, para atendimento da Rede Municipal de Saúde do município de São José dos Basílios- MA. ABERTURA: 18 de novembro de 2025 ÀS 09:00 horas. INFORMAÇÕES: O Edital e seus anexos encontram-se à disposição dos interessados na sala da Comissão de Contratação, na Praça do Mercado, s/n Centro - CEP: 65762-000 - São José dos Basílios (MA). pmsjbcp@outlook.com ou no endereço eletrônico <https://www.portaldecompraspublicas.com.br/> ou na página <https://www.saojosedosbasilios.ma.gov.br/transparencia>

São José dos Basílios - MA, 29 de outubro de 2025
FERNANDO DA SILVA SANTOS
Secretário Municipal de Saúde

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO VICENTE DE FÉRRER

AVISO DE LICITAÇÃO CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 10/2025

Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de Construção de uma Creche Pré-escola de Educação Infantil no município de São Vicente Ferrer/MA - FND - Creche Tipo 2, Termo de Compromisso FND 97936/2025 - Operação 1101423-48. Abertura: Data para cadastro de propostas a partir das 08:00 horas do dia 03/11/2025, Data para abertura de propostas e início dos lances a partir das 08:00 horas do dia 17/11/2025, horário de Brasília/DF, local <https://licitanet.com.br/>. Tipo de Licitação: Menor Preço. Obtenção e Consulta de Edital: O Edital e seus anexos estão à disposição dos interessados na Comissão de Licitação, no Prédio da Prefeitura de São Vicente, de 2ª a 6ª feira, no horário das 8:00 às 12:00h. O Edital poderá ser consultado gratuitamente no portal da transparência, ou no site do Licitanet, os esclarecimentos poderão ser realizados através do e-mail: cplsvfma@gmail.com

São Vicente Ferrer-MA, 29 de outubro de 2025.
ELIDIA MENDES SANTOS
Agente de Contratação



J. MARINHO RODRIGUES
CNPJ Nº 29.932.476/0001-42

PMSJP

FL.(S)
Nº 210
RUBRICA: 

| | |
|--|------------------------------|
| PROPOSTA DE PREÇOS READEQUADA | |
| Empresa: J. MARINHO RODRIGUES, inscrita no CNPJ nº 29.932.476/0001-42 | |
| Endereço: Rua Campos Sales, nº 12, Centro, São João do Paraíso – MA, CEP: 65.973-000 | |
| Representante Legal: JUVENAL MARINHO RODRIGUES | |
| RG Nº 225550520024 GEJUSPC MA | CPF Nº 607.626.623-60 |
| Prazo da Proposta: De acordo com o Edital | |
| Entrega: De acordo com o Edital. | |
| Condições Para Pagamento: De acordo com o Edital | |
| Dados Para Pagamento: | |
| Agência: 1816 | |
| Conta: 4856-9 | |
| Banco Bradesco | |
| Email: juvenalrodrigues15@gmail.com | |
| Telefone: (99) 98406-01228 | |


Objeto: Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa especializada na Prestação de Serviços de Confeção de Prótese Dentária, visando atender as necessidades dos programas de Saúde Bucal da Secretaria Municipal de Saúde do município de São João do Paraíso/MA.

| ITEM | DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS | QUANT. | UND | MARCA | VALOR UNIT. | VALOR TOTAL |
|--------------------------------|---|--------|-----|---------|-------------|-----------------------|
| 1 | PRÓTESE TOTAL MANDIBULAR PALATO INCOLOR. (COTA PRINCIPAL) | 188 | UND | SERVIÇO | R\$ 247,00 | R\$ 46.436,00 |
| 2 | PRÓTESE TOTAL MANDIBULAR PALATO INCOLOR. (COTA RESERVADA) | 62 | UND | SERVIÇO | R\$ 247,00 | R\$ 15.314,00 |
| 3 | PRÓTESE TOTAL MAXILAR. (COTA PRINCIPAL) | 188 | UND | SERVIÇO | R\$ 249,00 | R\$ 46.812,00 |
| 4 | PRÓTESE TOTAL MAXILAR. (COTA RESERVADA) | 62 | UND | SERVIÇO | R\$ 249,00 | R\$ 15.438,00 |
| 5 | PRÓTESE PARCIAL REMOVÍVEL MAXILAR COM ARTE METALICA DE CrCo. | 80 | UND | SERVIÇO | R\$ 241,00 | R\$ 19.280,00 |
| 6 | PRÓTESE PARCIAL REMOVÍVEL MANDIBULAR COM ARTE METALICA DE CrCo. | 80 | UND | SERVIÇO | R\$ 243,00 | R\$ 19.440,00 |
| VALOR TOTAL DA PROPOSTA | | | | | | R\$ 162.720,00 |

Valor global: R\$ 162.720,00 (Cento e sessenta e dois mil e setecentos e vinte reais).

Declaro para os devidos fins, que a proposta foi elaborada de forma independente, e nos preços ofertados estão incluídos todos os insumos que o compõem, tais como as despesas com impostos, taxas, frete, seguros e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento do objeto desta licitação.

São João do Paraíso, estado do Maranhão, 27 de novembro de 2025.

Documento assinado digitalmente
 JUVENAL MARINHO RODRIGUES
Data: 27/11/2025 15:59:09-0300
Verifique em <https://validar.jb.gov.br>

JUVENAL MARINHO RODRIGUES
CPF nº 607.626.623-60
RG nº 225550520024 GEJUSPC MA
Sócio-Administrador

Rua Campos Sales, nº 12, Centro, CEP: 65.973-000
São João do Paraíso – MA

FL.(S)
Nº 211
RUBRICA

| | | | |
|---|---|--|--------------------------------|
|  | | REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL | |
| CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA | | | |
| NÚMERO DE INSCRIÇÃO 29.932.476/0001-42 MATRIZ | COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL | | DATA DE ABERTURA 14/03/2018 |
| NOME EMPRESARIAL J. MARINHO RODRIGUES | | | |
| TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) CONSULTORIO ODONTOLOGICO DR J. MARINHO | | | PORTE ME |
| CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 86.30-5-04 - Atividade odontológica | | | |
| CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 32.50-7-06 - Serviços de prótese dentária | | | |
| CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 213-5 - Empresário (Individual) | | | |
| LOGRADOURO R CAMPOS SALES | NÚMERO 12 | COMPLEMENTO ***** | |
| CEP 65.973-000 | BAIRRO/DISTRITO CENTRO | MUNICÍPIO SAO JOAO DO PARAISO | UF MA |
| ENDEREÇO ELETRÔNICO PARAISO.CONTABILIDADE@OUTLOOK.COM | | TELEFONE (99) 8406-0128/ (99) 8122-4615 | |
| ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) ***** | | | |
| SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA | | DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 14/03/2018 | |
| MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL | | | |
| SITUAÇÃO ESPECIAL ***** | | DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL ***** | |

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia 10/11/2025 às 09:08:31 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA
ATIVA DA UNIÃO**

Nome: J. MARINHO RODRIGUES
CNPJ: 29.932.476/0001-42

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.

Emitida às 09:12:07 do dia 10/11/2025 <hora e data de Brasília>.

Válida até 09/05/2026.

Código de controle da certidão: **F9BC.76D6.C35B.C764**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO
CERTIDÃO ESTADUAL - PRIMEIRO GRAU
FALÊNCIA, CONCORDATA E RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Data emissão: 05/11/2025

Nº da certidão: 12503874932

Data de validade: 05/01/2026

Código de Validação: 30ed1f80a9

NOME: J MARINHO RODRIGUES

CNPJ: 29.932.476/0001-42

Os dados dos documentos constantes nessa certidão foram informados pelo solicitante, sua titularidade e autenticidade deverão ser conferidas pelo interessado, conforme o documento original (ex: CPF, Identidade, etc.)

Certifico que NADA CONSTA nos registros de distribuição do 1º GRAU DE JURISDIÇÃO do Poder Judiciário do Estado do Maranhão sobre ocorrência de ações de pedido de Falência, Concordata e Recuperação Judicial distribuída(s) que esteja(m) em tramitação em face da pessoa acima identificada.

A Certidão de Falência, Concordata e Recuperação Judicial contempla ações de Falência, Recuperação Judicial/Extrajudicial e Insolvência Civil.

Observações:

- a) Os dados do(a) solicitante acima informado são de sua responsabilidade, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e/ou destinatário;
- b) A validade desta certidão é de 60 (sessenta) dias a partir da data de sua emissão. Após essa data será necessária a emissão de uma nova certidão;
- c) Esta certidão é válida apenas para maiores de 18 anos;
- d) A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada na página do Tribunal de Justiça do Maranhão - www.tjma.jus.br - menu - Certidão Estadual, utilizando o código de validação acima identificado;
- e) Fonte da pesquisa: sistema PJE (1º grau);

Voltar

Imprimir

**Certificado de Regularidade
do FGTS - CRF**

Inscrição: 29.932.476/0001-42
Razão Social: J MARINHO RODRIGUES
Endereço: RUA CAMPOS SALES 12 / CENTRO / SAO JOAO DO PARAISO / MA / 65973-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 29/10/2025 a 27/11/2025

Certificação Número: 2025102904475021972323

Informação obtida em 06/11/2025 08:25:05

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br

Voltar

Imprimir

**Certificado de Regularidade
do FGTS - CRF**

Inscrição: 29.932.476/0001-42
Razão Social: J. MARINHO RODRIGUES
Endereço: RUA CAMPOS SALES 12 / CENTRO / SAO JOAO DO PARAISO / MA / 65973-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 17/11/2025 a 16/12/2025

Certificação Número: 2025111703225021972304

Informação obtida em 27/11/2025 16:36:56

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS MUNICIPAIS

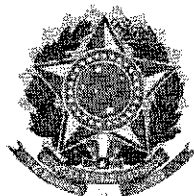
O Departamento de Arrecadação da Prefeitura Municipal de SÃO JOÃO DO PARAÍSO, a requerimento da pessoa interessada J MARINHO RODRIGUES, CERTIFICA para os fins que se fizerem necessários, que a pessoa jurídica/física a seguir referenciada não registra débitos para com os cofres públicos municipais até a presente data, ressalvando o direito da Fazenda Municipal de exigir o recolhimento de débitos, tributários ou não, constituído anteriormente a esta data mesmo durante a vigência desse prazo.

Cadastro: 000242 Matrícula: 1051
Contribuinte: J MARINHO RODRIGUES - CPF/CNPJ 29932476000142
Endereço: RUA CAMPOS, 12 Complemento:
Bairro: CENTRO CEP: 65973000
Cidade: SAO JOAO DO PARAISO UF: MA
DADOS ESPECÍFICOS DO CADASTRO

Data de Emissão: 11/11/2025 Valida Até: 09/02/2026

Código de Controle da certidão/Número:
E94F.D857.F8EE.43BC


João Belaguo Corqueira de Melo
Diretor de Tributos



TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO
CERTIDÃO NEGATIVA
DE
LICITANTES INIDÔNEOS

Nome completo: **J. MARINHO RODRIGUES**

CPF/CNPJ: **29.932.476/0001-42**

O Tribunal de Contas da União **CERTIFICA** que, na presente data, o (a) requerente acima identificado(a) **NÃO CONSTA** da relação de responsáveis inidôneos para participar de licitação na administração pública federal, por decisão deste Tribunal, nos termos do art. 46 da Lei nº 8.443/92 (Lei Orgânica do TCU).

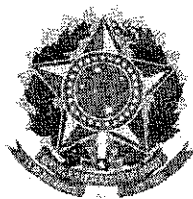
Não constam da relação consultada para emissão desta certidão os responsáveis ainda não notificados do teor dos acórdãos condenatórios, aqueles cujas condenações tenham tido seu prazo de vigência expirado, bem como aqueles cujas apreciações estejam suspensas em razão de interposição de recurso com efeito suspensivo ou de decisão judicial.

Certidão emitida às 09:40:45 do dia 10/11/2025, com validade de trinta dias a contar da emissão.

A veracidade das informações aqui prestadas podem ser confirmadas no sítio <https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=1660:5>

Código de controle da certidão: NATR101125094045

Atenção: qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

**TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO****CERTIDÃO NEGATIVA****DE****LICITANTES INIDÔNEOS**

(Válida somente com a apresentação do CPF)

Nome completo: **JUVENAL MARINHO RODRIGUES**

CPF/CNPJ: **607.626.623-60**

O Tribunal de Contas da União **CERTIFICA** que, na presente data, o (a) requerente acima identificado(a) **NÃO CONSTA** da relação de responsáveis inidôneos para participar de licitação na administração pública federal, por decisão deste Tribunal, nos termos do art. 46 da Lei nº 8.443/92 (Lei Orgânica do TCU).

Não constam da relação consultada para emissão desta certidão os responsáveis ainda não notificados do teor dos acórdãos condenatórios, aqueles cujas condenações tenham tido seu prazo de vigência expirado, bem como aqueles cujas apreciações estejam suspensas em razão de interposição de recurso com efeito suspensivo ou de decisão judicial.

Certidão emitida às 09:41:21 do dia 10/11/2025, com validade de trinta dias a contar da emissão.

A veracidade das informações aqui prestadas podem ser confirmadas no sítio <https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=1660;5>

Código de controle da certidão: E2T6101125094121

Atenção: qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



**TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO
CERTIDÃO NEGATIVA**

DE

INABILITADOS

(Válida somente com a apresentação do CPF)

Nome completo: **JUVENAL MARINHO RODRIGUES**

CPF: **607.626.623-60**

O Tribunal de Contas da União **CERTIFICA** que, na presente data, o(a) requerente acima identificado(a) **NÃO CONSTA** da relação de responsáveis com inabilitação para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança no âmbito da administração pública federal, em razão de decisão deste Tribunal, nos termos do art. 60 da Lei nº 8.443/92 (Lei Orgânica do TCU).

Não constam da relação consultada para emissão desta certidão os responsáveis ainda não notificados do teor dos acórdãos condenatórios, aqueles cujas condenações tenham tido seu prazo de vigência expirado, bem como aqueles cujas apreciações estejam suspensas em razão de interposição de recurso com efeito suspensivo ou de decisão judicial.

Certidão emitida às 09:42:28 do dia 10/11/2025, com validade de trinta dias a contar da emissão.

A veracidade das informações aqui prestadas podem ser confirmadas no sítio
<https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=1660:5>

Código de controle da certidão: CL1D101125094228

Atenção: qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

**TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO****CERTIDÃO NEGATIVA DE
CONTAS JULGADAS IRREGULARES**

Nome completo: **JUVENAL MARINHO RODRIGUES**
CPF/CNPJ: **607.626.623-60**

O Tribunal de Contas da União CERTIFICA, para os devidos fins e a pedido do interessado, que, na presente data, em consulta aos sistemas informatizados do TCU, considerados os julgados do Tribunal e o cadastro de responsáveis por contas julgadas irregulares, **NÃO CONSTA nenhuma CONTA JULGADA IRREGULAR** em nome do (a) requerente acima identificado(a).

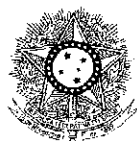
A consulta para emissão desta certidão considerou os processos nos quais o Tribunal se manifestou em decisão definitiva do Tribunal pelo julgamento de contas irregulares desde a data do respectivo acórdão condenatório. Foram excluídos os lançamentos relativos a processos em tramitação que ainda não foram objeto de deliberação deste Tribunal, os arquivados por decisão terminativa e aqueles cujas condenações foram tornadas insubsistentes por decisão judicial ou por decisão definitiva em recurso neste Tribunal, transitadas em julgado.

Certidão emitida às 09:45:51 do dia 10/11/2025, com validade de trinta dias a contar da emissão.

A veracidade das informações aqui prestadas podem ser confirmadas no sítio <http://contasirregulares.tcu.gov.br>, na opção "*Verificar certidão emitida*".

Código de controle da certidão: IRRQ101125094551

Atenção: qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

PMSJP

FL(S)
Nº 221
RUBRICA: *[Assinatura]*

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: J. MARINHO RODRIGUES (MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 29.932.476/0001-42

Certidão nº: 67055312/2025

Expedição: 06/11/2025, às 08:26:45

Validade: 05/05/2026 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que J. MARINHO RODRIGUES (MATRIZ E FILIAIS), inscrito(a) no CNPJ sob o nº 29.932.476/0001-42, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022. Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

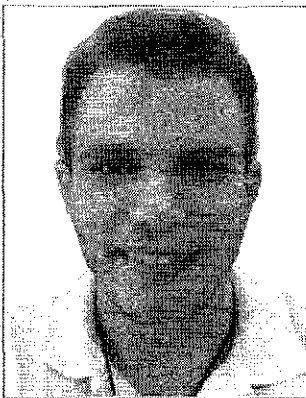
Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.

CFO_ID

CONSELHO FEDERAL DE ODONTOLOGIA



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
CONSELHO FEDERAL DE ODONTOLOGIA
CONSELHO REGIONAL DE ODONTOLOGIA / MA



Nº DA INSCRIÇÃO
MA-005341

CATEGORIA

CIRURGIÃO-DENTISTA

NOME

JUVENAL MARINHO RODRIGUES

CPF

607.626.623-60

Nº DOCUMENTO (RG/CNH)

022555052002-4-MA-15/07/2011

NASCIMENTO

01/02/1992

NACIONALIDADE

BRASILEIRA

NATURALIDADE

TOCATINOPOLIS/TO

VALIDADE

10/2026

DATA DE INSCRIÇÃO 12/01/2017

FILIAÇÃO

NILTON COELHO RODRIGUES

ELOINA BORGES MARINHO

ESPECIALIDADE

NÃO INFORMADO

HABILITAÇÃO

NÃO INFORMADO

cfo

Claudio Yukio Miyake
PRESIDENTE DO CFO

Joaquim Gonçalves Neto
PRESIDENTE DO CRO

VÁLIDA EM TODO TERRITÓRIO NACIONAL

Esta carteira tem fé pública como documento de identidade, nos termos do
artigo 1º da lei 6.206 de 07/05/1975, e da Lei nº 4.324 de 14/04/1964



A validade do documento poderá ser confirmada por meio do site da identidade profissional pertencente ao Conselho Federal de Odontologia. Dessa maneira, para validar leia o Qr code.

[Compartilhamento da identidade profissional feita em 11/11/2025 11:33:13]



PMSJP

FL.(S)
Nº 203
RUBRICA:

GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITO

Nº Certidão: 354877/25**Data da Certidão:** 12/11/2025 13:40:44

CPF/CNPJ 29932476000142 NÃO INSCRITO NO CADASTRO DE
CONTRIBUINTES DO ICMS DO ESTADO MARANHÃO.



Certificamos que, após a realização das consultas procedidas no sistema desta Secretaria, substanciado pelos artigos 240 a 242, da lei nº 7.799, de 19/12/2002 e disposto no artigo 205 da lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 (Código Tributário Nacional), não constam débitos relativos aos tributos estaduais, administrados por esta Secretaria, em nome do sujeito passivo acima identificado. Ressalvado, todavia, à Fazenda Pública Estadual o direito da cobrança de dívidas que venham a ser apuradas e não alcançadas pela decadência.

Validade da Certidão: 90 (noventa) dias: 10/02/2026.

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada no endereço:
<http://portal.sefaz.ma.gov.br/>, clicando no item "Certidões" e em seguida em "Validação de Certidão Negativa de Débito".

CERTIDÃO EMITIDA GRATUITAMENTE.**Data Impressão:** 12/11/2025 13:43:49



GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÍVIDA ATIVA

Nº Certidão: 106221/25

Data da Certidão: 12/11/2025 13:41:53

CPF/CNPJ CONSULTADO: 29932476000142

Certificamos que, após a realização das consultas procedidas no sistema desta Secretaria e na forma do disposto do artigo 156 da lei nº 2.231 de 29/12/1962, substanciado pelos, 240 a 242, da lei nº 7.799, de 19/12/2002, bem como prescreve no artigo 205 da lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 (Código Tributário Nacional), não constam débitos inscritos na Dívida Ativa, em nome do sujeito passivo acima identificado.

Validade da Certidão: 90 (noventa) dias: 10/02/2026.

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada no endereço:
<http://portal.sefaz.ma.gov.br/>, clicando no item "Certidões" e em seguida em "Validação de Certidão Negativa de Dívida Ativa".

CERTIDÃO EMITIDA GRATUITAMENTE.

PMSJP

FL(S)
Nº 225
RUBRICA:
[assinatura]

BALANÇO PATRIMONIAL ANALÍTICO - 2023

J. MARINHO RODRIGUES

CNPJ: 29.932.476/0001-42

RUA CAMPOS SALES, nº 12, CENTRO, São João do Paraíso - MA, Cep: 65973.000

Reg. Junta Comercial 21102202581 Data 14/03/2018.

A T I V O

| | | |
|-----------------------------|------------|-------------------|
| ATIVO CIRCULANTE | | 212.906,84 |
| DISPONIVEL | 97.550,17 | |
| CAIXA | | |
| Caixa | 30.715,00 | |
| BANCOS C/ MOVIMENTOS | | |
| Banco c/ Movimento | 35.896,47 | |
| CLIENTES | | |
| Contas a Receber | 30.938,70 | |
| ESTOQUE | 115.356,67 | |
| MERCADORIA P/VENDAS | | |
| Mercadorias Tributadas | 115.356,67 | |
| ATIVO NÃO CIRCULANTE | | 58.530,90 |
| MAQ. E EQUIPAMENTOS | | |
| Maq. e Equipamentos | - | |
| MÓVEIS E UTENSÍLIOS | 58.530,90 | |
| Móveis e Utensílios | 58.530,90 | |
| VEÍCULOS | | |
| TOTAL DO ATIVO..... | | 271.437,74 |

São João do Paraíso - MA, 31 de dezembro de 2023

J. MARINHO RODRIGUES
JUVENAL MARINHO RODRIGUES
CPF: 607.626.623-60

Raimundo Milhomem de Abreu Neto
CRC-MA 013755 / O - 5
CPF: 040.238.993-05

BALANÇO PATRIMONIAL ANALÍTICO - 2023

J. MARINHO RODRIGUES

CNPJ: 29.932.476/0001-42

RUA CAMPOS SALES, nº 12, CENTRO, São João do Paraíso - MA, Cep: 65973.000

Reg. Junta Comercial 21102202581 Data 14/03/2018.

P A S S I V O

| | | | |
|-------------------------------|------------|------------|-------------------|
| PASSIVO CIRCULANTE | | | 89.883,50 |
| EXIGIVEL | | 35.460,30 | |
| Fornecedores | 35.460,30 | | |
| OBRIGAÇÕES SOCIAIS E FISCAIS | | 54.423,20 | |
| OBRIGAÇÕES TRIBUTARIAS | | | |
| Impostos | 20.487,60 | | |
| OUTRAS OBRIGAÇÕES | | | |
| Duplicatas a Pagar | 33.935,60 | | |
| PATRIMONIO LIQUIDO | | | 181.554,24 |
| CAPITAL REALIZADO | | 10.000,00 | |
| Capital Social | 10.000,00 | | |
| LUCROS/PREJUÍZOS DO EXERCÍCIO | | 120.746,82 | |
| Lucros/Prejuizos do Exercício | 120.746,82 | | |
| LUCROS/PREJUÍZOS ACUMULADOS | | 50.807,42 | |
| Lucros/Prejuizos Acumulados | 50.807,42 | | |
| TOTAL DO PASSIVO..... | | | 271.437,74 |

Reconhecemos a exatidão do presente Balanço Patrimonial, realizado em 31 de dezembro de 2023, estando de acordo com a documentação enviada à contabilidade, somando tanto no ATIVO como no PASSIVO o valor de R\$ 271.437,74 (duzentos e setenta e um mil e quatrocentos e trinta e sete reais e setenta e quatro centavos).

J. MARINHO RODRIGUES
JUVENAL MARINHO RODRIGUES
CPF: 607.626.623-60

Raimundo Milhomem de Abreu Neto
CRC-MA 013755 / O - 5
CPF: 040.238.993-05

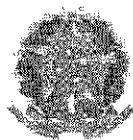
DRE - DEMONST. DO RESULTADO DO EXERCÍCIO EM 31/12/2023**J. MARINHO RODRIGUES****CNPJ: 29.932.476/0001-42****RUA CAMPOS SALES, nº 12, CENTRO, São João do Paraíso - MA, Cep: 65973.000****Reg. Junta Comercial 21102202581 Data 14/03/2018.**

| | | |
|---------------------------------|--------------|-------------------|
| RECEITAS | | 158.440,54 |
| RECEITA BRUTA DE VENDA | 350.460,90 | |
| Vendas de Mercadorias | 350.460,90 | |
| DEDUÇÕES DE VENDAS (-) | | |
| CUSTO DA RECEITA BRUTA | (170.992,71) | |
| Mercadorias (CMV) | (157.707,41) | |
| Frete e carretos | (13.285,30) | |
| IMPOSTOS INCID. S/VENDAS(-) | (21.027,65) | |
| Simplex (-) | (21.027,65) | |
| DESPESAS | | 24.158,86 |
| DESPESAS ADMINISTRATIVAS | 18.703,11 | |
| Despesas Administrativas | 4.569,90 | |
| Despesas com Pessoal | 10.654,30 | |
| Despesas Gerais | 3.478,91 | |
| DESPESAS FINANCEIRAS | 5.455,75 | |
| Juros Passivos | 3.468,18 | |
| Despesas Bancárias | 1.987,57 | |
| RESULTADO DO EXERCÍCIO | | 134.281,68 |

São João do Paraíso - MA, 31 de dezembro de 2023

J. MARINHO RODRIGUES
JUVENAL MARINHO RODRIGUES
CPF: 607.626.623-60

Raimundo Milhomem de Abreu Neto
CRC-MA 013755 / O - 5
CPF: 040.238.993-05



MINISTÉRIO DO EMPREENDEDORISMO, DA MICROEMPRESA E DA EMPRESA DE PEQUENO PORTE
Secretaria Nacional de Microempresa e Empresa de Pequeno Porte
Diretoria Nacional de Registro Empresarial e Integração

PMSJP

**DECLARAÇÃO DE ARQUIVAMENTO DE BALANÇO COMO DOCUMENTO DE INTERESSE
(ANTES DA APROVAÇÃO DAS CONTAS DO TITULAR/ADMINISTRADOR)**

FL. (S)
Nº 228
RUBRICA: *[assinatura]*

Pelo presente instrumento eletrônico, os abaixo qualificados:

I - **JUVENAL MARINHO RODRIGUES**, Brasileiro, Solteiro, Dentista, inscrito(a) no CPF sob o nº 607.626.623-60, representante legal da sociedade **J. MARINHO RODRIGUES**, inscrita no CNPJ sob o nº 29.932.476/0001-42, com sede na RUA CAMPOS SALES, nº 12, CENTRO, São João do Paraíso - MA, Cep: 65973.000, conforme poderes atribuídos pelo contrato ou requerimento de empresário;

II - **RAIMUNDO MILHOMEM DE ABREU NETO**, Brasileiro, Casado, Contador, inscrito(a) no CPF sob o nº 040.238.993-05 e no CRC sob o nº 013755/O-5 MA, contador(a) responsável pela elaboração e validação das demonstrações contábeis;

APRESENTAM a registro, como documento de interesse, da via única do Balanço Patrimonial ou Balanço de Resultado Econômico, referente ao período de 01/01/2023 a 31/12/2023, exercício de 2023; e

DECLARAM, sob as penas da lei, que:

1. As informações cadastrais constantes neste ato são verdadeiras e constarão do Balanço Patrimonial a ser formalmente aprovado, nos moldes da legislação vigente;
2. As informações poderão ser consultadas perante a Junta Comercial do MARANHÃO;
3. Foram observadas as disposições contidas no art. 10-B da Instrução Normativa DREI nº 81/2020 e no § 2º do art. 2º da Instrução Normativa DREI nº 82/2021;

Reconhecem que a falsidade de qualquer das informações declaradas poderá ensejar responsabilização civil, administrativa e penal dos signatários, nos termos da legislação vigente, incluindo os artigos 299 e 304 do Código Penal Brasileiro, além das sanções previstas nas normas societárias, contábeis e tributárias.

Esta declaração será assinada eletronicamente, com validade jurídica plena, por meio de qualquer plataforma de assinatura eletrônica legalmente reconhecida no Brasil, como o Portal Gov.br (contas com selo prata ou ouro, com validação garantida pelo governo federal), ou pelos portais de assinatura eletrônica das Autoridades Certificadoras (AR) credenciadas pela ICP-Brasil, utilizando certificados digitais emitidos conforme os requisitos legais, nos termos da Medida Provisória nº 2.200-2/2001, do Decreto nº 10.543/2020, da Lei nº 14.063/2020 e demais dispositivos aplicáveis.

E, por estarem de pleno acordo com as cláusulas acima, firmam eletronicamente a presente Declaração, para que produza todos os seus efeitos legais.

São João do Paraíso - MA 05/11/2025

JUVENAL MARINHO RODRIGUES
CPF sob o nº 607.626.623-60

Empresário

RAIMUNDO MILHOMEM DE ABREU NETO
CPF sob o nº 040.238.993-05

Contador



PMSJP

FL.(S)
Nº 229
RUBRICA:

ASSINATURA ELETRÔNICA

Certificamos que o ato da empresa J. MARINHO RODRIGUES consta assinado digitalmente por:

| IDENTIFICAÇÃO DO(S) ASSINANTE(S) | |
|----------------------------------|---------------------------------|
| CPF/CNPJ | Nome |
| 60762662360 | JUVENAL MARINHO RODRIGUES |
| 04023899305 | RAIMUNDO MILHOMEM DE ABREU NETO |

JUCEMA

CERTIFICO O REGISTRO EM 06/11/2025 10:46 SOB Nº 20251311767.
PROTOCOLO: 251311767 DE 06/11/2025.
CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 12517654580. CNPJ DA SEDE: 29932476000142.
NIRE: 21102202581. COM EFEITOS DO REGISTRO EM: 05/11/2025.
J. MARINHO RODRIGUES

CARLOS ANDRÉ DE MORAES PEREIRA
SECRETÁRIO-GERAL
www.empresafacil.ma.gov.br

A validade deste documento, se impresso, fica sujeito à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais, informando seus respectivos códigos de verificação.

**DEMONSTRACAO DA BOA SITUACAO ECONOMICO-FINANCEIRO COM
BASE NOS SEGUINTES PARAMENTOS EM 31/12/2023.**

Índice de Solvência Geral (ISG) = ATIVO TOTAL

PASSIVO CIRCULANTE + EXIGÍVEL A LONGO PRAZO

Índice de Solvência Geral (ISG) = 212.906,84 / 89.883,50 + 181.554,24 = 2,78

Índice de Liquidez Geral (ILG) = ATIVO CIRCULANTE + REALIZÁVEL A LONGO PRAZO

PASSIVO CIRCULANTE + EXIGÍVEL A LONGO PRAZO

Índice de Liquidez Geral (ILG) = 212.906,84 + 89.883,50 / 58.530,90 + 181.554,24 = 2,32

Índice de Liquidez Corrente (ILC) = ATIVO CIRCULANTE /

PASSIVO CIRCULANTE

Índice de Liquidez Corrente (ILC) = R\$ 212.906,84 / 89.883,50 = 2,37

O resultado do índice de liquidez Corrente em 31/12/2023 indica que a empresa possui uma capacidade extremamente alta de honrar todas as suas dívidas a curto prazo com seus ativos líquidos. O resultado demonstra que a entidade possui R\$ 242.232,27 em recursos para cada R\$ 1,00 em dividas a curto prazo.

Por ser a expressão da verdade, firmo a presente para os fins que se fizerem necessários.

SÃO JOAO DO PARAISO - MA, 10/NOVEMBRO/2025

RAIMUNDO
MILHOMEM DE ABREU
NETO:04023899305

Assinado de forma digital por
RAIMUNDO MILHOMEM DE
ABREU NETO:04023899305
Dados: 2025.11.14 16:04:43
-03'00'

RAIMUNDO MILHOMEM DE ABREU NETO
CRC/MA 013755-O/5
CPF: 040.238.993-05

BALANÇO PATRIMONIAL ANALÍTICO - 2024

J. MARINHO RODRIGUES

CNPJ: 29.932.476/0001-42

RUA CAMPOS SALES , nº 12, CENTRO, São João do Paraíso - MA, Cep: 65973.000

Reg. Junta Comercial 21102202581 Data 14/03/2018.

A T I V O

| | | |
|-----------------------------|------------|-------------------|
| ATIVO CIRCULANTE | | 212.906,84 |
| DISPONIVEL | 97.550,17 | |
| CAIXA | | |
| Caixa | 30.715,00 | |
| BANCOS C/ MOVIMENTOS | | |
| Banco c/ Movimento | 35.896,47 | |
| CLIENTES | | |
| Contas a Receber | 30.938,70 | |
| ESTOQUE | 115.356,67 | |
| MERCADORIA P/VENDAS | | |
| Mercadorias Tributadas | 115.356,67 | |
| ATIVO NÃO CIRCULANTE | | 88.530,90 |
| MAQ. E EQUIPAMENTOS | - | |
| Maq. e Equipamentos | - | |
| MÓVEIS E UTENSÍLIOS | 88.530,90 | |
| Móveis e Utensílios | 88.530,90 | |
| VEÍCULOS | - | |
| TOTAL DO ATIVO..... | | 301.437,74 |

São João do Paraíso - MA, 31 de dezembro de 2024

J. MARINHO RODRIGUES
JUVENAL MARINHO RODRIGUES
CPF: 607.626.623-60

Raimundo Milhomem de Abreu Neto
CRC-MA 013755 / O - 5
CPF: 040.238.993-05

PMSJP

FL(S)
Nº 231
RUBRICA
[Assinatura]

BALANÇO PATRIMONIAL ANALÍTICO - 2024

J. MARINHO RODRIGUES

CNPJ: 29.932.476/0001-42

RUA CAMPOS SALES, nº 12, CENTRO, São João do Paraíso - MA, Cep: 65973.000

Reg. Junta Comercial 21102202581 Data 14/03/2018.

P A S S I V O

| | | |
|-------------------------------|------------|-------------------|
| PASSIVO CIRCULANTE | | 89.883,50 |
| EXIGIVEL | | 35.460,30 |
| Fornecedores | 35.460,30 | |
| OBRIGAÇÕES SOCIAIS E FISCAIS | | 54.423,20 |
| OBRIGAÇÕES TRIBUTARIAS | | |
| Impostos | 20.487,60 | |
| OUTRAS OBRIGAÇÕES | | |
| Duplicatas a Pagar | 33.935,60 | |
| PATRIMONIO LIQUIDO | | 211.554,24 |
| CAPITAL REALIZADO | | 10.000,00 |
| Capital Social | 10.000,00 | |
| LUCROS/PREJUÍZOS DO EXERCÍCIO | | 120.746,82 |
| Lucros/Prejuizos do Exercício | 120.746,82 | |
| LUCROS/PREJUÍZOS ACUMULADOS | | 80.807,42 |
| Lucros/Prejuizos Acumulados | 80.807,42 | |
| TOTAL DO PASSIVO..... | | 301.437,74 |

Reconhecemos a exatidão do presente Balanço Patrimonial, realizado em 31 de dezembro de 2024, estando de acordo com a documentação enviada à contabilidade, somando tanto no ATIVO como no PASSIVO o valor de R\$ 301.437,74 (trezentos e um mil e quatrocentos e trinta e sete reais e setenta e quatro centavos).

J. MARINHO RODRIGUES
 JUVENAL MARINHO RODRIGUES
 CPF: 607.626.623-60

Raimundo Milhomem de Abreu Neto
 CRC-MA 013755 / O - 5
 CPF: 040.238.993-05

PMSJF

 FL.(S)
 Nº 232
 RUBRICA:

DRE - DEMONST. DO RESULTADO DO EXERCÍCIO EM 31/12/2024

J. MARINHO RODRIGUES

CNPJ: 29.932.476/0001-42

RUA CAMPOS SALES, nº 12, CENTRO, São João do Paraíso - MA, Cep: 65973.000

Reg. Junta Comercial 21102202581 Data 14/03/2018.

PMSJ

FL.(S)
Nº 233
RUBRICA:

| | | |
|-------------------------------|--------------|-------------------|
| RECEITAS | | 158.440,54 |
| RECEITA BRUTA DE VENDA | 350.460,90 | |
| Vendas de Mercadorias | 350.460,90 | |
| DEDUÇÕES DE VENDAS (-) | | |
| CUSTO DA RECEITA BRUTA | (170.992,71) | |
| Mercadorias (CMV) | (157.707,41) | |
| Frete e carretos | (13.285,30) | |
| IMPOSTOS INCID. S/VENDAS(-) | (21.027,65) | |
| Simplex (-) | (21.027,65) | |
| DESPESAS | | 24.158,86 |
| DESPESAS ADMINISTRATIVAS | 18.703,11 | |
| Despesas Administrativas | 4.569,90 | |
| Despesas com Pessoal | 10.654,30 | |
| Despesas Gerais | 3.478,91 | |
| DESPESAS FINANCEIRAS | 5.455,75 | |
| Juros Passivos | 3.468,18 | |
| Despesas Bancárias | 1.987,57 | |
| RESULTADO DO EXERCÍCIO | | 134.281,68 |

São João do Paraíso - MA, 31 de dezembro de 2024

J. MARINHO RODRIGUES
JUVENAL MARINHO RODRIGUES
CPF: 607.626.623-60

Raimundo Milhomem de Abreu Neto
CRC-MA 013755 / O - 5
CPF: 040.238.993-05



PMSJP

**DECLARAÇÃO DE ARQUIVAMENTO DE BALANÇO COMO DOCUMENTO DE INTERESSE
(ANTES DA APROVAÇÃO DAS CONTAS DO TITULAR/ADMINISTRADOR)**

FL.(S)
Nº 234
RUBRICA: [assinatura]

Pelo presente instrumento eletrônico, os abaixo qualificados:

I - JUVENAL MARINHO RODRIGUES, Brasileiro, Solteiro, Dentista, inscrito(a) no CPF sob o nº 607.626.623-60, representante legal da sociedade **J. MARINHO RODRIGUES**, inscrita no CNPJ sob o nº 29.932.476/0001-42, com sede na RUA CAMPOS SALES, nº 12, CENTRO, São João do Paraíso - MA, Cep: 65973.000, conforme poderes atribuídos pelo contrato ou requerimento de empresário;

II- RAIMUNDO MILHOMEM DE ABREU NETO, Brasileiro, Casado, Contador, inscrito(a) no CPF sob o nº 040.238.993-05 e no CRC sob o nº 013755/O-5 MA, contador(a) responsável pela elaboração e validação das demonstrações contábeis;

APRESENTAM a registro, como documento de interesse, da via única do Balanço Patrimonial ou Balanço de Resultado Econômico, referente ao período de 01/01/2024 a 31/12/2024, exercício de 2024 ; e

DECLARAM, sob as penas da lei, que:

1. As informações cadastrais constantes neste ato são verdadeiras e constarão do Balanço Patrimonial a ser formalmente aprovado, nos moldes da legislação vigente;
2. As informações poderão ser consultadas perante a Junta Comercial do MARANHÃO ;
3. Foram observadas as disposições contidas no art. 10-B da Instrução Normativa DREI nº 81/2020 e no § 2º do art. 2º da Instrução Normativa DREI nº 82/2021;

Reconhecem que a falsidade de qualquer das informações declaradas poderá ensejar responsabilização civil, administrativa e penal dos signatários, nos termos da legislação vigente, incluindo os artigos 299 e 304 do Código Penal Brasileiro, além das sanções previstas nas normas societárias, contábeis e tributárias.

Esta declaração será assinada eletronicamente, com **validade jurídica plena**, por meio de qualquer plataforma de assinatura eletrônica **legalmente reconhecida no Brasil**, como o **Portal Gov.br** (contas com **selo prata ou ouro**, com validação garantida pelo governo federal), ou pelos **portais de assinatura eletrônica das Autoridades Certificadoras (AR) credenciadas pela ICP-Brasil**, utilizando certificados digitais emitidos conforme os requisitos legais, nos termos da **Medida Provisória nº 2.200-2/2001**, do **Decreto nº 10.543/2020**, da **Lei nº 14.063/2020** e demais dispositivos aplicáveis.

E, por estarem de pleno acordo com as cláusulas acima, firmam eletronicamente a presente Declaração, para que produza todos os seus efeitos legais.

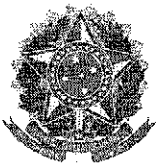
São João do Paraíso - MA 05/11/2025

JUVENAL MARINHO RODRIGUES
CPF sob o nº 607.626.623-60

Empresário

RAIMUNDO MILHOMEM DE ABREU NETO
CPF sob o nº 040.238.993-05

Contador



PMSJP

ASSINATURA ELETRÔNICA

FL.(S)
Nº 235
RUBRICA:

Certificamos que o ato da empresa J. MARINHO RODRIGUES consta assinado digitalmente por:

| IDENTIFICAÇÃO DO(S) ASSINANTE(S) | |
|----------------------------------|---------------------------------|
| CPF/CNPJ | Nome |
| 60762662360 | JUVENAL MARINHO RODRIGUES |
| 04023899305 | RAIMUNDO MILHOMEM DE ABREU NETO |

CERTIFICO O REGISTRO EM 05/11/2025 16:51 SOB Nº 20251310418.
PROTOCOLO: 251310418 DE 05/11/2025.
CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 12517621135. CNPJ DA SEDE: 29932476000142.
NIRE: 21102202581. COM EFEITOS DO REGISTRO EM: 05/11/2025.
J. MARINHO RODRIGUES

JUCEMA

CARLOS ANDRÉ DE MORAES PEREIRA
SECRETÁRIO-GERAL
www.empresafacil.ma.gov.br

A validade deste documento, se impresso, fica sujeito à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais, informando seus respectivos códigos de verificação.

**DEMONSTRACAO DA BOA SITUACAO ECONOMICO-FINANCEIRO COM
BASE NOS SEGUINTES PARAMENTOS EM 31/12/2024.**

Índice de Solvência Geral (ISG) = ATIVO TOTAL

PASSIVO CIRCULANTE + EXIGÍVEL A LONGO PRAZO

Índice de Solvência Geral (ISG) = 212.906,84 / 89.883,50 + 211.554,54 = 1,70

Índice de Liquidez Geral (ILG) = ATIVO CIRCULANTE + REALIZÁVEL A LONGO PRAZO

PASSIVO CIRCULANTE + EXIGÍVEL A LONGO PRAZO

Índice de Liquidez Geral (ILG) = 212.906,84 + 88.530,90 / 89.883,50 + 211.554,24 = 2,87

Índice de Liquidez Corrente (ILC) = ATIVO CIRCULANTE /

PASSIVO CIRCULANTE

Índice de Liquidez Corrente (ILC) = R\$ 212.906,84 / 89.883,50 = 2,37

O resultado do índice de liquidez Corrente em 31/12/2024 indica que a empresa possui uma capacidade extremamente alta de honrar todas as suas dívidas a curto prazo com seus ativos líquidos. O resultado demonstra que a entidade possui R\$ 302.790,34 em recursos para cada R\$ 1,00 em dividas a curto prazo.

Por ser a expressão da verdade, firmo a presente para os fins que se fizerem necessários.

SÃO JOAO DO PARAISO - MA, 10/NOVEMBRO/2025

RAIMUNDO
MILHOMEM DE ABREU
NETO:04023899305

Assinado de forma digital por
RAIMUNDO MILHOMEM DE
ABREU NETO:04023899305
Dados: 2025.11.14 16:04:12
-03'00'

RAIMUNDO MILHOMEM DE ABREU NETO
CRC/MA 013755-O/5
CPF: 040.238.993-05

**J. MARINHO RODRIGUES**

J. MARINHO RODRIGUES, inscrita no CNPJ sob o nº 29.932.476/0001-42, com sede na RUA CAMPOS SALES, nº 12, CENTRO, São João do Paraíso - MA, Cep: 65973.000.

DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO AOS ÍNDICES ECONÔMICO-FINANCEIROS

Eu, **RAIMUNDO MILHOMEM DE ABREU NETO**, inscrito no CPF sob o nº **040.238.993-05**, Profissional da Contabilidade **CONTADOR** legalmente habilitado junto ao Conselho Regional de Contabilidade do Maranhão, sob o nº **CRC/MA 013755/O-5**, DECLARO, na qualidade de profissional habilitado e responsável pelas informações contábeis, que a empresa J. MARINHO RODRIGUES, inscrita no CNPJ sob o nº 29.932.476/0001-42, com sede na RUA CAMPOS SALES, nº 12, CENTRO, São João do Paraíso - MA, Cep: 65973.000, **atende aos índices econômico-financeiros exigidos em processos licitatórios**, conforme demonstrações contábeis do exercício encerrado em **31/12/2023**, apresentando os seguintes resultados:

Maiores que 1 (um) abaixo citados:

- **Índice de Liquidez Geral (LG) R\$ 2,78**
- **Índice de Solvência Geral (SG) R\$ 2,32**
- **Índice de Liquidez Corrente (LC) R\$ 2,37**

Os índices foram apurados com base nas demonstrações contábeis da empresa, elaboradas de acordo com os Princípios e Normas Brasileiras de Contabilidade, e encontram-se em conformidade com os parâmetros geralmente exigidos em certames licitatórios públicos, conforme previsto na **Lei nº 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos)**. Declaro, ainda, que esta declaração poderá ser utilizada pela empresa em **múltiplos processos licitatórios**, durante o período de validade das demonstrações contábeis referidas.

Por ser a expressão da verdade, firmo a presente para os fins que se fizerem necessários.

SÃO JOAO DO PARAISO - MA, 10/NOVEMBRO/2025

RAIMUNDO

MILHOMEM DE ABREU

NETO:04023899305

Assinado de forma digital por RAIMUNDO
MILHOMEM DE ABREU NETO:04023899305
Dados: 2025.11.17 11:40:50 -03'00'

RAIMUNDO MILHOMEM DE ABREU NETO

CRC/MA 013755-O/5

CPF: 040.238.993-05

**J. MARINHO RODRIGUES**

J. MARINHO RODRIGUES, inscrita no CNPJ sob o nº 29.932.476/0001-42, com sede na RUA CAMPOS SALES, nº 12, CENTRO, São João do Paraíso - MA, Cep: 65973.000.

DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO AOS ÍNDICES ECONÔMICO-FINANCEIROS

Eu, **RAIMUNDO MILHOMEM DE ABREU NETO**, inscrito no CPF sob o nº **040.238.993-05**, Profissional da Contabilidade **CONTADOR** legalmente habilitado junto ao Conselho Regional de Contabilidade do Maranhão, sob o nº **CRC/MA 013755/O-5**, DECLARO, na qualidade de profissional habilitado e responsável pelas informações contábeis, que a empresa **J. MARINHO RODRIGUES**, inscrita no CNPJ sob o nº 29.932.476/0001-42, com sede na RUA CAMPOS SALES, nº 12, CENTRO, São João do Paraíso - MA, Cep: 65973.000, **atende aos índices econômico-financeiros exigidos em processos licitatórios**, conforme demonstrações contábeis do exercício encerrado em **31/12/2024**, apresentando os seguintes resultados:

Maiores que 1 (um) abaixo citados:

- **Índice de Liquidez Geral (LG) R\$ 1,70**
- **Índice de Solvência Geral (SG) R\$ 2,87**
- **Índice de Liquidez Corrente (LC) R\$ 2,37**

Os índices foram apurados com base nas demonstrações contábeis da empresa, elaboradas de acordo com os Princípios e Normas Brasileiras de Contabilidade, e encontram-se em conformidade com os parâmetros geralmente exigidos em certames licitatórios públicos, conforme previsto na **Lei nº 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos)**. Declaro, ainda, que esta declaração poderá ser utilizada pela empresa em **múltiplos processos licitatórios**, durante o período de validade das demonstrações contábeis referidas.

Por ser a expressão da verdade, firmo a presente para os fins que se fizerem necessários.

SÃO JOÃO DO PARAÍSO - MA, 10/NOVEMBRO/2025

RAIMUNDO
MILHOMEM DE ABREU
NETO: 04023899305

Assinado de forma digital por
RAIMUNDO MILHOMEM DE ABREU
NE IC: 04023899305
Dados: 2025.11.17 11:40:17 -03'00'

RAIMUNDO MILHOMEM DE ABREU NETO

CRC/MA 013755-O/5

CPF: 040.238.993-05



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO PARAÍSO

Secretaria de Administração e Finanças

CNPJ: 01597629000123

AV MARCOS SILVA, Nº 150 - CENTRO



ALVARÁ DE LICENÇA E FUNCIONAMENTO

PMSJP

Nº do Cadastro

000242

Nº do Alvará

209/2025

Validade

31/12/2025

FL(S)

Nº 239

RUBRICA: 10/11/25

Contribuinte

Nome: J MARINHO RODRIGUES

CPF/CNPJ: 29932476000142

RG/Insc 1051

Endereço

Logradouro: RUA CAMPOS

Número: 12

Complemento:

CEP: 65973000

Bairro: CENTRO

Cidade: SAO JOAO DO PARAISO

Estado: MA

Atividade Principal

Atividade odontológica com recursos para realização de procedimentos cirúrgicos

Horário de Funcionamento

Meio de Semana

Das: 0 Até: 0

Sábado

Das: 0 Até: 0

Domingo

Das: 0 Até: 0

Feriado

Das: 0 Até: 0

Observações

Validador

25CE571231D1C2D6

Data de Emissão

17/11/2025

Estabelecimento autorizado a exercer a atividade
supra por período, a critério da Administração
Pública

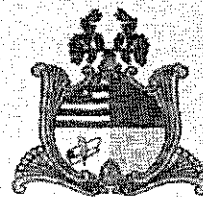
Divisão de Tributação

João Beloque Cerqueira de Melo
Diretor de Tributos

João Beloque C. Melo

Portaria 079/2025

AFIXAR EM LOCAL VISÍVEL NO ESTABELECIMENTO



PMSJP

FL.(S)

Nº 240

RUBRICA:

Paul

ALVARÁ DE AUTORIZAÇÃO SANITÁRIA

Nº 035

A VIGILÂNCIA SANITÁRIA, de conformidade com o artigo 069 da Lei Complementar Nº 039/98, concede ALVARÁ DE AUTORIZAÇÃO SANITÁRIA para o exercício de

| | | |
|---|--------------------|---------|
| RAZÃO SOCIAL: | | |
| J. MARINHO RODRIGUES | | |
| NOME FANTASIA: | | |
| CONSULTÓRIO ODONTOLÓGICO DR. J. MARINHO | | |
| CNPJ: | INSC. EST: | |
| 28.932.476-00011-42 | 29.932.476/0001-42 | |
| ATIVIDADE AUTORIZADA: | | |
| SERVIÇOS DE PROTESE DENTÁRIA | | |
| ENDEREÇO: | Nº | BAIRRO: |
| RUA CAMPOS | 32 | CENTRO |
| RESP. TÉCNICO/REP. LEGAL: | CR O | Nº |
| JUVENAL MARINHO RODRIGUES | MA | 5341 |

São João do Paraíso, 17 de novembro de 2025
(Local)

Juvenal Gomes Pereira
Diretor da Vigilância Sanitária

Edson Francisco
Secretário Municipal de Saúde

ATENÇÃO

- 1 - O presente alvará deverá ser fixado em local visível ao público;
- 2 - Este documento poderá ser cassado a qualquer momento em constatado irregularidades no estabelecimento.



PMSJP

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

FL.(S)
Nº 241
RUBRICA: [assinatura]

A Empresa G F dos Santos Proteses, inscrita no CNPJ 35.131.330/0001-09, com sede na Rua Barbosa, na cidade de Imperatriz - MA neste ato representada pelo Sr. Gaubi Formiga dos Santos, portadora do CPF n.º 030.232.833-54 e R.G. n.º 197296920027, **ATESTAMOS**, para os devidos fins, que a empresa J. Marinho Rodrigues, inscrita no CNPJ sob o nº 29.932.476/0001-42, estabelecida na rua campos sales, n12, na cidade de São João do Paraíso, detém qualificação técnica para o fornecimento de prótese dentária.

Registramos que a empresa entregou os produtos de maneira satisfatória, cumprindo com todas as suas responsabilidades. Tecnicamente atestamos ainda que os serviços descritos dos fornecimentos se encontram concluídos e atendem às especificações e exigências conforme a tabela anexada a este ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA.

Imperatriz – MA, 14 de novembro de 2025.

gaubi

Documento assinado digitalmente
GAUBI FORMIGA DOS SANTOS
Data: 17/11/2025 08:37:26 -0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

GAUBI FORMIGA DOS SANTOS

CPF N° 030.232.833-54

RG N° 197296920027

Técnico em Prótese Dentária

TPD-MA 195



Anexo I – Itens Fornecidos

PMSJP

FL.(S)
Nº 242
RUBRICA:
[Handwritten signature]

| ITEM | DESCRIÇÃO | UND | QUANTIDADE |
|------|---------------------------|-----|------------|
| 1 | Prótese Total | UND | 75 |
| 2 | Prótese Parcial | UND | 33 |
| 3 | Prótese Parcial Removível | UND | 25 |



ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

A empresa **R. VITAL MENDES SERVICOS LTDA**, inscrita no CNPJ 29.984.008/0001-11, com sede na Rua Piauí, nº 735, Centro, CEP:65901-600, na cidade de Imperatriz - MA, neste ato representada pelo Sr. **RAURICIO VITAL MENDES**, portador do CPF nº 033.353.523-51 e R.G. nº 027055022004-2, **ATESTAMOS**, para os devidos fins, que a empresa **J. MARINHO RODRIGUES**, inscrita no CNPJ sob o nº 29.932.476/0001-42, estabelecida na Rua Campos Sales, nº 12, na cidade de São João do Paraíso - MA, detém qualificação técnica para o fornecimento de prótese dentária.

Registramos que a empresa entregou os produtos de maneira satisfatória, cumprindo com todas as suas responsabilidades. Tecnicamente atestamos ainda que os serviços descritos dos fornecimentos se encontram concluídos e atendem às especificações e exigências conforme a tabela anexada a este **ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA**.

Imperatriz – MA, 13 de novembro de 2025.



Documento assinado digitalmente

RAURICIO VITAL MENDES

Data: 15/11/2025 10:09:18 -0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

RAURICIO VITAL MENDES

CPF Nº 033.353.523-51

RG Nº 027055022004-2

Cargo Cirurgião Dentista

CRO MA- 005340





VITTAL
ODONTO

PMSJP

FL.(S)
Nº 244
RUBRICA:

ANEXO I – ITENS FORNECIDOS

| ITEM | DESCRIÇÃO | UND | QUANTIDADE |
|------|---------------------------|-----|------------|
| 1 | Prótese total | UND | 98 |
| 2 | Prótese parcial | UND | 60 |
| 3 | Prótese Parcial Removível | UND | 70 |
| | | | |





FL.(S)
Nº 245
RUBRICA:
[Handwritten Signature]

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DO MARANHÃO
CERTIDÃO DE HABILITAÇÃO PROFISSIONAL

O CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DO MARANHÃO certifica que o(a) profissional identificado(a) no presente documento encontra-se habilitado para o exercício da profissão contábil.

IDENTIFICAÇÃO DO REGISTRO

NOME..... : RAIMUNDO MILHOMEM DE ABREU NETO
REGISTRO..... : MA-013755/O-5
CATEGORIA..... : CONTADOR
CPF..... : ***.238.993-**






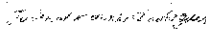
A falsificação deste documento constitui-se em crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o autor à respectiva ação penal.

Emissão: MARANHÃO, 17/11/2025 as 10:59:44.

Válido até: 15/02/2026.

Código de Controle: 4011016.

Para verificar a autenticidade deste documento consulte o site do CRCMA.

| | | |
|--|--|--|
|  REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO | |  |
| NOME: JUREVAL MARINHO RODRIGUES | | |
|  | DOC. IDENTIDADE/ORG. EMISSORAUF: 22550520003 GENÉRIO JAA | |
| | CPF: 697.806.627-60 | DATA NASCIMENTO: 01/02/1992 |
| | FILIAÇÃO: NILSON COELHO RODRIGUES | |
| | CÔNJUGA BORGES MARENHO | |
| PERMISSÃO:  | | ACC:  |
| CAT. HAB: AB | | |
| Nº REGISTRO: 98.05757-0 | VALIDADE: 06/05/2021 | 1ª HABILITAÇÃO: 17/05/2012 |
| OBSERVAÇÕES: | | |
| ASSINATURA DO PORTADOR:  | | |
| LOCAL: SAO MIG, MA | DATA EMISSÃO: 10/05/2021 | |
| ASSINADO DIGITALMENTE DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO | | |
| MARANHÃO | | |
| DENATRAN | | CONTRAN |

QR-CODE



FL(S)

Nº 246

Documento assinado com certificado digital em conformidade com a Medida Provisória nº 2200-2/2001. Sua validade poderá ser confirmada por meio do programa Assinador Serpro.

As orientações para instalar o Assinador Serpro e realizar a validação do documento digital estão disponíveis em:
<https://www.serpro.gov.br/assinador-digital>.

SERPRO / SENATRAN



TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

PMSJP

FL. (S)

Nº 243

RUBRICA: 

Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica

Este relatório tem por objetivo apresentar os resultados consolidados de consultas eletrônicas realizadas diretamente nos bancos de dados dos respectivos cadastros. A responsabilidade pela veracidade do resultado da consulta é do Órgão gestor de cada cadastro consultado. A informação relativa à razão social da Pessoa Jurídica é extraída do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, mantido pela Receita Federal do Brasil.

Consulta realizada em: 10/11/2025 09:44:43

Informações da Pessoa Jurídica:

Razão Social: **J. MARINHO RODRIGUES**
CNPJ: **29.932.476/0001-42**

Resultados da Consulta Eletrônica:

Órgão Gestor: **TCU**
Cadastro: **Licitantes Inidôneos**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique [AQUI](#).

Órgão Gestor: **CNJ**
Cadastro: **CNIA - Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique [AQUI](#).

Órgão Gestor: **Portal da Transparência**
Cadastro: **Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique [AQUI](#).

Órgão Gestor: **Portal da Transparência**
Cadastro: **CNEP - Cadastro Nacional de Empresas Punidas**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique [AQUI](#).

Obs: A consulta consolidada de pessoa jurídica visa atender aos princípios de simplificação e racionalização de serviços públicos digitais. Fundamento legal: Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014, Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017, Lei nº 13.726, de 8 de outubro de 2018, Decreto nº 8.638 de 15, de janeiro de 2016.

J. MARINHO RODRIGUES
CNPJ Nº 29.932.476/0001-42

FL.(S)
Nº 248 --
RUBRICA: 

DECLARAÇÃO CONJUNTA

A empresa **J. MARINHO RODRIGUES**, inscrita no CNPJ nº 29.932.476/0001-42, sediada na **RUA CAMPOS SALES, Nº 12, CENTRO, SÃO JOÃO DO PARAISO – MA, CEP: 65.973-000**. Telefone: (99) 98406-01228, Email: JUVENALRODRIGUES15@GMAIL.COM, neste ato representado pelo Senhor **JUVENAL MARINHO RODRIGUES**.

PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 017/2025

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2025.09.16.0016-PMSJP

Objeto: Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa especializada na Prestação de Serviços de Confecção de Prótese Dentária, visando atender as necessidades dos programas de Saúde Bucal da Secretaria Municipal de Saúde do município de São João do Paraíso/MA.

DECLARA expressamente que se sujeita às condições estabelecidas no edital acima citado e que acatará integralmente qualquer decisão que venha a ser tomada pelo órgão licitante quanto à qualificação apenas das proponentes que tenham atendido às condições estabelecidas no edital e que demonstrem integral capacidade de executar o fornecimento do bem previsto;

DECLARA, ainda, para todos os fins de direito, a inexistência de fatos supervenientes impeditivos da habilitação ou que comprometa a idoneidade da proponente;

DECLARA expressamente que até a presente data, inexistem fatos supervenientes impeditivos para sua habilitação no presente Pregão Eletrônico nº 017/2025, estando ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

DECLARA para fins do disposto no inc. vi do art. nº 68 da lei nº 14.133/2021, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos; ressalva que emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz;

DECLARA expressamente que se enquadra como Micro- empresa ou Pequena Empresa, conforme Lei Complementar nº 123/2006;

DECLARA que atendem aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei;

DECLARA que compre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, quando cabíveis;

DECLARA que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

DECLARA que assume a responsabilidade pelas transações que forem efetuadas no sistema, assumindo como firmes e verdadeiras;

DECLARA que a proposta econômica compreenderá a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal de 1988, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data da sua entrega em definitivo;

J. MARINHO RODRIGUES
CNPJ Nº 29.932.476/0001-42

FL.(S)

Nº 249

RUBRICA:

DECLARA que a proposta apresentada para participar do **Pregão Eletrônico nº. 017/2025**, foi elaborada de maneira independente (pelo licitante), e o conteúdo da proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato do **Pregão Eletrônico nº 017/2025**, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;

DECLARA que está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la;

DECLARA não ter recebido do município de São João do Paraíso – MA ou de qualquer outra entidade da administração direta ou indireta, em âmbito federal, estadual e municipal, suspensão temporária de participação em licitação e ou impedimento de contratar com a administração, assim como não ter recebido declaração de inidoneidade para licitar e ou contratar com a administração federal, estadual e municipal;

DECLARA que está em conformidade com a lei nº 14.133/2021, que cumpre todos os requisitos para habilitação para este certame licitatório no município de São João do Paraíso – MA, Pregão Eletrônico nº 017/2025.

DECLARA que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;

DECLARA que atesta o atendimento à política pública ambiental de licitação sustentável, em especial que se responsabiliza integralmente com a logística reversa dos produtos, embalagens e serviços pós- consumo no limite da proporção que fornecerem ao poder público, assumindo a responsabilidade pela destinação final, ambientalmente adequada.

São João do Paraíso, estado do Maranhão, 12 de novembro de 2025.

**JUVENAL
MARINHO
RODRIGUES**

Assinado de forma
digital por JUVENAL
MARINHO RODRIGUES
Dados: 2025.11.12
17:26:13 -03'00'

JUVENAL MARINHO RODRIGUES
CPF nº 607.626.623-60
RG nº 225550520024 GEJUSPC MA
Sócio Administrador



Secretaria da Micro e Pequena Empresa
Secretaria da Racionalização e Simplificação
Departamento de Registro Empresarial e Integração

REQUERIMENTO DE EMPRESÁRIO

FL.(S)
Nº 250
RUBRICA: *[assinatura]*
Folhas 1/1

| | | | |
|---|---|---|--|
| NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO DO REGISTRO DE EMPRESA - NIRE (DA SEDE) | | NIRE DA FILIAL (preencher somente se não referente a filial) | |
| XXX | | XXX | |
| NOME DO EMPRESÁRIO (completo, sem abreviaturas) | | | |
| JUVENAL MARINHO RODRIGUES | | | |
| NACIONALIDADE | | ESTADO CIVIL | |
| BRASILEIRA | | SOLTEIRO(A) | |
| SEXO | REGIME DE BENS (se casado) | | |
| Masculino | XXX | | |
| FILHO DE (pai) | (mãe) | | |
| NILTON COELHO RODRIGUES | ELOINA BORGES MARINHO | | |
| NASCIDO EM (data de nascimento) | IDENTIDADE (número) | Órgão emissor | UF |
| 01/02/1992 | 0225550520024 | GETUSPC | MA |
| CPF (número) | | | |
| 607.626.623-60 | | | |
| EMANCIPADO POR (forma de emancipação - somente no caso de menor) | | | |
| XXX | | | |
| DOMICILIADO NA (LOGRADOURO - rua, av, etc) | | | NÚMERO |
| RUA CAMPOS SALES | | | 12 |
| COMPLEMENTO | BAIRRO/DISTRITO | CEP | CODIGO DO MUNICÍPIO (Use da Junta Comercial) |
| XXX | CENTRO | 65973-000 | 002581 - São João do Paraíso |
| MUNICÍPIO | | | UF |
| São João do Paraíso | | | MA |
| declara, sob as penas da lei, não estar impedido de exercer atividade empresária, que não possui outro registro de empresário e requer: | | | |
| A JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO MARANHÃO | | A JUNTA COMERCIAL DO | |
| CÓDIGO E DESCRIÇÃO DO ATO | | CÓDIGO E DESCRIÇÃO DO ATO | |
| 080 - INSCRIÇÃO | | | |
| CÓDIGO E DESCRIÇÃO DO EVENTO | | CÓDIGO E DESCRIÇÃO DO EVENTO | |
| 080 - INSCRIÇÃO, 315 - ENQUADRAMENTO DE MICROEMPRESA | | | |
| NOME EMPRESARIAL | | | ENQUADRAMENTO |
| J. MARINHO RODRIGUES | | | ME (Microempresa) |
| LOGRADOURO (rua, av, etc) | | | NÚMERO |
| RUA CAMPOS SALES | | | 12 |
| COMPLEMENTO | BAIRRO/DISTRITO | CEP | CODIGO DO MUNICÍPIO (Use da Junta Comercial) |
| XXX | CENTRO | 65973-000 | 002581 - São João do Paraíso |
| MUNICÍPIO | UF | PAIS | CORREIO ELETRÔNICO (E-MAIL) |
| São João do Paraíso | MA | BRASIL | JUVENALRODRIGUES15@GMAIL.COM |
| VALOR DO CAPITAL - R\$ | VALOR DO CAPITAL - (por extenso) | | |
| 10.000,00 | dez mil reais | | |
| CODIGO DE ATIVIDADE ECONÔMICA (CNAE Fiscal) | Descrição do Objeto | | |
| Atividade Principal 8630504 | 8630-5/04 - Atividade odontológica; 3250-7/06 - Serviços de prótese dentária. | | |
| Atividade Secundária 3250706 | | | |
| DATA DE INÍCIO DAS ATIVIDADES | NÚMERO DE INSCRIÇÃO NO CNPJ | TRANSFERÊNCIA DE SEDE OU DE FILIAL DE OUTRA UF NIRE ANTERIOR | UF |
| 02/03/2018 | XXX | | |
| DATA ASSINATURA | ASSINATURA DO EMPRESÁRIO | USO DA JUNTA COMERCIAL | |
| 02/03/2018 | <i>Juvenal Marinho Rodrigues</i> | DEPENDÊNCIA DE AUTORIZAÇÃO GOVERNAMENTAL <input type="checkbox"/> 1 - SIM <input checked="" type="checkbox"/> 2 - NÃO | |
| PARA USO EXCLUSIVO DA JUNTA COMERCIAL | | | |
| DEFERIDO. PUBLIQUE-SE E ARQUIVE-SE | | AUTENTICAÇÃO | |
| | | | |
| | | MA2180001534466 | |

PARA USO EXCLUSIVO DA JUNTA COMERCIAL

* Este documento foi gerado no portal Empresa Fácil

JUCEMA

CERTIFICO O REGISTRO EM 14/03/2018 12:16 SOB Nº 21102202581.
PROTOCOLO: 180250698 DE 14/03/2018. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
11800903329. NIRE: 21102202581.
J. MARINHO RODRIGUES

Lilian Theresa Rodrigues Mendonça
SECRETARIA-GERAL
SÃO LUÍS, 14/03/2018
www.empresafacil.ma.gov.br

A validade deste documento, se impresso, fica sujeito à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais.
Informando seus respectivos códigos de verificação

ATESTADO DE CAPACIDADE DE TÉCNICA

A Empresa, FERRAIS GESTÃO E CONSULTORIA LTDA, inscrita no CNPJ 53.736.868/0001-10, com sede na Rua São Bento, nº 12, na cidade de Imperatriz - MA, neste ato representada pelo Sr. Thiago Sirqueira Dodo Gomes, portador do CPF nº 964.981.373-04 e R.G. nº 0165957020011, **ATESTAMOS**, para os devidos fins, que a empresa J. Marinho Rodrigues, inscrita no CNPJ sob o nº 29.932.476/0001-42, estabelecida na Rua Campos Sales, nº 12, na cidade de São João do Paraíso, detém qualificação técnica para o fornecimento de prótese dentária.

Registramos que a empresa entregou os produtos de maneira satisfatória, cumprindo com todas as suas responsabilidades. Tecnicamente atestamos ainda que os serviços descritos dos fornecimentos se encontram concluídos e atendem às especificações e exigências conforme a tabela anexada a este **ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA**.

Imperatriz – MA, 14 de novembro de 2025.

Documento assinado digitalmente
THIAGO SIQUEIRA DODO FERRAIS GOMES
Data: 14/11/2025 20:56:35-0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

THIAGO SIRQUEIRA DODO GOMES

CPF Nº 964.981.373-04

RG Nº 0165957020011

Cargo Cirurgião Dentista

CRO- MA 005382

ANEXO I – ITENS FORNECIDOS

| ITEM | DESCRIÇÃO | UND | QUANTIDADE |
|------|---------------------------|-----|------------|
| 1 | Prótese Total | UND | 56 |
| 2 | Prótese Parcial | UND | 30 |
| 3 | Prótese Parcial Removível | UND | 72 |



PMSJP

AVISO DE REABERTURA DE SESSÃO

FL.(S)
Nº 253
RUBRICA:

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 17/2025

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2025.09.16.0016-PMSJP

A Prefeitura Municipal de São João do Paraíso comunica a todos os interessados a **REABERTURA DA SESSÃO** referente ao **Pregão Eletrônico nº 17/2025**, cujo objeto é **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONFECÇÃO DE PRÓTESE DENTÁRIA, VISANDO ATENDER AS NECESSIDADES DOS PROGRAMAS DE SAÚDE BUCAL DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO/MA.**

A sessão de reabertura será realizada através do Portal Compras Publicas, pelo endereço eletrônico www.licitanet.com.br no dia **16/12/2025** às **10:30**, com a finalidade exclusiva de apresentar o resultado e respostas dos Recursos apresentados pelas empresas.

Permanecem válidas todas as demais condições e prazos anteriormente estabelecidos no edital e demais instrumentos que regem o certame.

São João do Paraíso - MA, 12 de dezembro de 2025.

Ilton Rodrigues de Sousa
Pregoeiro Municipal

PRIMEIRO TERMO ADITIVO DE AMPLIAÇÃO DE METAS

PROCESSO Nº: 070/2024

CONTRATO ORIGINAL Nº: 251/2024 - PMSJP

CONVÊNIO Nº: 955353/2023

PMSJP

FL.(S)

Nº 254

RUBRICA: [Assinatura]

Pelo presente instrumento particular, de um lado, o(a) **MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO/MA**, por intermédio da **SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA**, com sede na Avenida do Comércio, nº 150, Centro, São Joao do Paraíso, Maranhão, Brasil, inscrita no CNPJ sob o nº 01.597.629/0001-23, neste ato representada pelo **Secretário Municipal de Governo e Planejamento, Sr. Zaqueu da Silva Castro**, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoas Físicas sob o nº. 328.889.293-68,, doravante denominada **CONTRATANTE**;

E, de outro lado, a empresa **ALVORADA CONSTRUIR LTDA** inscrita no CNPJ/MF sob nº 05.703.869/0001-16 com sede na R Ceara, 65, Vila Mariana, Ribamar Fiquene, Maranhão, neste ato representada pelo **Sr. REINALDO GOMES DA SILVA**, CPF nº 505.086.953-68, portador da Cédula de Identidade RG nº. 155357620006 expedida pela GEJUSPMA, doravante denominada **CONTRATADA**;

Resolvem as partes, de comum acordo, e com fundamento no Contrato nº 251/2024, no Convênio nº 955353/2023, e no Ofício nº 111/2025 inserido no Transferegov, celebrado em decorrência do Processo Licitatório Nº 007/2024 (Concorrência Eletrônica), aditar o referido Contrato, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente Termo Aditivo tem por objeto alterar e ampliar a meta estabelecida no Plano de Trabalho que integra o Contrato nº 251/2024, em consonância com a solicitação apresentada pelo(a) **CONVENIENTE** no Ofício nº 111/2025, devidamente protocolado e aprovado no sistema Transferegov.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

O presente aditamento é fundamentado no(a) Art. 125, II da Lei nº 14.133/21, que permite acréscimos quantitativos necessários à adequação técnica do objeto, e na manifestação técnica e jurídica constante no Processo Administrativo nº 070/2024.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA ALTERAÇÃO DA META DO PLANO DE TRABALHO

Em decorrência da ampliação de meta solicitada pelo **CONVENIENTE** e aprovada no âmbito do Convênio nº 955353/2023, o item 1 da Cláusula Segunda e/ou do Cronograma Físico Financeiro do Contrato Principal passa a vigorar com a seguinte alteração:

| ESPECIFICAÇÕES E ITENS DO CONTRATO (AMPLIAÇÃO DE METAS) | | | | | | |
|---|--|----------|----------|--------|---------------|---------------|
| Item | Descrição | Marca | Unidade | Quant. | Valor Unit. | Valor Total |
| 1 | IMPLANTAÇÃO DE BUEIROS DE CONCRETO ARMADO CONFORME PROJETO COMPLEMENTAR DE AMPLIAÇÃO METAS | SERVIÇOS | SERVIÇOS | 1 | R\$ 26.683,22 | R\$ 26.683,22 |

Parágrafo Primeiro: O valor global do Contrato nº 251/2024, em decorrência desta ampliação de meta, passa a ser de R\$ 725.683,22 (setecentos e vinte e cinco mil, seiscentos e oitenta e três reais e vinte e dois centavos).

Parágrafo Segundo: O cronograma de execução do objeto contratual será ajustado para contemplar a ampliação da meta, conforme detalhado no Cronograma Físico Financeiro.

CLÁUSULA QUARTA - DA RATIFICAÇÃO

Permanecem inalteradas e ratificadas todas as demais cláusulas e condições do Contrato nº 251/2024 e seus anexos, não modificadas expressamente por este Termo Aditivo.

Por estarem justas e contratadas, assinam o presente Termo Aditivo em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que produza seus devidos e legais efeitos.

São João do Paraíso/MA, 12 de dezembro de 2025.

PELA CONTRATANTE:

ZAQUEU DA SILVA CASTRO

Secretário Municipal de Governo e Planejamento
Prefeitura de São João do Paraíso- MA

Publicado por: ILTON RODRIGUES DE SOUSA
Código Identificador: 7859d5a14a32fb35095fa7000e1788bd

AVISO DE REABERTURA DE SESSÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 17/2025

AVISO DE REABERTURA DE SESSÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 17/2025
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2025.09.16.0016-PMSJP
A Prefeitura Municipal de São João do Paraíso comunica a todos os

interessados a **REABERTURA DA SESSÃO** referente ao **Pregão Eletrônico nº 17/2025**, cujo objeto é **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONFEÇÃO DE PRÓTESE DENTÁRIA, VISANDO ATENDER AS NECESSIDADES DOS PROGRAMAS DE SAÚDE BUCAL DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO/MA.**
A sessão de reabertura será realizada através do Portal Compras





Publicas, pelo endereço eletrônico www.licitanet.com.br no dia **16/12/2025 às 10:30, com a finalidade exclusiva de apresentar o resultado e respostas dos Recursos apresentados pelas empresas.**

Permanecem válidas todas as demais condições e prazos anteriormente estabelecidos no edital e demais instrumentos que regem o certame.

São João do Paraíso - MA, 12 de dezembro de 2025.

Ilton Rodrigues de Sousa
Pregoeiro Municipal

Publicado por: ILTON RODRIGUES DE SOUSA
Código identificador: 7d66b15db1530ae188952aeb999fa95b

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DOS PATOS

DECRETO Nº 30/2025 - GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 30/2025 - GABINETE DO PREFEITO

"DISPÕE SOBRE A IMPLEMENTAÇÃO DO COMPONENTE CURRICULAR COMPUTAÇÃO NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE SÃO JOÃO DOS PATOS-MA, DE FORMA CURRICULAR, TRANSVERSAL E INTERDISCIPLINAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Prefeito do Município São João dos Patos, Estado do Maranhão, **ALEXANDRE MAGNO PEREIRA GOMES**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município;

CONSIDERANDO O disposto na Base Nacional Comum Curricular (BNCC);

CONSIDERANDO O Parecer CNE/CEB nº 2, de 31 de maio de 2022, aprovado em 20 de outubro de 2022, que orienta a inclusão da Computação nos currículos da Educação Básica;

CONSIDERANDO O documento Computação na BNCC - Complemento ao Documento Base, elaborado pelo MEC e CIEB (Centro de Inovação para a Educação Brasileira);

CONSIDERANDO a Lei nº 14.533, de 11 de janeiro de 2023, que instituiu a Política Nacional de Educação Digital e altera as Leis nºs 9.393, de 20 de dezembro de 1996 (LDB), 9.448, de 14 de março de 1997, 10.260, de 12 de julho de 2021, e 10.753, de 30 de outubro de 2003.

CONSIDERANDO A necessidade de promover a formação integral dos estudantes, considerando as competências gerais da BNCC e o desenvolvimento das competências digitais e computacionais;

CONSIDERANDO A importância da Computação como linguagem do século XXI e como ferramenta para o pensamento crítico, criativo e solução de problemas;

DECRETA:

Art. 1º - Fica instituída, no âmbito da Rede Municipal de Ensino de São João dos Patos-MA, a implementação do Componente Curricular Computação, de forma Curricular, Transversal e Interdisciplinar, na Educação Infantil, nos Anos Iniciais e Anos Finais do Ensino Fundamental parcial, integral e suas modalidades.

Art. 2º - O componente Computação será desenvolvido inicialmente, ano de 2026, por meio de Componente Curricular e/ou projetos interdisciplinares, integrando saberes de diferentes áreas do conhecimento e promovendo o uso pedagógico das tecnologias digitais e o desenvolvimento dos eixos: Pensamento Computacional, do Mundo Digital e da Cultura Digital.

Art. 3º - A Secretaria Municipal de Educação ficará responsável por:

I - Elaborar diretrizes pedagógicas e metodológicas para a implementação do componente, com base nas orientações do Parecer CNE/CEB nº 2/2022 e no documento complementar à BNCC;

II - Promover a formação continuada de professores, gestores e coordenadores pedagógicos para atuação com os conteúdos e metodologias da Computação;

III - Selecionar, produzir e/ou adaptar materiais didáticos, recursos digitais e tecnológicos que apoiem a prática pedagógica;

IV - Acompanhar e avaliar a implementação do componente nas escolas

da rede municipal de ensino;

V- Aquisição de materiais pedagógicos, recursos digitais e equipamentos tecnológicos e de inovação para desenvolvimento dos conteúdos curriculares e implementação da BNCC computação.

Art. 4º - As unidades escolares deverão prever, em seus Projetos Político-Pedagógicos (PPP), a inserção do componente Computação aderindo ao Projeto de Rede elaborado pela Secretaria Municipal de Educação como parte das práticas curriculares interdisciplinares, articulando-o com os demais componentes da BNCC.

Art. 5º O componente Computação tem como objetivos:

I - Desenvolver o pensamento computacional, por meio do raciocínio lógico e da construção de soluções para os mais diversos problemas por meio da descrição de processos, organização e sistematização de informações, entre outros.

II - Verificar as diferentes características das tecnologias de informação e comunicação, identificando como funcionam, principais aspectos, bem como reconhecendo os diferentes usos no dia a dia das pessoas dentro e fora da escola.

III - Desenvolver projetos, baseados em problemas, desafios e oportunidades que façam sentido ao contexto ou interesse do estudante, de maneira individual e/ou cooperativa, fazendo uso da Computação e suas tecnologias, utilizando conceitos, técnicas e ferramentas computacionais que possibilitem automatizar processos em diversas áreas do conhecimento com base em princípios éticos, democráticos, sustentáveis e solidários, valorizando a diversidade de indivíduos e de grupos sociais, de maneira inclusiva.

Art. 6º As ações previstas neste Decreto serão implementadas de forma progressiva, pela Secretaria Municipal de Educação e concordância e aprovação do Conselho Municipal de Educação, conforme cronograma definido pelo Grupo de Trabalho de implementação da BNCC Computação, instituído por meio de Portaria da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 7º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

Gabinete do Prefeito Municipal de São João dos Patos, Estado do Maranhão, aos 12 dias do mês de dezembro de 2025.

ALEXANDRE MAGNO PEREIRA GOMES
Prefeito de São João dos Patos - MA

FL(S)
Nº 255 - 4
RUBRICA:

Publicado por: LOURDES KARYLLA MENDES CAVALCANTE
Código identificador: 30ea40cfa6a039e9256ca388f9532af3

DECRETO Nº 31/2025 - GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 31/2025 - GABINETE DO PREFEITO

"Institui a Política Municipal pela Recomposição das Aprendizagens no âmbito do município de São João dos Patos - MA."

O Prefeito do Município São João dos Patos, Estado do Maranhão, **ALEXANDRE MAGNO PEREIRA GOMES**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município;

CONSIDERANDO o Plano Municipal de Educação, aprovado pela Lei 477/2015 de 23 de junho de 2015 e,

CONSIDERANDO O Decreto Nº 12.391, de 28 de fevereiro de 2025, que Instituiu o Pacto Nacional pela Recomposição das Aprendizagens.

DECRETA:

CAPITULO I

DISPOSICÓES GERAIS

Art. 1º Fica instituída a Política Municipal pela Recomposição das Aprendizagens no âmbito do município de São João dos Patos-MA, por meio do Programa de Recomposição das Aprendizagens MENTORIA com foco em estratégias, e ações para a recuperação e recomposição das aprendizagens, enfrentamento da evasão e do abandono nas escolas da Rede Pública Municipal e ampliação da jornada do estudante em atividades de contraturno, política municipal de fomento à Educação em Tempo Integral na Rede Municipal de Ensino de São João dos Patos-





À PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO-MA

PMSJP

Pregão Eletrônico no 17/2025

FL.(S)
Nº 2256
RUBRICA:

Processo Administrativo nº 2025.09.16.0016-PMSJP

DO OBJETO

“Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONFEÇÃO DE PRÓTESE DENTÁRIA, VISANDO ATENDER AS NECESSIDADES DOS PROGRAMAS DE SAÚDE BUCAL DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO/MA.”

A recorrente, **LABORATORIO DE PROTESE DENTARIA SOLUÇÃO – LTDA, CNPJ: 36.271.505/0001-38**, já devidamente qualificada, ora recorrente, vêm carear o recurso administrativo, em face da recorrida, **J. MARINHO RODRIGUES -29.932.476/0001-42**, devido a sua CLASSIFICAÇÃO/HABILITAÇÃO ao arrepio do edital, em tela.

I PRELIMINARMENTE

O prezo, iniciou-se, no dia 28/11/2025, sexta-feira, para findar no dia 03/12/2025; pois nos dias 29/11 e 30/11; foi final de semana; ou seja não é dia útil, assim, quarta-feira dia 03/12/2025; prazo fim, pois o dia interpela o homem.

II – DOS FATOS E DO DIREITO

A recorrida, deverá ser DESCLASSIFICADA, pois não apresentou os requisitos erigados, pelo edital, para a apresentação, da proposta comercial válida, tais como MARCA e FABRICANTE dos insumos; e nem a validade da proposta, senão vejamos;

5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.1.1. VALOR UNITÁRIO E TOTAL DO ITEM;


5.1.2. Marca e Modelo;



5.1.3. Fabricante;

FL.(S)

Nº 234

RUBRICA: 

5.6.1. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

No MODELO DO ANEXO V proposta de preços, requer a apresentação, de três informações cruciais, tais como condição de pagamento, validade da proposta e prazo de entrega, mas na proposta da recorrida, não foi informado.

E mais a recorrida, não efetivou a apresentação dos CADASTROS DAS INSCRIÇÕES DOS CONTRIBUINTE ESTADUAL E MUNICIPAL, requerido, pelo item 8.2.5 e 8.2.6, do edital, senão vejamos;

8.2.5. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes ESTADUAL/DISTRITAL relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.2.6. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes MUNICIPAL/DISTRITAL relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

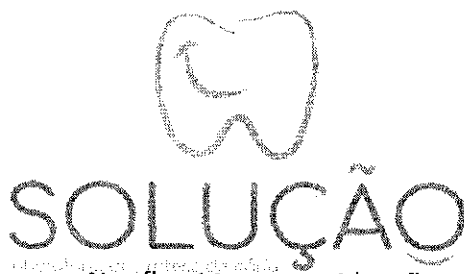
Ademais, somente o fornecedor, que irá usufruir dos benefícios da LC/123 e é MICROEMPREENDEDOR, poderá/será facultado o não envio das inscrições ESTADUAL e MUNICIPAL, senão vejamos, do item 8.2.10, do edital;

8.2.10. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

E como a recorrida, não se enquadra como MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL, deveria ter apresentado as inscrições Estadual e Municipal.

E mais o próprio item 5.7, já faz referência a possível conduta dolosa/prevaricação, que deverá ser apurada pelo Tribunal de Contas, senão vejamos;

5.7. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.



PMSJP

FL(S)

Nº 258

RUBRICA:

Nas fls., 14, a recorrida, não possui o requerido, pelo item 8.3.3, o qual seja índice superiores a 1, fato é que no nos índices referentes aos Balanços de 2023 e 2024, nas DEMONSTRAÇÕES DE CALCULO, a recorrida, não efetivou a sua postagem, senão vejamos;

8.3.3. Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

LC = ATIVO CIRCULANTE__

PASSIVO CIRCULANTE

Abaixo vislumbra-se a demonstração dos índices da recorrida, e não se vislumbra o índice superior a 1 (um) para LC= ATIVO CIRCULANTE/PASSIVO CIRCULANTE, senão vejamos;

**DEMONSTRACAO DA BOA SITUACAO ECONOMICO-FINANCEIRO COM
BASE NOS SEGUINTES PARAMENTOS EM 31/12/2024.**

Índice de Solvência Geral (ISG) = ATIVO TOTAL

PASSIVO CIRCULANTE + EXIGÍVEL A LONGO PRAZO

Índice de Solvência Geral (ISG) = 212.906,84 / 89.883,50 + 211.554,54 = 1,70

Índice de Liquidez Geral (ILG) = ATIVO CIRCULANTE + REALIZÁVEL A LONGO PRAZO

PASSIVO CIRCULANTE + EXIGÍVEL A LONGO PRAZO

Índice de Liquidez Geral (ILG) = 212.906,84 + 88.530,90 / 89.883,50 + 211.554,24 = 2,87

Índice de Liquidez Corrente (ILC) = ATIVO CIRCULANTE /

PASSIVO CIRCULANTE

Índice de Liquidez Corrente (ILC) = R\$ 212.906,84 / 89.883,50 = 2,37



62 98214-3954



timotheo.viana@gmail.com



Rua Domingos Alves de Castro, nº 453, Qd. 23, Lt. 06,
Casa 01, Setor Rio Formoso, Goiânia - GO



SC
Sociedade Civil

**DEMONSTRACAO DA BOA SITUAACAO ECONOMICO-FINANCEIRO COM
BASE NOS SEGUINTE PARAMENTOS EM 31/12/2023.**

Índice de Solvência Geral (ISG) = ATIVO TOTAL

PASSIVO CIRCULANTE + EXIGÍVEL A LONGO PRAZO

Índice de Solvência Geral (ISG) = 212.906,84 / 89.883,50 + 181.554,24 = 2,78

PMSJP

FL.(S)

Nº 259

RUBRICA:

Índice de Liquidez Geral (ILG) = ATIVO CIRCULANTE + REALIZÁVEL A LONGO PRAZO

PASSIVO CIRCULANTE + EXIGÍVEL A LONGO PRAZO

Índice de Liquidez Geral (ILG) = 212.906,84 + 89.883,50 / 58.530,90 + 181.554,24 = 2,32

Índice de Liquidez Corrente (ILC) = ATIVO CIRCULANTE /

PASSIVO CIRCULANTE

Índice de Liquidez Corrente (ILC) = R\$ 212.906,84 / 89.883,50 = 2,37

Ademais a recorrida, JAMAIS poderá confeccionar próteses dentárias, pois não possui ALVARÁ DE FUNCIONAMENTO válido, pois o apresentado, é somente para a ATIVIDADE ODONTOLÓGICA, o que não serve para a confecção de próteses dentárias, que é a sua atividade secundária, senão vejamos;

ALVARÁ DE LICENÇA E FUNCIONAMENTO

| | | |
|---|---------------------|---------------|
| Nº do Cadastro | Nº do Alvará | Validade |
| 000242 | 209/2025 | 31/12/2025 |
| Contribuinte | | |
| Nome: | J MARINHO RODRIGUES | |
| CPF/CNPJ: | 29932476000142 | |
| RG/Insc | 1051 | |
| Endereço | | |
| Logradouro: | RUA CAMPOS | Número: 12 |
| Complemento: | | CEP: 65973000 |
| Bairro: | CENTRO | |
| Cidade: | SAO JOAO DO PARAISO | Estado: MA |
| Atividade Principal | | |
| Atividade odontológica com recursos para realização de procedimentos cirúrgicos | | |
| Horário de Funcionamento | | |
| Segunda-Feira | Terça-Feira | Quarta-Feira |



62 98214-3954



timotheo.viano@gmail.com



Rua Domingos Alves de Castro, nº 453, Qd. 23, Lt. 06,
Casa 01, Setor Rio Formoso, Goiânia - GO

Ou seja o ALVARÁ DE FUNCIONAMENTO apresentado é inválido e não dá o condão para a recorrida, confeccionar próteses.

10/11/2025, 09:08

aboutblank

| REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL | | |
|---|---|--------------------------------|
| CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA | | |
| NÚMERO DE INSCRIÇÃO 29.932.476/0001-42 MATRIZ | COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL | DATA DE ABERTURA 14/03/2018 |
| NOME EMPRESARIAL J. MARINHO RODRIGUES | | |
| TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) CONSULTÓRIO ODONTOLÓGICO DR. J. MARINHO | | PORTE ME |
| CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 86.30-5-04 - Atividade odontológica | | |
| CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 32.50-7-00 - Serviços de prótese dentária | | |
| CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 213-5 - Empresário (individual) | | |
| LOCAÇÃO R. CAMPOS SALES | NÚMERO 12 | COMPLEMENTO [vazio] |

E para corroborar os preceitos erigidos em epígrafe, trazemos abaixo o print do IBGE, onde efetiva a normatização dos CNAES, e se vislumbra, que ATIVIDADE AODONTOLÓGICA, jamais poderá confeccionar próteses, senão vejamos;

classificação

CNAE-Subclasses 2.3

Hierarquia

Seção: ☒ SAÚDE HUMANA: SERVIÇOS SOCIAIS

Divisão: ☒ 86 ATIVIDADES DE ATENÇÃO À SAÚDE HUMANA

Grupo: ☒ 86.3 Atividades de atenção ambulatorial exercidas por médicos e odontólogos

Classe: ☒ 86.30-5 Atividades de atenção ambulatorial exercidas por médicos e odontólogos

Subclasses: ☒ 86.30-5/04 Atividade odontológica

Notas Explicativas:

Esta subclasse compreende:

- as atividades de consultoria e tratamento odontológico, de qualquer tipo, prestadas a pacientes em clínicas e consultórios odontológicos, em hospitais, em campos de empresas, bem como, no domicílio do paciente;

Esta subclasse compreende também:

- as atividades de unidades móveis fixas ou equipadas de consultório odontológico;

- as atividades de unidades móveis fixas ou equipadas de consultório odontológico;

Esta subclasse não compreende:

- os laboratórios de prótese dentária (32.50-7/00)

Abaixo, vislumbra-se o ALVARÁ SANITÁRIO, que autoriza a confecção de próteses dentárias, ao arrepio da Lei, o qual seja o IBGE; senão vejamos;

ALVARÁ DE AUTORIZAÇÃO SANITÁRIA

Nº 035

A VIGILÂNCIA SANITÁRIA, de conformidade com o artigo 069 da Lei Complementar Nº 039/98, concede ALVARÁ DE AUTORIZAÇÃO SANITÁRIA para o exercício de:

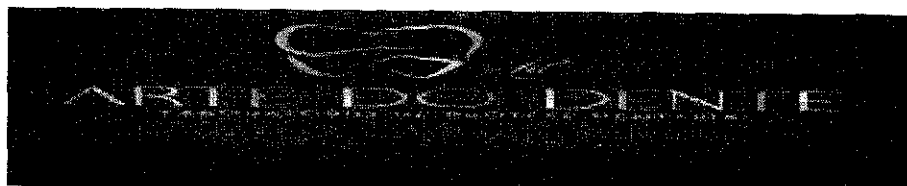
| | |
|-------------------------------------|--------------------|
| RAZÃO SOCIAL: | |
| J. MARINHO RODRIGUES | |
| NOME FANTASIA: | |
| CONSULTÓRIO DENTÁRIO DR. J. MARINHO | |
| CNPJ: | INSC. EST.: |
| 28.932.476/0001-42 | 29.932.476/0001-42 |
| ATIVIDADE AUTORIZADA: | |
| SERVIÇOS DE PRÓTESE DENTÁRIA | |
| ENDEREÇO: | |
| RUA CAMPOS 12 CENTRO | |
| RESP. TÉCNICO/REP. LEGAL: | CR O N° |
| JUVENAL MARINHO RODRIGUES | MA 5341 |

Agora passemos a análise dos atestados de capacidade técnica apresentados, que não possuem o requisito, pelo item, 8.4.1; o qual seja o quantitativo e o qualitativo, senão vejamos;

8.4. Qualificação Técnica

8.4.1. Comprovação de aptidão para o fornecimento e confecção de próteses similares, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior ao objeto desta contratação, ou ao item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, quando aplicável.

E mais os ATESTADOS apresentados, são idênticos, na sua formação; daí roga-se seja apresentada as NOTAS FISCAIS, dos ATESTADOS apresentados;




ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

A Empresa G F dos Santos Proteses, inscrita no CNPJ 35.131.330/0001-09, com sede na Rua Barbosa, na cidade de Imperatriz - MA neste ato representada pelo Sr. Gaubi Formiga dos Santos, portadora do CPF n.º 030.232.833-54 e R.G. n.º 197296920027, **ATESTAMOS**, para os devidos fins, que a empresa J. Marinho Rodrigues, inscrita no CNPJ sob o n.º 29.932.476/0001-42, estabelecida na rua campos sales, n12, na cidade de São João do Paraíso, detém qualificação técnica para o fornecimento de prótese dentária.

Registramos que a empresa entregou os produtos de maneira satisfatória, cumprindo com todas as suas responsabilidades. Tecnicamente atestamos ainda que os serviços descritos dos fornecimentos se encontram concluídos e atendem às especificações e exigências conforme a tabela anexada a este ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA.

Imperatriz - MA, 14 de novembro de 2025.

 Documento Assinado Eletronicamente
GAUBI FORMIGA DOS SANTOS
CPF: 030.232.833-54
RG: 197296920027

GAUBI FORMIGA DOS SANTOS
CPF Nº 030.232.833-54
RG Nº 197296920027
Técnico em Prótese Dentária
TPD-MA 195



VITTAL
ODONTO

PMSJP

FL. (S)
Nº 263
RUBRICA: *Paul*

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

A empresa **R. VITAL MENDES SERVICOS LTDA**, inscrita no CNPJ 29.984.008/0001-11, com sede na Rua Plauí, nº 735, Centro, CEP:65901-600, na cidade de Imperatriz - MA, neste ato representada pelo Sr. **RAURICIO VITAL MENDES**, portador do CPF nº 033.353.523-51 e R.G. nº 027055022004-2, **ATESTAMOS**, para os devidos fins, que a empresa **J. MARINHO RODRIGUES**, inscrita no CNPJ sob o nº 29.932.476/0001-42, estabelecida na Rua Campos Sales, nº 12, na cidade de São João do Paraíso - MA, detém qualificação técnica para o fornecimento de prótese dentária.

Registramos que a empresa entregou os produtos de maneira satisfatória, cumprindo com todas as suas responsabilidades. Tecnicamente atestamos ainda que os serviços descritos dos fornecimentos se encontram concluídos e atendem às especificações e exigências conforme a tabela anexada a este **ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA**.

Imperatriz – MA, 13 de novembro de 2025.



FERRAIS
GESTÃO E CONSULTORIA

FERRAIS GESTÃO E CONSULTORIA LTDA.
CNPJ 53.736.868/0001-10
Rua São Bento, nº12, Imperatriz - MA

ATESTADO DE CAPACIDADE DE TÉCNICA

A Empresa, FERRAIS GESTÃO E CONSULTORIA LTDA, inscrita no CNPJ 53.736.868/0001-10, com sede na Rua São Bento, nº 12, na cidade de Imperatriz - MA, neste ato representada pelo Sr. Thiago Sirqueira Dodo Gomes, portador do CPF nº 964.981.373-04 e R.G. nº 0165957020011, **ATESTAMOS**, para os devidos fins, que a empresa J. Marinho Rodrigues, inscrita no CNPJ sob o nº 29.932.476/0001-42, estabelecida na Rua Campos Sales, nº 12, na cidade de São João do Paraíso, detém qualificação técnica para o fornecimento de prótese dentária.

Registramos que a empresa entregou os produtos de maneira satisfatória, cumprindo com todas as suas responsabilidades. Tecnicamente atestamos ainda que os serviços descritos dos fornecedores se encontram concluídos e atendem às especificações e exigências conforme a tabela anexada a este ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA.

Imperatriz -- MA, 14 de novembro de 2025.



62 98214-3954



timotheo.viana@gmail.com



Rua Domingos Alves de Castro, nº 453, Qd. 23, Lt. 06,
Casa 01, Setor Rio Formoso, Goiânia - GO

Ao observar a formatação dos três ATESTADOS, TUDO leva a crer, que não possuem veracidade fática, daí a necessidade da comprovação, via NOTAS FISCAIS, referentes aos atestados, ora apresentados; pois se faz os trabalhos e se emite a nota fiscal, respectiva, sob pena de enriquecimento ilícito.

Ou seja a inabilitação, da recorrida é aponta para o art. 9 e seus incisos da Lei 14.133/21, e acredita nele e na sua aplicação, senão vejamos:

Art. 9º É vedado ao agente público designado para atuar na área de licitações e contratos, ressalvados os casos previstos em lei:

I - admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos que praticar, situações que:

a) comprometam, restrinjam ou frustrem o caráter competitivo do processo licitatório, inclusive nos casos de participação de sociedades cooperativas;

b) estabeleçam preferências ou distinções em razão da naturalidade, da sede ou do domicílio dos licitantes;

c) sejam impertinentes ou irrelevantes para o objeto específico do contrato;

II - estabelecer tratamento diferenciado de natureza comercial, legal, trabalhista, previdenciária ou qualquer outra entre empresas brasileiras e estrangeiras, inclusive no que se refere a moeda, modalidade e local de pagamento, mesmo quando envolvido financiamento de agência internacional;

III - opor resistência injustificada ao andamento dos processos e, indevidamente, retardar ou deixar de praticar ato de ofício, ou praticá-lo contra disposição expressa em lei.

§ 1º Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público de órgão ou entidade licitante ou contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria.

§ 2º As vedações de que trata este artigo estendem-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade

de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

PMSJP

Do princípio da autotutela como manifestação da legalidade

O controle realizado pela Administração Pública sobre seus próprios atos, sem necessidade de socorrer-se do Judiciário, é conhecido, convencionalmente, como controle interno.

Seu amparo legal pode ser encontrado na Constituição Federal de 1988, em especial, em seu art. 74, que dispõe: "Os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário manterão, de forma integrada, sistema de controle interno com a finalidade de (...)", senão vejamos:

FL.(S)
Nº 265
RUBRICA: Pml

Título IV Da Organização dos Poderes

Capítulo I Do Poder Legislativo

Seção IX Da Fiscalização Contábil, Financeira e Orçamentária

Art. 74. Os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário manterão, de forma integrada, sistema de controle interno com a finalidade de:

I - avaliar o cumprimento das metas previstas no plano plurianual, a execução dos programas de governo e dos orçamentos da União;

II - comprovar a legalidade e avaliar os resultados, quanto à eficácia e eficiência, da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades da administração federal, bem como da aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado;

III - exercer o controle das operações de crédito, avais e garantias, bem como dos direitos e haveres da União;

IV - apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional.

§ 1º Os responsáveis pelo controle interno, ao tomarem conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade, dela darão ciência ao Tribunal de Contas da União, sob pena de responsabilidade solidária.

§ 2º Qualquer cidadão, partido político, associação ou sindicato é parte legítima para, na forma da lei, denunciar





PMSJP

FL.(S)

Nº 266

PÚBLICA

irregularidades ou ilegalidades perante o Tribunal de Contas da União.

Após a rápida leitura, do epígrafado art. 74 §01º e 02º da CF/88, ver-se que ao agente publico, este responderá de forma **solidária**. Daí deflui-se que aos responsáveis, pela perpetração da ilegalidade, serão alcançados, pela prevaricação e/ou conduta dolosa, quando da não aplicabilidade da Lei, Decretos e em especial do Edital, pelos representantes do ente publico e ou se estes fecharem os seus olhos, às ILEGALIDADES, ora ocorridas, dentro do processo licitatório.

Daí deflui-se que aos responsáveis, pela perpetração da ilegalidade, serão alcançados, pela prevaricação e/ou conduta dolosa, pois a aceitação do recurso e o seu provimento, e **em caso de não ser aceito, será eivada de vício, pois a RECORRIDA NÃO atendeu ao EDITAL, conforme demonstrado, em epígrafe;**

"ADMINISTRATIVO - REVISÃO DO VALOR DE PENSÃO POR MORTE DE SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL - POSSIBILIDADE DE A ADMINISTRAÇÃO REVER SEUS PRÓPRIOS ATOS PARA ADEQUÁ-LOS AOS TERMOS DA LEI

– ALEGAÇÃO DE DECADÊNCIA ADMINISTRATIVA EM FACE DO DECURSO DO PRAZO DE CINCO ANOS APÓS A CONCESSÃO DO BENEFÍCIO - LEI FEDERAL N. 9.784/99 - INAPLICABILIDADE SE A CORREÇÃO DO ATO ADMINISTRATIVO SE DÁ EM VIRTUDE DE SUA PRÁTICA COM ILEGALIDADE, MÁ-FÉ DO BENEFICIÁRIO OU ERRO EVIDENTE E INCONTESTÁVEL - PROCESSO ADMINISTRATIVO INSTAURADO – OBSERVÂNCIA DO PRINCÍPIO DO CONTRADITÓRIO - RECURSO PROVIDO.

A administração pode rever seus próprios atos para adequá-los aos termos da lei e dos fatos, quando contiverem erro, nulidade ou anulabilidade.

Levando-se em conta os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, tem-se admitido a aplicação, por analogia integrativa, da Lei Federal n. 9.784/99, que trata da decadência quinquenal para revisão de atos administrativos no âmbito da administração pública federal, aos Estados e Municípios, não obstante a autonomia legislativa destes para regular a matéria em seus territórios (CF/88, arts. 25, § 1º e 30, I), especialmente quando a alteração do ato se dá por força de interpretação jurídica objeto de discussão judicial, ainda que pacificada. Tal não ocorre, contudo, na hipótese de ato administrativo praticado com ilegalidade, má-fé do



beneficiário ou **RUBRICA** evidente e incontestável.

“Aos litigantes, em processo judicial ou administrativo, e aos acusados em geral são assegurados o contraditório e ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes” (art. 5º, LV, da CF/88). Desse modo, afigura-se correta revisão da pensão por morte paga à viúva de servidor público se, constatado erro evidente e incontestável no valor, em face da inclusão indevida de adicionais de tempo de serviço, foram oportunizados o contraditório e a ampla defesa no devido processo legal administrativo”.

Reitera-se, que não há preclusão/decadência quando o ato da “Administração” é consubstanciado de erro, vício, ilegalidade, conforme a súmula 473-STF - Supremo Tribunal Federal, quando, vislumbra-se que a matéria é de Ordem Pública, não há/existe prazo decadencial/preclusão, tudo conforme súmula **473 do STF**.

Ou seja o art. 03 da Lei 8.666/93 e o art. 09º inciso I alínea “a” da Lei 14.133/2021; está a ser cumprido, pelo **ente MUNICIPAL**, na presente licitação ??? vai haver a OBSERVÂNCIA dos princípios constitucionais em que MANDA, ao representante do **MUNICÍPIO**; efetivar a licitação, processando-a e julgando-se, em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

E mais o §01º do art. 03º da Lei 8.666/1993 e o art. 09º inciso I alínea “a” da Lei 14.133/2021, veda aos agentes públicos a conduta, ora constatada, na presente licitação, senão vejamos:

§ 1º É vedado aos agentes públicos:

I - admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos de convocação, cláusulas ou condições que comprometam, restrinjam ou frustrem o seu caráter competitivo, inclusive nos casos de sociedades cooperativas, e estabeleçam preferências ou distinções em razão da naturalidade, da sede ou domicílio dos licitantes ou de qualquer outra circunstância impertinente ou irrelevante para o específico objeto do contrato, ressalvado o disposto nos §§ 5º a 12 deste artigo e no art. 3º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991; (Redação dada pela Lei nº 12.349, de 2010)

Art. 9º É vedado ao agente público designado para atuar na área de licitações e contratos, ressalvados os casos previstos em lei:

I - admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos que praticar, situações que:

a) comprometam, restrinjam ou frustrem o caráter competitivo do processo licitatório, inclusive nos casos de participação de sociedades cooperativas;

b) estabeleçam preferências ou distinções em razão da naturalidade, da sede ou do domicílio dos licitantes;

c) sejam impertinentes ou irrelevantes para o objeto específico do contrato;

II - estabelecer tratamento diferenciado de natureza comercial, legal, trabalhista, previdenciária ou qualquer outra entre empresas brasileiras e estrangeiras, inclusive no que se refere a moeda, modalidade e local de pagamento, mesmo quando envolvido financiamento de agência internacional;

III - opor resistência injustificada ao andamento dos processos e, indevidamente, retardar ou deixar de praticar ato de ofício, ou praticá-lo contra disposição expressa em lei.

§ 1º Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público de órgão ou entidade licitante ou contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria.

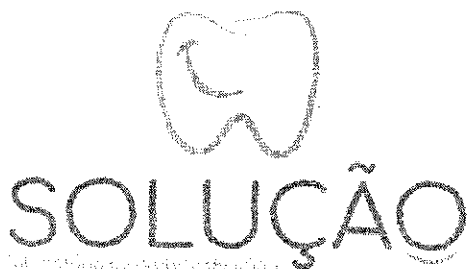
§ 2º As vedações de que trata este artigo estendem-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

Assim, sendo totalmente válida a retificação da habilitação à recorrida, para constar-se em DESCLASSIFICADA/INABILITADA.

III DOS PEDIDOS

Conforme demonstrado em epígrafe, vêm requerer a inabilitação, a recorrida; pois conforme demonstrado a recorrida, não obedeceu ao edital.

Caso, o Pregoeiro(a) e a respeitada comissão de licitação, não entendam, pela inabilitação à recorrida; e persista a ilegalidade; iremos encaminhar o acontecido a autoridade hierárquica competente e ao "Custos legis" ou seja o "guardião da lei" ou "fiscal da lei". Pois é à função do Ministério Público (MP) e ao MPF, de atuar em processos como fiscal da ordem jurídica, zelando pela correta aplicação das leis e pela defesa do interesse público, sem ser parte no processo.



PMSJP


Nestes termos;

Roga-se deferimento;

FL.(S)
Nº 269
RUBRICA: *Paul*

Goiânia 03 de Dezembro de 2025.

LABORATÓRIO DE PRÓTESE DENTÁRIA SOLUÇÃO LTDA / CNPJ: 36.271.505/0001-38


LABORATÓRIO DE PRÓTESE DENTÁRIA SOLUÇÃO
CNPJ: 36.271.505/0001-38
Timotheo Reis Viana
RG 14.143-837 SSPMG
CPF 110.892.416-66

36.271.505/0001-38
LABORATÓRIO DE PRÓTESE DENTÁRIA SOLUÇÃO LTDA
Rua Domingos Alves de Castro Nº453, Qd. 23
Lt.06 Casa 01
Setor Rio Formoso CEP:74.370-120
GOIÂNIA - GO



PMSJP



COMISSÃO NACIONAL DE CLASSIFICAÇÃO

Esta página disponibiliza as classificações estatísticas nacionais, para selecionados, usadas no sistema estatístico e nos cadastros administrativos do País e as classificações internacionais a elas associadas.

FL(S)
Nº 220

RUBRICA:

[apresentação](#) | [classificações](#) | [documentação](#) | [estruturas](#) | [busca online](#) | [links](#) | [central de dúvidas](#)

Este sistema de busca permite:

Pesquisar códigos ou atividades econômicas na CNAE. O usuário pode encontrar, a partir da digitação da descrição de uma dada atividade ou de uma palavra-chave, os códigos das classes CNAE ou subclasses CNAE, que contêm as palavras digitadas, ou a partir da especificação de um código, o conjunto de atividades a ele associadas;

indicar a posição de cada código na estrutura da CNAE, incluindo o desdobramento de subclasses CNAE e as Notas Explicativas de seu conteúdo;

| Atividades | Estrutura |
|---------------------|-----------|
| classificação | |
| CNAE-Subclasses 2.3 | |

Hierarquia

Seção: **Q SAÚDE HUMANA E SERVIÇOS SOCIAIS**

Divisão: **86 ATIVIDADES DE ATENÇÃO À SAÚDE HUMANA**

Grupo: **86.3 Atividades de atenção ambulatorial executadas por médicos e odontólogos**

Classe: **86.30-5 Atividades de atenção ambulatorial executadas por médicos e odontólogos**

Subclasse: **8630-5/04 Atividade odontológica**

Notas Explicativas:

Esta subclasse compreende:

- as atividades de consultas e tratamento odontológico, de qualquer tipo, prestadas a pacientes em clínicas e consultórios odontológicos, em hospitais, em clínicas de empresas, bem como, no domicílio do paciente

Esta subclasse compreende também:

- as atividades de unidades móveis terrestres equipadas de consultório odontológico

- as atividades de unidades móveis fluviais equipadas de consultório odontológico

Esta subclasse não compreende:

- os laboratórios de prótese dentária (3250-7/06)

Lista de Descritores

Registros encontrados: 8

Mostrar 10 registros por página

| Código | Descrição |
|-----------|---|
| 8630-5/04 | AMBULATÓRIO ODONTOLÓGICO |
| 8630-5/04 | CLÍNICA ODONTOLÓGICA: PÚBLICA OU PARTICULAR |
| 8630-5/04 | CONSULTÓRIO DENTÁRIO |

Código

| | |
|-----------|---|
| 8630-5/04 | CONSULTÓRIO ODONTOLÓGICO |
| 8630-5/04 | DENTISTAS; ATIVIDADES DE |
| 8630-5/04 | ODONTOLOGIA; ATIVIDADES DE |
| 8630-5/04 | PRONTO SOCORRO ODONTOLÓGICO |
| 8630-5/04 | UNIDADES MÓVEIS TERRESTRES PARA CONSULTA ODONTOLÓGICA |

PMSJP

FL.(S)

Nº 221

RUBRICA: 

Anterior 1 Próximo

© 2025 IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística



Nós utilizamos cookies para melhorar sua experiência de navegação no portal. Para saber mais sobre como tratamos os dados pessoais, consulte nossa [Política de Privacidade](#).

PROSSEGUIR

A

Prefeitura Municipal de São João do Paraíso-MA

Processo:2025.09.16.0016

Pregão:17/2025

A recorrente, LABORATORIO PROTESES DENTARIA PRO DENTE LTDA / CNPJ/CPF: 57.691.221/000157, na pessoa de seu representante legal, vem carrear o RECURSO ADMINISTRATIVO, em face da CLASSIFICAÇÃO/HABILITAÇÃO da recorrida, J. MARINHO RODRIGUES -29.932.476/0001-42, pelos fatos e fundamentos jurídicos abaixo;

DA TEMPESTIVIDADE

Conforme será referendado abaixo, a matéria apontada, trata-se de Ordem Pública e não possui, alcance de preclusão/intempestividade, pois os apontamentos, estão em consonância com a Lei/Decreto de Licitações e com o próprio Edital.

E como sabemos ao Administrador Público e/ou quem faça as suas vezes, jamais poderá agir, com prevaricação ou conduta dolosa, quando lhe é apontada uma nulidade/ilegalidade e essa nulidade, não é retificada, pela Administração Pública e ainda mais sabendo que a própria ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, poderá promover a retificação das suas decisões:

SÚMULA 346-STJ: A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA PODE DECLARAR NULIDADE DOS SEUS PRÓPRIOS ATOS.

SÚMULA 473-STF: A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA PODE ANULAR SEUS PRÓPRIOS ATOS, QUANDO EIVADOS DE VÍCIOS QUE OS TORNAM ILEGAIS, PORQUE DELES NÃO SE ORIGINAM DIREITOS; OU REVOGÁ-LOS, POR MOTIVO DE CONVENIÊNCIA OU OPORTUNIDADE, RESPEITADOS OS DIREITOS ADQUIRIDOS, E RESSALVADA, EM TODOS OS CASOS, A APRECIACÃO JUDICIAL.

PRINCÍPIO DA AUTOTUTELA (BASE NA LEI FEDERAL nº 9.784/1999 (Art. 53) que regula o processo administrativo no âmbito da

Administração Pública Federal.

DA MOTIVAÇÃO RECURSAL

O fornecedor **J. MARINHO RODRIGUES - 29.932.476/0001-42**, foi habilitado, contudo, não apresentou; MARCA/FABRICANTE dos insumos; na sua proposta comercial, não possui condição de pagamento, validade da proposta e prazo de entrega e nem o prazo de validade; não apresentou as inscrições Estadual e Municipal; não apresentou o índice superior a 1 (um) para LC= ATIVO CIRCULANTE/PASSIVO CIRCULANTE nos Balanços de 2023 e 2024; os atestados de capacidade técnica, válidos;

DOS FATOS E DOS DIREITOS

Em primícia, pugna-se pela aplicação do edital, pois em todo o procedimento licitatório deve ser afastado o formalismo exagerado, trazendo pra si, o formalismo moderado, que dispensa uma formalidade excessiva, contudo, **NÃO AFASTA AS FORMALIDADES NECESSÁRIAS À OBTENÇÃO DA CERTEZA JURÍDICA E SEGURANÇA PROCEDIMENTAL**. Formalismo moderado não significa ausência de formalismo.

Diogenes GASPARINI (2000) reforça tal ideia, colocando que:

"O informalismo, observe-se, não pode servir de pretexto para a existência de um processo administrativo mal-estruturado e pessimamente constituído, em que não se obedece à ordenação e a cronologia dos atos praticados. Assim, imperaria o desleixo [grifo do autor], não o informalismo [grifo do autor], no processo administrativo que se apresentasse faltando folhas, com folhas não numeradas e rubricadas, com a juntada ou desentranhamento de documentos sem o competente termo, com rasuras em suas folhas, com declarações apócrifas, com informações oferecidas por agentes incompetentes, ou anotados sem as cautelas devidas. Processo administrativo que assim se apresentasse, certamente, não asseguraria o mínimo da certeza jurídica à sua conclusão, nem garantiria a credibilidade que dele se espera. Em suma, não seria de nenhuma valia."

Frise-se ainda que, o Edital de Licitação faz "Lei entre as partes" assim sendo, pelo Princípio da Vinculação ao Instrumento Convocatório, tanto a Administração como o licitante devem obediência as normas estabelecidas.

A recorrida, deverá ser DESCLASSIFICADA, pois conforme DETERMINA, o próprio edital, não foi apresentado, na proposta comercial; marca/fabricante dos componentes que fazem parte da prótese dentária; não foi apresentado, prazo de validade, na proposta, da recorrida, e para tanto temos os itens; 5.1.2., 5.1.3 e 5.6.1, abaixo:

5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.1.1. VALOR UNITÁRIO E TOTAL DO ITEM;

5.1.2. Marca e Modelo;

5.1.3. Fabricante;

5.6.1. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

Agora vejamos a proposta da recorrida, que encontra-se totalmente capenga e deverá ser DESCLASSIFICADA;

| PROPOSTA DE PREÇOS READEQUADA | |
|-------------------------------|--|
| Empresa: | J. MARINHO RODRIGUES, inscrita no CNPJ nº 29.932.476/0001-42 |
| Endereço: | Rua Campos Sales, nº 12, Centro, São João do Paraíso - MA, CEP: 65.973-000 |
| Representante Legal: | JUVENAL MARINHO RODRIGUES |
| RG Nº | 225550520024 GEJUSPC MA |
| CPF Nº | 607.626.623-60 |
| Prazo da Proposta: | De acordo com o Edital |
| Entrega: | De acordo com o Edital |
| Condições Para Pagamento: | De acordo com o Edital |
| Dados Para Pagamento: | |
| Agência: | 1816 |
| Conta: | 4856-9 |
| Banco | Bradesco |
| Email: | juvenalrodrigues15@gmail.com |
| Telefone: | (99) 98406-01228 |

Objeto: Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa especializada na Prestação de Serviços de Confeção de Prótese Dentária, visando atender as necessidades dos programas de Saúde Bucal da Secretaria Municipal de Saúde do município de São João do Paraíso/MA.

| ITEM | DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS | QUANT. | UND. | MARCA | VALOR UNIT. | VALOR TOTAL |
|-------------------------|---|--------|------|---------|-------------|----------------|
| 1 | PRÓTESE TOTAL MANDIBULAR PALATO INCOLOR. (COTA PRINCIPAL) | 188 | UND | SERVIÇO | R\$ 247,00 | R\$ 46.436,00 |
| 2 | PRÓTESE TOTAL MANDIBULAR PALATO INCOLOR. (COTA RESERVADA) | 82 | UND | SERVIÇO | R\$ 247,00 | R\$ 15.314,00 |
| 3 | PRÓTESE TOTAL MAXILAR. (COTA PRINCIPAL) | 188 | UND | SERVIÇO | R\$ 249,00 | R\$ 46.812,00 |
| 4 | PRÓTESE TOTAL MAXILAR. (COTA RESERVADA) | 82 | UND | SERVIÇO | R\$ 249,00 | R\$ 15.438,00 |
| 5 | PRÓTESE PARCIAL REMOVÍVEL MAXILAR COM ARTE METÁLICA DE CrCo. | 80 | UND | SERVIÇO | R\$ 241,00 | R\$ 19.280,00 |
| 6 | PRÓTESE PARCIAL REMOVÍVEL MANDIBULAR COM ARTE METÁLICA DE CrCo. | 80 | UND | SERVIÇO | R\$ 243,00 | R\$ 19.440,00 |
| VALOR TOTAL DA PROPOSTA | | | | | | R\$ 162.720,00 |

Valor global: R\$ 162.720,00 (Cento e sessenta e dois mil e setecentos e vinte reais).

Declaro para os devidos fins, que a proposta foi elaborada de forma independente, e nos preços ofertados estão incluídos todos os insumos que o compõem, tais como as despesas com impostos, taxas, frete, seguros e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento do objeto desta licitação.

Tem-se também, que os atestados de capacidade técnica apresentados, são idênticos, na sua tipologia, ou seja só muda o emissor; assim, por necessidade legal, tem-se que apresentar a nota fiscal, objeto de cada atestado, pois a nota fiscal nunca poderá ser postergada, ou seja se confecciona as próteses, entrega, amite-se nota fiscal.

Dos emiteisntes dos ATESTADOS;

FERRAIS GESTÃO E CONSULTORIA LTDA, inscrita no CNPJ 53.736.868/0001-10;
R. VITAL MENDES SERVICOS LTDA, inscrita no CNPJ 29.984.008/0001-11;
G F dos Santos Proteses, inscrita no CNPJ 35.131.330/0001-09

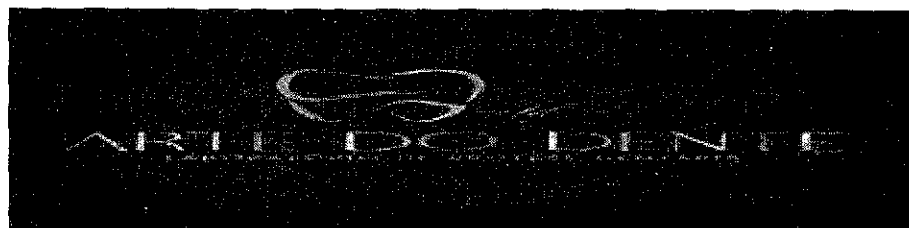
Possuem o mesmo dizer, ou seja como pode-se tres empresas, diferentes emitirem o mesmo ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA ?????

Dos dizeres dos três ATESTADOS apresentados;

detém qualificação técnica para o fornecimento de prótese dentária.

Registramos que a empresa entregou os produtos de maneira satisfatória, cumprindo com todas as suas responsabilidades. Tecnicamente atestamos ainda que os serviços descritos dos fornecimentos se encontram concluídos e atendem às especificações e exigências conforme a tabela anexada a este ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA.

Até a topografia, dos tipos das próteses, são iguais, só mudando o quantitativo;



Anexo I – Itens Fornecidos

| ITEM | DESCRIÇÃO | UND | QUANTIDADE |
|------|---------------------------|-----|------------|
| 1 | Prótese Total | UND | 75 |
| 2 | Prótese Parcial | UND | 33 |
| 3 | Prótese Parcial Removível | UND | 25 |



ANEXO I – ITENS FORNECIDOS

| ITEM | DESCRIÇÃO | UND | QUANTIDADE |
|------|---------------------------|-----|------------|
| 1 | Prótese total | UND | 98 |
| 2 | Prótese parcial | UND | 60 |
| 3 | Prótese Parcial Removível | UND | 70 |



FERRAIS GESTÃO E CONSULTORIA LTDA,
CNPJ 53.736.868/0001-10
Rua São Bento, nº12, Imperatriz - MA

ANEXO I - ITENS FORNECIDOS

| ITEM | DESCRIÇÃO | UND | QUANTIDADE |
|------|---------------------------|-----|------------|
| 1 | Prótese Total | UND | 56 |
| 2 | Prótese Parcial | UND | 30 |
| 3 | Prótese Parcial Removível | UND | 72 |

Em certo, necessário se faz a apresnetação das notas fiscais, referente a cada atestado.

E mais os ATESTADOS apresentados, são idênticos, na sua formação; daí roga-se seja apresentada as NOTAS FISCAIS, dos ATESTADOS apresentados;

Por ultimo e não menos importante, se constata, que a recorrida, também, não obedeceu ao edital, ao também, não apresentar os CADASTROS DAS INSCRIÇÕES DOS CONTRIBUINTES ESTADUAL E MUNICIPAL, que é referendada, pelos itens 8.2.5 e 8.2.6, do edital;

8.2.5. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes **ESTADUAL/DISTRITAL** relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.2.6. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes **MUNICIPAL/DISTRITAL** relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

Após a rápida leitura, do art. 74 §01º e 02º da CF/88, se constata, que o agente publico, responderá de forma altruísta, ao ter em suas mãos a comprovação de ilegalidade e não agir.

Ou seja quando o agente público, não age, quando deveria, tem-se a constatação da conduta dolosa; o que totalmente passível, de reprimenda pelo PROCURADORIA, dos TRIBUNAIS DE CONTAS MUNICIPAL e pelo MINISTÉRIO PÚBLICO.

DOS PEDIDOS

Diante das ILEGALIDADES apontadas, é de extrema JUSTIÇA, que seja INABILITADA a RECORRIDA, pelo extremo desrespeito, às regras do edital, conforme demonstrado, nesse recurso administrativo.

Assim, sendo a recorrente está a apontar as máculas encontradas na documentação de proposta e habilitação, da recorrida.



PMSJP

FL.(S)

Nº 212

RUBRICA:

Assim, sendo roga-se seja recebido e provido o singelo recurso administrativo, ora interposto;

Nestes termos;

Requer deferimento;

DEZEMBRO DE 2025

I 52.691.221/0001-57
LABORATÓRIO DE PRÓTESES
DENTÁRIA PRO-DENTE LTDA
Travessa Dois de Novembro, 233
Centro - CEP: 39527-000
MATO VERDE - MG

E LTDA

LABORATORIO
DE PROTESES
DENTARIA PRO
DENTE
LTDA:526912210
00157

Assinado de forma
digital por
LABORATORIO DE
PROTESES DENTARIA
PRO DENTE
LTDA:52691221000157
Dados: 2025.12.03
22:12:52 -03'00'

RECURSO ADMINISTRATIVO – INABILITAÇÃO DA EMPRESA J. MARINHO RODRIGUES

PMSJP

FL.(S)
Nº 239
RUBRICA: 

Pregão Eletrônico nº 17/2025

Recorrente: Ultra Sorriso LTDA

Recorrida: J. MARINHO RODRIGUES – CNPJ 29.932.476/0001-42

I – SÍNTESE DOS FATOS

A empresa J. MARINHO RODRIGUES foi declarada habilitada no presente certame, porém, da análise minuciosa dos documentos de habilitação anexados ao sistema, verificam-se graves falhas, omissões documentais e descumprimento direto às exigências editalícias constantes do item 8 – Da Habilitação, que impedem sua habilitação e tornam obrigatória a INABILITAÇÃO.

II – DA IRREGULARIDADE NA REGULARIDADE ESTADUAL (ITEM 8.2.7)

O edital exige prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou declaração de isenção da SEFAZ. A empresa:

- NÃO apresentou Certidão de Regularidade Estadual;
- NÃO apresentou Declaração de Isenção da SEFAZ;
- NÃO comprovou ser contribuinte ou não contribuinte do ICMS.

Portanto, descumpre requisito eliminatório do edital.

III – DA INCOMPLETUDE DOS ATESTADOS DE CAPACIDADE TÉCNICA (ITEM 8.4)

A empresa não apresentou:

- contratos dos serviços declarados,
- notas fiscais,
- comprovantes de execução,
- ordem de serviço,
- comprovação da legitimidade dos atestados.

Os atestados são genéricos e sem lastro documental.



ULTRA SORRISO
LTDA

CNPJ: 45900097000127
INSC. EST: 12.750778-7

PMSJP

IV – DA AUSÊNCIA DE PROVA DOCUMENTAL DA EXECUÇÃO REAL

Faltam:

FL.(S)
Nº 220
RUBRICA:

- datas de início e fim dos serviços,
- comprovantes de entrega,
- carimbos,
- assinaturas digitais qualificadas.

Não há prova mínima da execução real dos serviços declarados.

V – DA FALTA DE PROVA DE COMPLEXIDADE E SIMILARIDADE TÉCNICA

Os atestados não comprovam:

- confecção das próteses (somente "fornecimento"),
- equivalência de complexidade,
- quantitativos compatíveis com o objeto.

Descumprem o item 8.4 do edital.

VI – DAS POSSÍVEIS INCONSISTÊNCIAS NOS ATESTADOS

Constatam-se:

- Redação idêntica entre documentos distintos;
- Ausência de dados essenciais das empresas emitentes;
- Indícios de padronização incompatíveis com documentos independentes.

VII – DO NÃO ATENDIMENTO AO ITEM 9.11 – EXATIDÃO DOS DADOS CADASTRALS

A empresa não comprovou a condição de contribuinte ou não contribuinte estadual, violando o item 9.11 do edital.



ultrasorriso@nho.com.br

CNPJ 45900097000127



(99) 98113-3567



Av. Valentim Aguiar, s/n, Peraulino,
Porto Franco, Maranhão

VIII – DA OBRIGATORIEDADE DE INABILITAÇÃO

Somando-se:

- ausência de regularidade estadual,
- ausência de declaração de isenção,
- falta de contratos e notas fiscais,
- ausência de comprovação técnica,
- inconsistências nos atestados,

fica clara a **OBRIGATORIEDADE** de inabilitação conforme itens 8, 9.11, 9.11.1, 9.14 e 9.16 do edital.

PMSJP

FL.(S)
Nº 281
RUBRICA: 

IX – DO PEDIDO

Requer:

1. A imediata **INABILITAÇÃO** da empresa **J. MARINHO RODRIGUES**.
2. Caso necessário, abertura de diligência para apresentação de contratos e NF (o que confirmará a ausência de comprovação técnica).
3. A habilitação da Recorrente por cumprir integralmente o edital.

Termos em que,

Pede deferimento.

Ultra Sorriso LTDA
45.900.097/0001/27

ULTRA SORRISO
Assinado de forma digital por ULTRA SORRISO
LTDA:45900097000127
Dados: 2025.12.01 15:40:12 -03'00'

Nouredin Nunes da Rocha Filho
610.429.103-16

CONTRARRAZÕES AOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 17/2025 – PROCESSO 2025.09.16.0016

CONTRARRAZÕES AO RECURSO ADMINISTRATIVO

Recorrente: LABORATÓRIO PRÓTESE DENTÁRIA PRO DENTE LTDA

Recorrida: J. MARINHO RODRIGUES – 29.932.476/0001-42

Pregão Eletrônico nº 17/2025 – Processo 2025.09.16.0016

A empresa PRO DENTE LTDA – Recurso com alegações sobre:

1. DA TEMPESTIVIDADE E DO EXAME DO RECURSO

A Administração reconhece a tempestividade formal do recurso e passa à análise exclusivamente do mérito, conforme art. 165 da Lei 14.133/2021.

2. DO MÉRITO – RESPOSTA A CADA ALEGAÇÃO

2.1. Sobre alegada ausência de marca/modelo/fabricante

O próprio edital determina que tais informações são exigidas apenas após a fase de lances, quando da aceitação final da proposta.

TCU – Acórdão 1.793/2011 –
Plenário:

*“A indicação de marca e modelo
pode ser exigida apenas do
fornecedor mais bem classificado.”*

A empresa apresentou as especificações no momento devido.

2.2. Sobre validade da proposta

A validade mínima de 60 dias é assumida automaticamente pelo sistema.

TCU – Acórdão 2.462/2013 –
Plenário:

*“A ausência da repetição do prazo
no documento não enseja
desclassificação quando o sistema
exige período mínimo.”*

Portanto, improcedente.

2.3. Sobre alegada ausência de Inscrição Estadual e Municipal

A empresa apresentou a documentação obrigatória.

TCU – Acórdão 2.028/2015 –
Plenário:

*“Falhas formais sanáveis devem
ser supridas mediante diligência,
vedando-se a desclassificação
automática.”*

Não há irregularidade.

2.4. Sobre índices contábeis

O Pregoeiro conferiu os balanços e constatou conformidade com o item 8.3.3 do edital.

TCU – Acórdão 2.622/2013 –

Plenário:

*“A Administração deve realizar a
conferência técnica dos índices.”*

*A recorrente não apresentou
qualquer cálculo válido, apenas
alegações genéricas.*

2.5. Sobre atestados "idênticos"

Os atestados são válidos, assinados, emitidos por empresas distintas e atendem ao edital.

Mera semelhança gráfica não invalida documento.

*TCU – Acórdão 1.214/2013 –
Plenário:*

*"A mera similaridade entre
atestados não configura fraude."*

3. DA AUSÊNCIA DE PROVAS

O recurso se baseia em conjecturas, sem comprovação mínima, violando o art. 165, §2º da Lei 14.133/21.

4. DO PARECER FINAL

Pelo exposto, requer-se o NÃO PROVIMENTO do recurso e a manutenção integral da habilitação da empresa J. MARINHO RODRIGUES.

E a empresa ULTRA SORRISO LTDA – Recurso com alegações sobre:

1. SÍNTESE

A recorrente alega ausência de Regularidade Estadual, supostas inconsistências nos atestados e falta de comprovação documental. Nenhuma alegação possui fundamento.

2. ANÁLISE TÉCNICA E JURÍDICA

2.1. Regularidade Estadual

A documentação foi devidamente apresentada.

*TCU – Acórdão 1.793/2011 –
Plenário:*

*"A alegação de ausência não
subsiste quando o documento
consta dos autos."*

2.2. Atestados de capacidade técnica

O edital NÃO exige apresentação de contratos, ordens de serviço ou notas fiscais.

*TCU – Acórdão 2.021/2016 –
Plenário:*

*"É vedado exigir documentos não
previstos no edital."*

*Os atestados são suficientes e
válidos.*

2.3. Alegações de inconsistência

Não há prova mínima de fraude.

*TCU – Acórdão 3.092/2014 –
Plenário:*

"A invalidade de atestado exige prova mínima."

2.4. Ausência de prejuízo à competição

TCU – Acórdão 1.328/2017 –

Plenário:

"Falhas formais que não prejudiquem a competição devem ser sanadas."

3. PARECER

Diante do exposto, requer-se o NÃO PROVIMENTO do recurso e a manutenção da habilitação da empresa J. MARINHO RODRIGUES.

SOLUÇÃO PRÓTESE DENTÁRIA LTDA – Recurso com alegações sobre:

1. SÍNTESE

O recurso repete alegações já tratadas nos recursos anteriores, adicionando questionamentos sobre CNAE, alvará e índices contábeis.

2. ANÁLISE JURÍDICA

2.1. CNAE e Alvará

O CNAE da recorrida é plenamente compatível com o objeto.

TCU – Acórdão 2.622/2013 –

Plenário:

"O CNAE não é critério para afastar empresa quando ela comprova documentalmente a aptidão."

O alvará apresentado é válido e suficiente para o exercício da atividade.

2.2. Índices contábeis

O Pregoeiro verificou conformidade com o edital. A recorrente não apresentou cálculos, apenas alegações genéricas.

2.3. Atestados de capacidade técnica

A semelhança gráfica não invalida os documentos.

Atestados são válidos e suficientes.

3. PARECER

Diante do exposto, requer-se o NÃO PROVIMENTO do recurso e a manutenção integral da habilitação da empresa J. MARINHO RODRIGUES.

4. DA SEMELHANÇAS ENTRE OS RECURSOS APRESENTADOS

Vale ressaltar, que todos os três recursos possuem estrutura muito parecida, com repetição de argumentos sobre:

- marca/fabricante,
- validade da proposta,
- ausência de IE/IM,
- índices contábeis,
- atestados idênticos,
- alegações de ilegalidade e responsabilização do gestor.

J. MARINHO RODRIGUES
CNPJ Nº 29.832.476/0001-42

FL.(S)

Nº 225

RUBRICA: 

5. DO ENCERRAMENTO

As presentes contrarrazões demonstram que os recursos interpostos não apresentam fundamento fático ou jurídico capaz de modificar a decisão proferida, razão pela qual deve ser **indeferido**, mantendo-se incólume o resultado do Pregão Eletrônico SRP nº 017/2025

São João do Paraíso, estado do Maranhão, 08 de dezembro de 2025.



Documento assinado digitalmente

JUVENAL MARINHO RODRIGUES

Data: 08/12/2025 18:44:38-0300

Verifique em <https://valida.itu.gov.br>

JUVENAL MARINHO RODRIGUES
CPF nº 607.626.623-60
RG nº 225550520024 GEJUSPC MA
Sócio-Administrador



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO – MA

DESPACHO

A

Excelentíssima Senhora

MARISA ELANNE DAMASCENO DE FRANÇA

Secretária Municipal de Saúde

Ref. Recursos Administrativos relativo ao PREGÃO ELETRÔNICO Nº 17/2025

Envio os presentes recursos devidamente motivados para apreciação e julgamento na forma do parágrafo único do Art. 166 da Lei nº 14.133/2021.

São João do Paraíso (MA), 12 de dezembro de 2025.


Ilton Rodrigues de Sousa
Agente de Contratação
Portaria nº 02A/2025



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO – MA

DECISÃO ADMINISTRATIVA

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2025.09.16.0016 – PMSJP

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 17/2025

INTERESSADO: Prefeitura Municipal de São João do Paraíso/MA.

RECORRENTES: Laboratório Solução LTDA; Pro Dente LTDA; Ultra Sorriso LTDA.

RECORRIDA: J. Marinho Rodrigues – CNPJ nº 29.932.476/0001-42

I – RELATÓRIO

Trata-se de recursos administrativos interpostos por diversas empresas participantes do Pregão Eletrônico nº 17/2025, que tem por objeto o **Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa especializada na prestação de serviços de confecção de prótese dentária**, visando atender às necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de São João do Paraíso/MA.

Os recursos insurgem-se contra a decisão do Pregoeiro que **habilitou e classificou a empresa J. Marinho Rodrigues**, alegando, em síntese: (i) irregularidades na proposta comercial; (ii) ausência de documentos de habilitação fiscal e cadastral; (iii) descumprimento de índices contábeis; (iv) incompatibilidade de CNAE e alvará de funcionamento; e (v) insuficiência dos atestados de capacidade técnica.

À empresa recorrida apresentou tempestivamente **contrarrazões**, requerendo a manutenção da decisão recorrida.

É o relatório.

II – ADMISSIBILIDADE

Os recursos são **conhecidos**, porquanto tempestivos e devidamente fundamentados, nos termos do art. 165 da Lei nº 14.133/2021.

III – ANÁLISE DO MÉRITO

1. Da proposta comercial (marca, fabricante e validade)

As alegações relativas à ausência de marca, fabricante e validade da proposta não merecem prosperar. O edital prevê tais informações, contudo, conforme entendimento consolidado dos órgãos de controle, sua exigência pode ser restrita ao licitante melhor classificado, no momento da aceitação final da proposta.



ESTADO DO MARANHÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO – MA

Ademais, o sistema eletrônico adota validade mínima automática da proposta, inexistindo prejuízo à Administração ou à isonomia entre os licitantes. Trata-se, quando muito, de falha formal sanável, nos termos do art. 64 da Lei nº 14.133/2021.

2. Da inscrição estadual e municipal

Restou demonstrado que a documentação fiscal apresentada atende às exigências editalícias, sendo certo que eventual omissão formal poderia ser suprida por diligência, conforme autoriza a legislação vigente. Não se verifica causa suficiente para inabilitação.

3. Dos índices contábeis

Não foram apresentados elementos técnicos ou cálculos capazes de infirmar a análise realizada pelo Pregoeiro, que atestou a conformidade dos índices contábeis com o item 8.3.3 do edital. Alegações genéricas não são aptas a desconstituir ato administrativo regularmente motivado.

4. Do CNAE e do alvará de funcionamento

O CNAE não constitui critério eliminatório, desde que comprovada a aptidão para execução do objeto. Os documentos de alvará e autorização sanitária apresentados demonstram compatibilidade com os serviços licitados, inexistindo afronta ao edital ou à legislação.

5. Dos atestados de capacidade técnica

O edital exige apenas a apresentação de atestados, não sendo lícita a exigência posterior de contratos, notas fiscais ou ordens de serviço não previstos no instrumento convocatório. A mera semelhança gráfica entre documentos não caracteriza fraude, ausente prova mínima de irregularidade.

6. Das alegações de violação ao art. 9º da Lei nº 14.133/2021

Não se comprovou qualquer favorecimento indevido, tratamento diferenciado ou conduta dolosa de agentes públicos. As alegações não ultrapassam o campo da inconformidade subjetiva com o resultado do certame.

IV – CONCLUSÃO

Diante do exposto, **com fundamento nos arts. 5º, 12, 63, 64, 165 e 169 da Lei nº 14.133/2021**, bem como nos princípios da legalidade, isonomia, vinculação ao instrumento convocatório, julgamento objetivo e formalismo moderado:



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO – MA

DECIDO:

1. **NEGAR PROVIMENTO** aos recursos administrativos interpostos;
2. **MANTER a habilitação e classificação da empresa J. Marinho Rodrigues – CNPJ nº 29.932.476/0001-42;**
3. **DETERMINAR o regular prosseguimento do certame,** com a adoção das providências subsequentes.

Publique-se. Intimem-se.

São João do Paraíso/MA, 15 de dezembro de 2025.

MARISA ELANNE
DAMASCENO DE
FRANCA:60035612380

Assinado de forma digital por
MARISA ELANNE DAMASCENO
DE FRANCA:60035612380
Dados: 2025.12.15 12:13:58
+03'00'

Marisa Elanne Damasceno de França
Secretária Municipal de Saúde
Portaria nº 005/2025

RECURSO ADMINISTRATIVO

Ao Prefeito Municipal e Autoridade Superior da Prefeitura Municipal de São João do Paraíso/MA (Em face da decisão proferida pelo Agente de Contratação/Pregoeiro)

Processo Administrativo: 2025.09.16.0016-PMSJP **Modalidade:** Pregão Eletrônico nº 17/2025 - SRP **Objeto:** Registro de Preços para prestação de serviços de confecção de Prótese Dentária **Recorrente:** ODONTO ALFA LTDA (CNPJ: 40.900.404/0001-56) **Representante Legal:** Gustavo Nunes Andrade (CPF: 086.765.431-78)

I. SÍNTESE DOS FATOS E DA DECISÃO RECORRIDA

A Recorrente, devidamente classificada no certame, foi intimada em dois momentos processuais cruciais:

1. **Em 18/11/2025 (10:17:58)**, para envio da proposta adequada e comprovação de exequibilidade dos preços ofertados, devido ao desconto superior a 50% do valor estimado, no prazo de 2 (duas) horas. A Recorrente prontamente anexou a proposta e documentos.

2. **Em 25/11/2025 (10:17:29)**, foi concedido prazo de 2 (duas) horas para envio dos documentos habilitatórios e/ou complementares através do módulo **HABILITANET**.

A inabilitação da empresa, decidida em 27/11/2025, fundamentou-se em dois eixos:

1. **Inexequibilidade da Proposta:** A documentação enviada para comprovar a exequibilidade não foi considerada suficiente, sob a alegação de que a empresa não comprovou a **execução** dos serviços por preços inferiores ou similares, mas apenas se **comprometeu** com eles.

2. **Vício Formal Insuperável:** O não uso do módulo **HABILITANET** para o envio da documentação de habilitação na data de 25/11/2025, configurando descumprimento do item 9.10 do Edital, mesmo após a Recorrente ter comunicado no chat em 26/11/2025 (10:50:12) que não conseguiu anexar os documentos devido a um **pico de energia** e que os documentos estavam anexados *junto com a proposta*. O Pregoeiro alegou que a falha afrontou o princípio da vinculação e da isonomia.

II. DO MÉRITO RECURSAL**2.1. DA COMPROVAÇÃO DA EXEQUIBILIDADE E DA VANTAGEM ECONÔMICA**
(Item 7.6 e 7.8 do Edital)

A decisão de inabilitação por inexequibilidade é manifestamente equivocada, pois contraria a regra da diligência estabelecida na própria legislação e no Edital, ignorando a capacidade econômica e o histórico da Recorrente.

1. **Regime de Microempresa (ME) e Inexequibilidade:** A inabilitação baseou-se no **indício de inexequibilidade** por a proposta ser inferior a 50% do valor orçado [375, 7.7]. Contudo, a Recorrente é uma **Microempresa (ME)** optante pelo **Simple Nacional**. Este regime tributário, por natureza, oferece **vantagem competitiva e redução de custos** em

comparação com empresas de regime tributário normal, o que justifica preços significativamente mais baixos. O Edital permite que se ajuste a planilha quando houver erro na indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, evidenciando a ciência da Administração sobre as peculiaridades deste regime [377, 7.9.2].

2. Prova Material da Exequibilidade (Fatos Consumados): Em sede de diligência, o ônus da Administração é comprovar que o **custo do licitante ultrapassa o valor da proposta** e que **inexistem custos de oportunidade** capazes de justificar a oferta [376, 7.7.1.1, 7.7.1.2]. A Recorrente comprovou, através de diversos instrumentos, que seus preços são **plenamente exequíveis** e estão baseados em experiência comprovada e em contratos já executados com a Administração Pública, refutando a tese de "custo de oportunidade" inexistente:

- **Município de Nazaré/TO (ARP nº 004/2025):** Preço unitário de R 150,00) ao ofertado no presente Pregão (R\$ 150,00).
- **Município de Babaçulândia/TO (ARP nº 037/2025):** Preço unitário de **R\$ 180,00** para Prótese Dentária Parcial (com material incluso), já com Ordens de Serviço emitidas em setembro de 2025.
- **Município de Castanhal/PA (Contrato Administrativo Nº 25-0925-001-FMS):** Preço unitário de **R\$ 200,00** para Prótese Total e Parcial Removível, contrato firmado em setembro de 2025.
- **Município de João Lisboa/MA (ARP Nº 022.1/2025):** Preço unitário de **R\$ 213,33** para Prótese Total Removível Mandibular (ARP de setembro de 2025).
- **Município de São Pedro dos Crentes/MA (Contrato Nº 464/2025):** Preço unitário de **R\$ 230,00** para diversos tipos de próteses (novembro de 2025).

O histórico da Recorrente prova, de forma **inequívoca e objetiva**, que a empresa opera e **executa** serviços com lucro (visto o volume de contratos vigentes) em valores **abaixo ou muito próximos** do preço ofertado (R\$ 150,00), cumprindo o que foi solicitado na diligência. A interpretação do Pregoeiro de que a documentação foi insuficiente ignora a materialidade dos fatos e configura **excesso de formalismo**, violando a Lei nº 14.133/2021 que prioriza a contratação da proposta mais vantajosa [403, 15.5].

2.2. DO VÍCIO FORMAL E O DEVER DE SANEAMENTO (Item 9.10 do Edital)

A inabilitação por não ter inserido os documentos de habilitação no módulo **HABILITANET** na data de 25/11/2025, sob a justificativa de que a falha constituiu afronta à isonomia, é ilegal, pois o ato violou o **princípio da razoabilidade, da proporcionalidade e do formalismo moderado**, consagrados na Lei nº 14.133/2021.

1. Existência Material dos Documentos e Causa de Força Maior: A Recorrente alegou que a falha no *upload* para o módulo HABILITANET foi causada por um **pico de energia**. Em Direito Administrativo, fatos supervenientes ou eventos de **Caso Fortuito ou Força Maior** devem ser considerados, conforme previsto inclusive em minutas contratuais (como causas para alteração de preços registrados ou não execução de contrato). Ademais, a Recorrente prontamente comunicou no chat que os documentos já estavam **anexados**

junto com a proposta e ofereceu-se para reanexá-los. O Pregoeiro tinha, portanto, conhecimento da **existência material** dos documentos de habilitação.

2. **O Dever de Saneamento da Administração (Lei nº 14.133/2021):** O Edital é explícito ao afirmar que "**O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público**" [403, 15.8]. O envio de documentos no local incorreto (com a proposta, em vez do HABILITANET) ou a falha no *upload* devido a um pico de energia constituem **falhas sanáveis** que não alteram a substância dos documentos ou sua validade jurídica [389, 9.15].

3. **Habilitação de ME/EPP e a Fase de Diligência:** A Lei nº 14.133/2021, em conjunto com a Lei Complementar nº 123/2006 (tratamento de ME/EPP), estabelece que a comprovação da regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte **somente será exigida para efeito de contratação**, e não como condição para participação [389, 9.18]. A Administração deve conceder prazo para a regularização da documentação fiscal, se necessário. A inabilitação sumária, ignorando a comunicação sobre a falha técnica (pico de energia) e a manifestação de reenvio, configura a violação do dever legal do Agente de Contratação de realizar **diligência** para sanar erros ou falhas [389, 9.15].

4. **A Alegação de Afronta à Isonomia é Insustentável:** O Pregoeiro alegou que a falha violou o princípio da isonomia porque "permitiu a análise antecipada da fase da habilitação por parte de outros concorrentes". Tal argumento é **desproporcional e injustificado**, pois: a) A publicidade dos documentos da proposta ocorre **após a fase de lances** [356, 4.10]. Se os documentos de habilitação foram anexados junto com a proposta, sua eventual visualização pelos demais licitantes é um risco inerente ao próprio sistema eletrônico (que deveria ter compartimentalizado as informações), e não um ato ilícito da Recorrente. b) A **máxima vantagem para a Administração** (o menor preço exequível) [403, 15.5] deve prevalecer sobre o formalismo excessivo de um erro de *upload* que foi justificado por evento externo e comunicado de pronto.

2.3. DO ERRO DE JULGAMENTO E O DEVER DE DENÚNCIA

As ações do Agente de Contratação, ao recusar uma proposta que demonstrou historicamente sua exequibilidade (comprovada por contratos anteriores executados a preços similares, como R\$ 148,00/unidade) e ao inabilitar a empresa por um erro formal sanável (falha no módulo de *upload* por "pico de energia"), configuram um ato que pode ter causado **grave prejuízo ao erário público**, ao afastar a proposta mais vantajosa.

A recusa em aceitar a melhor proposta por motivos puramente formais e insubstanciais, em detrimento do interesse público na economicidade, pode configurar infração administrativa por parte do agente responsável. O Edital prevê que a autoridade competente deve observar o princípio da proporcionalidade e da razoabilidade na aplicação de sanções [402, 13.5] e que a inexecução parcial do contrato (ou a não entrega de documentação) é passível de sanção [398, 13.1.d]. Analogamente, a inabilitação indevida da proposta vencedora também deve ser analisada sob a ótica da Lei nº 14.133/2021.

O Agente de Contratação tem o dever de atuar conforme a lei. No caso de inabilitação com base em formalidades rígidas, ignorando princípios basilares da Lei de Licitações (Lei nº 14.133/2021), a Autoridade Superior (Prefeito) tem o **dever legal** de reverter a decisão [396, 12.5].

O Edital do Pregão Eletrônico nº 17/2025 prevê que a interposição de recurso será dirigida à autoridade que proferiu a decisão (Pregoeiro), a qual poderá **reconsiderar sua decisão** [396, 12.5]. Caso não haja reconsideração, o recurso deve ser encaminhado à **Autoridade Superior** para decisão final, a quem cabe a análise da legalidade, moralidade e eficiência do ato administrativo.

III. PEDIDO E REQUERIMENTOS FINAIS

Diante do exposto e do robusto conjunto probatório que confirma a exequibilidade econômica da Recorrente (ODONTO ALFA LTDA), sustentada por contratos e notas fiscais de serviços já prestados em valores compatíveis, e considerando a natureza sanável do erro formal alegado (falha no HABILITANET), requer-se:

1. **O Conhecimento e Provimento** do presente Recurso Administrativo para: a) **Reconhecer a plena exequibilidade da proposta** da Recorrente, afastando a inabilitação fundamentada nos itens 7.6, 7.6.4 e 7.8 do Edital, e validando os preços propostos (R 148,00, R 200,00, etc.). b) **Anular o ato de inabilitação por vício formal**, reconhecendo que a falha no *upload* para o módulo HABILITANET (Item 9.10 do Edital) é uma falha sanável de caráter não essencial [403, 15.8], especialmente em vista da comunicação de "pico de energia" e da existência da documentação anexada em outra parte do sistema. c) **Declarar a Recorrente, ODONTO ALFA LTDA, HABILITADA** para o prosseguimento do certame, assegurando a contratação da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, conforme a Lei nº 14.133/2021.

2. Caso o Agente de Contratação mantenha a decisão, requer-se que, no prazo de 3 (três) dias úteis [396, 12.5], este recurso seja encaminhado à **Autoridade Superior** para decisão final.

3. Requer, ainda, que a Autoridade Superior analise o ato administrativo de inabilitação do Pregoeiro quanto à manifesta violação dos princípios do formalismo moderado e da busca pela vantajosidade, adotando as medidas de controle interno cabíveis, a fim de garantir a estrita observância da Lei nº 14.133/2021 e evitar prejuízo ao interesse público.

Nestes termos, pede deferimento.

Miracema do Tocantins – TO, 01 de DEZEMBRO DE 2025




Documento assinado digitalmente

GUSTAVO NUNES ANDRADE

Data: 01/12/2025 07:56:19-9300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Gustavo Nunes Andrade Representante Legal - ODONTO ALFA LTDA CPF:
086.765.431-78

FL.(S)
Nº 294
RUBRICA: 



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO – MA

DESPACHO

A

Excelentíssima Senhora


MARISA ELANNE DAMASCENO DE FRANÇA

Secretária Municipal de Saúde

Ref. Recursos Administrativos relativo ao PREGÃO ELETRÔNICO Nº 17/2025

Envio os presentes recursos devidamente motivados para apreciação e julgamento na forma do parágrafo único do Art. 166 da Lei nº 14.133/2021.

São João do Paraíso (MA), 12 de dezembro de 2025.


Ilton Rodrigues de Sousa
Agente de Contratação
Portaria nº 02A/2025



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO – MA

DECISÃO ADMINISTRATIVA PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2025.09.16.0016 – PMSJP

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 17/2025

INTERESSADO: Prefeitura Municipal de São João do Paraíso/MA.

RECORRENTES: Odonto Alfa LTDA.

I – DO RECURSO INTERPOSTO PELA EMPRESA ODONTO ALFA LTDA

Trata-se de recurso administrativo interposto por **ODONTO ALFA LTDA**, em face da decisão do Agente de Contratação que a declarou **INABILITADA**, com fundamento na inexecuibilidade da proposta (itens 7.6, 7.6.4 e 7.8 do Edital) e no descumprimento do item 9.10 do Edital, relativo ao envio dos documentos de habilitação por meio do módulo HABILITANET.

A Recorrente sustenta, em síntese, que: (i) comprovou a exequibilidade de sua proposta mediante apresentação de contratos e preços praticados em outros entes públicos; (ii) é microempresa optante pelo Simples Nacional, o que justificaria preços inferiores; e (iii) a falha no envio dos documentos pelo módulo correto decorreu de pico de energia, tratando-se de vício formal sanável.

II – DA ANÁLISE DA INEXEQUIBILIDADE DA PROPOSTA

Conforme se extrai dos autos, o Agente de Contratação, diante de **desconto superior a 50% do valor estimado**, instaurou diligência nos termos do item 7.8 do Edital, solicitando **memória de cálculo completa da composição dos custos**, acompanhada de **documentos comprobatórios**, tais como contratos e notas fiscais que demonstrassem a execução pretérita dos serviços **pelos mesmos preços ofertados**.

A documentação apresentada pela Recorrente **não atendeu integralmente à exigência editalícia**, uma vez que se limitou a demonstrar compromissos contratuais e valores ofertados em outros certames, **sem comprovar a efetiva execução dos serviços por preços iguais ou inferiores**, conforme expressamente requerido na diligência.

Nos termos do art. 59, inciso III, da Lei nº 14.133/2021, é legítima a desclassificação da proposta cuja inexecuibilidade reste demonstrada após diligência regularmente instaurada. Ressalte-se que a condição de microempresa ou a opção pelo Simples Nacional **não afastam o dever de comprovação objetiva da exequibilidade**, tampouco autorizam a presunção automática de viabilidade econômica. Assim, não se verifica ilegalidade ou excesso de formalismo na conclusão do Agente de Contratação quanto à **não comprovação satisfatória da exequibilidade da proposta**.

III – DO DESCUMPRIMENTO DO ITEM 9.10 DO EDITAL (HABILITANET)

O Edital do Pregão Eletrônico nº 17/2025 é claro ao estabelecer, em seu item 9.10, que a habilitação será verificada exclusivamente por meio do **módulo HABILITANET**. Tal regra visa assegurar a **ordem procedimental**, a **isonomia entre os licitantes** e o **julgamento objetivo**.



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO – MA

No caso concreto, é incontroverso que a empresa ODONTO ALFA LTDA não inseriu os documentos de habilitação no módulo próprio dentro do prazo concedido, limitando-se a alegar, posteriormente, ocorrência de pico de energia e a informar que os documentos haviam sido anexados juntamente com a proposta.

Embora a Lei nº 14.133/2021 adote o princípio do formalismo moderado, este não autoriza o afastamento de regra editalícia essencial à condução regular do certame, sobretudo quando o descumprimento compromete a isonomia e a transparência do procedimento.

Ademais, a juntada antecipada de documentos de habilitação, fora do ambiente e do momento processual adequados, pode ensejar acesso indevido à informação por outros licitantes, conforme corretamente consignado pelo Agente de Contratação, caracterizando afronta aos princípios da vinculação ao instrumento convocatório e da igualdade.

Não se trata, portanto, de mera falha formal irrelevante, mas de descumprimento procedimental apto a justificar a inabilitação, inexistindo dever jurídico da Administração de relevar ou sanar a irregularidade após o encerramento do prazo.

IV – CONCLUSÃO

Diante de todo o exposto, verifica-se que a decisão de inabilitação da empresa ODONTO ALFA LTDA encontra-se devidamente motivada, amparada no Edital do Pregão Eletrônico nº 17/2025 e em consonância com a Lei nº 14.133/2021, não se evidenciando violação aos princípios da razoabilidade, proporcionalidade ou formalismo moderado.

V – DECISÃO

Com fundamento no art. 165, §2º, da Lei nº 14.133/2021,

DECIDO:

1. **CONHECER** do recurso administrativo interposto por **ODONTO ALFA LTDA**, por ser tempestivo;
2. **NEGAR-LHE PROVIMENTO**, mantendo-se integralmente a decisão do Agente de Contratação que declarou a Recorrente **INABILITADA**;
3. **RATIFICAR a regularidade do julgamento** e determinar o **prosseguimento do certame**, nos termos do Edital.

Publique-se. Cientifique-se a Recorrente.

São João do Paraíso/MA, 15 de dezembro de 2025.

MARISA ELANNE
DAMASCENO DE
FRANCA:60035612380

Assinado de forma digital por
MARISA ELANNE DAMASCENO
DE FRANCA:60035612380
Dados: 2025.12.15 12:23:43
-03'00'

Marisa Elanne Damasceno de França
Secretária Municipal de Saúde
Portaria nº 005/2025



**MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO
PARAISO/MA**

Classificação da Disputa

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 17/2025

PROCESSO LICITATÓRIO

2025.09.16.0016-PMSJP

ITEM 1

| ITEM | Posição | ID | Fornecedor | CNPJ | Cidade/UF | Enquadramento | Marca | Modelo | Valor Lance | Quantidade | Vir. Total |
|------|-------------------------------|-------|---|------------------------|----------------------------------|---------------|-------------|-------------|----------------|------------|------------------|
| 4 | Fornecedor Desclassificado | 82456 | S.P. DE SOUSA LTDA | 57.896.954/0001- 27 | São Miguel de Tocantins/TO | ME | SERV IÇO | SERVI ÇO | R\$ 446,00 | 188,00 | R\$ 27.260,00 |
| 4 | Fornecedor Inabilitado | 6464 | ODONTO-ALFA LTDA | 40.990.464/0001- 66 | Miracema do Tocantins/TO | ME | SERV IÇO | SERVI ÇO | R\$ 460,00 | 188,00 | R\$ 28.200,00 |
| 1 | 1 | 55334 | J. MARINHO RODRIGUES | 29.932.476/0001- 42 | São João do Paraíso/MA | ME | SERV IÇO | SERVI ÇO | R\$ 247,00 | 188,00 | R\$ 46.436,00 |
| 1 | 2 | 55101 | LABORATORIO DE PROTESE DENTARIA SOLUCAO LTDA | 36.271.505/0001- 38 | Goiânia/GO | EPP | SERV IÇO | SERVI ÇO | R\$ 255,00 | 188,00 | R\$ 47.940,00 |
| 1 | 3 | 84298 | LABORATORIO DE PROTESES DENTARIA PRO-DENTE LTDA | 52.691.221/0001- 57 | Mato Verde/MG | ME | SERV IÇO | SERVI ÇO | R\$ 262,00 | 188,00 | R\$ 49.256,00 |
| 1 | 4 | 46583 | ULTRA SORRISO LTDA | 45.900.097/0001- 27 | Porto Franco/MA | EPP | SERV IÇO | SERVI ÇO | R\$ 274,00 | 188,00 | R\$ 51.512,00 |

ITEM 2

| ITEM | Posição | ID | Fornecedor | CNPJ | Cidade/UF | Enquadramento | Marca | Modelo | Valor Lance | Quantidade | Vir. Total |
|------|-------------------------------|-------|-------------------------|------------------------|----------------------------------|---------------|-------------|-------------|----------------|------------|------------------|
| 2 | Fornecedor Desclassificado | 86763 | S.P. DE SOUSA LTDA | 57.896.954/0001- 27 | São Miguel de Tocantins/TO | ME | SERV IÇO | SERVI ÇO | R\$ 446,00 | 62,00 | R\$ 8.090,00 |
| 2 | Fornecedor Inabilitado | 20689 | ODONTO-ALFA LTDA | 40.990.464/0001- 66 | Miracema do Tocantins/TO | ME | SERV IÇO | SERVI ÇO | R\$ 460,00 | 62,00 | R\$ 9.300,00 |
| 2 | 1 | 25228 | J. MARINHO RODRIGUES | 29.932.476/0001- 42 | São João do Paraíso/MA | ME | SERV IÇO | SERVI ÇO | R\$ 247,00 | 62,00 | R\$ 15.314,00 |

FL. (S)

Nº 299

RUBRICA: Pml

| ITEM | Posição | ID | Fornecedor | CNPJ | Cidade/UF | Enquadramento | Marca | Modelo | Valor Lance | Quantidade | Vir. Total |
|------|---------|-------|---|--------------------|-----------------|---------------|----------|----------|-------------|------------|---------------|
| 2 | 2 | 74745 | LABORATORIO DE PROTESES DENTARIA PRO-DENTE LTDA | 52.691.221/0001-57 | Mato Verde/MG | ME | SERV IÇO | SERVI ÇO | R\$ 262,00 | 62,00 | R\$ 16.244,00 |
| 2 | 3 | 99610 | ULTRA SORRISO LTDA | 45.900.097/0001-27 | Porto Franco/MA | EPP | SERV IÇO | SERVI ÇO | R\$ 275,00 | 62,00 | R\$ 17.050,00 |

ITEM 3

| ITEM | Posição | ID | Fornecedor | CNPJ | Cidade/UF | Enquadramento | Marca | Modelo | Valor Lance | Quantidade | Vir. Total |
|------|----------------------------|-------|---|--------------------|----------------------------|---------------|----------|----------|-------------|------------|---------------|
| 3 | Fornecedor Desclassificado | 75624 | S.P. DE SOUSA LTDA | 67.895.954/0001-27 | São Miguel de Tocantins/TO | ME | SERV IÇO | SERVI ÇO | R\$ 445,00 | 188,00 | R\$ 27.260,00 |
| 3 | Fornecedor Inabilitado | 87922 | ODONTO-ALFA LTDA | 40.090.404/0001-66 | Miracema do Tocantins/TO | ME | SERV IÇO | SERVI ÇO | R\$ 450,00 | 188,00 | R\$ 28.200,00 |
| 3 | 1 | 91979 | J. MARINHO RODRIGUES | 29.932.476/0001-42 | São João do Paraíso/MA | ME | SERV IÇO | SERVI ÇO | R\$ 249,00 | 188,00 | R\$ 46.812,00 |
| 3 | 2 | 19722 | LABORATORIO DE PROTESE DENTARIA SOLUCAO LTDA | 36.271.505/0001-38 | Goiania/GO | EPP | SERV IÇO | SERVI ÇO | R\$ 260,00 | 188,00 | R\$ 48.880,00 |
| 3 | 3 | 69939 | LABORATORIO DE PROTESES DENTARIA PRO-DENTE LTDA | 52.691.221/0001-57 | Mato Verde/MG | ME | SERV IÇO | SERVI ÇO | R\$ 262,00 | 188,00 | R\$ 49.256,00 |
| 3 | 4 | 61065 | ULTRA SORRISO LTDA | 45.900.097/0001-27 | Porto Franco/MA | EPP | SERV IÇO | SERVI ÇO | R\$ 275,00 | 188,00 | R\$ 51.700,00 |

ITEM 4

| ITEM | Posição | ID | Fornecedor | CNPJ | Cidade/UF | Enquadramento | Marca | Modelo | Valor Lance | Quantidade | Vir. Total |
|------|----------------------------|-------|----------------------|--------------------|----------------------------|---------------|----------|----------|-------------|------------|---------------|
| 4 | Fornecedor Desclassificado | 71416 | S.P. DE SOUSA LTDA | 67.895.954/0001-27 | São Miguel de Tocantins/TO | ME | SERV IÇO | SERVI ÇO | R\$ 445,00 | 62,00 | R\$ 8.990,00 |
| 4 | Fornecedor Inabilitado | 48410 | ODONTO-ALFA LTDA | 40.090.404/0001-66 | Miracema do Tocantins/TO | ME | SERV IÇO | SERVI ÇO | R\$ 450,00 | 62,00 | R\$ 9.390,00 |
| 4 | 1 | 63656 | J. MARINHO RODRIGUES | 29.932.476/0001-42 | São João do Paraíso/MA | ME | SERV IÇO | SERVI ÇO | R\$ 249,00 | 62,00 | R\$ 15.438,00 |

| ITEM | Posição | ID | Fornecedor | CNPJ | Cidade/UF | Enquadramento | Marca | Modelo | Valor Lance | Quantidade | Vir. Total |
|------|---------|-------|---|------------------------|--------------------|---------------|-------------|-------------|----------------|------------|------------------|
| 4 | 2 | 18487 | LABORATORIO DE PROTESES DENTARIA PRO-DENTE LTDA | 52.691.221/0001- 57 | Mato Verde/MG | ME | SERV IÇO | SERVI ÇO | R\$ 270,00 | 62,00 | R\$ 16.740,00 |
| 4 | 3 | 97630 | ULTRA SORRISO LTDA | 45.900.097/0001- 27 | Porto Franco/MA | EPP | SERV IÇO | SERVI ÇO | R\$ 275,00 | 62,00 | R\$ 17.050,00 |

ITEM 5

| ITEM | Posição | ID | Fornecedor | CNPJ | Cidade/UF | Enquadramento | Marca | Modelo | Valor Lance | Quantidade | Vir. Total |
|------|-------------------------------|-------|---|------------------------|----------------------------------|---------------|-------------|-------------|----------------|------------|------------------|
| 5 | Fornecedor Desclassificado | 76704 | S.P. DE SOUSA LTDA | 57.895.954/0001- 27 | São Miguel de Tocantins/TO | ME | SERV IÇO | SERVI ÇO | R\$ 145,00 | 80,00 | R\$ 11.600,00 |
| 5 | Fornecedor Inabilitado | 18289 | ODONTO ALFA LTDA | 40.900.404/0001- 56 | Miracema de Tocantins/TO | ME | SERV IÇO | SERVI ÇO | R\$ 150,00 | 80,00 | R\$ 12.000,00 |
| 5 | 1 | 61388 | J. MARINHO RODRIGUES | 29.932.476/0001- 42 | São João do Paraíso/MA | ME | SERV IÇO | SERVI ÇO | R\$ 241,00 | 80,00 | R\$ 19.280,00 |
| 5 | 2 | 56157 | LABORATORIO DE PROTESE DENTARIA SOLUCAO LTDA | 36.271.505/0001- 38 | Goiânia/GO | EPP | SERV IÇO | SERVI ÇO | R\$ 255,00 | 80,00 | R\$ 20.400,00 |
| 5 | 3 | 62097 | ULTRA SORRISO LTDA | 45.900.097/0001- 27 | Porto Franco/MA | EPP | SERV IÇO | SERVI ÇO | R\$ 260,00 | 80,00 | R\$ 20.800,00 |
| 5 | 4 | 51499 | LABORATORIO DE PROTESES DENTARIA PRO-DENTE LTDA | 52.691.221/0001- 57 | Mato Verde/MG | ME | SERV IÇO | SERVI ÇO | R\$ 270,00 | 80,00 | R\$ 21.600,00 |

ITEM 6

| ITEM | Posição | ID | Fornecedor | CNPJ | Cidade/UF | Enquadramento | Marca | Modelo | Valor Lance | Quantidade | Vir. Total |
|------|-------------------------------|-------|-------------------------|------------------------|----------------------------------|---------------|-------------|-------------|----------------|------------|------------------|
| 6 | Fornecedor Desclassificado | 74795 | S.P. DE SOUSA LTDA | 57.895.954/0001- 27 | São Miguel de Tocantins/TO | ME | SERV IÇO | SERVI ÇO | R\$ 145,00 | 80,00 | R\$ 11.600,00 |
| 6 | Fornecedor Inabilitado | 15825 | ODONTO ALFA LTDA | 40.900.404/0001- 56 | Miracema de Tocantins/TO | ME | SERV IÇO | SERVI ÇO | R\$ 150,00 | 80,00 | R\$ 12.000,00 |
| 6 | 1 | 62178 | J. MARINHO RODRIGUES | 29.932.476/0001- 42 | São João do Paraíso/MA | ME | SERV IÇO | SERVI ÇO | R\$ 243,00 | 80,00 | R\$ 19.440,00 |

FL(S)

Nº 301

RUBRICÃ: *Paul*

| ITEM | Posição | ID | Fornecedor | CNPJ | Cidade/UF | Enquadramento | Marca | Modelo | Valor Lance | Quantidade | Vir. Total |
|------|---------|-------|---|------------------------|--------------------|---------------|-------------|-------------|----------------|------------|------------------|
| 6 | 2 | 74649 | LABORATORIO DE PROTESE DENTARIA SOLUCAO LTDA | 36.271.505/0001- 38 | Goiania/GO | EPP | SERV IÇO | SERVI ÇO | R\$ 260,00 | 80,00 | R\$ 20.800,00 |
| 6 | 3 | 44974 | LABORATORIO DE PROTESES DENTARIA PRO-DENTE LTDA | 52.691.221/0001- 57 | Mato Verde/MG | ME | SERV IÇO | SERVI ÇO | R\$ 270,00 | 80,00 | R\$ 21.600,00 |
| 6 | 4 | 37089 | ULTRA SORRISO LTDA | 45.900.097/0001- 27 | Porto Franco/MA | EPP | SERV IÇO | SERVI ÇO | R\$ 286,00 | 80,00 | R\$ 22.880,00 |


MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO PARAISO/MA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 17/2025

PROCESSO LICITATÓRIO 2025.09.16.0016-PMSJP

Vencedor(es) do(s) Item(s)

FL.(S)
Nº 302
RUBRICA: 
LICITANET
SISTEMA ELETRÔNICO

 logo comprador

Fornecedor: J. MARINHO RODRIGUES - 29.932.476/0001-42

| Item | Quant. | Un | Descrição | Marca | Modelo | Valor Lance | Total Lance | Valor Orçado | Total Orçado | Econ. % | Economia R\$ |
|----------------------|--------|---------|---|---------|---------|-----------------------------|---------------|--------------|---------------|----------------|--------------|
| 1 | 188,00 | unidade | PRÓTESE TOTAL MANDIBULAR PALATO INCOLOR. (COTA PRINCIPAL) | SERVIÇO | SERVIÇO | R\$ 247,00 | R\$ 46.436,00 | R\$ 450,00 | R\$ 84.600,00 | 45,11 % | R\$ 203,00 |
| 2 | 62,00 | unidade | PRÓTESE TOTAL MANDIBULAR PALATO INCOLOR. (COTA RESERVADA) | SERVIÇO | SERVIÇO | R\$ 247,00 | R\$ 15.314,00 | R\$ 450,00 | R\$ 27.900,00 | 45,11 % | R\$ 203,00 |
| 3 | 188,00 | unidade | PRÓTESE TOTAL MAXILAR. (COTA PRINCIPAL) | SERVIÇO | SERVIÇO | R\$ 249,00 | R\$ 46.812,00 | R\$ 453,75 | R\$ 85.305,00 | 45,12 % | R\$ 204,75 |
| 4 | 62,00 | unidade | PRÓTESE TOTAL MAXILAR. (COTA RESERVADA) | SERVIÇO | SERVIÇO | R\$ 249,00 | R\$ 15.438,00 | R\$ 453,75 | R\$ 28.132,50 | 45,12 % | R\$ 204,75 |
| 5 | 80,00 | unidade | PRÓTESE PARCIAL REMOVÍVEL MAXILAR COM ARTE METALICA DE CrCo. | SERVIÇO | SERVIÇO | R\$ 241,00 | R\$ 19.280,00 | R\$ 429,32 | R\$ 34.345,60 | 43,86 % | R\$ 188,32 |
| 6 | 80,00 | unidade | PRÓTESE PARCIAL REMOVÍVEL MANDIBULAR COM ARTE METALICA DE CrCo. | SERVIÇO | SERVIÇO | R\$ 243,00 | R\$ 19.440,00 | R\$ 441,90 | R\$ 35.352,00 | 45,01 % | R\$ 198,90 |
| Total R\$ 162.720,00 | | | | | | Total Orçado R\$ 295.635,10 | | 44,96% | | R\$ 132.915,10 | |

Fornecedor(es) participante(s)

| Fornecedor | CNPJ | Item(s) Vencido(s) | Total Geral | Total Orçado | Econ. % | Economia R\$ |
|----------------------|--------------------|-----------------------|----------------|----------------|---------|----------------|
| J. MARINHO RODRIGUES | 29.932.476/0001-42 | 1 - 2 - 3 - 4 - 5 - 6 | R\$ 162.720,00 | R\$ 295.635,10 | 44,96% | R\$ 132.915,10 |
| Total Geral | | | R\$ 162.720,00 | R\$ 295.635,10 | 44,96% | R\$ 132.915,10 |

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO
PARAISO/MA

logo

ATA DE REALIZAÇÃO DO PREGÃO
ELETRÔNICO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 17/2025

PROCESSO LICITATÓRIO
2025.09.16.0016-PMSJP

comprador

Às 14:32:10 horas do dia 17 de Novembro de 2025 reuniram-se no site www.licitanet.com.br, o(a) Pregoeiro(a) Oficial e respectivos membros da Equipe de Apoio, abaixo relacionados, com a finalidade de realizar todos os procedimentos relativos ao referido pregão eletrônico que tem como objeto: **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONFEÇÃO DE PRÓTESE DENTÁRIA, VISANDO ATENDER AS NECESSIDADES DOS PROGRAMAS DE SAÚDE BUCAL DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO/MA..**

A participação na presente disputa do(s) lote(s) ou item(ns) evidencia(m) ter o proponente examinado todos os termos deste edital e seus anexos aceitando irrevogavelmente suas exigências por declaração aceita quando do envio de sua proposta inicial pela plataforma eletrônica. Termo aceito: **"DECLARO QUE TENHO PLENO CONHECIMENTO E ATENDO A TODAS AS EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO E ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS PREVISTAS NO EDITAL"**.

Até a data e horário estabelecido para envio da(s) proposta(s), ou seja, 14:30:00 horas do dia 17/11/2025, foi(ram) recebida(s), por meio eletrônico, a(s) proposta(s) de preços do(s) fornecedor(es) referente(s) ao(s) lote(s) ou item(ns) do aludido processo, conforme demonstrado abaixo:

Item 1

Propostas Iniciais

Propostas Iniciais do Item 1

| ID | Fornecedor | CNPJ | Marca | Modelo | Proposta R\$ | Situação | Motivo |
|-------|---|----------------|-------|--------|--------------|--------------|--------|
| 84298 | LABORATORIO DE PROTESES DENTARIA PRO-DENTE LTDA | 52691221000157 | | | R\$ 450,00 | Classificada | — |
| 46583 | ULTRA SORRISO LTDA | 45900097000127 | | | R\$ 450,00 | Classificada | — |
| 55334 | J. MARINHO RODRIGUES | 29932476000142 | | | R\$ 450,00 | Classificada | — |
| 32156 | S P DE SOUSA LTDA | 57895954000127 | | | R\$ 400,00 | Classificada | — |
| 55101 | LABORATORIO DE PROTESE DENTARIA SOLUCAO LTDA | 36271505000138 | | | R\$ 420,00 | Classificada | — |
| 5451 | ODONTO ALFA LTDA | 40900404000156 | | | R\$ 400,00 | Classificada | — |

Lances

Lances do item 1

| Fornecedor | CNPJ | Valor Lance R\$ | Data/Hora | Tipo |
|-------------------|--------------------|-----------------|------------------------|-------------------------------|
| S P DE SOUSA LTDA | 57.895.954/0001-27 | R\$ 445,00 | 17/11/2025 14:36:25 | Fornecedor Desclassificado |
| ODONTO ALFA LTDA | 40.900.404/0001-56 | R\$ 460,00 | 17/11/2025 14:36:10 | Fornecedor Inabilitado |
| S P DE SOUSA LTDA | 57.895.954/0001-27 | R\$ 460,00 | 17/11/2025 14:35:53 | Fornecedor Desclassificado |

Lances do Item 1

| Fornecedor | CNPJ | Valor Lance R\$ | Data/Hora | Tipo |
|---|--------------------|--------------------|------------------------|-------------------------------|
| ODONTO ALFA LTDA | 40.000.404/0001-56 | R\$ 170,00 | 17/11/2025 14:35:47 | Fornecedor Inabilitado |
| S P DE SOUSA LTDA | 57.805.054/0001-27 | R\$ 175,00 | 17/11/2025 14:35:42 | Fornecedor Desclassificado |
| ODONTO ALFA LTDA | 40.000.404/0001-56 | R\$ 180,00 | 17/11/2025 14:35:28 | Fornecedor Inabilitado |
| S P DE SOUSA LTDA | 57.805.054/0001-27 | R\$ 180,00 | 17/11/2025 14:35:24 | Fornecedor Desclassificado |
| ODONTO ALFA LTDA | 40.000.404/0001-56 | R\$ 200,00 | 17/11/2025 14:34:47 | Fornecedor Inabilitado |
| S P DE SOUSA LTDA | 57.805.054/0001-27 | R\$ 230,00 | 17/11/2025 14:34:42 | Fornecedor Desclassificado |
| J. MARINHO RODRIGUES | 29.932.476/0001-42 | R\$ 247,00 | 17/11/2025 14:36:37 | Intermediario |
| ODONTO ALFA LTDA | 40.000.404/0001-56 | R\$ 250,00 | 17/11/2025 14:34:34 | Fornecedor Inabilitado |
| LABORATORIO DE PROTESE DENTARIA SOLUCAO LTDA | 36.271.505/0001-38 | R\$ 255,00 | 17/11/2025 14:44:13 | Intermediario |
| S P DE SOUSA LTDA | 57.805.054/0001-27 | R\$ 260,00 | 17/11/2025 14:34:19 | Fornecedor Desclassificado |
| LABORATORIO DE PROTESES DENTARIA PRO-DENTE LTDA | 52.691.221/0001-57 | R\$ 262,00 | 17/11/2025 14:38:40 | Intermediario |
| ULTRA SORRISO LTDA | 45.900.097/0001-27 | R\$ 274,00 | 17/11/2025 14:43:46 | Intermediario |
| ULTRA SORRISO LTDA | 45.900.097/0001-27 | R\$ 275,00 | 17/11/2025 14:42:24 | Intermediario |
| ODONTO ALFA LTDA | 40.000.404/0001-56 | R\$ 280,00 | 17/11/2025 14:34:44 | Fornecedor Inabilitado |
| J. MARINHO RODRIGUES | 29.932.476/0001-42 | R\$ 299,00 | 17/11/2025 14:34:08 | Manual |
| ODONTO ALFA LTDA | 40.000.404/0001-56 | R\$ 300,00 | 17/11/2025 14:34:04 | Fornecedor Inabilitado |
| J. MARINHO RODRIGUES | 29.932.476/0001-42 | R\$ 319,00 | 17/11/2025 14:34:01 | Intermediario |
| S P DE SOUSA LTDA | 57.805.054/0001-27 | R\$ 320,00 | 17/11/2025 14:33:56 | Fornecedor Desclassificado |
| ULTRA SORRISO LTDA | 45.900.097/0001-27 | R\$ 340,00 | 17/11/2025 14:41:23 | Intermediario |
| ULTRA SORRISO LTDA | 45.900.097/0001-27 | R\$ 345,00 | 17/11/2025 14:33:46 | Manual |
| ODONTO ALFA LTDA | 40.000.404/0001-56 | R\$ 350,00 | 17/11/2025 14:33:42 | Fornecedor Inabilitado |
| S P DE SOUSA LTDA | 57.805.054/0001-27 | R\$ 367,00 | 17/11/2025 14:33:38 | Fornecedor Desclassificado |

FL(S)
 Nº 305
 RÚBRICA:

Lances do Item 1

| Fornecedor | CNPJ | Valor Lance R\$ | Data/Hora | Tipo |
|---|--------------------|-----------------|---------------------|----------------------------|
| ULTRA SORRISO LTDA | 45.900.097/0001-27 | R\$ 378,00 | 17/11/2025 14:33:39 | Intermediario |
| ODONTO ALFA LTDA | 40.890.404/0001-56 | R\$ 389,00 | 17/11/2025 14:33:33 | Fornecedor Inabilitado |
| J. MARINHO RODRIGUES | 29.932.476/0001-42 | R\$ 389,00 | 17/11/2025 14:33:27 | Manual |
| ODONTO ALFA LTDA | 40.890.404/0001-56 | R\$ 390,00 | 17/11/2025 14:33:19 | Fornecedor Inabilitado |
| ODONTO ALFA LTDA | 40.890.404/0001-56 | R\$ 400,00 | 17/11/2025 09:27:00 | Fornecedor Inabilitado |
| S.P. DE SOUSA LTDA | 57.806.954/0001-27 | R\$ 400,00 | 17/11/2025 16:04:48 | Fornecedor Desclassificado |
| LABORATORIO DE PROTESE DENTARIA SOLUCAO LTDA | 36.271.505/0001-38 | R\$ 420,00 | 14/11/2025 15:52:46 | Classificado |
| J. MARINHO RODRIGUES | 29.932.476/0001-42 | R\$ 450,00 | 12/11/2025 17:14:34 | Classificado |
| ULTRA SORRISO LTDA | 45.900.097/0001-27 | R\$ 450,00 | 10/11/2025 11:40:55 | Classificado |
| LABORATORIO DE PROTESES DENTARIA PRO-DENTE LTDA | 52.691.221/0001-57 | R\$ 450,00 | 04/11/2025 17:28:26 | Classificado |

Classificação Final

Classificação Final do Item 1

| Posição | Licitante | CNPJ | Melhor Oferta R\$ |
|---------|---|--------------------|-------------------|
| 1º | J. MARINHO RODRIGUES | 29.932.476/0001-42 | R\$ 247,00 |
| 2º | LABORATORIO DE PROTESE DENTARIA SOLUCAO LTDA | 36.271.505/0001-38 | R\$ 255,00 |
| 3º | LABORATORIO DE PROTESES DENTARIA PRO-DENTE LTDA | 52.691.221/0001-57 | R\$ 262,00 |
| 4º | ULTRA SORRISO LTDA | 45.900.097/0001-27 | R\$ 274,00 |

Mensagens

Mensagens do Item 1

| Usuário | Data/Hora | Mensagem |
|---------|---------------------|---|
| Sistema | 17/11/2025 14:32:18 | O ITEM 1 foi ordenado e classificado. Boa sorte! |
| Sistema | 17/11/2025 14:33:09 | O ITEM 1 está na fase competitiva e sua disputa durará 10 (dez) minutos. Sr(s). Fornecedor(es), não havendo novos lances nos últimos 02 (dois) minutos da fase competitiva o ITEM 1 será encerrado automaticamente! |
| Sistema | 17/11/2025 14:43:18 | A etapa de envio de lances do ITEM 1 foi prorrogada automaticamente e será de 02 (dois) minutos. Boa sorte! |
| Sistema | 17/11/2025 14:46:21 | A prorrogação automática do ITEM 1 está encerrada. |
| Sistema | 17/11/2025 14:48:20 | O ITEM 1 está em negociação e ficará aberto para lances pelo período de 10 minutos. |
| Sistema | 17/11/2025 14:58:22 | O tempo de negociação está encerrado. |

FL.(S)
 Nº 306
 RUBRICA:

Mensagens do Item 1

| Usuário | Data/Hora | Mensagem |
|---------------------|------------------------|--|
| Sistema | 17/11/2025 14:59:55 | A proposta do fornecedor S P DE SOUSA LTDA do ITEM - 1 , foi ACEITA pelo valor de R\$145,00 . |
| Sistema | 18/11/2025 10:02:48 | Fornecedor: S P DE SOUSA LTDA , com lance no valor de R\$ 145,00 , sua proposta FOI RECUSADA pelo motivo abaixo: a empresa S P DE SOUSA LTDA , está DECLASSIFICADA para os itens motivo: deixou de enviar a proposta readequada e nem se que se justificou o motivo do não envio dentro do prazo estipulado no sistema conforme o solicitado, conforme o item 6.20.4 do Edital! |
| Sistema | 18/11/2025 10:02:48 | A proposta do fornecedor ODONTO ALFA LTDA do ITEM - 1 , foi ACEITA pelo valor de R\$150,00 . |
| Sistema | 18/11/2025 10:03:22 | O ITEM 1 está em negociação e ficará aberto para lances pelo período de 10 minutos . |
| Sistema | 18/11/2025 10:13:25 | O tempo de negociação está encerrado . |
| Sistema | 25/11/2025 10:01:42 | Sr(s). fornecedor(es) está aberto o prazo de 10 minutos para intenção de Recurso/Reconsideração, se houver interesse em recorrer esse o momento para se manifestar. |
| Sistema | 25/11/2025 10:06:14 | O fornecedor LABORATORIO DE PROTESE DENTARIA SOLUCAO LTDA manifestou intenção de Recurso/Reconsideração |
| Sistema | 25/11/2025 10:07:15 | O fornecedor ULTRA SORRISO LTDA manifestou intenção de Recurso/Reconsideração |
| Sistema | 25/11/2025 10:11:42 | Srs. Licitantes, está encerrado o prazo para manifestação de intenção de Recurso/Reconsideração |
| Fornecedor 46583 | 25/11/2025 10:39:43 | Senhor Pregoeiro, de acordo com o item 3.7. do edital e os itens 3.7.1. e 3.7.2., solicitamos que verifique a veracidade, tendo em vista que a empresa Arrematada consta sua jurisdição fora dos Ambitos Local e Regional. |
| Fornecedor 55101 | 25/11/2025 12:14:53 | Boa tarde !!! Dr.,(a) Pregoeiro(a); qual seria o prognóstico; tendo em vista que se aproxima ao horário do almoço ?? Teria como marcar uma data/hora, para o retorno ??? |
| Fornecedor 5451 | 26/11/2025 10:49:41 | Bom dia |
| Fornecedor 5451 | 26/11/2025 10:50:12 | Ontem tivemos pico de energia na cidade, mas anexamos os documentos juntos com a proposta, mas podemos anexar novamente no portal |
| Fornecedor 5451 | 26/11/2025 10:58:53 | Perfeito |
| Fornecedor 55334 | 27/11/2025 10:14:26 | Bom dia senhor pregoeiro |
| Fornecedor 55101 | 27/11/2025 10:26:10 | Bom dia !! |
| Sistema | 27/11/2025 15:05:46 | Empresa: ODONTO ALFA LTDA - 40900404000156 , INABILITADA por descumprir as regras do Edital, conforme despacho: DECISÃO Conforme já explanado no documento em anexo no sistema, decido por declarar a empresa ODONTO ALFA LTDA, CNPJ nº 40.900.404/0001-56, INABILITADA. de acordo com o relatório! |
| Sistema | 27/11/2025 15:05:46 | A proposta do fornecedor J. MARINHO RODRIGUES do ITEM - 1 , foi ACEITA pelo valor de R\$247,00 . |
| Sistema | 27/11/2025 15:06:21 | O ITEM 1 está em negociação e ficará aberto para lances pelo período de 10 minutos . |
| Sistema | 27/11/2025 15:16:21 | O tempo de negociação está encerrado . |
| Fornecedor 5451 | 27/11/2025 15:33:33 | Ol |
| Fornecedor 5451 | 27/11/2025 15:41:33 | A inabilitação por excesso de formalismo viola o princípio do aproveitamento dos atos (Item 15.8 do Edital) e a faculdade da Administração de sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos (Item 9.15 do Edital). A falha na retransmissão tempestiva da documentação de habilitação ocorreu por fato superveniente (pico de energia), e a documentação já existia à época da abertura do certame |

Mensagens do Item 1

| Usuário | Data/Hora | Mensagem |
|-----------------|---------------------|--|
| Fornecedor 5451 | 27/11/2025 15:42:39 | Ademais, a exequibilidade da proposta no valor de R\$ 150,00 é plenamente comprovada, conforme demonstrado pelos nossos custos internos detalhados e pelo histórico de fornecimento de produtos com preço médio de R\$ 148,00 para outros municípios. Portanto, o argumento sobre a inexistência de custos de oportunidade capazes de justificar a oferta (Item 7.7.1.2) é materialmente insubsistente |
| Sistema | 28/11/2025 09:03:40 | Sr(s). fornecedor(es) está aberto o prazo de 10 minutos para intenção de Recurso/Reconsideração, se houver interesse em recorrer esse o momento para se manifestar. |
| Sistema | 28/11/2025 09:06:26 | O fornecedor LABORATORIO DE PROTESE DENTARIA SOLUCAO LTDA manifestou intenção de Recurso/Reconsideração |
| Sistema | 28/11/2025 09:08:44 | O fornecedor LABORATORIO DE PROTESES DENTARIA PRO-DENTE LTDA manifestou intenção de Recurso/Reconsideração |
| Sistema | 28/11/2025 09:13:41 | Srs. Licitantes, está encerrado o prazo para manifestação de intenção de Recurso/Reconsideração |
| Sistema | 28/11/2025 11:54:41 | Srs. licitantes, após a análise dos documentos inseridos na plataforma, hei por bem, HABILITAR o fornecedor J. MARINHO RODRIGUES-29.932.476/0001-42 , tendo em vista, que cumpriu os requisitos habilitatórios exigidos no instrumento convocatório. O fornecedor J. MARINHO RODRIGUES -29.932.476/0001-42 venceu o ITEM -1 pelo valor de R\$247,00 . |
| Sistema | 28/11/2025 11:54:54 | Sr(s). fornecedor(es) está aberto o prazo de 10 minutos para intenção de Recurso/Reconsideração, se houver interesse em recorrer esse o momento para se manifestar. |
| Sistema | 28/11/2025 11:55:06 | O fornecedor ODONTO ALFA LTDA manifestou intenção de Recurso/Reconsideração |
| Sistema | 28/11/2025 11:55:12 | O fornecedor ODONTO ALFA LTDA manifestou intenção de Recurso/Reconsideração |
| Sistema | 28/11/2025 11:59:20 | O fornecedor LABORATORIO DE PROTESE DENTARIA SOLUCAO LTDA manifestou intenção de Recurso/Reconsideração |
| Sistema | 28/11/2025 12:04:55 | Srs. Licitantes, está encerrado o prazo para manifestação de intenção de Recurso/Reconsideração |
| Sistema | 28/11/2025 12:07:02 | A manifestação de Intenção de Recurso/Reconsideração de LABORATORIO DE PROTESE DENTARIA SOLUCAO LTDA foi recebida pelo seguinte motivo: . E foi aberto o prazo para que o fornecedor envie as razões até 03/12/2025 e os outros interessados envie as contrarrazões até 08/12/2025 . |
| Sistema | 28/11/2025 12:07:02 | A manifestação de Intenção de Recurso/Reconsideração de ULTRA SORRISO LTDA foi recebida pelo seguinte motivo: . E foi aberto o prazo para que o fornecedor envie as razões até 03/12/2025 e os outros interessados envie as contrarrazões até 08/12/2025 . |
| Sistema | 28/11/2025 12:07:02 | A manifestação de Intenção de Recurso/Reconsideração de LABORATORIO DE PROTESE DENTARIA SOLUCAO LTDA foi recebida pelo seguinte motivo: . E foi aberto o prazo para que o fornecedor envie as razões até 03/12/2025 e os outros interessados envie as contrarrazões até 08/12/2025 . |
| Sistema | 28/11/2025 12:07:02 | A manifestação de Intenção de Recurso/Reconsideração de LABORATORIO DE PROTESES DENTARIA PRO-DENTE LTDA foi recebida pelo seguinte motivo: . E foi aberto o prazo para que o fornecedor envie as razões até 03/12/2025 e os outros interessados envie as contrarrazões até 08/12/2025 . |
| Sistema | 28/11/2025 12:07:02 | A manifestação de Intenção de Recurso/Reconsideração de ODONTO ALFA LTDA foi recebida pelo seguinte motivo: . E foi aberto o prazo para que o fornecedor envie as razões até 03/12/2025 e os outros interessados envie as contrarrazões até 08/12/2025 . |
| Sistema | 28/11/2025 12:07:02 | A manifestação de Intenção de Recurso/Reconsideração de ODONTO ALFA LTDA foi recebida pelo seguinte motivo: . E foi aberto o prazo para que o fornecedor envie as razões até 03/12/2025 e os outros interessados envie as contrarrazões até 08/12/2025 . |
| Sistema | 28/11/2025 12:07:02 | A manifestação de Intenção de Recurso/Reconsideração de LABORATORIO DE PROTESE DENTARIA SOLUCAO LTDA foi recebida pelo seguinte motivo: . E foi aberto o prazo para que o fornecedor envie as razões até 03/12/2025 e os outros interessados envie as contrarrazões até 08/12/2025 . |
| Sistema | 01/12/2025 07:57:34 | O fornecedor ODONTO ALFA LTDA acabou ENVIAR o arquivo recurso_administrativ1_assinado_1764586654.pdf referente ao Recurso/Reconsideração e o mesmo será disponibilizado após o fim do prazo de envio de razões caso não seja excluído pelo fornecedor. |
| Sistema | 01/12/2025 07:57:34 | O fornecedor ODONTO ALFA LTDA acabou ENVIAR o arquivo recurso_administrativ1_assinado_1764586654.pdf referente ao Recurso/Reconsideração e o mesmo será disponibilizado após o fim do prazo de envio de razões caso não seja excluído pelo fornecedor. |

FL.(S)

Nº 302

RUBRICA:

Mensagens do Item 1

| Usuário | Data/Hora | Mensagem |
|---------|------------------------|--|
| Sistema | 01/12/2025 15:41:37 | O fornecedor ULTRA SORRISO LTDA acabou ENVIAR o arquivo recurso_ultra_sorriso_1764814496.pdf referente ao Recurso/Reconsideração e o mesmo será disponibilizado após o fim do prazo de envio de razões caso não seja excluído pelo fornecedor. |
| Sistema | 03/12/2025 19:36:51 | O fornecedor LABORATORIO DE PROTESE DENTARIA SOLUCAO LTDA acabou ENVIAR o arquivo recurso_administrativo_laboratorio_solucacao_1764801411.pdf referente ao Recurso/Reconsideração e o mesmo será disponibilizado após o fim do prazo de envio de razões caso não seja excluído pelo fornecedor. |
| Sistema | 03/12/2025 19:36:51 | O fornecedor LABORATORIO DE PROTESE DENTARIA SOLUCAO LTDA acabou ENVIAR o arquivo recurso_administrativo_laboratorio_solucacao_1764801411.pdf referente ao Recurso/Reconsideração e o mesmo será disponibilizado após o fim do prazo de envio de razões caso não seja excluído pelo fornecedor. |
| Sistema | 03/12/2025 19:36:51 | O fornecedor LABORATORIO DE PROTESE DENTARIA SOLUCAO LTDA acabou ENVIAR o arquivo recurso_administrativo_laboratorio_solucacao_1764801411.pdf referente ao Recurso/Reconsideração e o mesmo será disponibilizado após o fim do prazo de envio de razões caso não seja excluído pelo fornecedor. |
| Sistema | 03/12/2025 22:15:17 | O fornecedor LABORATORIO DE PROTESES DENTARIA PRO-DENTE LTDA acabou ENVIAR o arquivo recurso_administrativo_pro_dente_1764810917.pdf referente ao Recurso/Reconsideração e o mesmo será disponibilizado após o fim do prazo de envio de razões caso não seja excluído pelo fornecedor. |
| Sistema | 08/12/2025 18:45:45 | O fornecedor J. MARINHO RODRIGUES acabou ENVIAR o arquivo contrarrazoes_assinado_1765230345.pdf referente ao Recurso/Reconsideração e o mesmo será disponibilizado após o fim do prazo de envio de contra razões caso não seja excluído pelo fornecedor. |
| Sistema | 16/12/2025 10:34:33 | O Recurso/Reconsideração do ODONTO ALFA LTDA foi indeferido pelo seguinte motivo: <i>Com fundamento no art. 165, §2º, da Lei nº 14.133/2021, DECIDO: 1. CONHECER do recurso administrativo interposto por ODONTO ALFA LTDA, por ser tempestivo; 2. NEGAR-LHE PROVIMENTO, mantendo-se integralmente a decisão do Agente de Contratação que declarou a Recorrente INABILITADA; 3. RATIFICAR a regularidade do julgamento e determinar o prosseguimento do certame, nos termos do Edital.</i> |
| Sistema | 16/12/2025 10:34:33 | O Recurso/Reconsideração do ODONTO ALFA LTDA foi indeferido pelo seguinte motivo: <i>Com fundamento no art. 165, §2º, da Lei nº 14.133/2021, DECIDO: 1. CONHECER do recurso administrativo interposto por ODONTO ALFA LTDA, por ser tempestivo; 2. NEGAR-LHE PROVIMENTO, mantendo-se integralmente a decisão do Agente de Contratação que declarou a Recorrente INABILITADA; 3. RATIFICAR a regularidade do julgamento e determinar o prosseguimento do certame, nos termos do Edital.</i> |
| Sistema | 16/12/2025 10:36:52 | O Recurso/Reconsideração do LABORATORIO DE PROTESE DENTARIA SOLUCAO LTDA foi indeferido pelo seguinte motivo: <i>Diante do exposto, com fundamento nos arts. 5º, 12, 63, 64, 165 e 169 da Lei nº 14.133/2021, bem como nos princípios da legalidade, isonomia, vinculação ao instrumento convocatório, julgamento objetivo e formalismo moderado: DECIDO: 1. NEGAR PROVIMENTO aos recursos administrativos interpostos; 2. MANTER a habilitação e classificação da empresa J. Marinho Rodrigues – CNPJ nº 29.932.476/0001-42; 3. DETERMINAR o regular prosseguimento do certame, com a adoção das providências subsequentes.</i> |
| Sistema | 16/12/2025 10:36:52 | O Recurso/Reconsideração do LABORATORIO DE PROTESE DENTARIA SOLUCAO LTDA foi indeferido pelo seguinte motivo: <i>Diante do exposto, com fundamento nos arts. 5º, 12, 63, 64, 165 e 169 da Lei nº 14.133/2021, bem como nos princípios da legalidade, isonomia, vinculação ao instrumento convocatório, julgamento objetivo e formalismo moderado: DECIDO: 1. NEGAR PROVIMENTO aos recursos administrativos interpostos; 2. MANTER a habilitação e classificação da empresa J. Marinho Rodrigues – CNPJ nº 29.932.476/0001-42; 3. DETERMINAR o regular prosseguimento do certame, com a adoção das providências subsequentes.</i> |
| Sistema | 16/12/2025 10:36:52 | O Recurso/Reconsideração do LABORATORIO DE PROTESE DENTARIA SOLUCAO LTDA foi indeferido pelo seguinte motivo: <i>Diante do exposto, com fundamento nos arts. 5º, 12, 63, 64, 165 e 169 da Lei nº 14.133/2021, bem como nos princípios da legalidade, isonomia, vinculação ao instrumento convocatório, julgamento objetivo e formalismo moderado: DECIDO: 1. NEGAR PROVIMENTO aos recursos administrativos interpostos; 2. MANTER a habilitação e classificação da empresa J. Marinho Rodrigues – CNPJ nº 29.932.476/0001-42; 3. DETERMINAR o regular prosseguimento do certame, com a adoção das providências subsequentes.</i> |
| Sistema | 16/12/2025 10:38:29 | O Recurso/Reconsideração do LABORATORIO DE PROTESES DENTARIA PRO-DENTE LTDA foi indeferido pelo seguinte motivo: <i>Diante do exposto, com fundamento nos arts. 5º, 12, 63, 64, 165 e 169 da Lei nº 14.133/2021, bem como nos princípios da legalidade, isonomia, vinculação ao instrumento convocatório, julgamento objetivo e formalismo moderado: DECIDO: 1. NEGAR PROVIMENTO aos recursos administrativos interpostos; 2. MANTER a habilitação e classificação da empresa J. Marinho Rodrigues – CNPJ nº 29.932.476/0001-42; 3. DETERMINAR o regular prosseguimento do certame, com a adoção das providências subsequentes.</i> |
| Sistema | 16/12/2025 10:39:06 | O Recurso/Reconsideração do ULTRA SORRISO LTDA foi indeferido pelo seguinte motivo: <i>Diante do exposto, com fundamento nos arts. 5º, 12, 63, 64, 165 e 169 da Lei nº 14.133/2021, bem como nos princípios da legalidade, isonomia, vinculação ao instrumento convocatório, julgamento objetivo e formalismo moderado: DECIDO: 1. NEGAR PROVIMENTO aos recursos administrativos interpostos; 2. MANTER a habilitação e classificação da empresa J. Marinho Rodrigues – CNPJ nº 29.932.476/0001-42; 3. DETERMINAR o regular prosseguimento do certame, com a adoção das providências subsequentes.</i> |
| Sistema | 16/12/2025 10:41:10 | A disputa do ITEM 1 está encerrada. Despacho: |

Recursos

Recursos do Item 1

| Fornecedor | CNPJ | Data/Hora | Declaração | Decisão | Tipo |
|---|----------------|------------------------|------------|---|------------|
| LABORATORIO DE PROTESE DENTARIA SOLUCAO LTDA | 36271505000138 | 25/11/2025 10:06:14 | | Diante do exposto, com fundamento nos arts. 5º, 12, 63, 64, 165 e 169 da Lei nº 14.133/2021, bem como nos princípios da legalidade, isonomia, vinculação ao instrumento convocatório, julgamento objetivo e formalismo moderado: DECIDO: 1. NEGAR PROVIMENTO aos recursos administrativos interpostos; 2. MANTER a habilitação e classificação da empresa J. Marinho Rodrigues – CNPJ nº 29.932.476/0001-42; 3. DETERMINAR o regular prosseguimento do certame, com a adoção das providências subsequentes. | Indeferido |
| ULTRA SORRISO LTDA | 45900097000127 | 25/11/2025 10:07:15 | | Diante do exposto, com fundamento nos arts. 5º, 12, 63, 64, 165 e 169 da Lei nº 14.133/2021, bem como nos princípios da legalidade, isonomia, vinculação ao instrumento convocatório, julgamento objetivo e formalismo moderado: DECIDO: 1. NEGAR PROVIMENTO aos recursos administrativos interpostos; 2. MANTER a habilitação e classificação da empresa J. Marinho Rodrigues – CNPJ nº 29.932.476/0001-42; 3. DETERMINAR o regular prosseguimento do certame, com a adoção das providências subsequentes | Indeferido |
| LABORATORIO DE PROTESE DENTARIA SOLUCAO LTDA | 36271505000138 | 28/11/2025 09:06:26 | | Diante do exposto, com fundamento nos arts. 5º, 12, 63, 64, 165 e 169 da Lei nº 14.133/2021, bem como nos princípios da legalidade, isonomia, vinculação ao instrumento convocatório, julgamento objetivo e formalismo moderado: DECIDO: 1. NEGAR PROVIMENTO aos recursos administrativos interpostos; 2. MANTER a habilitação e classificação da empresa J. Marinho Rodrigues – CNPJ nº 29.932.476/0001-42; 3. DETERMINAR o regular prosseguimento do certame, com a adoção das providências subsequentes. | Indeferido |
| LABORATORIO DE PROTESES DENTARIA PRO-DENTE LTDA | 52691221000157 | 28/11/2025 09:08:44 | | Diante do exposto, com fundamento nos arts. 5º, 12, 63, 64, 165 e 169 da Lei nº 14.133/2021, bem como nos princípios da legalidade, isonomia, vinculação ao instrumento convocatório, julgamento objetivo e formalismo moderado: DECIDO: 1. NEGAR PROVIMENTO aos recursos administrativos interpostos; 2. MANTER a habilitação e classificação da empresa J. Marinho Rodrigues – CNPJ nº 29.932.476/0001-42; 3. DETERMINAR o regular prosseguimento do certame, com a adoção das providências subsequentes | Indeferido |
| ODONTO ALFA LTDA | 40900404000156 | 28/11/2025 11:55:06 | | Com fundamento no art. 165, §2º, da Lei nº 14.133/2021, DECIDO: 1. CONHECER do recurso administrativo interposto por ODONTO ALFA LTDA, por ser tempestivo; 2. NEGAR-LHE PROVIMENTO, mantendo-se integralmente a decisão do Agente de Contratação que declarou a Recorrente INABILITADA; 3. RATIFICAR a regularidade do julgamento e determinar o prosseguimento do certame, nos termos do Edital. | Indeferido |
| ODONTO ALFA LTDA | 40900404000156 | 28/11/2025 11:55:12 | | Com fundamento no art. 165, §2º, da Lei nº 14.133/2021, DECIDO: 1. CONHECER do recurso administrativo interposto por ODONTO ALFA LTDA, por ser tempestivo; 2. NEGAR-LHE PROVIMENTO, mantendo-se integralmente a decisão do Agente de Contratação que declarou a Recorrente INABILITADA; 3. RATIFICAR a regularidade do julgamento e determinar o prosseguimento do certame, nos termos do Edital. | Indeferido |
| LABORATORIO DE PROTESE DENTARIA SOLUCAO LTDA | 36271505000138 | 28/11/2025 11:59:20 | | Diante do exposto, com fundamento nos arts. 5º, 12, 63, 64, 165 e 169 da Lei nº 14.133/2021, bem como nos princípios da legalidade, isonomia, vinculação ao instrumento convocatório, julgamento objetivo e formalismo moderado: DECIDO: 1. NEGAR PROVIMENTO aos recursos administrativos interpostos; 2. MANTER a habilitação e classificação da empresa J. Marinho Rodrigues – CNPJ nº 29.932.476/0001-42; 3. DETERMINAR o regular prosseguimento do certame, com a adoção das providências subsequentes. | Indeferido |

Item 2

Propostas Iniciais

Propostas Iniciais do Item 2

| ID | Fornecedor | CNPJ | Marca | Modelo | Proposta R\$ | Situação | Motivo |
|-------|---|----------------|-------|--------|--------------|--------------|--------|
| 74745 | LABORATORIO DE PROTESES DENTARIA PRO-DENTE LTDA | 52691221000157 | | | R\$ 450,00 | Classificada | - |
| 99610 | ULTRA SORRISO LTDA | 45900097000127 | | | R\$ 450,00 | Classificada | - |
| 25228 | J. MARINHO RODRIGUES | 29932476000142 | | | R\$ 450,00 | Classificada | -- |
| 85763 | S P DE SOUSA LTDA | 57895954000127 | | | R\$ 400,00 | Classificada | -- |
| 20689 | ODONTO ALFA LTDA | 40900404000156 | | | R\$ 400,00 | Classificada | - |

Lances

Lances do Item 2

| Fornecedor | CNPJ | Valor Lance R\$ | Data/Hora | Tipo |
|---|--------------------|-----------------|---------------------|----------------------------|
| S P DE SOUSA LTDA | 57.895.954/0001-27 | R\$ 445,00 | 17/11/2025 14:36:31 | Fornecedor Desclassificado |
| ODONTO ALFA LTDA | 40.900.404/0001-66 | R\$ 450,00 | 17/11/2025 14:36:07 | Fornecedor Inabilitado |
| S P DE SOUSA LTDA | 57.895.954/0001-27 | R\$ 460,00 | 17/11/2025 14:35:58 | Fornecedor Desclassificado |
| ODONTO ALFA LTDA | 40.900.404/0001-66 | R\$ 470,00 | 17/11/2025 14:35:51 | Fornecedor Inabilitado |
| S P DE SOUSA LTDA | 57.895.954/0001-27 | R\$ 475,00 | 17/11/2025 14:35:47 | Fornecedor Desclassificado |
| ODONTO ALFA LTDA | 40.900.404/0001-66 | R\$ 480,00 | 17/11/2025 14:35:36 | Fornecedor Inabilitado |
| S P DE SOUSA LTDA | 57.895.954/0001-27 | R\$ 490,00 | 17/11/2025 14:35:31 | Fornecedor Desclassificado |
| ODONTO ALFA LTDA | 40.900.404/0001-66 | R\$ 200,00 | 17/11/2025 14:34:56 | Fornecedor Inabilitado |
| S P DE SOUSA LTDA | 57.895.954/0001-27 | R\$ 240,00 | 17/11/2025 14:34:52 | Fornecedor Desclassificado |
| J. MARINHO RODRIGUES | 29.932.476/0001-42 | R\$ 247,00 | 17/11/2025 14:36:46 | Intermediario |
| ODONTO ALFA LTDA | 40.900.404/0001-66 | R\$ 250,00 | 17/11/2025 14:34:37 | Fornecedor Inabilitado |
| LABORATORIO DE PROTESES DENTARIA PRO-DENTE LTDA | 52.691.221/0001-57 | R\$ 262,00 | 17/11/2025 14:38:53 | Intermediario |
| ULTRA SORRISO LTDA | 45.900.097/0001-27 | R\$ 275,00 | 17/11/2025 14:42:30 | Intermediario |
| S P DE SOUSA LTDA | 57.895.954/0001-27 | R\$ 280,00 | 17/11/2025 14:34:33 | Fornecedor Desclassificado |
| ODONTO ALFA LTDA | 40.900.404/0001-66 | R\$ 300,00 | 17/11/2025 14:34:18 | Fornecedor Inabilitado |

FL(S)
 Nº 311
 RUBRICA:

Lances do Item 2

| Fornecedor | CNPJ | Valor Lance R\$ | Data/Hora | Tipo |
|---|--------------------|-----------------|---------------------|----------------------------|
| ULTRA SORRISO LTDA | 45.900.097/0001-27 | R\$ 346,00 | 17/11/2025 14:41:43 | Intermediario |
| J. MARINHO RODRIGUES | 29.932.476/0001-42 | R\$ 349,00 | 17/11/2025 14:34:13 | Manual |
| ODONTO-ALFA LTDA | 40.900.404/0001-66 | R\$ 350,00 | 17/11/2025 14:24:05 | Fornecedor Inabilitado |
| ULTRA SORRISO LTDA | 45.900.097/0001-27 | R\$ 375,00 | 17/11/2025 14:33:52 | Manual |
| ODONTO-ALFA LTDA | 40.900.404/0001-66 | R\$ 380,00 | 17/11/2025 14:33:36 | Fornecedor Inabilitado |
| J. MARINHO RODRIGUES | 29.932.476/0001-42 | R\$ 389,00 | 17/11/2025 14:33:31 | Manual |
| ODONTO-ALFA LTDA | 40.900.404/0001-66 | R\$ 390,00 | 17/11/2025 14:33:23 | Fornecedor Inabilitado |
| ODONTO-ALFA LTDA | 40.900.404/0001-66 | R\$ 400,00 | 17/11/2025 08:27:09 | Fornecedor Inabilitado |
| S P DE SOUSA LTDA | 67.886.954/0001-27 | R\$ 400,00 | 13/11/2025 16:04:48 | Fornecedor Desclassificado |
| J. MARINHO RODRIGUES | 29.932.476/0001-42 | R\$ 450,00 | 12/11/2025 17:14:34 | Classificado |
| ULTRA SORRISO LTDA | 45.900.097/0001-27 | R\$ 450,00 | 10/11/2025 11:40:55 | Classificado |
| LABORATORIO DE PROTESES DENTARIA PRO-DENTE LTDA | 52.691.221/0001-57 | R\$ 450,00 | 04/11/2025 17:28:26 | Classificado |

Classificação Final

Classificação Final do Item 2

| Posição | Licitante | CNPJ | Melhor Oferta R\$ |
|---------|---|--------------------|-------------------|
| 1º | J. MARINHO RODRIGUES | 29.932.476/0001-42 | R\$ 247,00 |
| 2º | LABORATORIO DE PROTESES DENTARIA PRO-DENTE LTDA | 52.691.221/0001-57 | R\$ 262,00 |
| 3º | ULTRA SORRISO LTDA | 45.900.097/0001-27 | R\$ 275,00 |

Mensagens

Mensagens do Item 2

| Usuário | Data/Hora | Mensagem |
|---------|---------------------|---|
| Sistema | 17/11/2025 14:32:18 | O ITEM 2 foi ordenado e classificado. Boa sorte! |
| Sistema | 17/11/2025 14:33:09 | O ITEM 2 está na fase competitiva e sua disputa durará 10 (dez) minutos. Sr(s). Fornecedor(es), não havendo novos lances nos últimos 02 (dois) minutos da fase competitiva o ITEM 2 será encerrado automaticamente! |
| Sistema | 17/11/2025 14:43:18 | A etapa de envio de lances do ITEM 2 foi prorrogada automaticamente e será de 02 (dois) minutos. Boa sorte! |
| Sistema | 17/11/2025 14:45:27 | A prorrogação automática do ITEM 2 está encerrada. |

Mensagens do Item 2

| Usuário | Data/Hora | Mensagem |
|---------|------------------------|---|
| Sistema | 17/11/2025 14:48:20 | O ITEM 2 está em negociação e ficará aberto para lances pelo período de 10 minutos. |
| Sistema | 17/11/2025 14:58:22 | O tempo de negociação está encerrado. |
| Sistema | 17/11/2025 14:59:55 | A proposta do fornecedor S P DE SOUSA LTDA do ITEM - 2, foi ACEITA pelo valor de R\$145,00. |
| Sistema | 18/11/2025 10:02:48 | Fornecedor: S P DE SOUSA LTDA, com lance no valor de R\$ 145,00, sua proposta FOI RECUSADA pelo motivo abaixo: a empresa S P DE SOUSA LTDA, está DESCLASSIFICADA para os itens motivo: deixou de enviar a proposta readequada e nem se que se justificou o motivo do não envio dentro do prazo estipulado no sistema conforme o solicitado, conforme o item 6.20.4 do Edital! |
| Sistema | 18/11/2025 10:02:48 | A proposta do fornecedor ODONTO ALFA LTDA do ITEM - 2, foi ACEITA pelo valor de R\$150,00. |
| Sistema | 18/11/2025 10:03:22 | O ITEM 2 está em negociação e ficará aberto para lances pelo período de 10 minutos. |
| Sistema | 18/11/2025 10:13:25 | O tempo de negociação está encerrado. |
| Sistema | 25/11/2025 10:01:42 | Sr(s). fornecedor(es) está aberto o prazo de 10 minutos para intenção de Recurso/Reconsideração, se houver interesse em recorrer esse o momento para se manifestar. |
| Sistema | 25/11/2025 10:07:15 | O fornecedor ULTRA SORRISO LTDA manifestou intenção de Recurso/Reconsideração |
| Sistema | 25/11/2025 10:11:42 | Srs. Licitantes, está encerrado o prazo para manifestação de intenção de Recurso/Reconsideração |
| Sistema | 27/11/2025 15:05:46 | Empresa: ODONTO ALFA LTDA - 40900404000156, INABILITADA por descumprir as regras do Edital, conforme despacho: DECISÃO Conforme já explanado no documento em anexo no sistema, decido por declarar a empresa ODONTO ALFA LTDA, CNPJ nº 40.900.404/0001-56, INABILITADA, de acordo com o relatório! |
| Sistema | 27/11/2025 15:05:46 | A proposta do fornecedor J. MARINHO RODRIGUES do ITEM - 2, foi ACEITA pelo valor de R\$247,00. |
| Sistema | 27/11/2025 15:06:21 | O ITEM 2 está em negociação e ficará aberto para lances pelo período de 10 minutos. |
| Sistema | 27/11/2025 15:16:21 | O tempo de negociação está encerrado. |
| Sistema | 28/11/2025 09:03:40 | Sr(s). fornecedor(es) está aberto o prazo de 10 minutos para intenção de Recurso/Reconsideração, se houver interesse em recorrer esse o momento para se manifestar. |
| Sistema | 28/11/2025 09:08:44 | O fornecedor LABORATORIO DE PROTESES DENTARIA PRO-DENTE LTDA manifestou intenção de Recurso/Reconsideração |
| Sistema | 28/11/2025 09:13:41 | Srs. Licitantes, está encerrado o prazo para manifestação de intenção de Recurso/Reconsideração |
| Sistema | 28/11/2025 11:54:41 | Srs. licitantes, após a análise dos documentos inseridos na plataforma, hei por bem, HABILITAR o fornecedor J. MARINHO RODRIGUES-29.932.476/0001-42, tendo em vista, que cumpriu os requisitos habilitatórios exigidos no instrumento convocatório. O fornecedor J. MARINHO RODRIGUES -29.932.476/0001-42 venceu o ITEM -2 pelo valor de R\$247,00. |
| Sistema | 28/11/2025 11:54:54 | Sr(s). fornecedor(es) está aberto o prazo de 10 minutos para intenção de Recurso/Reconsideração, se houver interesse em recorrer esse o momento para se manifestar. |
| Sistema | 28/11/2025 11:55:06 | O fornecedor ODONTO ALFA LTDA manifestou intenção de Recurso/Reconsideração |
| Sistema | 28/11/2025 11:55:12 | O fornecedor ODONTO ALFA LTDA manifestou intenção de Recurso/Reconsideração |
| Sistema | 28/11/2025 12:04:55 | Srs. Licitantes, está encerrado o prazo para manifestação de intenção de Recurso/Reconsideração |
| Sistema | 28/11/2025 12:07:02 | A manifestação de Intenção de Recurso/Reconsideração de ULTRA SORRISO LTDA foi recebida pelo seguinte motivo: . E foi aberto o prazo para que o fornecedor envie as razões até 03/12/2025 e os outros interessados envie as contrarrazões até 08/12/2025. |

FL(S)
Nº 313RUBRICA: 

Mensagens do Item 2

| Usuário | Data/Hora | Mensagem |
|---------|------------------------|---|
| Sistema | 28/11/2025 12:07:02 | A manifestação de Intenção de Recurso/Reconsideração de LABORATORIO DE PROTESES DENTARIA PRO-DENTE LTDA foi recebida pelo seguinte motivo: . E foi aberto o prazo para que o fornecedor envie as razões até 03/12/2025 e os outros interessados envie as contrarrazões até 08/12/2025 . |
| Sistema | 28/11/2025 12:07:02 | A manifestação de Intenção de Recurso/Reconsideração de ODONTO ALFA LTDA foi recebida pelo seguinte motivo: . E foi aberto o prazo para que o fornecedor envie as razões até 03/12/2025 e os outros interessados envie as contrarrazões até 08/12/2025 . |
| Sistema | 28/11/2025 12:07:02 | A manifestação de Intenção de Recurso/Reconsideração de ODONTO ALFA LTDA foi recebida pelo seguinte motivo: . E foi aberto o prazo para que o fornecedor envie as razões até 03/12/2025 e os outros interessados envie as contrarrazões até 08/12/2025 . |
| Sistema | 01/12/2025 07:57:34 | O fornecedor ODONTO ALFA LTDA acabou ENVIAR o arquivo recurso_administrativ1_assinado_1764586654.pdf referente ao Recurso/Reconsideração e o mesmo será disponibilizado após o fim do prazo de envio de razões caso não seja excluído pelo fornecedor. |
| Sistema | 01/12/2025 07:57:34 | O fornecedor ODONTO ALFA LTDA acabou ENVIAR o arquivo recurso_administrativ1_assinado_1764586654.pdf referente ao Recurso/Reconsideração e o mesmo será disponibilizado após o fim do prazo de envio de razões caso não seja excluído pelo fornecedor. |
| Sistema | 01/12/2025 15:41:37 | O fornecedor ULTRA SORRISO LTDA acabou ENVIAR o arquivo recurso_ultra_sorriso_1764614498.pdf referente ao Recurso/Reconsideração e o mesmo será disponibilizado após o fim do prazo de envio de razões caso não seja excluído pelo fornecedor. |
| Sistema | 03/12/2025 22:15:17 | O fornecedor LABORATORIO DE PROTESES DENTARIA PRO-DENTE LTDA acabou ENVIAR o arquivo recurso_administrativo_pro_dente_1764810917.pdf referente ao Recurso/Reconsideração e o mesmo será disponibilizado após o fim do prazo de envio de razões caso não seja excluído pelo fornecedor. |
| Sistema | 16/12/2025 10:34:33 | O Recurso/Reconsideração do ODONTO ALFA LTDA foi indeferido pelo seguinte motivo: <i>Com fundamento no art. 165, §2º, da Lei nº 14.133/2021, DECIDO: 1. CONHECER do recurso administrativo interposto por ODONTO ALFA LTDA, por ser tempestivo; 2. NEGAR-LHE PROVIMENTO, mantendo-se integralmente a decisão do Agente de Contratação que declarou a Recorrente INABILITADA; 3. RATIFICAR a regularidade do julgamento e determinar o prosseguimento do certame, nos termos do Edital..</i> |
| Sistema | 16/12/2025 10:34:33 | O Recurso/Reconsideração do ODONTO ALFA LTDA foi indeferido pelo seguinte motivo: <i>Com fundamento no art. 165, §2º, da Lei nº 14.133/2021, DECIDO: 1. CONHECER do recurso administrativo interposto por ODONTO ALFA LTDA, por ser tempestivo; 2. NEGAR-LHE PROVIMENTO, mantendo-se integralmente a decisão do Agente de Contratação que declarou a Recorrente INABILITADA; 3. RATIFICAR a regularidade do julgamento e determinar o prosseguimento do certame, nos termos do Edital..</i> |
| Sistema | 16/12/2025 10:38:29 | O Recurso/Reconsideração do LABORATORIO DE PROTESES DENTARIA PRO-DENTE LTDA foi indeferido pelo seguinte motivo: <i>Diante do exposto, com fundamento nos arts. 5º, 12, 63, 64, 165 e 169 da Lei nº 14.133/2021, bem como nos princípios da legalidade, isonomia, vinculação ao instrumento convocatório, julgamento objetivo e formalismo moderado: DECIDO: 1. NEGAR PROVIMENTO aos recursos administrativos interpostos; 2. MANTER a habilitação e classificação da empresa J. Marinho Rodrigues – CNPJ nº 29.932.476/0001-42; 3. DETERMINAR o regular prosseguimento do certame, com a adoção das providências subsequentes .</i> |
| Sistema | 16/12/2025 10:39:06 | O Recurso/Reconsideração do ULTRA SORRISO LTDA foi indeferido pelo seguinte motivo: <i>Diante do exposto, com fundamento nos arts. 5º, 12, 63, 64, 165 e 169 da Lei nº 14.133/2021, bem como nos princípios da legalidade, isonomia, vinculação ao instrumento convocatório, julgamento objetivo e formalismo moderado: DECIDO: 1. NEGAR PROVIMENTO aos recursos administrativos interpostos; 2. MANTER a habilitação e classificação da empresa J. Marinho Rodrigues – CNPJ nº 29.932.476/0001-42; 3. DETERMINAR o regular prosseguimento do certame, com a adoção das providências subsequentes .</i> |
| Sistema | 16/12/2025 10:41:10 | A disputa do ITEM 2 está encerrada. Despacho: . |

Recursos

Recursos do Item 2

| Fornecedor | CNPJ | Data/Hora | Declaração | Decisão | Tipo |
|--------------------|----------------|------------------------|------------|--|------------|
| ULTRA SORRISO LTDA | 45900097000127 | 25/11/2025 10:07:15 | | Diante do exposto, com fundamento nos arts. 5º, 12, 63, 64, 165 e 169 da Lei nº 14.133/2021, bem como nos princípios da legalidade, isonomia, vinculação ao instrumento convocatório, julgamento objetivo e formalismo moderado: DECIDO: 1. NEGAR PROVIMENTO aos recursos administrativos interpostos; 2. MANTER a habilitação e classificação da empresa J. Marinho Rodrigues – CNPJ nº 29.932.476/0001-42; 3. DETERMINAR o regular prosseguimento do certame, com a adoção das providências subsequentes | Indeferido |

Recursos do Item 2

| Fornecedor | CNPJ | Data/Hora | Declaração | Decisão | Tipo |
|---|----------------|---------------------|------------|--|------------|
| LABORATORIO DE PROTESES DENTARIA PRO-DENTE LTDA | 52691221000157 | 28/11/2025 09:08:44 | | Diante do exposto, com fundamento nos arts. 5º, 12, 63, 64, 165 e 169 da Lei nº 14.133/2021, bem como nos princípios da legalidade, isonomia, vinculação ao instrumento convocatório, julgamento objetivo e formalismo moderado: DECIDO: 1. NEGAR PROVIMENTO aos recursos administrativos interpostos; 2. MANTER a habilitação e classificação da empresa J. Marinho Rodrigues – CNPJ nº 29.932.476/0001-42; 3. DETERMINAR o regular prosseguimento do certame, com a adoção das providências subsequentes | Indeferido |
| ODONTO ALFA LTDA | 40900404000156 | 28/11/2025 11:55:06 | | Com fundamento no art. 165, §2º, da Lei nº 14.133/2021, DECIDO: 1. CONHECER do recurso administrativo interposto por ODONTO ALFA LTDA, por ser tempestivo; 2. NEGAR-LHE PROVIMENTO, mantendo-se integralmente a decisão do Agente de Contratação que declarou a Recorrente INABILITADA; 3. RATIFICAR a regularidade do julgamento e determinar o prosseguimento do certame, nos termos do Edital. | Indeferido |
| ODONTO ALFA LTDA | 40900404000156 | 28/11/2025 11:55:12 | | Com fundamento no art. 165, §2º, da Lei nº 14.133/2021, DECIDO: 1. CONHECER do recurso administrativo interposto por ODONTO ALFA LTDA, por ser tempestivo; 2. NEGAR-LHE PROVIMENTO, mantendo-se integralmente a decisão do Agente de Contratação que declarou a Recorrente INABILITADA; 3. RATIFICAR a regularidade do julgamento e determinar o prosseguimento do certame, nos termos do Edital. | Indeferido |

Item 3

Propostas Iniciais

Propostas Iniciais do Item 3

| ID | Fornecedor | CNPJ | Marca | Modelo | Proposta R\$ | Situação | Motivo |
|-------|---|----------------|-------|--------|--------------|--------------|--------|
| 69939 | LABORATORIO DE PROTESES DENTARIA PRO-DENTE LTDA | 52691221000157 | | | R\$ 453,00 | Classificada | — |
| 61065 | ULTRA SORRISO LTDA | 45900097000127 | | | R\$ 453,75 | Classificada | — |
| 91979 | J. MARINHO RODRIGUES | 29932476000142 | | | R\$ 453,75 | Classificada | — |
| 75621 | S P DE SOUSA LTDA | 57895854000127 | | | R\$ 403,00 | Classificada | — |
| 19722 | LABORATORIO DE PROTESE DENTARIA SOLUCAO LTDA | 36271505000138 | | | R\$ 420,00 | Classificada | — |
| 87922 | ODONTO ALFA LTDA | 40900404000156 | | | R\$ 400,00 | Classificada | — |

Lances

Lances do Item 3

| Fornecedor | CNPJ | Valor Lance R\$ | Data/Hora | Tipo |
|-------------------|--------------------|-----------------|---------------------|----------------------------|
| S P DE SOUSA LTDA | 57.895.954/0001-27 | R\$ 445,00 | 17/11/2025 14:36:36 | Fornecedor Desclassificado |
| ODONTO ALFA LTDA | 40.900.404/0001-56 | R\$ 150,00 | 17/11/2025 14:36:15 | Fornecedor Inabilitado |
| S P DE SOUSA LTDA | 57.895.954/0001-27 | R\$ 100,00 | 17/11/2025 14:36:06 | Fornecedor Desclassificado |
| ODONTO ALFA LTDA | 40.900.404/0001-56 | R\$ 200,00 | 17/11/2025 14:36:16 | Fornecedor Inabilitado |

FL(S)
Nº 315
RUBRICA: *Paul*

Lances do Item 3

| Fornecedor | CNPJ | Valor Lance R\$ | Data/Hora | Tipo |
|---|--------------------|-----------------|------------------------|-------------------------------|
| J. MARINHO RODRIGUES | 29.932.476/0001-42 | R\$ 249,00 | 17/11/2025 14:35:11 | Manual |
| ODONTO ALFA LTDA | 40.000.404/0001-66 | R\$ 260,00 | 17/11/2025 14:36:07 | Fornecedor Inabilitado |
| LABORATORIO DE PROTESE DENTARIA SOLUCAO LTDA | 36.271.505/0001-38 | R\$ 260,00 | 17/11/2025 14:43:35 | Intermediario |
| LABORATORIO DE PROTESES DENTARIA PRO-DENTE LTDA | 52.691.221/0001-57 | R\$ 262,00 | 17/11/2025 14:40:29 | Intermediario |
| S.P. DE SOUSA LTDA | 67.806.054/0001-27 | R\$ 270,00 | 17/11/2025 14:36:01 | Fornecedor Desclassificado |
| ULTRA SORRISO LTDA | 45.900.097/0001-27 | R\$ 275,00 | 17/11/2025 14:42:40 | Intermediario |
| J. MARINHO RODRIGUES | 29.932.476/0001-42 | R\$ 279,00 | 17/11/2025 14:35:04 | Intermediario |
| ODONTO ALFA LTDA | 40.000.404/0001-66 | R\$ 280,00 | 17/11/2025 14:34:24 | Fornecedor Inabilitado |
| J. MARINHO RODRIGUES | 29.932.476/0001-42 | R\$ 299,00 | 17/11/2025 14:34:17 | Manual |
| ODONTO ALFA LTDA | 40.000.404/0001-66 | R\$ 300,00 | 17/11/2025 14:34:07 | Fornecedor Inabilitado |
| ULTRA SORRISO LTDA | 45.900.097/0001-27 | R\$ 349,00 | 17/11/2025 14:33:58 | Manual |
| ODONTO ALFA LTDA | 40.000.404/0001-66 | R\$ 350,00 | 17/11/2025 14:33:46 | Fornecedor Inabilitado |
| J. MARINHO RODRIGUES | 29.932.476/0001-42 | R\$ 399,00 | 17/11/2025 14:33:38 | Manual |
| ODONTO ALFA LTDA | 40.000.404/0001-66 | R\$ 400,00 | 17/11/2025 09:27:00 | Fornecedor Inabilitado |
| S.P. DE SOUSA LTDA | 67.806.054/0001-27 | R\$ 403,00 | 17/11/2025 16:04:48 | Fornecedor Desclassificado |
| LABORATORIO DE PROTESE DENTARIA SOLUCAO LTDA | 36.271.505/0001-38 | R\$ 420,00 | 14/11/2025 15:52:46 | Classificado |
| LABORATORIO DE PROTESES DENTARIA PRO-DENTE LTDA | 52.691.221/0001-57 | R\$ 453,00 | 04/11/2025 17:28:26 | Classificado |
| J. MARINHO RODRIGUES | 29.932.476/0001-42 | R\$ 453,75 | 12/11/2025 17:14:34 | Classificado |
| ULTRA SORRISO LTDA | 45.900.097/0001-27 | R\$ 453,75 | 10/11/2025 11:40:55 | Classificado |

Classificação Final

Classificação Final do Item 3

| Posição | Licitante | CNPJ | Melhor Oferta R\$ |
|---------|---|--------------------|-------------------|
| 1º | J. MARINHO RODRIGUES | 29.932.476/0001-42 | R\$ 249,00 |
| 2º | LABORATORIO DE PROTESE DENTARIA SOLUCAO LTDA | 36.271.505/0001-38 | R\$ 260,00 |
| 3º | LABORATORIO DE PROTESES DENTARIA PRO-DENTE LTDA | 52.691.221/0001-57 | R\$ 262,00 |

Classificação Final do Item 3

| Posição | Licitante | CNPJ | Melhor Oferta R\$ |
|---------|--------------------|--------------------|-------------------|
| 4º | ULTRA SORRISO LTDA | 45.900.097/0001-27 | R\$ 275,00 |

Mensagens

Mensagens do Item 3

| Usuário | Data/Hora | Mensagem |
|---------|------------------------|--|
| Sistema | 17/11/2025 14:32:18 | O ITEM 3 foi ordenado e classificado. Boa sorte! |
| Sistema | 17/11/2025 14:33:09 | O ITEM 3 está na fase competitiva e sua disputa durará 10 (dez) minutos . Sr(s). Fornecedor(es), não havendo novos lances nos últimos 02 (dois) minutos da fase competitiva o ITEM 3 será encerrado automaticamente! |
| Sistema | 17/11/2025 14:43:18 | A etapa de envio de lances do ITEM 3 foi prorrogada automaticamente e será de 02 (dois) minutos . Boa sorte! |
| Sistema | 17/11/2025 14:45:43 | A prorrogação automática do ITEM 3 está encerrada. |
| Sistema | 17/11/2025 14:48:20 | O ITEM 3 está em negociação e ficará aberto para lances pelo período de 10 minutos . |
| Sistema | 17/11/2025 14:58:22 | O tempo de negociação está encerrado . |
| Sistema | 17/11/2025 14:59:55 | A proposta do fornecedor S P DE SOUSA LTDA do ITEM - 3 , foi ACEITA pelo valor de R\$145,00 . |
| Sistema | 18/11/2025 10:02:48 | Fornecedor: S P DE SOUSA LTDA , com lance no valor de R\$ 145,00 , sua proposta FOI RECUSADA pelo motivo abaixo: a empresa S P DE SOUSA LTDA , está DESCCLASSIFICADA para os itens motivo: deixou de enviar a proposta readequada e nem se que se justificou o motivo do não envio dentro do prazo estipulado no sistema conforme o solicitado, conforme o item 6.20.4 do Edital! |
| Sistema | 18/11/2025 10:02:48 | A proposta do fornecedor ODONTO ALFA LTDA do ITEM - 3 , foi ACEITA pelo valor de R\$150,00 . |
| Sistema | 18/11/2025 10:03:22 | O ITEM 3 está em negociação e ficará aberto para lances pelo período de 10 minutos . |
| Sistema | 18/11/2025 10:13:25 | O tempo de negociação está encerrado . |
| Sistema | 25/11/2025 10:01:42 | Sr(s). fornecedor(es) está aberto o prazo de 10 minutos para intenção de Recurso/Reconsideração, se houver interesse em recorrer esse o momento para se manifestar. |
| Sistema | 25/11/2025 10:06:14 | O fornecedor LABORATORIO DE PROTESE DENTARIA SOLUCAO LTDA manifestou intenção de Recurso/Reconsideração |
| Sistema | 25/11/2025 10:07:15 | O fornecedor ULTRA SORRISO LTDA manifestou intenção de Recurso/Reconsideração |
| Sistema | 25/11/2025 10:11:42 | Srs. Licitantes, está encerrado o prazo para manifestação de intenção de Recurso/Reconsideração |
| Sistema | 27/11/2025 15:05:46 | Empresa: ODONTO ALFA LTDA - 40900404000156 , INABILITADA por descumprir as regras do Edital, conforme despacho: DECISÃO Conforme já explanado no documento em anexo no sistema, decido por declarar a empresa ODONTO ALFA LTDA, CNPJ nº 40.900.404/0001-56, INABILITADA, de acordo com o relatório! |
| Sistema | 27/11/2025 15:05:46 | A proposta do fornecedor J. MARINHO RODRIGUES do ITEM - 3 , foi ACEITA pelo valor de R\$249,00 . |
| Sistema | 27/11/2025 15:06:21 | O ITEM 3 está em negociação e ficará aberto para lances pelo período de 10 minutos . |
| Sistema | 27/11/2025 15:16:21 | O tempo de negociação está encerrado . |
| Sistema | 28/11/2025 09:03:40 | Sr(s). fornecedor(es) está aberto o prazo de 10 minutos para intenção de Recurso/Reconsideração, se houver interesse em recorrer esse o momento para se manifestar. |

Rm

Mensagens do Item 3

| Usuário | Data/Hora | Mensagem |
|---------|---------------------|---|
| Sistema | 28/11/2025 09:06:26 | O fornecedor LABORATORIO DE PROTESE DENTARIA SOLUCAO LTDA manifestou intenção de Recurso/Reconsideração |
| Sistema | 28/11/2025 09:08:44 | O fornecedor LABORATORIO DE PROTESES DENTARIA PRO-DENTE LTDA manifestou intenção de Recurso/Reconsideração |
| Sistema | 28/11/2025 09:13:41 | Srs. Licitantes, está encerrado o prazo para manifestação de intenção de Recurso/Reconsideração |
| Sistema | 28/11/2025 11:54:41 | Srs. licitantes, após a análise dos documentos inseridos na plataforma, hei por bem, HABILITAR o fornecedor J. MARINHO RODRIGUES-29.932.476/0001-42 , tendo em vista, que cumpriu os requisitos habilitatórios exigidos no instrumento convocatório. O fornecedor J. MARINHO RODRIGUES -29.932.476/0001-42 venceu o ITEM -3 pelo valor de R\$249,00 . |
| Sistema | 28/11/2025 11:54:54 | Sr(s). fornecedor(es) está aberto o prazo de 10 minutos para intenção de Recurso/Reconsideração, se houver interesse em recorrer esse o momento para se manifestar. |
| Sistema | 28/11/2025 11:55:06 | O fornecedor ODONTO ALFA LTDA manifestou intenção de Recurso/Reconsideração |
| Sistema | 28/11/2025 11:55:12 | O fornecedor ODONTO ALFA LTDA manifestou intenção de Recurso/Reconsideração |
| Sistema | 28/11/2025 11:59:20 | O fornecedor LABORATORIO DE PROTESE DENTARIA SOLUCAO LTDA manifestou intenção de Recurso/Reconsideração |
| Sistema | 28/11/2025 12:04:55 | Srs. Licitantes, está encerrado o prazo para manifestação de intenção de Recurso/Reconsideração |
| Sistema | 28/11/2025 12:07:02 | A manifestação de Intenção de Recurso/Reconsideração de LABORATORIO DE PROTESE DENTARIA SOLUCAO LTDA foi recebida pelo seguinte motivo: . E foi aberto o prazo para que o fornecedor envie as razões até 03/12/2025 e os outros interessados envie as contrarrazões até 08/12/2025 . |
| Sistema | 28/11/2025 12:07:02 | A manifestação de Intenção de Recurso/Reconsideração de ULTRA SORRISO LTDA foi recebida pelo seguinte motivo: . E foi aberto o prazo para que o fornecedor envie as razões até 03/12/2025 e os outros interessados envie as contrarrazões até 08/12/2025 . |
| Sistema | 28/11/2025 12:07:02 | A manifestação de Intenção de Recurso/Reconsideração de LABORATORIO DE PROTESE DENTARIA SOLUCAO LTDA foi recebida pelo seguinte motivo: . E foi aberto o prazo para que o fornecedor envie as razões até 03/12/2025 e os outros interessados envie as contrarrazões até 08/12/2025 . |
| Sistema | 28/11/2025 12:07:02 | A manifestação de Intenção de Recurso/Reconsideração de LABORATORIO DE PROTESES DENTARIA PRO-DENTE LTDA foi recebida pelo seguinte motivo: . E foi aberto o prazo para que o fornecedor envie as razões até 03/12/2025 e os outros interessados envie as contrarrazões até 08/12/2025 . |
| Sistema | 28/11/2025 12:07:02 | A manifestação de Intenção de Recurso/Reconsideração de ODONTO ALFA LTDA foi recebida pelo seguinte motivo: . E foi aberto o prazo para que o fornecedor envie as razões até 03/12/2025 e os outros interessados envie as contrarrazões até 08/12/2025 . |
| Sistema | 28/11/2025 12:07:02 | A manifestação de Intenção de Recurso/Reconsideração de LABORATORIO DE PROTESE DENTARIA SOLUCAO LTDA foi recebida pelo seguinte motivo: . E foi aberto o prazo para que o fornecedor envie as razões até 03/12/2025 e os outros interessados envie as contrarrazões até 08/12/2025 . |
| Sistema | 01/12/2025 07:57:34 | O fornecedor ODONTO ALFA LTDA acabou ENVIAR o arquivo recurso_administrativ1_assinado_1764586654.pdf referente ao Recurso/Reconsideração e o mesmo será disponibilizado após o fim do prazo de envio de razões caso não seja excluído pelo fornecedor. |
| Sistema | 01/12/2025 07:57:34 | O fornecedor ODONTO ALFA LTDA acabou ENVIAR o arquivo recurso_administrativ1_assinado_1764586654.pdf referente ao Recurso/Reconsideração e o mesmo será disponibilizado após o fim do prazo de envio de razões caso não seja excluído pelo fornecedor. |
| Sistema | 01/12/2025 15:41:37 | O fornecedor ULTRA SORRISO LTDA acabou ENVIAR o arquivo recurso_ultra_sorriso_1764614496.pdf referente ao Recurso/Reconsideração e o mesmo será disponibilizado após o fim do prazo de envio de razões caso não seja excluído pelo fornecedor. |
| Sistema | 03/12/2025 19:36:51 | O fornecedor LABORATORIO DE PROTESE DENTARIA SOLUCAO LTDA acabou ENVIAR o arquivo recurso_administrativo_laboratorio_solucacao_1764801411.pdf referente ao Recurso/Reconsideração e o mesmo será disponibilizado após o fim do prazo de envio de razões caso não seja excluído pelo fornecedor. |
| Sistema | 03/12/2025 19:36:51 | O fornecedor LABORATORIO DE PROTESE DENTARIA SOLUCAO LTDA acabou ENVIAR o arquivo recurso_administrativo_laboratorio_solucacao_1764801411.pdf referente ao Recurso/Reconsideração e o mesmo será disponibilizado após o fim do prazo de envio de razões caso não seja excluído pelo fornecedor. |

Mensagens do Item 3

| Usuário | Data/Hora | Mensagem |
|---------|------------------------|--|
| Sistema | 03/12/2025 19:36:51 | O fornecedor LABORATORIO DE PROTESE DENTARIA SOLUCAO LTDA acabou ENVIAR o arquivo recurso_administrativo_laboratorio_solucacao_1764801411.pdf referente ao Recurso/Reconsideração e o mesmo será disponibilizado após o fim do prazo de envio de razões caso não seja excluído pelo fornecedor. |
| Sistema | 03/12/2025 22:15:17 | O fornecedor LABORATORIO DE PROTESES DENTARIA PRO-DENTE LTDA acabou ENVIAR o arquivo recurso_administrativo_pro_dente_1764810917.pdf referente ao Recurso/Reconsideração e o mesmo será disponibilizado após o fim do prazo de envio de razões caso não seja excluído pelo fornecedor. |
| Sistema | 16/12/2025 10:34:33 | O Recurso/Reconsideração do ODONTO ALFA LTDA foi indeferido pelo seguinte motivo: <i>Com fundamento no art. 165, §2º, da Lei nº 14.133/2021, DECIDO: 1. CONHECER do recurso administrativo interposto por ODONTO ALFA LTDA, por ser tempestivo; 2. NEGAR-LHE PROVIMENTO, mantendo-se integralmente a decisão do Agente de Contratação que declarou a Recorrente INABILITADA; 3. RATIFICAR a regularidade do julgamento e determinar o prosseguimento do certame, nos termos do Edital.</i> |
| Sistema | 16/12/2025 10:34:33 | O Recurso/Reconsideração do ODONTO ALFA LTDA foi indeferido pelo seguinte motivo: <i>Com fundamento no art. 165, §2º, da Lei nº 14.133/2021, DECIDO: 1. CONHECER do recurso administrativo interposto por ODONTO ALFA LTDA, por ser tempestivo; 2. NEGAR-LHE PROVIMENTO, mantendo-se integralmente a decisão do Agente de Contratação que declarou a Recorrente INABILITADA; 3. RATIFICAR a regularidade do julgamento e determinar o prosseguimento do certame, nos termos do Edital.</i> |
| Sistema | 16/12/2025 10:36:52 | O Recurso/Reconsideração do LABORATORIO DE PROTESE DENTARIA SOLUCAO LTDA foi indeferido pelo seguinte motivo: <i>Diante do exposto, com fundamento nos arts. 5º, 12, 63, 64, 165 e 169 da Lei nº 14.133/2021, bem como nos princípios da legalidade, isonomia, vinculação ao instrumento convocatório, julgamento objetivo e formalismo moderado: DECIDO: 1. NEGAR PROVIMENTO aos recursos administrativos interpostos; 2. MANTER a habilitação e classificação da empresa J. Marinho Rodrigues – CNPJ nº 29.932.476/0001-42; 3. DETERMINAR o regular prosseguimento do certame, com a adoção das providências subsequentes.</i> |
| Sistema | 16/12/2025 10:36:52 | O Recurso/Reconsideração do LABORATORIO DE PROTESE DENTARIA SOLUCAO LTDA foi indeferido pelo seguinte motivo: <i>Diante do exposto, com fundamento nos arts. 5º, 12, 63, 64, 165 e 169 da Lei nº 14.133/2021, bem como nos princípios da legalidade, isonomia, vinculação ao instrumento convocatório, julgamento objetivo e formalismo moderado: DECIDO: 1. NEGAR PROVIMENTO aos recursos administrativos interpostos; 2. MANTER a habilitação e classificação da empresa J. Marinho Rodrigues – CNPJ nº 29.932.476/0001-42; 3. DETERMINAR o regular prosseguimento do certame, com a adoção das providências subsequentes.</i> |
| Sistema | 16/12/2025 10:36:52 | O Recurso/Reconsideração do LABORATORIO DE PROTESE DENTARIA SOLUCAO LTDA foi indeferido pelo seguinte motivo: <i>Diante do exposto, com fundamento nos arts. 5º, 12, 63, 64, 165 e 169 da Lei nº 14.133/2021, bem como nos princípios da legalidade, isonomia, vinculação ao instrumento convocatório, julgamento objetivo e formalismo moderado: DECIDO: 1. NEGAR PROVIMENTO aos recursos administrativos interpostos; 2. MANTER a habilitação e classificação da empresa J. Marinho Rodrigues – CNPJ nº 29.932.476/0001-42; 3. DETERMINAR o regular prosseguimento do certame, com a adoção das providências subsequentes.</i> |
| Sistema | 16/12/2025 10:38:29 | O Recurso/Reconsideração do LABORATORIO DE PROTESES DENTARIA PRO-DENTE LTDA foi indeferido pelo seguinte motivo: <i>Diante do exposto, com fundamento nos arts. 5º, 12, 63, 64, 165 e 169 da Lei nº 14.133/2021, bem como nos princípios da legalidade, isonomia, vinculação ao instrumento convocatório, julgamento objetivo e formalismo moderado: DECIDO: 1. NEGAR PROVIMENTO aos recursos administrativos interpostos; 2. MANTER a habilitação e classificação da empresa J. Marinho Rodrigues – CNPJ nº 29.932.476/0001-42; 3. DETERMINAR o regular prosseguimento do certame, com a adoção das providências subsequentes.</i> |
| Sistema | 16/12/2025 10:39:06 | O Recurso/Reconsideração do ULTRA SORRISO LTDA foi indeferido pelo seguinte motivo: <i>Diante do exposto, com fundamento nos arts. 5º, 12, 63, 64, 165 e 169 da Lei nº 14.133/2021, bem como nos princípios da legalidade, isonomia, vinculação ao instrumento convocatório, julgamento objetivo e formalismo moderado: DECIDO: 1. NEGAR PROVIMENTO aos recursos administrativos interpostos; 2. MANTER a habilitação e classificação da empresa J. Marinho Rodrigues – CNPJ nº 29.932.476/0001-42; 3. DETERMINAR o regular prosseguimento do certame, com a adoção das providências subsequentes.</i> |
| Sistema | 16/12/2025 10:41:10 | A disputa do ITEM 3 está encerrada. Despacho: |

Recursos

Recursos do Item 3

| Fornecedor | CNPJ | Data/Hora | Declaração | Decisão | Tipo |
|--|----------------|------------------------|------------|---|------------|
| LABORATORIO DE PROTESE DENTARIA SOLUCAO LTDA | 36271505000138 | 25/11/2025 10:06:14 | | Diante do exposto, com fundamento nos arts. 5º, 12, 63, 64, 165 e 169 da Lei nº 14.133/2021, bem como nos princípios da legalidade, isonomia, vinculação ao instrumento convocatório, julgamento objetivo e formalismo moderado: DECIDO: 1. NEGAR PROVIMENTO aos recursos administrativos interpostos; 2. MANTER a habilitação e classificação da empresa J. Marinho Rodrigues – CNPJ nº 29.932.476/0001-42; 3. DETERMINAR o regular prosseguimento do certame, com a adoção das providências subsequentes. | Indeferido |

FL(S)
 Nº 310
 RUBRICA: Rm

Recursos do Item 3

| Fornecedor | CNPJ | Data/Hora | Declaração | Decisão | Tipo |
|---|----------------|------------------------|------------|---|------------|
| ULTRA SORRISO LTDA | 45900097000127 | 25/11/2025 10:07:15 | | Diante do exposto, com fundamento nos arts. 5º, 12, 63, 64, 165 e 169 da Lei nº 14.133/2021, bem como nos princípios da legalidade, isonomia, vinculação ao instrumento convocatório, julgamento objetivo e formalismo moderado: DECIDO: 1. NEGAR PROVIMENTO aos recursos administrativos interpostos; 2. MANTER a habilitação e classificação da empresa J. Marinho Rodrigues – CNPJ nº 29.932.476/0001-42; 3. DETERMINAR o regular prosseguimento do certame, com a adoção das providências subsequentes | Indeferido |
| LABORATORIO DE PROTESE DENTARIA SOLUCAO LTDA | 36271505000138 | 28/11/2025 09:06:26 | | Diante do exposto, com fundamento nos arts. 5º, 12, 63, 64, 165 e 169 da Lei nº 14.133/2021, bem como nos princípios da legalidade, isonomia, vinculação ao instrumento convocatório, julgamento objetivo e formalismo moderado: DECIDO: 1. NEGAR PROVIMENTO aos recursos administrativos interpostos; 2. MANTER a habilitação e classificação da empresa J. Marinho Rodrigues – CNPJ nº 29.932.476/0001-42; 3. DETERMINAR o regular prosseguimento do certame, com a adoção das providências subsequentes. | Indeferido |
| LABORATORIO DE PROTESES DENTARIA PRO-DENTE LTDA | 52691221000157 | 28/11/2025 09:08:44 | | Diante do exposto, com fundamento nos arts. 5º, 12, 63, 64, 165 e 169 da Lei nº 14.133/2021, bem como nos princípios da legalidade, isonomia, vinculação ao instrumento convocatório, julgamento objetivo e formalismo moderado: DECIDO: 1. NEGAR PROVIMENTO aos recursos administrativos interpostos; 2. MANTER a habilitação e classificação da empresa J. Marinho Rodrigues – CNPJ nº 29.932.476/0001-42; 3. DETERMINAR o regular prosseguimento do certame, com a adoção das providências subsequentes | Indeferido |
| ODONTO ALFA LTDA | 40900404000156 | 28/11/2025 11:55:06 | | Com fundamento no art. 165, §2º, da Lei nº 14.133/2021, DECIDO: 1. CONHECER do recurso administrativo interposto por ODONTO ALFA LTDA, por ser tempestivo; 2. NEGAR-LHE PROVIMENTO, mantendo-se integralmente a decisão do Agente de Contratação que declarou a Recorrente INABILITADA; 3. RATIFICAR a regularidade do julgamento e determinar o prosseguimento do certame, nos termos do Edital. | Indeferido |
| ODONTO ALFA LTDA | 40900404000156 | 28/11/2025 11:55:12 | | Com fundamento no art. 165, §2º, da Lei nº 14.133/2021, DECIDO: 1. CONHECER do recurso administrativo interposto por ODONTO ALFA LTDA, por ser tempestivo; 2. NEGAR-LHE PROVIMENTO, mantendo-se integralmente a decisão do Agente de Contratação que declarou a Recorrente INABILITADA; 3. RATIFICAR a regularidade do julgamento e determinar o prosseguimento do certame, nos termos do Edital. | Indeferido |
| LABORATORIO DE PROTESE DENTARIA SOLUCAO LTDA | 36271505000138 | 28/11/2025 11:59:20 | | Diante do exposto, com fundamento nos arts. 5º, 12, 63, 64, 165 e 169 da Lei nº 14.133/2021, bem como nos princípios da legalidade, isonomia, vinculação ao instrumento convocatório, julgamento objetivo e formalismo moderado: DECIDO: 1. NEGAR PROVIMENTO aos recursos administrativos interpostos; 2. MANTER a habilitação e classificação da empresa J. Marinho Rodrigues – CNPJ nº 29.932.476/0001-42; 3. DETERMINAR o regular prosseguimento do certame, com a adoção das providências subsequentes. | Indeferido |

Item 4

Propostas Iniciais

Propostas Iniciais do Item 4

| ID | Fornecedor | CNPJ | Marca | Modelo | Proposta R\$ | Situação | Motivo |
|-------|---|----------------|-------|--------|--------------|--------------|--------|
| 18487 | LABORATORIO DE PROTESES DENTARIA PRO-DENTE LTDA | 52691221000157 | | | R\$ 453,00 | Classificada | — |
| 97630 | ULTRA SORRISO LTDA | 45900097000127 | | | R\$ 453,75 | Classificada | — |
| 63656 | J. MARINHO RODRIGUES | 29932476000142 | | | R\$ 453,75 | Classificada | — |

FL.(S)

Nº 320

RUBRICA:

Propostas Iniciais do Item 4

| ID | Fornecedor | CNPJ | Marca | Modelo | Proposta R\$ | Situação | Motivo |
|-------|-------------------|----------------|-------|--------|--------------|--------------|--------|
| 71416 | S P DE SOUSA LTDA | 57895954000127 | | | R\$ 403,00 | Classificada | -- |
| 18110 | ODONTO ALFA LTDA | 40900404000156 | | | R\$ 400,00 | Classificada | -- |

Lances

Lances do Item 4

| Fornecedor | CNPJ | Valor Lance R\$ | Data/Hora | Tipo |
|---|--------------------|-----------------|---------------------|----------------------------|
| S P DE SOUSA LTDA | 57.895.954/0001-27 | R\$ 146,00 | 47/11/2025 14:36:42 | Fornecedor Desclassificado |
| ODONTO ALFA LTDA | 40.900.404/0001-56 | R\$ 150,00 | 47/11/2025 14:36:40 | Fornecedor Inabilitado |
| S P DE SOUSA LTDA | 57.895.954/0001-27 | R\$ 190,00 | 47/11/2025 14:36:44 | Fornecedor Desclassificado |
| ODONTO ALFA LTDA | 40.900.404/0001-56 | R\$ 200,00 | 47/11/2025 14:35:28 | Fornecedor Inabilitado |
| J. MARINHO RODRIGUES | 29.932.476/0001-42 | R\$ 249,00 | 17/11/2025 14:35:14 | Manual |
| ODONTO ALFA LTDA | 40.900.404/0001-56 | R\$ 250,00 | 47/11/2025 14:34:41 | Fornecedor Inabilitado |
| LABORATORIO DE PROTESES DENTARIA PRO-DENTE LTDA | 52.691.221/0001-57 | R\$ 270,00 | 17/11/2025 14:39:55 | Intermediario |
| ULTRA SORRISO LTDA | 45.900.097/0001-27 | R\$ 275,00 | 17/11/2025 14:42:47 | Intermediario |
| J. MARINHO RODRIGUES | 29.932.476/0001-42 | R\$ 299,00 | 17/11/2025 14:34:23 | Manual |
| ODONTO ALFA LTDA | 40.900.404/0001-56 | R\$ 300,00 | 47/11/2025 14:34:40 | Fornecedor Inabilitado |
| ULTRA SORRISO LTDA | 45.900.097/0001-27 | R\$ 349,00 | 17/11/2025 14:34:04 | Manual |
| ODONTO ALFA LTDA | 40.900.404/0001-56 | R\$ 350,00 | 47/11/2025 14:33:50 | Fornecedor Inabilitado |
| J. MARINHO RODRIGUES | 29.932.476/0001-42 | R\$ 399,00 | 17/11/2025 14:33:43 | Manual |
| ODONTO ALFA LTDA | 40.900.404/0001-56 | R\$ 400,00 | 47/11/2025 08:27:00 | Fornecedor Inabilitado |
| S P DE SOUSA LTDA | 57.895.954/0001-27 | R\$ 403,00 | 13/11/2025 16:04:48 | Fornecedor Desclassificado |
| LABORATORIO DE PROTESES DENTARIA PRO-DENTE LTDA | 52.691.221/0001-57 | R\$ 453,00 | 04/11/2025 17:28:26 | Classificado |
| J. MARINHO RODRIGUES | 29.932.476/0001-42 | R\$ 453,75 | 12/11/2025 17:14:34 | Classificado |
| ULTRA SORRISO LTDA | 45.900.097/0001-27 | R\$ 453,75 | 10/11/2025 11:40:55 | Classificado |

Classificação Final

Classificação Final do Item 4

| Posição | Licitante | CNPJ | Melhor Oferta R\$ |
|---------|---|--------------------|-------------------|
| 1º | J. MARINHO RODRIGUES | 29.932.476/0001-42 | R\$ 249,00 |
| 2º | LABORATORIO DE PROTESES DENTARIA PRO-DENTE LTDA | 52.691.221/0001-57 | R\$ 270,00 |
| 3º | ULTRA SORRISO LTDA | 45.900.097/0001-27 | R\$ 275,00 |

Mensagens

Mensagens do Item 4

| Usuário | Data/Hora | Mensagem |
|---------|------------------------|--|
| Sistema | 17/11/2025 14:32:18 | O ITEM 4 foi ordenado e classificado. Boa sorte! |
| Sistema | 17/11/2025 14:33:09 | O ITEM 4 está na fase competitiva e sua disputa durará 10 (dez) minutos . Sr(s). Fornecedor(es), não havendo novos lances nos últimos 02 (dois) minutos da fase competitiva o ITEM 4 será encerrado automaticamente! |
| Sistema | 17/11/2025 14:43:18 | A etapa de envio de lances do ITEM 4 foi prorrogada automaticamente e será de 02 (dois) minutos . Boa sorte! |
| Sistema | 17/11/2025 14:45:27 | A prorrogação automática do ITEM 4 está encerrada. |
| Sistema | 17/11/2025 14:48:20 | O ITEM 4 está em negociação e ficará aberto para lances pelo período de 10 minutos . |
| Sistema | 17/11/2025 14:58:22 | O tempo de negociação está encerrado . |
| Sistema | 17/11/2025 14:59:55 | A proposta do fornecedor S P DE SOUSA LTDA do ITEM - 4 , foi ACEITA pelo valor de R\$145,00 . |
| Sistema | 18/11/2025 10:02:48 | Fornecedor: S P DE SOUSA LTDA , com lance no valor de R\$ 145,00 , sua proposta FOI RECUSADA pelo motivo abaixo: a empresa S P DE SOUSA LTDA , está DESCCLASSIFICADA para os itens motivo: deixou de enviar a proposta readequada e nem se que se justificou o motivo do não envio dentro do prazo estipulado no sistema conforme o solicitado, conforme o item 6.20.4 do Edital! |
| Sistema | 18/11/2025 10:02:48 | A proposta do fornecedor ODONTO ALFA LTDA do ITEM - 4 , foi ACEITA pelo valor de R\$150,00 . |
| Sistema | 18/11/2025 10:03:22 | O ITEM 4 está em negociação e ficará aberto para lances pelo período de 10 minutos . |
| Sistema | 18/11/2025 10:13:25 | O tempo de negociação está encerrado . |
| Sistema | 25/11/2025 10:01:42 | Sr(s). fornecedor(es) está aberto o prazo de 10 minutos para intenção de Recurso/Reconsideração, se houver interesse em recorrer esse o momento para se manifestar. |
| Sistema | 25/11/2025 10:07:15 | O fornecedor ULTRA SORRISO LTDA manifestou intenção de Recurso/Reconsideração |
| Sistema | 25/11/2025 10:11:42 | Srs. Licitantes, está encerrado o prazo para manifestação de intenção de Recurso/Reconsideração |
| Sistema | 27/11/2025 15:05:46 | Empresa: ODONTO ALFA LTDA - 40900404000156 , INABILITADA por descumprir as regras do Edital, conforme despacho: DECISÃO Conforme já explanado no documento em anexo no sistema, decido por declarar a empresa ODONTO ALFA LTDA, CNPJ nº 40.900.404/0001-56, INABILITADA, de acordo com o relatório! |
| Sistema | 27/11/2025 15:05:46 | A proposta do fornecedor J. MARINHO RODRIGUES do ITEM - 4 , foi ACEITA pelo valor de R\$249,00 . |
| Sistema | 27/11/2025 15:06:21 | O ITEM 4 está em negociação e ficará aberto para lances pelo período de 10 minutos . |
| Sistema | 27/11/2025 15:16:21 | O tempo de negociação está encerrado . |

Mensagens do Item 4

| Usuário | Data/Hora | Mensagem |
|---------|---------------------|--|
| Sistema | 28/11/2025 09:03:40 | Sr(s). fornecedor(es) está aberto o prazo de 10 minutos para intenção de Recurso/Reconsideração, se houver interesse em recorrer esse o momento para se manifestar. |
| Sistema | 28/11/2025 09:08:44 | O fornecedor LABORATORIO DE PROTESES DENTARIA PRO-DENTE LTDA manifestou intenção de Recurso/Reconsideração |
| Sistema | 28/11/2025 09:13:41 | Srs. Licitantes, está encerrado o prazo para manifestação de intenção de Recurso/Reconsideração |
| Sistema | 28/11/2025 11:54:41 | Srs. licitantes, após a análise dos documentos inseridos na plataforma, hei por bem, HABILITAR o fornecedor J. MARINHO RODRIGUES-29.932.476/0001-42 , tendo em vista, que cumpriu os requisitos habilitatórios exigidos no instrumento convocatório. O fornecedor J. MARINHO RODRIGUES -29.932.476/0001-42 venceu o ITEM -4 pelo valor de R\$249,00 . |
| Sistema | 28/11/2025 11:54:54 | Sr(s). fornecedor(es) está aberto o prazo de 10 minutos para intenção de Recurso/Reconsideração, se houver interesse em recorrer esse o momento para se manifestar. |
| Sistema | 28/11/2025 11:55:06 | O fornecedor ODONTO ALFA LTDA manifestou intenção de Recurso/Reconsideração |
| Sistema | 28/11/2025 11:55:12 | O fornecedor ODONTO ALFA LTDA manifestou intenção de Recurso/Reconsideração |
| Sistema | 28/11/2025 12:04:55 | Srs. Licitantes, está encerrado o prazo para manifestação de intenção de Recurso/Reconsideração |
| Sistema | 28/11/2025 12:07:02 | A manifestação de Intenção de Recurso/Reconsideração de ULTRA SORRISO LTDA foi recebida pelo seguinte motivo: . E foi aberto o prazo para que o fornecedor envie as razões até 03/12/2025 e os outros interessados envie as contrarrazões até 08/12/2025 . |
| Sistema | 28/11/2025 12:07:02 | A manifestação de Intenção de Recurso/Reconsideração de LABORATORIO DE PROTESES DENTARIA PRO-DENTE LTDA foi recebida pelo seguinte motivo: . E foi aberto o prazo para que o fornecedor envie as razões até 03/12/2025 e os outros interessados envie as contrarrazões até 08/12/2025 . |
| Sistema | 28/11/2025 12:07:02 | A manifestação de Intenção de Recurso/Reconsideração de ODONTO ALFA LTDA foi recebida pelo seguinte motivo: . E foi aberto o prazo para que o fornecedor envie as razões até 03/12/2025 e os outros interessados envie as contrarrazões até 08/12/2025 . |
| Sistema | 28/11/2025 12:07:02 | A manifestação de Intenção de Recurso/Reconsideração de ODONTO ALFA LTDA foi recebida pelo seguinte motivo: . E foi aberto o prazo para que o fornecedor envie as razões até 03/12/2025 e os outros interessados envie as contrarrazões até 08/12/2025 . |
| Sistema | 01/12/2025 07:57:34 | O fornecedor ODONTO ALFA LTDA acabou ENVIAR o arquivo recurso_administrativ1_assinado_1764586654.pdf referente ao Recurso/Reconsideração e o mesmo será disponibilizado após o fim do prazo de envio de razões caso não seja excluído pelo fornecedor. |
| Sistema | 01/12/2025 07:57:34 | O fornecedor ODONTO ALFA LTDA acabou ENVIAR o arquivo recurso_administrativ1_assinado_1764586654.pdf referente ao Recurso/Reconsideração e o mesmo será disponibilizado após o fim do prazo de envio de razões caso não seja excluído pelo fornecedor. |
| Sistema | 01/12/2025 15:41:37 | O fornecedor ULTRA SORRISO LTDA acabou ENVIAR o arquivo recurso_ultra_sorriso_1764614496.pdf referente ao Recurso/Reconsideração e o mesmo será disponibilizado após o fim do prazo de envio de razões caso não seja excluído pelo fornecedor. |
| Sistema | 03/12/2025 22:15:17 | O fornecedor LABORATORIO DE PROTESES DENTARIA PRO-DENTE LTDA acabou ENVIAR o arquivo recurso_administrativo_pro_dente_1764810917.pdf referente ao Recurso/Reconsideração e o mesmo será disponibilizado após o fim do prazo de envio de razões caso não seja excluído pelo fornecedor. |
| Sistema | 16/12/2025 10:34:33 | O Recurso/Reconsideração do ODONTO ALFA LTDA foi indeferido pelo seguinte motivo: <i>Com fundamento no art. 165, §2º, da Lei nº 14.133/2021, DECIDO: 1. CONHECER do recurso administrativo interposto por ODONTO ALFA LTDA, por ser tempestivo; 2. NEGAR-LHE PROVIMENTO, mantendo-se integralmente a decisão do Agente de Contratação que declarou a Recorrente INABILITADA; 3. RATIFICAR a regularidade do julgamento e determinar o prosseguimento do certame, nos termos do Edital.</i> |
| Sistema | 16/12/2025 10:34:33 | O Recurso/Reconsideração do ODONTO ALFA LTDA foi indeferido pelo seguinte motivo: <i>Com fundamento no art. 165, §2º, da Lei nº 14.133/2021, DECIDO: 1. CONHECER do recurso administrativo interposto por ODONTO ALFA LTDA, por ser tempestivo; 2. NEGAR-LHE PROVIMENTO, mantendo-se integralmente a decisão do Agente de Contratação que declarou a Recorrente INABILITADA; 3. RATIFICAR a regularidade do julgamento e determinar o prosseguimento do certame, nos termos do Edital.</i> |
| Sistema | 16/12/2025 10:38:29 | O Recurso/Reconsideração do LABORATORIO DE PROTESES DENTARIA PRO-DENTE LTDA foi indeferido pelo seguinte motivo: <i>Diante do exposto, com fundamento nos arts. 5º, 12, 63, 64, 165 e 169 da Lei nº 14.133/2021, bem como nos princípios da legalidade, isonomia, vinculação ao instrumento convocatório, julgamento objetivo e formalismo moderado: DECIDO: 1. NEGAR PROVIMENTO aos recursos administrativos interpostos; 2. MANTER a habilitação e classificação da empresa J. Marinho Rodrigues – CNPJ nº 29.932.476/0001-42; 3. DETERMINAR o regular prosseguimento do certame, com a adoção das providências subseqüentes.</i> |

Mensagens do Item 4

| Usuário | Data/Hora | Mensagem |
|---------|---------------------|---|
| Sistema | 16/12/2025 10:39:06 | O Recurso/Reconsideração do ULTRA SORRISO LTDA foi indeferido pelo seguinte motivo: <i>Diante do exposto, com fundamento nos arts. 5º, 12, 63, 64, 165 e 169 da Lei nº 14.133/2021, bem como nos princípios da legalidade, isonomia, vinculação ao instrumento convocatório, julgamento objetivo e formalismo moderado: DECIDO: 1. NEGAR PROVIMENTO aos recursos administrativos interpostos; 2. MANTER a habilitação e classificação da empresa J. Marinho Rodrigues – CNPJ nº 29.932.476/0001-42; 3. DETERMINAR o regular prosseguimento do certame, com a adoção das providências subsequentes.</i> |
| Sistema | 16/12/2025 10:41:10 | A disputa do ITEM 4 está encerrada. Despacho: . |

Recursos

Recursos do Item 4

| Fornecedor | CNPJ | Data/Hora | Declaração | Decisão | Tipo |
|---|----------------|---------------------|------------|--|------------|
| ULTRA SORRISO LTDA | 45900097000127 | 25/11/2025 10:07:15 | | Diante do exposto, com fundamento nos arts. 5º, 12, 63, 64, 165 e 169 da Lei nº 14.133/2021, bem como nos princípios da legalidade, isonomia, vinculação ao instrumento convocatório, julgamento objetivo e formalismo moderado: DECIDO: 1. NEGAR PROVIMENTO aos recursos administrativos interpostos; 2. MANTER a habilitação e classificação da empresa J. Marinho Rodrigues – CNPJ nº 29.932.476/0001-42; 3. DETERMINAR o regular prosseguimento do certame, com a adoção das providências subsequentes | Indeferido |
| LABORATORIO DE PROTESES DENTARIA PRO-DENTE LTDA | 52691221000157 | 28/11/2025 09:08:44 | | Diante do exposto, com fundamento nos arts. 5º, 12, 63, 64, 165 e 169 da Lei nº 14.133/2021, bem como nos princípios da legalidade, isonomia, vinculação ao instrumento convocatório, julgamento objetivo e formalismo moderado: DECIDO: 1. NEGAR PROVIMENTO aos recursos administrativos interpostos; 2. MANTER a habilitação e classificação da empresa J. Marinho Rodrigues – CNPJ nº 29.932.476/0001-42; 3. DETERMINAR o regular prosseguimento do certame, com a adoção das providências subsequentes | Indeferido |
| ODONTO ALFA LTDA | 40900404000156 | 28/11/2025 11:55:06 | | Com fundamento no art. 165, §2º, da Lei nº 14.133/2021, DECIDO: 1. CONHECER do recurso administrativo interposto por ODONTO ALFA LTDA, por ser tempestivo; 2. NEGAR-LHE PROVIMENTO, mantendo-se integralmente a decisão do Agente de Contratação que declarou a Recorrente INABILITADA; 3. RATIFICAR a regularidade do julgamento e determinar o prosseguimento do certame, nos termos do Edital. | Indeferido |
| ODONTO ALFA LTDA | 40900404000156 | 28/11/2025 11:55:12 | | Com fundamento no art. 165, §2º, da Lei nº 14.133/2021, DECIDO: 1. CONHECER do recurso administrativo interposto por ODONTO ALFA LTDA, por ser tempestivo; 2. NEGAR-LHE PROVIMENTO, mantendo-se integralmente a decisão do Agente de Contratação que declarou a Recorrente INABILITADA; 3. RATIFICAR a regularidade do julgamento e determinar o prosseguimento do certame, nos termos do Edital. | Indeferido |

Item 5

Propostas Iniciais

Propostas Iniciais do Item 5

| ID | Fornecedor | CNPJ | Marca | Modelo | Proposta R\$ | Situação | Motivo |
|-------|---|----------------|-------|--------|--------------|--------------|--------|
| 51499 | LABORATORIO DE PROTESES DENTARIA PRO-DENTE LTDA | 52691221000157 | | | R\$ 429,00 | Classificada | — |
| 62097 | ULTRA SORRISO LTDA | 45900097000127 | | | R\$ 429,32 | Classificada | — |
| 61388 | J. MARINHO RODRIGUES | 29932476000142 | | | R\$ 429,32 | Classificada | — |
| 76701 | S P DE SOUSA LTDA | 57895954000127 | | | R\$ 380,00 | Classificada | — |

FL.(S)

Nº 324

RUBRICA: 

Propostas Inicias do Item 5

| ID | Fornecedor | CNPJ | Marca | Modelo | Proposta R\$ | Situação | Motivo |
|-------|--|----------------|-------|--------|--------------|--------------|--------|
| 56157 | LABORATORIO DE PROTESE DENTARIA SOLUCAO LTDA | 36271505000138 | | | R\$ 420,00 | Classificada | - |
| 18280 | ODONTO ALFA LTDA | 40900404000156 | | | R\$ 400,00 | Classificada | - |

Lances

Lances do Item 5

| Fornecedor | CNPJ | Valor Lance R\$ | Data/Hora | Tipo |
|---|--------------------|-----------------|------------------------|-------------------------------|
| S.P. DE SOUSA LTDA | 57.895.954/0001-27 | R\$ 145,00 | 47/11/2025 14:36:56 | Fornecedor Desclassificado |
| ODONTO ALFA LTDA | 40.900.404/0001-56 | R\$ 150,00 | 47/11/2025 14:36:22 | Fornecedor Inabilitado |
| S.P. DE SOUSA LTDA | 57.895.954/0001-27 | R\$ 190,00 | 47/11/2025 14:36:18 | Fornecedor Desclassificado |
| ODONTO ALFA LTDA | 40.900.404/0001-56 | R\$ 200,00 | 47/11/2025 14:36:13 | Fornecedor Inabilitado |
| S.P. DE SOUSA LTDA | 57.895.954/0001-27 | R\$ 230,00 | 47/11/2025 14:36:08 | Fornecedor Desclassificado |
| J. MARINHO RODRIGUES | 29.932.476/0001-42 | R\$ 241,00 | 17/11/2025 14:39:17 | Intermediario |
| ODONTO ALFA LTDA | 40.900.404/0001-56 | R\$ 250,00 | 47/11/2025 14:34:44 | Fornecedor Inabilitado |
| LABORATORIO DE PROTESE DENTARIA SOLUCAO LTDA | 36.271.505/0001-38 | R\$ 255,00 | 17/11/2025 14:43:48 | Intermediario |
| ULTRA SORRISO LTDA | 45.900.097/0001-27 | R\$ 260,00 | 17/11/2025 14:43:03 | Intermediario |
| LABORATORIO DE PROTESES DENTARIA PRO-DENTE LTDA | 52.691.221/0001-57 | R\$ 270,00 | 17/11/2025 14:39:36 | Intermediario |
| J. MARINHO RODRIGUES | 29.932.476/0001-42 | R\$ 275,00 | 17/11/2025 14:34:41 | Manual |
| ODONTO ALFA LTDA | 40.900.404/0001-56 | R\$ 280,00 | 47/11/2025 14:34:27 | Fornecedor Inabilitado |
| ULTRA SORRISO LTDA | 45.900.097/0001-27 | R\$ 349,00 | 17/11/2025 14:34:08 | Manual |
| ODONTO ALFA LTDA | 40.900.404/0001-56 | R\$ 350,00 | 47/11/2025 14:33:55 | Fornecedor Inabilitado |
| J. MARINHO RODRIGUES | 29.932.476/0001-42 | R\$ 369,00 | 17/11/2025 14:33:47 | Manual |
| ODONTO ALFA LTDA | 40.900.404/0001-56 | R\$ 370,00 | 47/11/2025 14:33:28 | Fornecedor Inabilitado |
| S.P. DE SOUSA LTDA | 57.895.954/0001-27 | R\$ 380,00 | 47/11/2025 16:04:48 | Fornecedor Desclassificado |
| ODONTO ALFA LTDA | 40.900.404/0001-56 | R\$ 400,00 | 47/11/2025 08:27:09 | Fornecedor Inabilitado |
| LABORATORIO DE PROTESE DENTARIA SOLUCAO LTDA | 36.271.505/0001-38 | R\$ 420,00 | 14/11/2025 15:52:46 | Classificado |

Lances do Item 5

| Fornecedor | CNPJ | Valor Lance R\$ | Data/Hora | Tipo |
|---|--------------------|-----------------|------------------------|--------------|
| LABORATORIO DE PROTESES DENTARIA PRO-DENTE LTDA | 52.691.221/0001-57 | R\$ 429,00 | 04/11/2025 17:28:26 | Classificado |
| J. MARINHO RODRIGUES | 29.932.476/0001-42 | R\$ 429,32 | 12/11/2025 17:14:34 | Classificado |
| ULTRA SORRISO LTDA | 45.900.097/0001-27 | R\$ 429,32 | 10/11/2025 11:40:55 | Classificado |

Classificação Final

Classificação Final do Item 5

| Posição | Licitante | CNPJ | Melhor Oferta R\$ |
|---------|---|--------------------|-------------------|
| 1º | J. MARINHO RODRIGUES | 29.932.476/0001-42 | R\$ 241,00 |
| 2º | LABORATORIO DE PROTESE DENTARIA SOLUCAO LTDA | 36.271.505/0001-38 | R\$ 255,00 |
| 3º | ULTRA SORRISO LTDA | 45.900.097/0001-27 | R\$ 260,00 |
| 4º | LABORATORIO DE PROTESES DENTARIA PRO-DENTE LTDA | 52.691.221/0001-57 | R\$ 270,00 |

Mensagens

Mensagens do Item 5

| Usuário | Data/Hora | Mensagem |
|---------|------------------------|---|
| Sistema | 17/11/2025 14:32:18 | O ITEM 5 foi ordenado e classificado. Boa sorte! |
| Sistema | 17/11/2025 14:33:09 | O ITEM 5 está na fase competitiva e sua disputa durará 10 (dez) minutos. Sr(s). Fornecedor(es), não havendo novos lances nos últimos 02 (dois) minutos da fase competitiva o ITEM 5 será encerrado automaticamente! |
| Sistema | 17/11/2025 14:43:18 | A etapa de envio de lances do ITEM 5 foi prorrogada automaticamente e será de 02 (dois) minutos. Boa sorte! |
| Sistema | 17/11/2025 14:45:57 | A prorrogação automática do ITEM 5 está encerrada. |
| Sistema | 17/11/2025 14:48:20 | O ITEM 5 está em negociação e ficará aberto para lances pelo período de 10 minutos. |
| Sistema | 17/11/2025 14:58:22 | O tempo de negociação está encerrado. |
| Sistema | 17/11/2025 14:59:55 | A proposta do fornecedor S P DE SOUSA LTDA do ITEM - 5, foi ACEITA pelo valor de R\$145,00. |
| Sistema | 18/11/2025 10:02:48 | Fornecedor: S P DE SOUSA LTDA, com lance no valor de R\$ 145,00, sua proposta FOI RECUSADA pelo motivo abaixo: a empresa S P DE SOUSA LTDA, está DESCLASSIFICADA para os itens motivo: deixou de enviar a proposta readequada e nem se que se justificou o motivo do não envio dentro do prazo estipulado no sistema conforme o solicitado, conforme o item 6.20.4 do Edital! |
| Sistema | 18/11/2025 10:02:48 | A proposta do fornecedor ODONTO ALFA LTDA do ITEM - 5, foi ACEITA pelo valor de R\$150,00. |
| Sistema | 18/11/2025 10:03:22 | O ITEM 5 está em negociação e ficará aberto para lances pelo período de 10 minutos. |
| Sistema | 18/11/2025 10:13:25 | O tempo de negociação está encerrado. |
| Sistema | 25/11/2025 10:01:42 | Sr(s). fornecedor(es) está aberto o prazo de 10 minutos para intenção de Recurso/Reconsideração, se houver interesse em recorrer esse o momento para se manifestar. |

Mensagens do Item 5

| Usuário | Data/Hora | Mensagem |
|---------|------------------------|---|
| Sistema | 25/11/2025 10:06:14 | O fornecedor LABORATORIO DE PROTESE DENTARIA SOLUCAO LTDA manifestou intenção de Recurso/Reconsideração |
| Sistema | 25/11/2025 10:07:15 | O fornecedor ULTRA SORRISO LTDA manifestou intenção de Recurso/Reconsideração |
| Sistema | 25/11/2025 10:11:42 | Srs. Licitantes, está encerrado o prazo para manifestação de intenção de Recurso/Reconsideração |
| Sistema | 27/11/2025 15:05:46 | Empresa: ODONTO ALFA LTDA - 40900404000156, INABILITADA por descumprir as regras do Edital, conforme despacho: DECISÃO Conforme já explanado no documento em anexo no sistema, decido por declarar a empresa ODONTO ALFA LTDA, CNPJ nº 40.900.404/0001-56, INABILITADA, de acordo com o relatório! |
| Sistema | 27/11/2025 15:05:46 | A proposta do fornecedor J. MARINHO RODRIGUES do ITEM - 5, foi ACEITA pelo valor de R\$241,00 . |
| Sistema | 27/11/2025 15:06:21 | O ITEM 5 está em negociação e ficará aberto para lances pelo período de 10 minutos . |
| Sistema | 27/11/2025 15:16:21 | O tempo de negociação está encerrado . |
| Sistema | 28/11/2025 09:03:40 | Sr(s). fornecedor(es) está aberto o prazo de 10 minutos para intenção de Recurso/Reconsideração, se houver interesse em recorrer esse o momento para se manifestar. |
| Sistema | 28/11/2025 09:06:26 | O fornecedor LABORATORIO DE PROTESE DENTARIA SOLUCAO LTDA manifestou intenção de Recurso/Reconsideração |
| Sistema | 28/11/2025 09:08:44 | O fornecedor LABORATORIO DE PROTESES DENTARIA PRO-DENTE LTDA manifestou intenção de Recurso/Reconsideração |
| Sistema | 28/11/2025 09:13:41 | Srs. Licitantes, está encerrado o prazo para manifestação de intenção de Recurso/Reconsideração |
| Sistema | 28/11/2025 11:54:41 | Srs. licitantes, após a análise dos documentos inseridos na plataforma, hei por bem, HABILITAR o fornecedor J. MARINHO RODRIGUES-29.932.476/0001-42 , tendo em vista, que cumpriu os requisitos habilitatórios exigidos no instrumento convocatório. O fornecedor J. MARINHO RODRIGUES -29.932.476/0001-42 venceu o ITEM -5 pelo valor de R\$241,00 . |
| Sistema | 28/11/2025 11:54:54 | Sr(s). fornecedor(es) está aberto o prazo de 10 minutos para intenção de Recurso/Reconsideração, se houver interesse em recorrer esse o momento para se manifestar. |
| Sistema | 28/11/2025 11:55:06 | O fornecedor ODONTO ALFA LTDA manifestou intenção de Recurso/Reconsideração |
| Sistema | 28/11/2025 11:55:12 | O fornecedor ODONTO ALFA LTDA manifestou intenção de Recurso/Reconsideração |
| Sistema | 28/11/2025 11:59:20 | O fornecedor LABORATORIO DE PROTESE DENTARIA SOLUCAO LTDA manifestou intenção de Recurso/Reconsideração |
| Sistema | 28/11/2025 12:04:55 | Srs. Licitantes, está encerrado o prazo para manifestação de intenção de Recurso/Reconsideração |
| Sistema | 28/11/2025 12:07:02 | A manifestação de Intenção de Recurso/Reconsideração de LABORATORIO DE PROTESE DENTARIA SOLUCAO LTDA foi recebida pelo seguinte motivo: . E foi aberto o prazo para que o fornecedor envie as razões até 03/12/2025 e os outros interessados envie as contrarrazões até 08/12/2025 . |
| Sistema | 28/11/2025 12:07:02 | A manifestação de Intenção de Recurso/Reconsideração de ULTRA SORRISO LTDA foi recebida pelo seguinte motivo: . E foi aberto o prazo para que o fornecedor envie as razões até 03/12/2025 e os outros interessados envie as contrarrazões até 08/12/2025 . |
| Sistema | 28/11/2025 12:07:02 | A manifestação de Intenção de Recurso/Reconsideração de LABORATORIO DE PROTESE DENTARIA SOLUCAO LTDA foi recebida pelo seguinte motivo: . E foi aberto o prazo para que o fornecedor envie as razões até 03/12/2025 e os outros interessados envie as contrarrazões até 08/12/2025 . |
| Sistema | 28/11/2025 12:07:02 | A manifestação de Intenção de Recurso/Reconsideração de LABORATORIO DE PROTESES DENTARIA PRO-DENTE LTDA foi recebida pelo seguinte motivo: . E foi aberto o prazo para que o fornecedor envie as razões até 03/12/2025 e os outros interessados envie as contrarrazões até 08/12/2025 . |
| Sistema | 28/11/2025 12:07:02 | A manifestação de Intenção de Recurso/Reconsideração de ODONTO ALFA LTDA foi recebida pelo seguinte motivo: . E foi aberto o prazo para que o fornecedor envie as razões até 03/12/2025 e os outros interessados envie as contrarrazões até 08/12/2025 . |

Mensagens do Item 5

| Usuário | Data/Hora | Mensagem |
|---------|------------------------|--|
| Sistema | 28/11/2025 12:07:02 | A manifestação de Intenção de Recurso/Reconsideração de ODONTO ALFA LTDA foi recebida pelo seguinte motivo: E foi aberto o prazo para que o fornecedor envie as razões até 03/12/2025 e os outros interessados envie as contrarrazões até 08/12/2025 . |
| Sistema | 28/11/2025 12:07:02 | A manifestação de Intenção de Recurso/Reconsideração de LABORATORIO DE PROTESE DENTARIA SOLUCAO LTDA foi recebida pelo seguinte motivo: E foi aberto o prazo para que o fornecedor envie as razões até 03/12/2025 e os outros interessados envie as contrarrazões até 08/12/2025 . |
| Sistema | 01/12/2025 07:57:34 | O fornecedor ODONTO ALFA LTDA acabou ENVIAR o arquivo recurso_administrativ1_assinado_1764586654.pdf referente ao Recurso/Reconsideração e o mesmo será disponibilizado após o fim do prazo de envio de razões caso não seja excluído pelo fornecedor. |
| Sistema | 01/12/2025 07:57:34 | O fornecedor ODONTO ALFA LTDA acabou ENVIAR o arquivo recurso_administrativ1_assinado_1764586654.pdf referente ao Recurso/Reconsideração e o mesmo será disponibilizado após o fim do prazo de envio de razões caso não seja excluído pelo fornecedor. |
| Sistema | 01/12/2025 15:41:37 | O fornecedor ULTRA SORRISO LTDA acabou ENVIAR o arquivo recurso_ultra_sorriso_1764614496.pdf referente ao Recurso/Reconsideração e o mesmo será disponibilizado após o fim do prazo de envio de razões caso não seja excluído pelo fornecedor. |
| Sistema | 03/12/2025 19:36:51 | O fornecedor LABORATORIO DE PROTESE DENTARIA SOLUCAO LTDA acabou ENVIAR o arquivo recurso_administrativo_laboratorio_solucacao_1764801411.pdf referente ao Recurso/Reconsideração e o mesmo será disponibilizado após o fim do prazo de envio de razões caso não seja excluído pelo fornecedor. |
| Sistema | 03/12/2025 19:36:51 | O fornecedor LABORATORIO DE PROTESE DENTARIA SOLUCAO LTDA acabou ENVIAR o arquivo recurso_administrativo_laboratorio_solucacao_1764801411.pdf referente ao Recurso/Reconsideração e o mesmo será disponibilizado após o fim do prazo de envio de razões caso não seja excluído pelo fornecedor. |
| Sistema | 03/12/2025 19:36:51 | O fornecedor LABORATORIO DE PROTESE DENTARIA SOLUCAO LTDA acabou ENVIAR o arquivo recurso_administrativo_laboratorio_solucacao_1764801411.pdf referente ao Recurso/Reconsideração e o mesmo será disponibilizado após o fim do prazo de envio de razões caso não seja excluído pelo fornecedor. |
| Sistema | 03/12/2025 22:15:17 | O fornecedor LABORATORIO DE PROTESES DENTARIA PRO-DENTE LTDA acabou ENVIAR o arquivo recurso_administrativo_pro_dente_1764810917.pdf referente ao Recurso/Reconsideração e o mesmo será disponibilizado após o fim do prazo de envio de razões caso não seja excluído pelo fornecedor. |
| Sistema | 16/12/2025 10:34:33 | O Recurso/Reconsideração do ODONTO ALFA LTDA foi indeferido pelo seguinte motivo: Com fundamento no art. 165, §2º, da Lei nº 14.133/2021, DECIDO: 1. CONHECER do recurso administrativo interposto por ODONTO ALFA LTDA , por ser tempestivo; 2. NEGAR-LHE PROVIMENTO , mantendo-se integralmente a decisão do Agente de Contratação que declarou a Recorrente INABILITADA ; 3. RATIFICAR a regularidade do julgamento e determinar o prosseguimento do certame, nos termos do Edital. |
| Sistema | 16/12/2025 10:34:33 | O Recurso/Reconsideração do ODONTO ALFA LTDA foi indeferido pelo seguinte motivo: Com fundamento no art. 165, §2º, da Lei nº 14.133/2021, DECIDO: 1. CONHECER do recurso administrativo interposto por ODONTO ALFA LTDA , por ser tempestivo; 2. NEGAR-LHE PROVIMENTO , mantendo-se integralmente a decisão do Agente de Contratação que declarou a Recorrente INABILITADA ; 3. RATIFICAR a regularidade do julgamento e determinar o prosseguimento do certame, nos termos do Edital. |
| Sistema | 16/12/2025 10:36:52 | O Recurso/Reconsideração do LABORATORIO DE PROTESE DENTARIA SOLUCAO LTDA foi indeferido pelo seguinte motivo: Diante do exposto, com fundamento nos arts. 5º, 12, 63, 64, 165 e 169 da Lei nº 14.133/2021, bem como nos princípios da legalidade, isonomia, vinculação ao instrumento convocatório, julgamento objetivo e formalismo moderado: DECIDO: 1. NEGAR PROVIMENTO aos recursos administrativos interpostos; 2. MANTER a habilitação e classificação da empresa J. Marinho Rodrigues – CNPJ nº 29.932.476/0001-42 ; 3. DETERMINAR o regular prosseguimento do certame, com a adoção das providências subsequentes. |
| Sistema | 16/12/2025 10:36:52 | O Recurso/Reconsideração do LABORATORIO DE PROTESE DENTARIA SOLUCAO LTDA foi indeferido pelo seguinte motivo: Diante do exposto, com fundamento nos arts. 5º, 12, 63, 64, 165 e 169 da Lei nº 14.133/2021, bem como nos princípios da legalidade, isonomia, vinculação ao instrumento convocatório, julgamento objetivo e formalismo moderado: DECIDO: 1. NEGAR PROVIMENTO aos recursos administrativos interpostos; 2. MANTER a habilitação e classificação da empresa J. Marinho Rodrigues – CNPJ nº 29.932.476/0001-42 ; 3. DETERMINAR o regular prosseguimento do certame, com a adoção das providências subsequentes. |
| Sistema | 16/12/2025 10:36:52 | O Recurso/Reconsideração do LABORATORIO DE PROTESE DENTARIA SOLUCAO LTDA foi indeferido pelo seguinte motivo: Diante do exposto, com fundamento nos arts. 5º, 12, 63, 64, 165 e 169 da Lei nº 14.133/2021, bem como nos princípios da legalidade, isonomia, vinculação ao instrumento convocatório, julgamento objetivo e formalismo moderado: DECIDO: 1. NEGAR PROVIMENTO aos recursos administrativos interpostos; 2. MANTER a habilitação e classificação da empresa J. Marinho Rodrigues – CNPJ nº 29.932.476/0001-42 ; 3. DETERMINAR o regular prosseguimento do certame, com a adoção das providências subsequentes. |
| Sistema | 16/12/2025 10:38:29 | O Recurso/Reconsideração do LABORATORIO DE PROTESES DENTARIA PRO-DENTE LTDA foi indeferido pelo seguinte motivo: Diante do exposto, com fundamento nos arts. 5º, 12, 63, 64, 165 e 169 da Lei nº 14.133/2021, bem como nos princípios da legalidade, isonomia, vinculação ao instrumento convocatório, julgamento objetivo e formalismo moderado: DECIDO: 1. NEGAR PROVIMENTO aos recursos administrativos interpostos; 2. MANTER a habilitação e classificação da empresa J. Marinho Rodrigues – CNPJ nº 29.932.476/0001-42 ; 3. DETERMINAR o regular prosseguimento do certame, com a adoção das providências subsequentes. |

Mensagens do Item 5

| Usuário | Data/Hora | Mensagem |
|---------|------------------------|---|
| Sistema | 16/12/2025 10:39:06 | O Recurso/Reconsideração do ULTRA SORRISO LTDA foi indeferido pelo seguinte motivo: <i>Diante do exposto, com fundamento nos arts. 5º, 12, 63, 64, 165 e 169 da Lei nº 14.133/2021, bem como nos princípios da legalidade, isonomia, vinculação ao instrumento convocatório, julgamento objetivo e formalismo moderado: DECIDO: 1. NEGAR PROVIMENTO aos recursos administrativos interpostos; 2. MANTER a habilitação e classificação da empresa J. Marinho Rodrigues – CNPJ nº 29.932.476/0001-42; 3. DETERMINAR o regular prosseguimento do certame, com a adoção das providências subsequentes.</i> |
| Sistema | 16/12/2025 10:41:10 | A disputa do ITEM 5 está encerrada. Despacho: |

Recursos

Recursos do Item 5

| Fornecedor | CNPJ | Data/Hora | Declaração | Decisão | Tipo |
|---|----------------|------------------------|------------|---|------------|
| LABORATORIO DE PROTESE DENTARIA SOLUCAO LTDA | 36271505000138 | 25/11/2025 10:06:14 | | Diante do exposto, com fundamento nos arts. 5º, 12, 63, 64, 165 e 169 da Lei nº 14.133/2021, bem como nos princípios da legalidade, isonomia, vinculação ao instrumento convocatório, julgamento objetivo e formalismo moderado: DECIDO: 1. NEGAR PROVIMENTO aos recursos administrativos interpostos; 2. MANTER a habilitação e classificação da empresa J. Marinho Rodrigues – CNPJ nº 29.932.476/0001-42; 3. DETERMINAR o regular prosseguimento do certame, com a adoção das providências subsequentes. | Indeferido |
| ULTRA SORRISO LTDA | 45900097000127 | 25/11/2025 10:07:15 | | Diante do exposto, com fundamento nos arts. 5º, 12, 63, 64, 165 e 169 da Lei nº 14.133/2021, bem como nos princípios da legalidade, isonomia, vinculação ao instrumento convocatório, julgamento objetivo e formalismo moderado: DECIDO: 1. NEGAR PROVIMENTO aos recursos administrativos interpostos; 2. MANTER a habilitação e classificação da empresa J. Marinho Rodrigues – CNPJ nº 29.932.476/0001-42; 3. DETERMINAR o regular prosseguimento do certame, com a adoção das providências subsequentes. | Indeferido |
| LABORATORIO DE PROTESE DENTARIA SOLUCAO LTDA | 36271505000138 | 28/11/2025 09:06:26 | | Diante do exposto, com fundamento nos arts. 5º, 12, 63, 64, 165 e 169 da Lei nº 14.133/2021, bem como nos princípios da legalidade, isonomia, vinculação ao instrumento convocatório, julgamento objetivo e formalismo moderado: DECIDO: 1. NEGAR PROVIMENTO aos recursos administrativos interpostos; 2. MANTER a habilitação e classificação da empresa J. Marinho Rodrigues – CNPJ nº 29.932.476/0001-42; 3. DETERMINAR o regular prosseguimento do certame, com a adoção das providências subsequentes. | Indeferido |
| LABORATORIO DE PROTESES DENTARIA PRO-DENTE LTDA | 52691221000157 | 28/11/2025 09:08:44 | | Diante do exposto, com fundamento nos arts. 5º, 12, 63, 64, 165 e 169 da Lei nº 14.133/2021, bem como nos princípios da legalidade, isonomia, vinculação ao instrumento convocatório, julgamento objetivo e formalismo moderado: DECIDO: 1. NEGAR PROVIMENTO aos recursos administrativos interpostos; 2. MANTER a habilitação e classificação da empresa J. Marinho Rodrigues – CNPJ nº 29.932.476/0001-42; 3. DETERMINAR o regular prosseguimento do certame, com a adoção das providências subsequentes. | Indeferido |
| ODONTO ALFA LTDA | 40900404000156 | 28/11/2025 11:55:08 | | Com fundamento no art. 165, §2º, da Lei nº 14.133/2021, DECIDO: 1. CONHECER do recurso administrativo interposto por ODONTO ALFA LTDA, por ser tempestivo; 2. NEGAR-LHE PROVIMENTO, mantendo-se integralmente a decisão do Agente de Contratação que declarou a Recorrente INABILITADA; 3. RATIFICAR a regularidade do julgamento e determinar o prosseguimento do certame, nos termos do Edital. | Indeferido |
| ODONTO ALFA LTDA | 40900404000156 | 28/11/2025 11:55:12 | | Com fundamento no art. 165, §2º, da Lei nº 14.133/2021, DECIDO: 1. CONHECER do recurso administrativo interposto por ODONTO ALFA LTDA, por ser tempestivo; 2. NEGAR-LHE PROVIMENTO, mantendo-se integralmente a decisão do Agente de Contratação que declarou a Recorrente INABILITADA; 3. RATIFICAR a regularidade do julgamento e determinar o prosseguimento do certame, nos termos do Edital. | Indeferido |

Recursos do Item 5

| Fornecedor | CNPJ | Data/Hora | Declaração | Decisão | Tipo |
|--|----------------|---------------------|------------|---|------------|
| LABORATORIO DE PROTESE DENTARIA SOLUCAO LTDA | 36271505000138 | 28/11/2025 11:59:20 | | Diante do exposto, com fundamento nos arts. 5º, 12, 63, 64, 165 e 169 da Lei nº 14.133/2021, bem como nos princípios da legalidade, isonomia, vinculação ao instrumento convocatório, julgamento objetivo e formalismo moderado: DECIDO: 1. NEGAR PROVIMENTO aos recursos administrativos interpostos; 2. MANTER a habilitação e classificação da empresa J. Marinho Rodrigues – CNPJ nº 29.932.476/0001-42; 3. DETERMINAR o regular prosseguimento do certame, com a adoção das providências subsequentes. | Indeferido |

Item 6

Propostas Iniciais

Propostas Iniciais do Item 6

| ID | Fornecedor | CNPJ | Marca | Modelo | Proposta R\$ | Situação | Motivo |
|-------|---|----------------|-------|--------|--------------|--------------|--------|
| 44974 | LABORATORIO DE PROTESES DENTARIA PRO-DENTE LTDA | 52691221000157 | | | R\$ 441,00 | Classificada | — |
| 37089 | ULTRA SORRISO LTDA | 45900097000127 | | | R\$ 441,90 | Classificada | — |
| 62178 | J. MARINHO RODRIGUES | 29932476000142 | | | R\$ 441,90 | Classificada | — |
| 74795 | S P DE SOUSA LTDA | 57895954000127 | | | R\$ 401,00 | Classificada | — |
| 74649 | LABORATORIO DE PROTESE DENTARIA SOLUCAO LTDA | 36271505000138 | | | R\$ 420,00 | Classificada | — |
| 15825 | ODONTO ALFA LTDA | 40900404000156 | | | R\$ 400,00 | Classificada | — |

Lances

Lances do Item 6

| Fornecedor | CNPJ | Valor Lance R\$ | Data/Hora | Tipo |
|---|--------------------|-----------------|---------------------|----------------------------|
| S P DE SOUSA LTDA | 57.895.954/0001-27 | R\$ 145,00 | 17/11/2025 14:42:06 | Fornecedor Desclassificado |
| ODONTO ALFA LTDA | 40.900.404/0001-56 | R\$ 150,00 | 17/11/2025 14:27:22 | Fornecedor Inabilitado |
| ODONTO ALFA LTDA | 40.900.404/0001-56 | R\$ 180,00 | 17/11/2025 14:35:23 | Fornecedor Inabilitado |
| S P DE SOUSA LTDA | 57.895.954/0001-27 | R\$ 190,00 | 17/11/2025 14:26:16 | Fornecedor Desclassificado |
| ODONTO ALFA LTDA | 40.900.404/0001-56 | R\$ 200,00 | 17/11/2025 14:34:52 | Fornecedor Inabilitado |
| J. MARINHO RODRIGUES | 29.932.476/0001-42 | R\$ 243,00 | 17/11/2025 14:39:25 | Intermediario |
| LABORATORIO DE PROTESE DENTARIA SOLUCAO LTDA | 36.271.505/0001-38 | R\$ 260,00 | 17/11/2025 14:44:00 | Intermediario |
| LABORATORIO DE PROTESES DENTARIA PRO-DENTE LTDA | 52.691.221/0001-57 | R\$ 270,00 | 17/11/2025 14:39:30 | Intermediario |

FL(S)
 Nº 330
 RUBRICA:

Lances do Item 6

| Fornecedor | CNPJ | Valor Lance R\$ | Data/Hora | Tipo |
|---|--------------------|-----------------|---------------------|----------------------------|
| J. MARINHO RODRIGUES | 29.932.476/0001-42 | R\$ 275,00 | 17/11/2025 14:34:45 | Manual |
| ODONTO ALFA LTDA | 40.900.404/0001-56 | R\$ 280,00 | 17/11/2025 14:34:39 | Fornecedor Inabilitado |
| ULTRA SORRISO LTDA | 45.900.097/0001-27 | R\$ 286,00 | 17/11/2025 14:45:49 | Intermediario |
| ULTRA SORRISO LTDA | 45.900.097/0001-27 | R\$ 349,00 | 17/11/2025 14:34:13 | Manual |
| ODONTO ALFA LTDA | 40.900.404/0001-56 | R\$ 350,00 | 17/11/2025 14:33:59 | Fornecedor Inabilitado |
| J. MARINHO RODRIGUES | 29.932.476/0001-42 | R\$ 399,00 | 17/11/2025 14:33:51 | Manual |
| ODONTO ALFA LTDA | 40.900.404/0001-56 | R\$ 400,00 | 17/11/2025 08:27:00 | Fornecedor Inabilitado |
| S.P DE SOUSA LTDA | 67.886.954/0001-27 | R\$ 401,00 | 13/11/2025 16:04:48 | Fornecedor Desclassificado |
| LABORATORIO DE PROTESE DENTARIA SOLUCAO LTDA | 36.271.505/0001-38 | R\$ 420,00 | 14/11/2025 15:52:46 | Classificado |
| LABORATORIO DE PROTESES DENTARIA PRO-DENTE LTDA | 52.691.221/0001-57 | R\$ 441,00 | 04/11/2025 17:28:26 | Classificado |
| J. MARINHO RODRIGUES | 29.932.476/0001-42 | R\$ 441,90 | 12/11/2025 17:14:34 | Classificado |
| ULTRA SORRISO LTDA | 45.900.097/0001-27 | R\$ 441,90 | 10/11/2025 11:40:55 | Classificado |

Classificação Final

Classificação Final do Item 6

| Posição | Licitante | CNPJ | Melhor Oferta R\$ |
|---------|---|--------------------|-------------------|
| 1º | J. MARINHO RODRIGUES | 29.932.476/0001-42 | R\$ 243,00 |
| 2º | LABORATORIO DE PROTESE DENTARIA SOLUCAO LTDA | 36.271.505/0001-38 | R\$ 260,00 |
| 3º | LABORATORIO DE PROTESES DENTARIA PRO-DENTE LTDA | 52.691.221/0001-57 | R\$ 270,00 |
| 4º | ULTRA SORRISO LTDA | 45.900.097/0001-27 | R\$ 286,00 |

Mensagens

Mensagens do Item 6

| Usuário | Data/Hora | Mensagem |
|---------|---------------------|---|
| Sistema | 17/11/2025 14:32:18 | O ITEM 6 foi ordenado e classificado. Boa sorte! |
| Sistema | 17/11/2025 14:33:09 | O ITEM 6 está na fase competitiva e sua disputa durará 10 (dez) minutos. Sr(s). Fornecedor(es), não havendo novos lances nos últimos 02 (dois) minutos da fase competitiva o ITEM 6 será encerrado automaticamente! |
| Sistema | 17/11/2025 14:43:18 | A etapa de envio de lances do ITEM 6 foi prorrogada automaticamente e será de 02 (dois) minutos. Boa sorte! |
| Sistema | 17/11/2025 14:47:57 | A prorrogação automática do ITEM 6 está encerrada. |

Mensagens do Item 6

| Usuário | Data/Hora | Mensagem |
|---------|------------------------|---|
| Sistema | 17/11/2025 14:48:20 | O ITEM 6 está em negociação e ficará aberto para lances pelo período de 10 minutos. |
| Sistema | 17/11/2025 14:58:22 | O tempo de negociação está encerrado. |
| Sistema | 17/11/2025 14:59:55 | A proposta do fornecedor S P DE SOUSA LTDA do ITEM - 6, foi ACEITA pelo valor de R\$145,00. |
| Sistema | 18/11/2025 10:02:48 | Fornecedor: S P DE SOUSA LTDA, com lance no valor de R\$ 145,00, sua proposta FOI RECUSADA pelo motivo abaixo: a empresa S P DE SOUSA LTDA, está DESCLASSIFICADA para os itens motivo: deixou de enviar a proposta readequada e nem se que se justificou o motivo do não envio dentro do prazo estipulado no sistema conforme o solicitado, conforme o item 6.20.4 do Edital! |
| Sistema | 18/11/2025 10:02:48 | A proposta do fornecedor ODONTO ALFA LTDA do ITEM - 6, foi ACEITA pelo valor de R\$150,00. |
| Sistema | 18/11/2025 10:03:22 | O ITEM 6 está em negociação e ficará aberto para lances pelo período de 10 minutos. |
| Sistema | 18/11/2025 10:13:25 | O tempo de negociação está encerrado. |
| Sistema | 25/11/2025 10:01:42 | Sr(s). fornecedor(es) está aberto o prazo de 10 minutos para intenção de Recurso/Reconsideração, se houver interesse em recorrer esse o momento para se manifestar. |
| Sistema | 25/11/2025 10:06:14 | O fornecedor LABORATORIO DE PROTESE DENTARIA SOLUCAO LTDA manifestou intenção de Recurso/Reconsideração |
| Sistema | 25/11/2025 10:07:15 | O fornecedor ULTRA SORRISO LTDA manifestou intenção de Recurso/Reconsideração |
| Sistema | 25/11/2025 10:11:42 | Srs. Licitantes, está encerrado o prazo para manifestação de intenção de Recurso/Reconsideração |
| Sistema | 27/11/2025 15:05:46 | Empresa: ODONTO ALFA LTDA - 40900404000156, INABILITADA por descumprir as regras do Edital, conforme despacho: DECISÃO Conforme já explanado no documento em anexo no sistema, decido por declarar a empresa ODONTO ALFA LTDA, CNPJ nº 40.900.404/0001-56, INABILITADA, de acordo com o relatório! |
| Sistema | 27/11/2025 15:05:46 | A proposta do fornecedor J. MARINHO RODRIGUES do ITEM - 6, foi ACEITA pelo valor de R\$243,00. |
| Sistema | 27/11/2025 15:06:21 | O ITEM 6 está em negociação e ficará aberto para lances pelo período de 10 minutos. |
| Sistema | 27/11/2025 15:16:21 | O tempo de negociação está encerrado. |
| Sistema | 28/11/2025 09:03:40 | Sr(s). fornecedor(es) está aberto o prazo de 10 minutos para intenção de Recurso/Reconsideração, se houver interesse em recorrer esse o momento para se manifestar. |
| Sistema | 28/11/2025 09:06:26 | O fornecedor LABORATORIO DE PROTESE DENTARIA SOLUCAO LTDA manifestou intenção de Recurso/Reconsideração |
| Sistema | 28/11/2025 09:08:44 | O fornecedor LABORATORIO DE PROTESES DENTARIA PRO-DENTE LTDA manifestou intenção de Recurso/Reconsideração |
| Sistema | 28/11/2025 09:13:41 | Srs. Licitantes, está encerrado o prazo para manifestação de intenção de Recurso/Reconsideração |
| Sistema | 28/11/2025 11:54:41 | Srs. licitantes, após a análise dos documentos inseridos na plataforma, hei por bem, HABILITAR o fornecedor J. MARINHO RODRIGUES-29.932.476/0001-42, tendo em vista, que cumpriu os requisitos habilitatórios exigidos no instrumento convocatório. O fornecedor J. MARINHO RODRIGUES -29.932.476/0001-42 venceu o ITEM -6 pelo valor de R\$243,00. |
| Sistema | 28/11/2025 11:54:54 | Sr(s). fornecedor(es) está aberto o prazo de 10 minutos para intenção de Recurso/Reconsideração, se houver interesse em recorrer esse o momento para se manifestar. |
| Sistema | 28/11/2025 11:55:06 | O fornecedor ODONTO ALFA LTDA manifestou intenção de Recurso/Reconsideração |
| Sistema | 28/11/2025 11:55:12 | O fornecedor ODONTO ALFA LTDA manifestou intenção de Recurso/Reconsideração |

Mensagens do Item 6

| Usuário | Data/Hora | Mensagem |
|---------|---------------------|--|
| Sistema | 28/11/2025 11:59:20 | O fornecedor LABORATORIO DE PROTESE DENTARIA SOLUCAO LTDA manifestou intenção de Recurso/Reconsideração |
| Sistema | 28/11/2025 12:04:55 | Srs. Licitantes, está encerrado o prazo para manifestação de intenção de Recurso/Reconsideração |
| Sistema | 28/11/2025 12:07:02 | A manifestação de intenção de Recurso/Reconsideração de LABORATORIO DE PROTESE DENTARIA SOLUCAO LTDA foi recebida pelo seguinte motivo: . E foi aberto o prazo para que o fornecedor envie as razões até 03/12/2025 e os outros interessados envie as contrarrazões até 08/12/2025 . |
| Sistema | 28/11/2025 12:07:02 | A manifestação de intenção de Recurso/Reconsideração de ULTRA SORRISO LTDA foi recebida pelo seguinte motivo: . E foi aberto o prazo para que o fornecedor envie as razões até 03/12/2025 e os outros interessados envie as contrarrazões até 08/12/2025 . |
| Sistema | 28/11/2025 12:07:02 | A manifestação de intenção de Recurso/Reconsideração de LABORATORIO DE PROTESE DENTARIA SOLUCAO LTDA foi recebida pelo seguinte motivo: . E foi aberto o prazo para que o fornecedor envie as razões até 03/12/2025 e os outros interessados envie as contrarrazões até 08/12/2025 . |
| Sistema | 28/11/2025 12:07:02 | A manifestação de intenção de Recurso/Reconsideração de LABORATORIO DE PROTESES DENTARIA PRO-DENTE LTDA foi recebida pelo seguinte motivo: . E foi aberto o prazo para que o fornecedor envie as razões até 03/12/2025 e os outros interessados envie as contrarrazões até 08/12/2025 . |
| Sistema | 28/11/2025 12:07:02 | A manifestação de intenção de Recurso/Reconsideração de ODONTO ALFA LTDA foi recebida pelo seguinte motivo: . E foi aberto o prazo para que o fornecedor envie as razões até 03/12/2025 e os outros interessados envie as contrarrazões até 08/12/2025 . |
| Sistema | 28/11/2025 12:07:02 | A manifestação de intenção de Recurso/Reconsideração de ODONTO ALFA LTDA foi recebida pelo seguinte motivo: . E foi aberto o prazo para que o fornecedor envie as razões até 03/12/2025 e os outros interessados envie as contrarrazões até 08/12/2025 . |
| Sistema | 28/11/2025 12:07:02 | A manifestação de intenção de Recurso/Reconsideração de LABORATORIO DE PROTESE DENTARIA SOLUCAO LTDA foi recebida pelo seguinte motivo: . E foi aberto o prazo para que o fornecedor envie as razões até 03/12/2025 e os outros interessados envie as contrarrazões até 08/12/2025 . |
| Sistema | 01/12/2025 07:57:34 | O fornecedor ODONTO ALFA LTDA acabou ENVIAR o arquivo recurso_administrativ1_assinado_1764586654.pdf referente ao Recurso/Reconsideração e o mesmo será disponibilizado após o fim do prazo de envio de razões caso não seja excluído pelo fornecedor. |
| Sistema | 01/12/2025 07:57:34 | O fornecedor ODONTO ALFA LTDA acabou ENVIAR o arquivo recurso_administrativ1_assinado_1764586654.pdf referente ao Recurso/Reconsideração e o mesmo será disponibilizado após o fim do prazo de envio de razões caso não seja excluído pelo fornecedor. |
| Sistema | 01/12/2025 15:41:37 | O fornecedor ULTRA SORRISO LTDA acabou ENVIAR o arquivo recurso_ultra_sorriso_1764614496.pdf referente ao Recurso/Reconsideração e o mesmo será disponibilizado após o fim do prazo de envio de razões caso não seja excluído pelo fornecedor. |
| Sistema | 03/12/2025 19:36:51 | O fornecedor LABORATORIO DE PROTESE DENTARIA SOLUCAO LTDA acabou ENVIAR o arquivo recurso_administrativo_laboratorio_solucacao_1764801411.pdf referente ao Recurso/Reconsideração e o mesmo será disponibilizado após o fim do prazo de envio de razões caso não seja excluído pelo fornecedor. |
| Sistema | 03/12/2025 19:36:51 | O fornecedor LABORATORIO DE PROTESE DENTARIA SOLUCAO LTDA acabou ENVIAR o arquivo recurso_administrativo_laboratorio_solucacao_1764801411.pdf referente ao Recurso/Reconsideração e o mesmo será disponibilizado após o fim do prazo de envio de razões caso não seja excluído pelo fornecedor. |
| Sistema | 03/12/2025 19:36:51 | O fornecedor LABORATORIO DE PROTESE DENTARIA SOLUCAO LTDA acabou ENVIAR o arquivo recurso_administrativo_laboratorio_solucacao_1764801411.pdf referente ao Recurso/Reconsideração e o mesmo será disponibilizado após o fim do prazo de envio de razões caso não seja excluído pelo fornecedor. |
| Sistema | 03/12/2025 22:15:17 | O fornecedor LABORATORIO DE PROTESES DENTARIA PRO-DENTE LTDA acabou ENVIAR o arquivo recurso_administrativo_pro_dente_1764810917.pdf referente ao Recurso/Reconsideração e o mesmo será disponibilizado após o fim do prazo de envio de razões caso não seja excluído pelo fornecedor. |
| Sistema | 16/12/2025 10:34:33 | O Recurso/Reconsideração do ODONTO ALFA LTDA foi indeferido pelo seguinte motivo: <i>Com fundamento no art. 165, §2º, da Lei nº 14.133/2021, DECIDO: 1. CONHECER do recurso administrativo interposto por ODonTO ALFA LTDA, por ser tempestivo; 2. NEGAR-LHE PROVIMENTO, mantendo-se integralmente a decisão do Agente de Contratação que declarou a Recorrente INABILITADA; 3. RATIFICAR a regularidade do julgamento e determinar o prosseguimento do certame, nos termos do Edital..</i> |
| Sistema | 16/12/2025 10:34:33 | O Recurso/Reconsideração do ODONTO ALFA LTDA foi indeferido pelo seguinte motivo: <i>Com fundamento no art. 165, §2º, da Lei nº 14.133/2021, DECIDO: 1. CONHECER do recurso administrativo interposto por ODonTO ALFA LTDA, por ser tempestivo; 2. NEGAR-LHE PROVIMENTO, mantendo-se integralmente a decisão do Agente de Contratação que declarou a Recorrente INABILITADA; 3. RATIFICAR a regularidade do julgamento e determinar o prosseguimento do certame, nos termos do Edital..</i> |

Mensagens do Item 6

| Usuário | Data/Hora | Mensagem |
|---------|------------------------|--|
| Sistema | 16/12/2025 10:36:52 | O Recurso/Reconsideração do LABORATORIO DE PROTESE DENTARIA SOLUCAO LTDA foi indeferido pelo seguinte motivo: <i>Diante do exposto, com fundamento nos arts. 5º, 12, 63, 64, 165 e 169 da Lei nº 14.133/2021, bem como nos princípios da legalidade, isonomia, vinculação ao instrumento convocatório, julgamento objetivo e formalismo moderado: DECIDO: 1. NEGAR PROVIMENTO aos recursos administrativos interpostos; 2. MANTER a habilitação e classificação da empresa J. Marinho Rodrigues – CNPJ nº 29.932.476/0001-42; 3. DETERMINAR o regular prosseguimento do certame, com a adoção das providências subsequentes.</i> |
| Sistema | 16/12/2025 10:36:52 | O Recurso/Reconsideração do LABORATORIO DE PROTESE DENTARIA SOLUCAO LTDA foi indeferido pelo seguinte motivo: <i>Diante do exposto, com fundamento nos arts. 5º, 12, 63, 64, 165 e 169 da Lei nº 14.133/2021, bem como nos princípios da legalidade, isonomia, vinculação ao instrumento convocatório, julgamento objetivo e formalismo moderado: DECIDO: 1. NEGAR PROVIMENTO aos recursos administrativos interpostos; 2. MANTER a habilitação e classificação da empresa J. Marinho Rodrigues – CNPJ nº 29.932.476/0001-42; 3. DETERMINAR o regular prosseguimento do certame, com a adoção das providências subsequentes.</i> |
| Sistema | 16/12/2025 10:36:52 | O Recurso/Reconsideração do LABORATORIO DE PROTESE DENTARIA SOLUCAO LTDA foi indeferido pelo seguinte motivo: <i>Diante do exposto, com fundamento nos arts. 5º, 12, 63, 64, 165 e 169 da Lei nº 14.133/2021, bem como nos princípios da legalidade, isonomia, vinculação ao instrumento convocatório, julgamento objetivo e formalismo moderado: DECIDO: 1. NEGAR PROVIMENTO aos recursos administrativos interpostos; 2. MANTER a habilitação e classificação da empresa J. Marinho Rodrigues – CNPJ nº 29.932.476/0001-42; 3. DETERMINAR o regular prosseguimento do certame, com a adoção das providências subsequentes.</i> |
| Sistema | 16/12/2025 10:38:29 | O Recurso/Reconsideração do LABORATORIO DE PROTESES DENTARIA PRO-DENTE LTDA foi indeferido pelo seguinte motivo: <i>Diante do exposto, com fundamento nos arts. 5º, 12, 63, 64, 165 e 169 da Lei nº 14.133/2021, bem como nos princípios da legalidade, isonomia, vinculação ao instrumento convocatório, julgamento objetivo e formalismo moderado: DECIDO: 1. NEGAR PROVIMENTO aos recursos administrativos interpostos; 2. MANTER a habilitação e classificação da empresa J. Marinho Rodrigues – CNPJ nº 29.932.476/0001-42; 3. DETERMINAR o regular prosseguimento do certame, com a adoção das providências subsequentes.</i> |
| Sistema | 16/12/2025 10:39:06 | O Recurso/Reconsideração do ULTRA SORRISO LTDA foi indeferido pelo seguinte motivo: <i>Diante do exposto, com fundamento nos arts. 5º, 12, 63, 64, 165 e 169 da Lei nº 14.133/2021, bem como nos princípios da legalidade, isonomia, vinculação ao instrumento convocatório, julgamento objetivo e formalismo moderado: DECIDO: 1. NEGAR PROVIMENTO aos recursos administrativos interpostos; 2. MANTER a habilitação e classificação da empresa J. Marinho Rodrigues – CNPJ nº 29.932.476/0001-42; 3. DETERMINAR o regular prosseguimento do certame, com a adoção das providências subsequentes.</i> |
| Sistema | 16/12/2025 10:41:10 | A disputa do ITEM 6 está encerrada. Despacho: |

Recursos

Recursos do Item 6

| Fornecedor | CNPJ | Data/Hora | Declaração | Decisão | Tipo |
|--|----------------|------------------------|------------|---|------------|
| LABORATORIO DE PROTESE DENTARIA SOLUCAO LTDA | 36271505000138 | 25/11/2025 10:06:14 | | Diante do exposto, com fundamento nos arts. 5º, 12, 63, 64, 165 e 169 da Lei nº 14.133/2021, bem como nos princípios da legalidade, isonomia, vinculação ao instrumento convocatório, julgamento objetivo e formalismo moderado: DECIDO: 1. NEGAR PROVIMENTO aos recursos administrativos interpostos; 2. MANTER a habilitação e classificação da empresa J. Marinho Rodrigues – CNPJ nº 29.932.476/0001-42; 3. DETERMINAR o regular prosseguimento do certame, com a adoção das providências subsequentes. | Indeferido |
| ULTRA SORRISO LTDA | 45900097000127 | 25/11/2025 10:07:15 | | Diante do exposto, com fundamento nos arts. 5º, 12, 63, 64, 165 e 169 da Lei nº 14.133/2021, bem como nos princípios da legalidade, isonomia, vinculação ao instrumento convocatório, julgamento objetivo e formalismo moderado: DECIDO: 1. NEGAR PROVIMENTO aos recursos administrativos interpostos; 2. MANTER a habilitação e classificação da empresa J. Marinho Rodrigues – CNPJ nº 29.932.476/0001-42; 3. DETERMINAR o regular prosseguimento do certame, com a adoção das providências subsequentes. | Indeferido |
| LABORATORIO DE PROTESE DENTARIA SOLUCAO LTDA | 36271505000138 | 28/11/2025 09:06:26 | | Diante do exposto, com fundamento nos arts. 5º, 12, 63, 64, 165 e 169 da Lei nº 14.133/2021, bem como nos princípios da legalidade, isonomia, vinculação ao instrumento convocatório, julgamento objetivo e formalismo moderado: DECIDO: 1. NEGAR PROVIMENTO aos recursos administrativos interpostos; 2. MANTER a habilitação e classificação da empresa J. Marinho Rodrigues – CNPJ nº 29.932.476/0001-42; 3. DETERMINAR o regular prosseguimento do certame, com a adoção das providências subsequentes. | Indeferido |

Recursos do Item 6

| Fornecedor | CNPJ | Data/Hora | Declaração | Decisão | Tipo |
|---|----------------|------------------------|------------|---|------------|
| LABORATORIO DE PROTESES DENTARIA PRO-DENTE LTDA | 52691221000157 | 28/11/2025 09:08:44 | | Diante do exposto, com fundamento nos arts. 5º, 12, 63, 64, 165 e 169 da Lei nº 14.133/2021, bem como nos princípios da legalidade, isonomia, vinculação ao instrumento convocatório, julgamento objetivo e formalismo moderado: DECIDO: 1. NEGAR PROVIMENTO aos recursos administrativos interpostos; 2. MANTER a habilitação e classificação da empresa J. Marinho Rodrigues – CNPJ nº 29.932.476/0001-42; 3. DETERMINAR o regular prosseguimento do certame, com a adoção das providências subsequentes | Indeferido |
| ODONTO ALFA LTDA | 40900404000156 | 28/11/2025 11:55:06 | | Com fundamento no art. 165, §2º, da Lei nº 14.133/2021, DECIDO: 1. CONHECER do recurso administrativo interposto por ODONTO ALFA LTDA, por ser tempestivo; 2. NEGAR-LHE PROVIMENTO, mantendo-se integralmente a decisão do Agente de Contratação que declarou a Recorrente INABILITADA; 3. RATIFICAR a regularidade do julgamento e determinar o prosseguimento do certame, nos termos do Edital. | Indeferido |
| ODONTO ALFA LTDA | 40900404000156 | 28/11/2025 11:55:12 | | Com fundamento no art. 165, §2º, da Lei nº 14.133/2021, DECIDO: 1. CONHECER do recurso administrativo interposto por ODONTO ALFA LTDA, por ser tempestivo; 2. NEGAR-LHE PROVIMENTO, mantendo-se integralmente a decisão do Agente de Contratação que declarou a Recorrente INABILITADA; 3. RATIFICAR a regularidade do julgamento e determinar o prosseguimento do certame, nos termos do Edital. | Indeferido |
| LABORATORIO DE PROTESE DENTARIA SOLUCAO LTDA | 36271505000138 | 28/11/2025 11:59:20 | | Diante do exposto, com fundamento nos arts. 5º, 12, 63, 64, 165 e 169 da Lei nº 14.133/2021, bem como nos princípios da legalidade, isonomia, vinculação ao instrumento convocatório, julgamento objetivo e formalismo moderado: DECIDO: 1. NEGAR PROVIMENTO aos recursos administrativos interpostos; 2. MANTER a habilitação e classificação da empresa J. Marinho Rodrigues – CNPJ nº 29.932.476/0001-42; 3. DETERMINAR o regular prosseguimento do certame, com a adoção das providências subsequentes. | Indeferido |

Mensagem Geral

| Usuário | Data/Hora | Mensagem |
|-----------|------------------------|--|
| Pregoeiro | 17/11/2025 14:32:10 | Senhores Licitantes, Boa Tarde, Estamos iniciando nosso certame licitatório referente ao Pregão Eletrônico nº. 017/2025. Em nome da Prefeitura Municipal de São João do Paraíso, gostaria de agradecer a todos pela participação. |
| Pregoeiro | 17/11/2025 14:32:53 | Classificadas as propostas, dentro de alguns instantes o Sistema estará aberto para lances. |
| Sistema | 17/11/2025 14:33:09 | Foi iniciada a fase competitiva do(s) item(s): 1, 2, 3, 4, 5, 6 às 14:33:09 |
| Pregoeiro | 17/11/2025 14:48:37 | Prezados Srs Licitantes, Dando continuidade ao presente certame, vamos abrir a fase de negociação. Peço que se manifestem quanto a possibilidade de, caso queira, apresentar melhor oferta para os respectivos itens arrematados. Concederemos o prazo de 10 min para manifestação nesta fase de negociação nos itens |
| Pregoeiro | 17/11/2025 14:59:48 | Senhores licitantes para efeito do sistema as propostas serão aceitas provisoriamente mais a aceitação definitiva somente será feita após a comprovação de exequibilidade |
| Pregoeiro | 17/11/2025 15:05:24 | O prazo para envio da proposta final, estará disponível através do módulo - PROPOSTA FINAL no rol de menus da Sala de Disputa, do dia 17/11/2025 15:05:00hs até o dia 17/11/2025 17:05:00hs para o(s) fornecedor(es): S P DE SOUSA LTDA. |
| Pregoeiro | 17/11/2025 15:05:34 | Dando continuidade, irei solicitar a proposta adequada do item arrematado pela empresa arrematante, no prazo de 2 (duas) horas, conforme item 6.20.4 do Edital. Ademais, em razão da necessidade de comprovação da exequibilidade dos preços ofertados, solicitamos a comprovação de exequibilidade dos preços propostos para todos os itens, arrematados com desconto superior a 50% (cinquenta por cento) do valor estimado para o item ou lote correspondente, o licitante deverá apresentar, obrigatoriamente, para fins de aferição da exequibilidade, memória de cálculo completa da composição dos custos, acompanhada de documentos comprobatórios, exemplo: contratos de prestação de serviços acompanhados de nota(s) fiscal(is) de entrega dos mesmos serviços arrematados para demonstrar a exequibilidade dos preços ofertados, prova de que a empresa já forneceu esses mesmos serviços com os mesmos preços que a mesma esta ofertando. Tal comprovação também deve ser apresentada no prazo de 2 (duas) horas, conforme item 6.20.4 do Edital. |

| Usuário | Data/Hora | Mensagem |
|-----------|---------------------|--|
| Pregoeiro | 17/11/2025 15:39:10 | SENHORES LICITANTES DIANTE DO PRAZO CONCEDIDO A EMPRESA ARREMATANTE E QUANDO FINDAR O PRAZO NÃO TEREMOS MAIS TEMPO PARA JULGAR A PROPOSTA, FICA EM ABERTO O SISTEMA PARA ANEXO DA PROPOSTA E A SESSÃO FICA SUSPensa ATÉ AMANHÃ AS 10:00HS |
| Sistema | 17/11/2025 15:39:33 | Sr(s). Fornecedor(es), o Processo nº 17/2025 foi SUSPENSO . Motivo: A SESSÃO FICA SUSPensa ATÉ AMANHÃ AS 10:00HS. A REABERTURA será no dia 18/11/2025 10:00 (horário de Brasília), para continuação do certame. Sintam-se todos desde já NOTIFICADOS. |
| Sistema | 17/11/2025 17:05:01 | O prazo para o fornecedor S P DE SOUSA LTDA enviar a proposta final está encerrado . |
| Sistema | 18/11/2025 10:01:52 | Sr(s). Fornecedor(es), o Processo nº 17/2025 foi REABERTO , para continuação do certame. Sintam-se todos desde já NOTIFICADOS. |
| Pregoeiro | 18/11/2025 10:02:04 | Prezados Srs Licitantes, Bom Dia. Dando continuidade ao presente certame, |
| Pregoeiro | 18/11/2025 10:03:27 | Prezados Srs Licitantes. Dando continuidade ao presente certame, vamos abrir a fase de negociação. Peço que se manifestem quanto a possibilidade de, caso queira, apresentar melhor oferta para os respectivos itens arrematados. Concederemos o prazo de 10 min para manifestação nesta fase de negociação nos itens |
| Pregoeiro | 18/11/2025 10:17:58 | O prazo para envio da proposta final, estará disponível através do módulo - PROPOSTA FINAL no rol de menus da Sala de Disputa, do dia 18/11/2025 10:17:00hs até o dia 18/11/2025 12:17:00hs para o(s) fornecedor(es): ODONTO ALFA LTDA. |
| Pregoeiro | 18/11/2025 10:18:06 | Dando continuidade, irei solicitar a proposta adequada do item arrematado pela empresa arrematante, no prazo de 2 (duas) horas, conforme item 6.20.4 do Edital. Ademais, em razão da necessidade de comprovação da exequibilidade dos preços ofertados, solicitamos a comprovação de exequibilidade dos preços propostos para todos os itens, arrematados com desconto superior a 50% (cinquenta por cento) do valor estimado para o item ou lote correspondente, o licitante deverá apresentar, obrigatoriamente, para fins de aferição da exequibilidade, memória de cálculo completa da composição dos custos, acompanhada de documentos comprobatórios, exemplo: contratos de prestação de serviços acompanhados de nota(s) fiscal(is) de entrega dos mesmos serviços arrematados para demonstrar a exequibilidade dos preços ofertados, prova de que a empresa já forneceu esses mesmos serviços com os mesmos preços que a mesma esta ofertando. Tal comprovação também deve ser apresentada no prazo de 2 (duas) horas, conforme item 6.20.4 do Edital. |
| Sistema | 18/11/2025 10:45:34 | O fornecedor ODONTO ALFA LTDA acabou de ENVIAR gustavo_adonto_1763473533.zip no proposta final. |
| Sistema | 18/11/2025 10:52:09 | O fornecedor ODONTO ALFA LTDA acabou de EXCLUIR gustavo_adonto_1763473533.zip da proposta final. |
| Sistema | 18/11/2025 10:54:25 | O fornecedor ODONTO ALFA LTDA acabou de ENVIAR gustavo_adonto_1763474064.zip no proposta final. |
| Sistema | 18/11/2025 12:17:01 | O prazo para o fornecedor ODONTO ALFA LTDA enviar a proposta final está encerrado . |
| Pregoeiro | 18/11/2025 12:18:43 | SENHORES LICITANTES DIANTE DE INumeros DOCUMENTOS APRESENTADOS PELA EMPRESA E DEVIDO ESTA COMISSÃO ESTÁ ACARRETADA DE MUITOS DOCUMENTOS REFERENTE A OUTROS PROCESSOS ESTA SESSÃO FICA SUSPensa ATÉ TERÇA FEIRA AS 10:00HS DEVIDO AO FERIADO DO DIA 20 |
| Sistema | 18/11/2025 12:19:30 | Sr(s). Fornecedor(es), o Processo nº 17/2025 foi SUSPENSO . Motivo: ESTA SESSÃO FICA SUSPensa ATÉ TERÇA FEIRA AS 10:00HS. A REABERTURA será no dia 25/11/2025 10:00 (horário de Brasília), para continuação do certame. Sintam-se todos desde já NOTIFICADOS. |
| Sistema | 25/11/2025 10:00:35 | Sr(s). Fornecedor(es), o Processo nº 17/2025 foi REABERTO , para continuação do certame. Sintam-se todos desde já NOTIFICADOS. |
| Pregoeiro | 25/11/2025 10:01:33 | Senhores licitantes bom dia a todos, dando continuidade ao presente certame |
| Pregoeiro | 25/11/2025 10:04:16 | LEMBRANDO QUE ESSA FASE RECURSAL REFERE-SE SOMENTE A PROPOSTA DA EMPRESA VENCEDORA DEPOIS TERÁ A FASE DE HABILITAÇÃO OK |
| Pregoeiro | 25/11/2025 10:17:29 | O prazo para envio dos documentos habilitatórios e/ou complementares, estará disponível através do módulo - HABILITANET no rol de menus da Sala de Disputa, do dia 25/11/2025 10:17:00hs até o dia 25/11/2025 12:17:00hs para o(s) fornecedor(es): ODONTO ALFA LTDA. |
| Pregoeiro | 25/11/2025 10:17:34 | Dando continuidade ao presente certame, VENHOR SOLICITAR DA EMPRESA: ODONTO ALFA LTDA A DOCUMENTAÇÕES DE HABILITAÇÃO DE ACORDO COM O EDITAL, no prazo de 2 (duas) horas. |

| Usuário | Data/Hora | Mensagem |
|-----------|------------------------|---|
| Sistema | 25/11/2025 10:28:04 | Srs. fornecedores, o canal de mensagens da sala de disputa foi DESBLOQUEADO pelo condutor do processo! |
| Pregoeiro | 25/11/2025 11:00:00 | "Senhor(a) Licitante, Agradecemos a observação e informamos que a questão referente à veracidade e ao enquadramento da empresa arrematante nos âmbitos Local e Regional está sendo devidamente verificada por este Pregoeiro e pela equipe de Apoio responsável, em conformidade com o que dispõem o item 3.7 e subitens 3.7.1. e 3.7.2. do Edital. Conforme a legislação vigente e os princípios que regem os processos licitatórios, a margem de preferência para empresas locais/regionais (prevista na Lei Complementar nº 123/2006 e regulamentações municipais/estaduais pertinentes) é aplicada seguindo critérios específicos, e a habilitação da empresa vencedora será confirmada somente após a análise de toda a documentação comprobatória exigida. Procederemos com a análise da documentação de habilitação da empresa em questão e, caso seja constatada qualquer irregularidade ou não conformidade com os critérios estabelecidos no Edital para a aplicação do benefício, as medidas cabíveis, incluindo a potencial desclassificação, serão tomadas e devidamente registradas no sistema. A decisão final sobre a regularidade da empresa e o resultado do certame será comunicada a todos os participantes pelos canais oficiais do sistema eletrônico." |
| Sistema | 25/11/2025 12:17:01 | O prazo para o fornecedor ODONTO ALFA LTDA enviar os documentos habilitatórios e/ou complementares está encerrado . |
| Pregoeiro | 25/11/2025 12:18:30 | senhores licitantes diante do horário e hoje ainda tenho outras sessões para conduzir a tarde, a sessão será suspensa e retornaremos amanhã às 10:00hs |
| Sistema | 25/11/2025 12:19:33 | Sr(s). Fornecedor(es), o Processo nº 17/2025 foi SUSPENSO . Motivo: retornaremos amanhã. A REABERTURA será no dia 26/11/2025 10:00 (horário de Brasília), para continuação do certame. Sintam-se todos desde já NOTIFICADOS. |
| Sistema | 26/11/2025 10:46:45 | Sr(s). Fornecedor(es), o Processo nº 17/2025 foi REABERTO , para continuação do certame. Sintam-se todos desde já NOTIFICADOS. |
| Pregoeiro | 26/11/2025 10:47:39 | BOM DIA SENHORES LICITANTES DESCULPEM A DEMORA |
| Pregoeiro | 26/11/2025 10:47:54 | DANDO CONTINUIDADE AO PRESENTE CERTAME PESSO QUE FIQUEM ATENTOS AO CHAT POIS ESTAMOS ANALISANDO A DOCUMENTAÇÃO AINDA OK |
| Pregoeiro | 26/11/2025 10:58:28 | SENHOR LICITANTE EU JÁ ESTAMOS ANALISANDO A DOCUMENTAÇÃO ENVIADA JUNTO COM A PROPOSTA E JÁ AVISANDO QUE TAMBÉM FOI CONCEDIDO O PRAZO DE DUAS HORAS PRA EMPRESA ANEXAR A DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO PORTANTO NO MOMENTO É SOMENTE AGUARDAR A ANÁLISE DO RESULTADO DA HABILITAÇÃO ANEXADA PARA SEGUIRMOS EM FRENTE COM O CERTAME. |
| Pregoeiro | 26/11/2025 10:59:38 | CORRIGINDO EU E A EQUIPE OK |
| Pregoeiro | 26/11/2025 12:27:30 | senhores licitantes diante do horário e ainda estamos analisando a documentação, a sessão será suspensa para almoço e retornaremos hoje às 15:00hs |
| Pregoeiro | 26/11/2025 12:30:14 | a sessão será suspensa para almoço e retornaremos hoje às 15:00hs |
| Sistema | 26/11/2025 12:30:36 | Sr(s). Fornecedor(es), o Processo nº 17/2025 foi SUSPENSO . Motivo: a sessão será suspensa para almoço e retornaremos hoje às 15:00hs. A REABERTURA será no dia 26/11/2025 15:00 (horário de Brasília), para continuação do certame. Sintam-se todos desde já NOTIFICADOS. |
| Sistema | 26/11/2025 15:40:42 | Sr(s). Fornecedor(es), o Processo nº 17/2025 foi REABERTO , para continuação do certame. Sintam-se todos desde já NOTIFICADOS. |
| Pregoeiro | 26/11/2025 15:41:21 | BOA TARDE A TODOS SENHORES DESCULPEM A DEMORA É POR QUE ESTAMOS COM UMA DEMANDA MUITO ALTA DE DOCUMENTOS PARA ANALIZARMOS |
| Pregoeiro | 26/11/2025 17:02:38 | SENHORES PEÇO DESCULPAS SOBRE A DEMORA MAIS PEÇO COMPREENÇÃO DE TODOS, A SESSÃO FICA SUSPENSA ATÉ AMANHÃ AS 10:00HS |
| Sistema | 26/11/2025 17:03:13 | Sr(s). Fornecedor(es), o Processo nº 17/2025 foi SUSPENSO . Motivo: A SESSÃO FICA SUSPENSA ATÉ AMANHÃ AS 10:00HS, A REABERTURA será no dia 27/11/2025 10:00 (horário de Brasília), para continuação do certame. Sintam-se todos desde já NOTIFICADOS. |
| Sistema | 27/11/2025 10:06:31 | Sr(s). Fornecedor(es), o Processo nº 17/2025 foi REABERTO , para continuação do certame. Sintam-se todos desde já NOTIFICADOS. |
| Pregoeiro | 27/11/2025 10:06:43 | BOM DIA SENHORES |

| Usuário | Data/Hora | Mensagem |
|-----------|---------------------|---|
| Pregoeiro | 27/11/2025 10:29:00 | SENHORES LICITANTES AINDA ESTAMOS ANALISANDO A DOCUMENTAÇÃO ENVIADA |
| Pregoeiro | 27/11/2025 12:03:34 | senhores estamos aqui com uma demanda muito grande de documentos para analise e por isso a demora por tanto a sessão fica suspensa e a tarde retornaremos as 15:00hs ok |
| Sistema | 27/11/2025 12:03:57 | Sr(s). Fornecedor(es), o Processo nº 17/2025 foi SUSPENSO . Motivo: a sessão fica suspensa e a tarde retornaremos as 15:00hs. A REABERTURA será no dia 27/11/2025 15:00 (horário de Brasília), para continuação do certame. Sintam-se todos desde já NOTIFICADOS. |
| Sistema | 27/11/2025 15:01:30 | Sr(s). Fornecedor(es), o Processo nº 17/2025 foi REABERTO , para continuação do certame. Sintam-se todos desde já NOTIFICADOS. |
| Pregoeiro | 27/11/2025 15:03:16 | BOA TARDE A TODOS |
| Sistema | 27/11/2025 15:04:11 | O CONDUTOR DO PROCESSO acabou ENVIAR o arquivo relatorio_de_analise_odonto_alfa_000303_1764266651.pdf do processo, o mesmo fica disponível para ser baixado através da opção 'Baixar Documentos' ao lado esquerdo no menu 'Documentos'. |
| Pregoeiro | 27/11/2025 15:06:34 | Prezados Srs Licitantes. Dando continuidade ao presente certame, vamos abrir a fase de negociação. Peço que se manifestem quanto a possibilidade de, caso queira, apresentar melhor oferta para o respectivo item arrematado. Concederemos o prazo de 10 min para manifestação nesta fase de negociação nos itens |
| Pregoeiro | 27/11/2025 15:18:31 | O prazo para envio da proposta final, estará disponível através do módulo - PROPOSTA FINAL no rol de menus da Sala de Disputa, do dia 27/11/2025 15:18:00hs até o dia 27/11/2025 17:18:00hs para o(s) fornecedor(es): J. MARINHO RODRIGUES. |
| Pregoeiro | 27/11/2025 15:19:03 | Dando continuidade, irei solicitar a proposta adequada do item arrematado pela empresa arrematante, no prazo de 2 (duas) horas, conforme item 6.20.4 do Edital. |
| Sistema | 27/11/2025 15:42:59 | O fornecedor J. MARINHO RODRIGUES acabou de ENVIAR proposta_de_precos_readequadaassinado_1764268979.pdf no proposta final. |
| Pregoeiro | 27/11/2025 15:51:16 | senhor licitante vc tem o seu direito de recorrer mais somente no periodo que será concedido para fase recursal ok |
| Sistema | 27/11/2025 15:55:24 | O fornecedor J. MARINHO RODRIGUES acabou de EXCLUIR proposta_de_precos_readequadaassinado_1764268979.pdf da proposta final. |
| Sistema | 27/11/2025 16:01:36 | O fornecedor J. MARINHO RODRIGUES acabou de ENVIAR proposta_de_precos_readequadaassinado_1764270096.pdf no proposta final. |
| Sistema | 27/11/2025 16:14:22 | Srs. fornecedores, o canal de mensagens da sala de disputa foi BLOQUEADO pelo condutor do processo! |
| Pregoeiro | 27/11/2025 16:27:46 | senhores licitantes diante do prazo concedido e que vai terminar somente as 17:18hs o sistema fica em aberto até terminar o prazo, e a sessão fica suspensa e amanhã as 09:00hs continuaremos ok |
| Sistema | 27/11/2025 16:35:17 | Sr(s). Fornecedor(es), o Processo nº 17/2025 foi SUSPENSO . Motivo: a sessão fica suspensa e amanhã as 09:00hs continuaremos. A REABERTURA será no dia 28/11/2025 09:00 (horário de Brasília), para continuação do certame. Sintam-se todos desde já NOTIFICADOS. |
| Sistema | 27/11/2025 17:18:01 | O prazo para o fornecedor J. MARINHO RODRIGUES enviar a proposta final está encerrado . |
| Sistema | 28/11/2025 09:01:02 | Sr(s). Fornecedor(es), o Processo nº 17/2025 foi REABERTO , para continuação do certame. Sintam-se todos desde já NOTIFICADOS. |
| Pregoeiro | 28/11/2025 09:01:55 | BOM DIA SENHORES LICITANTES |
| Pregoeiro | 28/11/2025 09:05:12 | LEMBRANDO MAIS UMA VEZ QUE ESSA FASE RECURSAL REFERE-SE SOMENTE A PROPOSTA DA EMPRESA VENCEDORA DEPOIS TERÁ A FASE DE HABILITAÇÃO OK |
| Pregoeiro | 28/11/2025 09:16:43 | O prazo para envio dos documentos habilitatórios e/ou complementares, estará disponível através do módulo - HABILITANET no rol de menus da Sala de Disputa, do dia 28/11/2025 09:16:00hs até o dia 28/11/2025 11:16:00hs para o(s) fornecedor(es): J. MARINHO RODRIGUES. |
| Pregoeiro | 28/11/2025 09:16:48 | Dando continuidade ao presente certame, VENHOR SOLICITAR DA EMPRESA. J. MARINHO RODRIGUES A DOCUMENTAÇÕES DE HABILITAÇÃO DE ACORDO COM O EDITAL, no prazo de 2 (duas) horas. |

FL(S)
Nº 338
RUBRICA: 

| Usuário | Data/Hora | Mensagem |
|-----------|---------------------|---|
| Sistema | 28/11/2025 09:40:40 | O fornecedor J. MARINHO RODRIGUES acabou de ENVIAR documentos_de_habilitacao_1764333639.pdf no habilitanet. |
| Sistema | 28/11/2025 11:16:01 | O prazo para o fornecedor J. MARINHO RODRIGUES enviar os documentos habilitatórios e/ou complementares está encerrado . |
| Pregoeiro | 28/11/2025 11:54:27 | SENHORES LICITANTES DANDO CONTINUIDADE |
| Pregoeiro | 28/11/2025 12:10:19 | DIANTE DA ABERTURA DE PRAZOS FICAA SESSÃO SUSPensa E RETORNAREMOS NO DIA 04/12/2025 AS 09:00hs para conferir se teve ou não as razões anexadas no sistema se sim vamos esperar findar os prazos das contrarrazões e se não tiver iremos finalizar a sessão ok tenham todos um ótimo final de semana |
| Sistema | 28/11/2025 12:10:39 | Sr(s). Fornecedor(es), o Processo nº 17/2025 foi SUSPENSO . Motivo: A SESSÃO SUSPensa E RETORNAREMOS NO DIA 04/12/2025 AS 09:00hs. A REABERTURA será no dia 04/12/2025 09:00 (horário de Brasília), para continuação do certame. Sintam-se todos desde já NOTIFICADOS. |
| Sistema | 04/12/2025 09:06:39 | Sr(s). Fornecedor(es), o Processo nº 17/2025 foi REABERTO , para continuação do certame. Sintam-se todos desde já NOTIFICADOS. |
| Pregoeiro | 04/12/2025 09:08:55 | BOM DIA A TODOS SENHORES PASSANDO PARA CONFIRMAR OS ENVIOS DE DOCUMENTOS DE RAZÕES E AGORA A SESSÃO FICA SUSPensa PARA AGUARDAR AS CONTRARRAZÕES RETORNO DIA 09/12/2025 PARA CONFERIR NOVAMENTE. |
| Sistema | 04/12/2025 09:10:23 | Sr(s). Fornecedor(es), o Processo nº 17/2025 foi SUSPENSO . Motivo: A SESSÃO SUSPensa E RETORNAREMOS NO DIA 09/12/2025 AS 09:00hs. A REABERTURA será no dia 09/12/2025 09:00 (horário de Brasília), para continuação do certame. Sintam-se todos desde já NOTIFICADOS. |
| Sistema | 12/12/2025 10:54:18 | AVISO DE REABERTURA DE SESSÃO Sr(s). Fornecedor(es), |

AVISO DE REABERTURA DE SESSÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 17/2025

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2025.09.16.0016-PMSJP

A Prefeitura Municipal de São João do Paraíso comunica a todos os interessados a **REABERTURA DA SESSÃO** referente ao Pregão Eletrônico nº 17/2025, cujo objeto é **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONFECCÃO DE PRÓTESE DENTÁRIA, VISANDO ATENDER AS NECESSIDADES DOS PROGRAMAS DE SAÚDE BUCAL DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO/MA.**

A sessão de reabertura será realizada através do Portal Compras Públicas, pelo endereço eletrônico www.licitanet.com.br (<http://www.licitanet.com.br>) no dia 16/12/2025 às 10:30, com a finalidade exclusiva de apresentar o resultado e respostas dos Recursos apresentados pelas empresas.

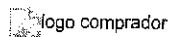
Permanecem válidas todas as demais condições e prazos anteriormente estabelecidos no edital e demais instrumentos que regem o certame.

São João do Paraíso - MA, 12 de dezembro de 2025.

Ilton Rodrigues de Sousa
Pregoeiro Municipal

Sintam-se todos desde já NOTIFICADOS.

| | | |
|-----------|---------------------|---|
| Sistema | 16/12/2025 10:32:07 | Sr(s). Fornecedor(es), o Processo nº 17/2025 foi REABERTO , para continuação do certame. Sintam-se todos desde já NOTIFICADOS. |
| Pregoeiro | 16/12/2025 10:32:41 | BOM DIA A TODOS SENHORES LICITANTES NESTE MOMENTO IREMOS DAR CONTINUIDADE NO CERTAME |
| Pregoeiro | 16/12/2025 10:40:16 | senhores licitantes esta sessão fica encerrada e será encaminhada para adjudicação e homologação, de já agradeço a todos pela participação no certame |



MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO PARAISO/MA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 17/2025
 PROCESSO LICITATÓRIO 2025.09.16.0016-PMSJP

TERMO DE ADJUDICAÇÃO

O(a) SECRETARIO(A) DE SAÚDE do(a) MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO PARAISO/MA comunica aos interessados e participantes do PREGÃO ELETRÔNICO 17/2025 referente à REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONFEÇÃO DE PRÓTESE DENTÁRIA, VISANDO ATENDER AS NECESSIDADES DOS PROGRAMAS DE SAÚDE BUCAL DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO PARAISO/MA., que ADJUDICA nos termos do Inciso IV do Art. 71 da Lei nº 14.133/2021, o objeto do certame a(s) empresa(s):

Fornecedor : J. MARINHO RODRIGUES - 29.932.476/0001-42

| Item | Quant. | Un | Marca | Modelo | Unitário Adjudicado | Total Adjudicado | Unitário Orçado | Total Orçado | Econ. % | Econ. R\$ |
|------|--------|---------|-------------|-------------|------------------------|---------------------|--------------------|------------------|--------------|------------------|
| 1 | 188,00 | unidade | SERVIÇ O | SERVIÇ O | R\$ 247,00 | R\$ 46.436,0000 | R\$ 450,00 | R\$ 84.600,00 | 45,1111 % | R\$ 38.164,00 |

Descrição: PRÓTESE TOTAL MANDIBULAR PALATO INCOLOR.(COTA PRINCIPAL)

| | | | | | | | | | | |
|---|-------|---------|-------------|-------------|------------|--------------------|------------|------------------|--------------|------------------|
| 2 | 62,00 | unidade | SERVIÇ O | SERVIÇ O | R\$ 247,00 | R\$ 15.314,0000 | R\$ 450,00 | R\$ 27.900,00 | 45,1111 % | R\$ 12.586,00 |
|---|-------|---------|-------------|-------------|------------|--------------------|------------|------------------|--------------|------------------|

Descrição: PRÓTESE TOTAL MANDIBULAR PALATO INCOLOR. (COTA RESERVADA)

| | | | | | | | | | | |
|---|--------|---------|-------------|-------------|------------|--------------------|------------|------------------|--------------|------------------|
| 3 | 188,00 | unidade | SERVIÇ O | SERVIÇ O | R\$ 249,00 | R\$ 46.812,0000 | R\$ 453,75 | R\$ 85.305,00 | 45,1239 % | R\$ 38.493,00 |
|---|--------|---------|-------------|-------------|------------|--------------------|------------|------------------|--------------|------------------|

Descrição: PRÓTESE TOTAL MAXILAR.(COTA PRINCIPAL)

| | | | | | | | | | | |
|---|-------|---------|-------------|-------------|------------|--------------------|------------|------------------|--------------|------------------|
| 4 | 62,00 | unidade | SERVIÇ O | SERVIÇ O | R\$ 249,00 | R\$ 15.438,0000 | R\$ 453,75 | R\$ 28.132,50 | 45,1239 % | R\$ 12.694,50 |
|---|-------|---------|-------------|-------------|------------|--------------------|------------|------------------|--------------|------------------|

Descrição: PRÓTESE TOTAL MAXILAR. (COTA RESERVADA)

| | | | | | | | | | | |
|---|-------|---------|-------------|-------------|------------|--------------------|------------|------------------|--------------|------------------|
| 5 | 80,00 | unidade | SERVIÇ O | SERVIÇ O | R\$ 241,00 | R\$ 19.280,0000 | R\$ 429,32 | R\$ 34.345,60 | 43,8647 % | R\$ 15.065,60 |
|---|-------|---------|-------------|-------------|------------|--------------------|------------|------------------|--------------|------------------|

Descrição: PRÓTESE PARCIAL REMOVÍVEL MAXILAR COM ARTE METALICA DE CrCo.

| | | | | | | | | | | |
|---|-------|---------|-------------|-------------|------------|--------------------|------------|------------------|--------------|------------------|
| 6 | 80,00 | unidade | SERVIÇ O | SERVIÇ O | R\$ 243,00 | R\$ 19.440,0000 | R\$ 441,90 | R\$ 35.352,00 | 45,0101 % | R\$ 15.912,00 |
|---|-------|---------|-------------|-------------|------------|--------------------|------------|------------------|--------------|------------------|

Descrição: PRÓTESE PARCIAL REMOVÍVEL MANDIBULAR COM ARTE METALICA DE CrCo.

| | | | |
|-------------|------------|---------|------------|
| Subtotal | Subtotal | 44,9591 | R\$ |
| Adjudicado: | Orçado: | % | 132.915,10 |
| R\$ | R\$ | | |
| 162.720,00 | 295.635,10 | | |

TOTAL GERAL DO PROCESSO



FL.(S)
Nº 340
RUBRICA:
Economia R\$

Total Adjudicado

Total Orçado

Economia %


R\$ 162.720,00

R\$ 295.635,10

44,9591 %

132.915,10

São João do Paraíso-MA, 16 de Dezembro de 2025


MARISA ELANNE DAMASCENO DE FRANÇA
SECRETARIO(A) DE SAÚDE

Assine aqui

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO
PARAISO/MAPREGÃO ELETRÔNICO Nº 17/2025
PROCESSO LICITATÓRIO 2025.09.16.0016-PMSJP

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

Após constatada a regularidade dos atos procedimentais, o(a) SECRETARIO(A) DE SAÚDE, HOMOLOGA nos termos do Inciso IV do Art. 71 da Lei nº 14.133/2021, o resultado do procedimento licitatório em epígrafe, cujo objeto é: **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONFEÇÃO DE PRÓTESE DENTÁRIA, VISANDO ATENDER AS NECESSIDADES DOS PROGRAMAS DE SAÚDE BUCAL DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO PARAISO/MA.**

Fornecedor : J. MARINHO RODRIGUES - 29.932.476/0001-42

| Item | Quant. | Un | Marca | Modelo | Unitário Adjudicado | Total Adjudicado | Unitário Orçado | Total Orçado | Econ. % | Economia R\$ |
|--|--------|---------|-------------|-------------|------------------------------------|---------------------|------------------------------------|------------------|--------------|-------------------|
| 1 | 188,00 | unidade | SERVIÇ O | SERVIÇ O | R\$ 247,00 | R\$ 46.436,00 | R\$ 450,00 | R\$ 84.600,00 | 45,11 | R\$ 203,00 |
| Descrição: PRÓTESE TOTAL MANDIBULAR PALATO INCOLOR.(COTA PRINCIPAL) | | | | | | | | | | |
| 2 | 62,00 | unidade | SERVIÇ O | SERVIÇ O | R\$ 247,00 | R\$ 15.314,00 | R\$ 450,00 | R\$ 27.900,00 | 45,11 | R\$ 203,00 |
| Descrição: PRÓTESE TOTAL MANDIBULAR PALATO INCOLOR. (COTA RESERVADA) | | | | | | | | | | |
| 3 | 188,00 | unidade | SERVIÇ O | SERVIÇ O | R\$ 248,00 | R\$ 46.812,00 | R\$ 453,75 | R\$ 85.305,00 | 45,12 | R\$ 204,75 |
| Descrição: PRÓTESE TOTAL MAXILAR.(COTA PRINCIPAL) | | | | | | | | | | |
| 4 | 62,00 | unidade | SERVIÇ O | SERVIÇ O | R\$ 249,00 | R\$ 15.438,00 | R\$ 453,75 | R\$ 28.132,50 | 45,12 | R\$ 204,75 |
| Descrição: PRÓTESE TOTAL MAXILAR. (COTA RESERVADA) | | | | | | | | | | |
| 5 | 80,00 | unidade | SERVIÇ O | SERVIÇ O | R\$ 241,00 | R\$ 19.280,00 | R\$ 429,32 | R\$ 34.345,60 | 43,86 | R\$ 188,32 |
| Descrição: PRÓTESE PARCIAL REMOVÍVEL MAXILAR COM ARTE METALICA DE CrCo. | | | | | | | | | | |
| 6 | 80,00 | unidade | SERVIÇ O | SERVIÇ O | R\$ 243,00 | R\$ 19.440,00 | R\$ 441,90 | R\$ 35.352,00 | 45,01 | R\$ 198,90 |
| Descrição: PRÓTESE PARCIAL REMOVÍVEL MANDIBULAR COM ARTE METALICA DE CrCo. | | | | | | | | | | |
| | | | | | Subtotal Adjudicado R\$ 162.720,00 | | Subtotal Orçado: R\$ 295.635,10 | | 44,9591 % | R\$ 132.915,10 |

TOTAL GERAL DO PROCESSO



Total Adjudicado

Total Orçado

Economia %

Economia R\$

R\$ 162.720,00

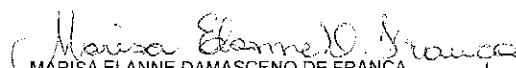
R\$ 295.635,10

44,9591 %

132.915,10

HOMOLOGO o presente certame, para produzir os seus jurídicos e legais efeitos.

São João do Paraíso-MA, 16 de Dezembro de 2025


MARISA ELANNE DAMASCENO DE FRANÇA
SECRETARIO(A) DE SAÚDE

Assine aqui



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO

Ao Contador do Município,

Para informar, consoante determina os artigos 5º, inc. II e 37 *caput*, da Constituição Federal, combinado com os Arts. 72, IV, 18, IV e Art. 92, III, da Lei nº 14.133/21, a disponibilidade de dotação orçamentária e financeira para o seguinte processo:

PROCESSO DE ORIGEM


Pregão Eletrônico Nº 17/2025

Nº PROCESSO ADMINISTRATIVO: 2025.09.16.0016

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONFEÇÃO DE PRÓTESE DENTÁRIA, VISANDO ATENDER AS NECESSIDADES DOS PROGRAMAS DE SAÚDE BUCAL DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO/MA.

- R\$ 162.720,00 (Cento e sessenta e dois mil e setecentos e vinte reais)

São João do Paraíso - MA, 17 de dezembro de 2025



Pedro Viana Arruda
Chefe do Departamento
Setor de Compras

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO


PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 17/2025 – PMSJP

OBJETO: Contratação de empresa especializada para confecção de próteses dentárias, visando atender as necessidades do programa de saúde bucal do Município de São João do Paraíso - MA

Em resposta a solicitação encaminhada a este departamento, que revendo a Lei Orçamentária vigente no corrente exercício financeiro, verificou-se que há programa, classificação e disponibilidade orçamentária necessária e suficiente para a contratação supracitada, podendo ainda, se for o caso, ter o saldo orçamentário suplementado, sob a seguinte rubrica:

| | |
|----------------------|--|
| Poder | 02 – Executivo |
| Unidade Orçamentaria | 16 – Fundo Municipal de Saúde |
| Função | 10 – Saúde |
| Subfunção | 301 – Fundo Municipal de Saúde |
| Programa | 0210 – Gestão em Saúde Básica |
| Projeto/Atividade: | 2.031 – Manutenção do Fundo Municipal de Saúde |
| Elemento de despesa: | 3.3.90.39.00 – Outros Serviços Terceiros – Pessoa Jurídica |
| Saldo de Dotação | R\$ 18.517,64 |

São João do Paraíso - MA, 18 de dezembro de 2025.



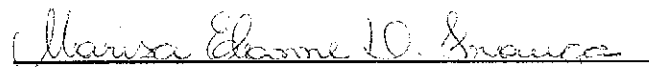
Marcos Ribeiro Coelho
CRC nº 012542/0-MA
Contador

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO – MA

DECLARAÇÃO

Declaro, para os fins dispostos no inciso II da art. 16 da Lei Complementar nº 101, de 04 de agosto de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), que o aumento da despesa tem adequação orçamentária e financeira com a Lei Orçamentária Anual – LOA e é compatível com o Plano Plurianual – PPA e a Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO.

São João do Paraíso - MA, 18 de dezembro de 2025.


MARISA ELANNE DAMASCENO DE FRANÇA
Secretária Municipal de Saúde
Prefeitura São João do Paraíso - MA

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO – MA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 01.17/2025

LEI 14.133/2021



PROCESSO DE ORIGEM

Pregão Eletrônico Nº 17/2025

Nº PROCESSO ADMINISTRATIVO: 2025.09.16.0016



OBJETO

FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONFEÇÃO DE PRÓTESE DENTÁRIA, VISANDO ATENDER AS NECESSIDADES DOS PROGRAMAS DE SAÚDE BUCAL DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO/MA.



VALOR TOTAL REGISTRADO

R\$ 162.720,00 (Cento e sessenta e dois mil e setecentos e vinte reais).



VIGÊNCIAS

INICIAL: 17 de dezembro de 2025

FINAL: 17 de dezembro de 2026



ÓRGÃO GERENCIADOR

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, CNPJ nº 14.588.101/0001-30

AVENIDA MARANHÃO, S/N, CENTRO, SÃO JOÃO DO PARAÍSO, MARANHÃO.

MARISA ELANNE DAMASCENO DE FRANÇA, CPF nº 600.356.123-80

ÓRGÃO(S) PARTICIPANTE(S)

SEM ORGÃOS PARTICIPANTES



DADOS DO BENEFICIÁRIO

J. MARINHO RODRIGUES, inscrita no CNPJ nº 29.932.476/0001-42

Rua Campos Sales, nº 12, Centro, São João do Paraíso – MA, CEP: 65.973-000 Nome

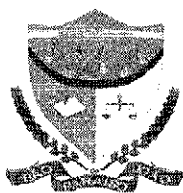
JUVENAL MARINHO RODRIGUES, RG Nº 225550520024 GEJUSPC MA CPF Nº 607.626.623-60

Email: juvenalrodrigues15@gmail.com Telefone: (99) 98406-01228

PREÂMBULO

Aos 17 de dezembro de 2025, a Prefeitura Municipal de São João do Paraíso – MA, através da Unidade Gerenciador FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, inscrita no CNPJ nº 14.588.101/0001-30, lavra a presente Ata de Registro de Preços (ARP), referente ao Processo Administrativo em epígrafe que deu origem ao Pregão Eletrônico N°17/2025, que tem como objeto FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONFEÇÃO DE PRÓTESE DENTÁRIA, VISANDO ATENDER





AS NECESSIDADES DOS PROGRAMAS DE SAÚDE BUCAL DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO/MA, RESOLVE registrar os preços da empresa indicada e qualificada nesta ATA, observados as especificações, os preços e os quantitativos do termo de referência do Processo de Contratação em referência referenciada, atendendo as condições previstas no edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na , sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, bem como, as cláusulas e condições abaixo estabelecidas, constituindo-se esta ATA em documento vinculativo e obrigacional às partes.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1 – A presente Ata tem por objeto **FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONFECÇÃO DE PRÓTESE DENTÁRIA, VISANDO ATENDER AS NECESSIDADES DOS PROGRAMAS DE SAÚDE BUCAL DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO/MA**, especificado no Termo de Referência, Anexo I do edital do Pregão Eletrônico Nº 17/2025, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VALIDADE, FORMALIZAÇÃO E CADASTRO RESERVA

- 2.1 - O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços a ser formalizada será de 01 (um) ano, contados da data de publicação e poderá ser prorrogado, por igual período, observado o que dispõe o Art. 12º do Decreto Municipal 007/2023, como também o que dispõe na Lei Federal 14.133/2021;
- 2.2 - No prazo de validade da Ata de Registro de Preços o órgão ou entidade, não poderá participar em outra ata que tenha o mesmo objeto desta contratação, conforme determina o inciso VIII do art. 82 da Lei Federal nº 14.133/2021;
- 2.3 O prazo de duração dos contratos, decorrentes da ARP, não se confunde com o prazo de vigência da própria ata (previsto no subitem 2.1), estando aquele primeiro submetido ao disposto no Capítulo V do Título III da Lei Federal nº 14.133/2021;
- 2.4 Conforme dispõe o art. 105 da Lei nº 14.133/2021, a duração dos contratos regidos por esta Lei será a prevista em Edital, e deverão ser observadas, no momento da contratação e a cada exercício financeiro, a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 01 (um) exercício financeiro;
- 2.5 Aduzimos ainda o que retrata o art. 84 da Lei nº 14.133/2021, dispondo que o contrato decorrente da Ata de Registro de Preços, terá sua vigência estabelecida em conformidade com as disposições nela contidas;
- 2.6 Considerando o que dispõe o art. 106 da Lei nº 14.133/2021, a Administração poderá celebrar contratos com prazo de até 05 (cinco) anos nas hipóteses de serviços e fornecimentos contínuos, observadas as seguintes diretrizes:
- 2.7 A autoridade competente do órgão ou entidade CONTRATANTE, deverá atestar a maior vantagem econômica vislumbrada em razão da contratação plurianual;
- 2.8 A Administração deverá atestar, no início da contratação e de cada exercício, a existência de créditos orçamentários vinculados à contratação e a vantagem em sua manutenção;
- 2.9 A Administração terá a opção de extinguir o contrato, sem ônus, quando não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem levando-se em conta os critérios de conveniência e oportunidade, à guisa do interesse público.
- 2.10 Dessa forma, cabe acrescentarmos também quanto a vigência contratual, a possibilidade disposta no Art. 107 da Lei nº 14.133/2021, onde o mesmo regra que os contratos de serviços e fornecimentos contínuos



poderão ser prorrogados sucessivamente, respeitada a vigência máxima decenal, desde que haja previsão em Edital e que a autoridade competente ateste que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o CONTRATADO ou a extinção contratual sem ônus para qualquer das partes;

2.11 O instrumento do contrato conterá o detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2.12 Após do processo de contratação, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

2.12.1 Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário e se obrigar nos limites dela;

2.12.2 Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

2.12.2.1 Aceitarem cotar os itens com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação;

2.12.2.2 Mantiverem sua proposta original.

2.12.3 Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

2.13 O registro a que se refere o item 2.12.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

2.14 Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário terão prioridades sobre aqueles que mantiverem sua proposta original.

2.15 A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 2.12.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

2.15.1 Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação direta;

2.15.2 Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços.

2.16 O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

2.17 Após a homologação do processo de contratação, o fornecedor mais bem classificado será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no instrumento convocatório, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

2.17.1 O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

2.18 A ata de registro de preços poderá ser assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no PNCP.

2.19 Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 2.15, observando o item 2.15 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

2.20 Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 2.12.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do instrumento convocatório, poderá:

2.20.1 Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

2.20.2 Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos fornecedores remanescentes, atendida



a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

2.21 A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

CLÁUSULA TERCEIRA – REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS

3.1 – As quantidades previstas para os itens com preços registrados nesta ata de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou entidades participantes do registro de preços.

3.2 – O remanejamento somente poderá ser feito de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante.

3.3 – O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

3.4 – Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

CLÁUSULA QUARTA – ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

4.1 – É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

4.2 – Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

4.2.1 – Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

4.1.2 – Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

4.1.3 – Na hipótese de previsão no instrumento convocatório de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

4.1.3.1 – No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

4.1.3.2 – No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

CLÁUSULA QUINTA – NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

5.1 – Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

5.1.1 – Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

5.1.2 – Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.



5.1.3 – Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

5.1.4 – Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.2 – Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

5.2.1 – Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

5.2.2 – Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 6.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

5.2.3 – Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados.

5.2.4 – Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 6.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

5.2.5 – Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 5.2 e no item 5.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

5.2.6 – O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA SEXTA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

6.1 – O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

6.1.1 – Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

6.1.2 – Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

6.1.3 – Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

6.1.4 – Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.1.4.1 – Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora, mediante decisão fundamentada, decidir



FL.(S)
Nº 251
RUBRICA:
Pm

pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

6.2 – O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 6.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

6.3 – Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

6.4 – O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

6.4.1 – Por razão de interesse público;

6.4.2 – A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

6.4.3 – Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos dos artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS PENALIDADES

7.1 – O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no instrumento convocatório;

7.1.2 – As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

7.2 – É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço, exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade.

7.3 – O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 6.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

CLÁUSULA OITAVA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

8.1 – As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, Anexo I do instrumento convocatório.

8.2 – Integra a presente Ata de Registro de Preço, o Anexo I, com o cadastro de reserva das empresas signatárias que aceitam cotar os itens com os preços iguais ao do licitante vencedor do procedimento de contratação em referência.

8.3 – Fica eleito o Foro da cidade de Porto Franco - MA, para dirimir quaisquer litígios oriundos da presente ATA de Registro de Preços (ARP), que não puderem ser administrativamente solucionados, renunciando, como renunciado têm, a qualquer outro por mais privilegiado que seja, até mesmo se houver mudança de domicílio de qualquer das partes.

CLÁUSULA NONA – DO GERENCIAMENTO E DA ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9. O gerenciamento da presente Ata de Registro de Preços, incluindo a liberação para adesões, a análise de documentos, a fiscalização do cumprimento das obrigações contratuais e demais atos necessários à sua



execução, ficará sob a responsabilidade exclusiva do Agente de Contratações da Prefeitura Municipal de São João do Paraíso-MA, no exercício de suas atribuições legais.

3.2. Compete especificamente ao Agente de Contratações:

- a) Autorizar e formalizar as adesões de outros órgãos ou entidades à presente ata;
- b) Analisar e aprovar a documentação necessária para as adesões;
- c) Fiscalizar o cumprimento das obrigações por parte dos fornecedores habilitados;
- d) Realizar a gestão financeira e administrativa do registro de preços;
- e) Praticar todos os demais atos necessários à boa execução do objeto.

PMSJP

FL(S)
Nº 352
RUBRICA: *[Signature]*

Todas as comunicações relativas à presente Ata de Registro de Preços deverão ser dirigidas formalmente ao Agente de Contratações, que será o único responsável pelas decisões e encaminhamentos necessários.

9.1 – Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública Estadual, Distrital e Municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

9.1.1 – Apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

9.1.2 – Demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e

9.1.3 – Consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

9.2 – A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

9.2.1 – O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

9.3 – Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

9.4 – O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

9.5 – O órgão ou a entidade poderá aderir ao item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 9.1.

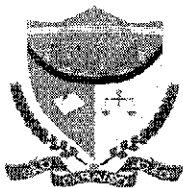
9.5 – As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

9.6 – O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

CLÁUSULA DÉCIMA – DOS ITENS REGISTRADOS

10.1 – O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades de cada item e as demais condições ofertadas na proposta são as que seguem:

[Signature]



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE



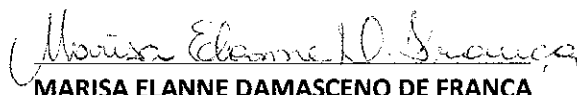
FL(S)
Nº 353
RUBRICA: [assinatura]

| ITEM | DESCRIÇÃO | UNID. DE MEDIDA | QUANT. | VALOR UNIT. | VALOR TOTAL |
|-------------|---|-----------------|--------|-------------|----------------|
| 1 | PRÓTESE TOTAL MANDIBULAR PALATO INCOLOR.(COTA PRINCIPAL) | UNIDADE | 188 | R\$ 247,00 | R\$ 46.436,00 |
| 2 | PRÓTESE TOTAL MANDIBULAR PALATO INCOLOR. (COTA RESERVADA) | UNIDADE | 62 | R\$ 247,00 | R\$ 15.314,00 |
| 3 | PRÓTESE TOTAL MAXILAR.(COTA PRINCIPAL) | UNIDADE | 188 | R\$ 249,00 | R\$ 46.812,00 |
| 4 | PRÓTESE TOTAL MAXILAR. (COTA RESERVADA) | UNIDADE | 62 | R\$ 249,00 | R\$ 15.438,00 |
| 5 | PRÓTESE PARCIAL REMOVÍVEL MAXILAR COM ARTE METALICA DE CrCo. | UNIDADE | 80 | R\$ 241,00 | R\$ 19.280,00 |
| 6 | PRÓTESE PARCIAL REMOVÍVEL MANDIBULAR COM ARTE METALICA DE CrCo. | UNIDADE | 80 | R\$ 243,00 | R\$ 19.440,00 |
| VALOR TOTAL | | | | | R\$ 162.720,00 |

São João do Paraíso – MA, 17 de dezembro de 2025

ASSINATURAS

PELO GERENCIADOR



MARISA ELANNE DAMASCENO DE FRANÇA

Secretária Municipal de Saúde

Portaria nº 005/2025

PELA CONTRATADA

Documento assinado digitalmente



JUVENAL MARINHO RODRIGUES

Data: 17/12/2025 15:03:12-0300

Verifique em <https://validar.id.gov.br>

J. MARINHO RODRIGUES

CNPJ nº 29.932.476/0001-42

JUVENAL MARINHO RODRIGUES

CPF Nº 607.626.623-60

TESTEMUNHAS

NOME: _____

NOME: _____

DA FISCALIZAÇÃO E DAS PENALIDADES

Art. 11º. A fiscalização caberá à Vigilância Sanitária Municipal, à Secretaria de Meio Ambiente e ao setor de Posturas Municipais.

Art. 12º. Constituem infrações, punidas com as seguintes penalidades:

| |
|---|
| Infração Penalidade |
| ----- ----- |
| Exercer atividade sem alvará/licença Multa de R\$ 5.000,00 + cassação |
| Cobrar por serviço gratuito Multa de R\$ 10.000,00 + cassação |
| Sepultamento sem guia Multa de R\$ 3.000,00 |
| Exumação antes do prazo Multa de R\$ 4.000,00 |
| Descumprimento de normas sanitárias Multa de R\$ 2.000,00 a R\$ 20.000,00 |

§ 1º Os valores serão reajustados anualmente pelo IPCA-E.

§ 2º Em caso de reincidência, a multa será dobrada e poderá haver interdição.

CAPÍTULO VII
DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 13º. O Poder Executivo regulamentará esta Lei no prazo de 90 (noventa) dias a contar de sua publicação, criando:

- I – O Regulamento dos Serviços Funerários;
- II – O Cadastro Municipal de Agências Funerárias;
- III – O Programa Municipal de Assistência Funerária Gratuita.

Art. 14º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, tudo nos termos do art. 12, II, alínea “i” da Lei Orgânica do Município de São Domingos do Maranhão, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO DOMINGOS DO MARANHÃO, AO DÉCIMO QUINTO DIA DOS MÊS DE DEZEMBRO DO ANO DE DOIS MIL E VINTE CINCO.

Kleber Alves de Andrade
Prefeito Municipal

Publicado por: MARAN JÚNIOR OLIVEIRA SOARES

Código identificador: 526bc2e7b0ad5ca123b57e2a9252d546

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO MARANHÃO

SEGUNDO ADITIVO DO TERMO DE CONTRATO - Nº
038.01.2.027/2025 - SEMUS

PMSJ
FL. (S)
Nº 354
RUBRICA
Pm

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO MARANHÃO/MA
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 041/2025 – CPL/PMSF
ADESÃO DE ATA Nº 003/2025 – SRP
ADITIVO DE VALOR DO TERMO DE CONTRATO Nº 038.01.2.027/2025 – SEMUS
CONTRATANTE: Sr. Francisco Neto Rodrigues de Sousa CPF N.: 033.032.635-80. Prefeito Municipal
CONTRATADA: F CLIMEGESI CLÍNICA MÉDICA GERAL DE SIMÕES LTDA, inscrita no CNPJ nº 10.992.824/0001-49, localizada na Rua José Carvalho N. 675, Bairro Centro, Simões - PI, 64.585-000, neste ato representada pelo seu Administrador Sr. Pedro Paulo Rodrigues, portador do CPF nº 360.851.358-23
OBJETO: Aditivo de valor do Contrato para prestação de serviços na realização de Cirurgias de Catarata, incluindo consulta prévia e pós-operatório e tratamento esclerosante não estético de varizes dos membros inferiores a realização de tratamento, dedicados à Secretaria Municipal de Saúde – Manutenção do Fundo Municipal de Saúde do Município de SÃO FRANCISCO DO MARANHÃO
FUNDAMENTO LEGAL: Lei nº 14.133, de 2021
Dotação Orçamentaria: U.O. 10. 01 – Fundo Municipal de Saúde / F.P. 10.302.0075.2.027 – Manutenção e Funcionamento do Hospital Municipal / C.E. 3.3,90.39,00 – Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica / F.R. 1500100200 – Receita de Impostos e Transferência Saúde – LOA 2025
VALOR: O valor global do presente Aditivo de Contrato se apresenta da seguinte forma: R\$ 216.014,00 (Duzentos e dezesseis mil e quatorze reais)
DATA DA ASSINATURA: 10/12/2025
São Francisco do Maranhão/MA, 11 de dezembro 2025.
Prefeito Municipal
Francisco Neto Rodrigues de Sousa

Publicado por: ANTÔNIO CARLOS AUSTRIACO FILHO
Código identificador: 5dd90b36ecedefc9e7c285564693347d

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 01.17/2025

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 01.17/2025
LEI 14.133/2021

| | |
|--|---|
| | PROCESSO DE ORIGEM Pregão Eletrônico Nº 17/2025 Nº PROCESSO ADMINISTRATIVO: 2025.09.16.0016 |
| | OBJETO FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONFEÇÃO DE PRÓTESE DENTÁRIA, VISANDO ATENDER AS NECESSIDADES DOS PROGRAMAS DE SAÚDE BUCAL DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO/MA. |
| | VALOR TOTAL REGISTRADO R\$ 162.720,00 (Cento e sessenta e dois mil e setecentos e vinte reais). |
| | VIGÊNCIAS INICIAL: 17 de dezembro de 2025 FINAL: 17 de dezembro de 2026 |



| | | |
|--|---|--|
| | ÓRGÃO GERENCIADOR FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, CNPJ nº 14.588.101/0001-30 AVENIDA MARANHÃO, S/N, CENTRO, SÃO JOÃO DO PARAÍSO, MARANHÃO. MARISA ELANNE DAMASCENO DE FRANÇA, CPF nº 600.356.123-80 ÓRGÃO(S) PARTICIPANTE(S) SEM ÓRGÃOS PARTICIPANTES | PMSJP FL. (S) Nº 355 RUBRICA: <i>[assinatura]</i> |
| | DADOS DO BENEFICIÁRIO J. MARINHO RODRIGUES , inscrita no CNPJ nº 29.932.476/0001-42 Rua Campos Sales, nº 12, Centro, São João do Paraíso - MA, CEP: 65.973-000 Nome JUVENAL MARINHO RODRIGUES, RG Nº 225550520024 GEJUSPC MA CPF Nº 607.626.623-60 Email: juvenalrodrigues15@gmail.com Telefone: (99) 98406-01228 | |

PREÂMBULO

Aos 17 de dezembro de 2025, a Prefeitura Municipal de São João do Paraíso - MA, através da Unidade Gerenciador FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, inscrita no CNPJ nº 14.588.101/0001-30, lavra a presente Ata de Registro de Preços (ARP), referente ao Processo Administrativo em epígrafe que deu origem ao Pregão Eletrônico Nº 17/2025, que tem como objeto **FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONFEÇÃO DE PRÓTESE DENTÁRIA, VISANDO ATENDER AS NECESSIDADES DOS PROGRAMAS DE SAÚDE BUCAL DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO/MA, RESOLVE** registrar os preços da empresa indicada e qualificada nesta ATA, observados as especificações, os preços e os quantitativos do termo de referência do Processo de Contratação em referência referenciada, atendendo as condições previstas no edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na , sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, bem como, as cláusulas e condições abaixo estabelecidas, constituindo-se esta **ATA** em documento vinculativo e obrigacional às partes.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1 - A presente Ata tem por objeto **FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONFEÇÃO DE PRÓTESE DENTÁRIA, VISANDO ATENDER AS NECESSIDADES DOS PROGRAMAS DE SAÚDE BUCAL DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO/MA**, especificado no Termo de Referência, Anexo I do edital do Pregão Eletrônico Nº 17/2025, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA VALIDADE, FORMALIZAÇÃO E CADASTRO RESERVA

- O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços a ser formalizada será de 01 (um) ano, contados da data de publicação e poderá ser prorrogado, por igual período, observado o que dispõe o Art. 12º do Decreto Municipal 007/2023, como também o que dispõe na Lei Federal 14.133/2021;
- No prazo de validade da Ata de Registro de Preços o órgão ou entidade, não poderá participar em outra ata que tenha o mesmo objeto desta contratação, conforme determina o inciso VIII do art. 82 da Lei Federal nº 14.133/2021;
- O prazo de duração dos contratos, decorrentes da ARP, não se confunde com o prazo de vigência da própria ata (previsto no subitem 2.1), estando aquele primeiro submetido ao disposto no Capítulo V do Título III da Lei Federal nº 14.133/2021;
- Conforme dispõe o art. 105 da Lei nº 14.133/2021, a duração dos contratos regidos por esta Lei será a prevista em Edital, e deverão ser observadas, no momento da contratação e a cada exercício financeiro, a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 01 (um) exercício financeiro;
- Aduzimos ainda o que retrata o art. 84 da Lei nº 14.133/2021, dispondo que o contrato decorrente da Ata de Registro de Preços, terá sua vigência estabelecida em conformidade com as disposições nela contidas;
- Considerando o que dispõe o art. 106 da Lei nº 14.133/2021, a Administração poderá celebrar contratos com prazo de até 05 (cinco) anos nas hipóteses de serviços e fornecimentos contínuos, observadas as seguintes diretrizes:
- A autoridade competente do órgão ou entidade CONTRATANTE, deverá atestar a maior vantagem econômica vislumbrada em razão da contratação plurianual;
- A Administração deverá atestar, no início da contratação e de cada exercício, a existência de créditos orçamentários vinculados à contratação e a vantagem em sua manutenção;
- A Administração terá a opção de extinguir o contrato, sem ônus, quando não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem levando-se em conta os critérios de conveniência e oportunidade, à guisa do interesse público.
- Dessa forma, cabe acrescentarmos também quanto a vigência contratual, a possibilidade disposta no Art. 107 da Lei nº 14.133/2021, onde o mesmo regra que os contratos de serviços e fornecimentos contínuos poderão ser prorrogados sucessivamente, respeitada a vigência máxima decenal, desde que haja previsão em Edital e que a autoridade competente ateste que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o CONTRATADO ou a extinção contratual sem ônus para qualquer das partes;
- O instrumento do contrato conterá o detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.
- Após do processo de contratação, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:
 - Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário e se obrigar nos limites dela;
 - Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:
 - Aceitarem cotar os itens com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação;
 - Mantiverem sua proposta original.
 - Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.
- O registro a que se refere o item 2.12.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.
- Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário terão prioridades sobre aqueles que mantiverem sua proposta original.
- A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 2.12.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:
 - Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso



de contratação direta;

2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços.

16. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.
17. Após a homologação do processo de contratação, o fornecedor mais bem classificado será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no instrumento convocatório, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

FL(S)
Nº 356
PUBRICA
Pm

1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.
18. A ata de registro de preços poderá ser assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no PNCP.
19. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 2.15, observando o item 2.15 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.
20. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 2.12.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do instrumento convocatório, poderá:
1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou
 2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.
21. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

CLÁUSULA TERCEIRA - REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS

- 3.1 - As quantidades previstas para os itens com preços registrados nesta ata de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou entidades participantes do registro de preços.
- 3.2 - O remanejamento somente poderá ser feito de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante.
- 3.3 - O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.
- 3.4 - Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

CLÁUSULA QUARTA - ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

- 4.1 - É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.
- 4.2 - Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:
- 4.2.1 - Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;
- 4.1.2 - Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;
- 4.1.3 - Na hipótese de previsão no instrumento convocatório de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.
- 4.1.3.1 - No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;
- 4.1.3.2 - No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

CLÁUSULA QUINTA - NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

- 5.1 - Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.
- 5.1.1 - Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.
- 5.1.2 - Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.
- 5.1.3 - Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.
- 5.1.4 - Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 5.2 - Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.
- 5.2.1 - Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.
- 5.2.2 - Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 6.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.
- 5.2.3 - Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados.
- 5.2.4 - Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 6.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.
- 5.2.5 - Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 5.2 e no item 5.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.
- 5.2.6 - O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de

preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA SEXTA - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 6.1 - O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:
- 6.1.1 - Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
 - 6.1.2 - Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
 - 6.1.3 - Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou
 - 6.1.4 - Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 6.1.4.1 - Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.
- 6.2 - O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 6.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.
- 6.3 - Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.
- 6.4 - O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:
- 6.4.1 - Por razão de interesse público;
 - 6.4.2 - A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
 - 6.4.3 - Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos dos artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS PENALIDADES

- 7.1 - O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no instrumento convocatório;
- 7.1.2 - As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.
- 7.2 - É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço, exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade.
- 7.3 - O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 6.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

CLÁUSULA OITAVA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

- 8.1 - As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, Anexo I do instrumento convocatório.
- 8.2 - Integra a presente Ata de Registro de Preço, o Anexo I, com o cadastro de reserva das empresas signatárias que aceitam cotar os itens com os preços iguais ao do licitante vencedor do procedimento de contratação em referência.
- 8.3 - Fica eleito o Foro da cidade de Porto Franco - MA, para dirimir quaisquer litígios oriundos da presente ATA de Registro de Preços (ARP), que não puderem ser administrativamente solucionados, renunciando, como renunciado têm, a qualquer outro por mais privilegiado que seja, até mesmo se houver mudança de domicílio de qualquer das partes.

CLÁUSULA NONA - DO GERENCIAMENTO E DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9. O gerenciamento da presente Ata de Registro de Preços, incluindo a liberação para adesões, a análise de documentos, a fiscalização do cumprimento das obrigações contratuais e demais atos necessários à sua execução, ficará sob a responsabilidade exclusiva do Agente de Contratações da Prefeitura Municipal de São João do Paraíso-MA, no exercício de suas atribuições legais.

3.2. Compete especificamente ao Agente de Contratações:

- a) Autorizar e formalizar as adesões de outros órgãos ou entidades à presente ata;
- b) Analisar e aprovar a documentação necessária para as adesões;
- c) Fiscalizar o cumprimento das obrigações por parte dos fornecedores habilitados;
- d) Realizar a gestão financeira e administrativa do registro de preços;
- e) Praticar todos os demais atos necessários à boa execução do objeto.

Todas as comunicações relativas à presente Ata de Registro de Preços deverão ser dirigidas formalmente ao Agente de Contratações, que será o único responsável pelas decisões e encaminhamentos necessários.

9.1 - Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública Estadual, Distrital e Municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

9.1.1 - Apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

9.1.2 - Demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e

9.1.3 - Consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

9.2 - A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

9.2.1 - O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

9.3 - Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

9.4 - O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

9.5 - O órgão ou a entidade poderá aderir ao item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 9.1.

9.5 - As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do

PMSJP

FL.(S)
Nº 259
RUBRICA:

instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

9.6 - O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

CLÁUSULA DÉCIMA - DOS ITENS REGISTRADOS

10.1 - O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades de cada item e as demais condições ofertadas na proposta são as que seguem:

| ITEM | DESCRIÇÃO | UNID. DE MEDIDA | QUANT. | VALOR UNIT. | VALOR TOTAL |
|--------------------|---|-----------------|--------|-------------|-----------------------|
| 1 | PRÓTESE TOTAL MANDIBULAR PALATO INCOLOR.(COTA PRINCIPAL) | UNIDADE | 188 | R\$ 247,00 | R\$ 46.436,00 |
| 2 | PRÓTESE TOTAL MANDIBULAR PALATO INCOLOR. (COTA RESERVADA) | UNIDADE | 62 | R\$ 247,00 | R\$ 15.314,00 |
| 3 | PRÓTESE TOTAL MAXILAR.(COTA PRINCIPAL) | UNIDADE | 188 | R\$ 249,00 | R\$ 46.812,00 |
| 4 | PRÓTESE TOTAL MAXILAR. (COTA RESERVADA) | UNIDADE | 62 | R\$ 249,00 | R\$ 15.438,00 |
| 5 | PRÓTESE PARCIAL REMOVÍVEL MAXILAR COM ARTE METALICA DE CrCo. | UNIDADE | 80 | R\$ 241,00 | R\$ 19.280,00 |
| 6 | PRÓTESE PARCIAL REMOVÍVEL MANDIBULAR COM ARTE METALICA DE CrCo. | UNIDADE | 80 | R\$ 243,00 | R\$ 19.440,00 |
| VALOR TOTAL | | | | | R\$ 162.720,00 |

PMSJ

FL.(S)
Nº 358
RUBRICA

São João do Paraíso - MA, 17 de dezembro de 2025

ASSINATURAS

| PELO GERENCIADOR | PELA CONTRATADA |
|---|---|
| MARISA ELANNE DAMASCENO DE FRANÇA Secretária Municipal de Saúde Portaria nº 005/2025 | J. MARINHO RODRIGUES CNPJ nº 29.932.476/0001-42 JUVENAL MARINHO RODRIGUES CPF Nº 607.626.623-60 |
| TESTEMUNHAS | |
| NOME: _____ | NOME: _____ |

Publicado por: ILTON RODRIGUES DE SOUSA
Código identificador: d766e06c4e40c668649092c94bfd285b

TERMO DE RESCISÃO DE CONTRATO

TERMO DE RESCISÃO DE CONTRATO

Por este particular instrumento, de um lado Secretária Municipal de Governo e Planejamento do Município de São João do Paraíso - MA, com sede na Rua Marcos Silva, S/N - Centro - São João do Paraíso/MA, neste ato representada pelo Secretário **Sr. Zaqueu da Silva Castro**, brasileiro, portador do RG nº 000071726396-7 SSP/MA e do CPF nº 641.201.633-34, no uso da atribuição que lhe confere poderes, constantes da portaria nº **001/2025** e de outro o Senhor **RONILSON SILVA SOARES** brasileiro, portador do RG nº 56461696-6 SESP-MA e CPF nº 631.754.953-20 situada na Rua Virgílio Franco, nº 850 - Centro, na cidade de Estreito, estado do Maranhão, já qualificados respectivamente como **CONTRATANTE (A)** e **CONTRATADO(A)**, no Contrato nº 161-A/2025 ATRAVÉS DE INEXIGIBILIDADE LICITAÇÃO DE PROFISSIONAL ESPECIALIZADO PARA PRESTAR SERVIÇOS DE ASSESSORIA TÉCNICO ADMINISTRATIVA EM LICITAÇÕES PÚBLICAS COM FOCO NO CUMPRIMENTO DAS EXIGÊNCIAS DA LEI Nº 14.133/2021 JUNTO AO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO - MA, firmado entre partes em 13 de junho de 2025, na cidade de São João do Paraíso -MA, resolvem, de comum acordo e de livre e espontânea vontade, nos termos do Art. 138, Inciso II da Lei nº 14.133/2021, rescindi-lo nesta

data, razão pela qual dão as partes mútua quitação, para nada mais ter a reclamar, de presente ou de futuro, sob tal título.

E por estarem assim justas e contratadas, assinam o presente, em duas (02) vias, de igual teor e forma, na presença das testemunhas retro, para que surta seus legais e jurídicos efeitos.

São João do Paraíso - MA, 16 de dezembro de 2025.

RONILSON SILVA SOARES
CPF nº 631.754.953-20

ZAQUEU DA SILVA CASTRO
Secretário Municipal de Governo e Planejamento
Portaria nº 001/2025
TESTEMUNHAS

1. _____
2. _____

Publicado por: ILTON RODRIGUES DE SOUSA
Código identificador: 43f4e527dc58e3c53e4c855169355c53

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO – MA

CONTRATO Nº 290/2025

COMPRAS E SERVIÇOS COMUNS – LEI 14.133/2021



PROCESSO DE ORIGEM

PREGÃO ELETRÔNICO nº 17/2025

Nº PROCESSO ADMINISTRATIVO: 2025.09.16.0016-PMSJP



OBJETO CONTRATUAL

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONFECÇÃO DE PRÓTESE DENTÁRIA, VISANDO ATENDER AS NECESSIDADES DOS PROGRAMAS DE SAÚDE BUCAL DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO/MA.



VALOR CONTRATUAL

R\$ 162.720,00 (cento e sessenta e dois mil e setecentos e vinte reais).



VIGÊNCIAS CONTRATUAL

INICIAL: 18 de dezembro de 2025

FINAL: 18 de dezembro de 2026



DADOS DO CONTRATANTE

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, CNPJ nº 14.588.101/0001-30

AVENIDA MARANHÃO, S/N, CENTRO, SÃO JOÃO DO PARAÍSO, MARANHÃO.

MARISA ELANNE DAMASCENO DE FRANÇA, CPF nº 600.356.123-80



DADOS DO CONTRATADO

J. MARINHO RODRIGUES, CNPJ nº 29.932.476/0001-42

RUA CAMPOS SALES, Nº 12, CENTRO, SÃO JOÃO DO PARAÍSO – MA, CEP: 65.973-000

JUVENAL MARINHO RODRIGUES, RG Nº 225550520024 GEJUSPC MA CPF Nº 607.626.623-60

EMAIL: JUVENALRODRIGUES15@GMAIL.COM TELEFONE: (99) 98406-01228



FISCAL DO CONTRATO

Dirceu Marinho Aguiar - CPF nº 035.426.243-22

PREÂMBULO

Aos 18 de dezembro de 2025, a Prefeitura Municipal de São João do Paraíso – MA, através da Unidade Administrativa **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**, inscrita no CNPJ nº 14.588.101/0001-30, em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 na presença de testemunhas abaixo nomeadas acordam em assinar o presente **TERMO DE CONTRATO**, decorrente do Processo de Contratação em epígrafe, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

Mei Chave



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE



PMSJP
FL. (S)
RUBRICA: *[Handwritten signature]*

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO E DA VINCULAÇÃO (art. 92, I e II)

1.1 – O presente instrumento tem por objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONFEÇÃO DE PRÓTESE DENTÁRIA, VISANDO ATENDER AS NECESSIDADES DOS PROGRAMAS DE SAÚDE BUCAL DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO/MA. de acordo com as especificações e condições definidas no Termo de Referência e em conformidade com a proposta de preço apresentada pela **CONTRATADA**.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PREÇO (art. 92, V)

2.1 – O valor do presente Contrato é de R\$ 162.720,00 (cento e sessenta e dois mil e setecentos e vinte reais) em conformidade com a proposta apresentada pela **CONTRATADA**, conforme quadro abaixo:

| ESPECIFICAÇÕES E ITENS DO CONTRATO | | | | | |
|------------------------------------|---|---------|--------|----------------|---------------|
| Item | Descrição | Unidade | Quant. | Valor Unit. | Valor Total |
| 1 | PRÓTESE TOTAL MANDIBULAR PALATO INCOLOR.(COTA PRINCIPAL) | UNIDADE | 188 | R\$ 247,00 | R\$ 46.436,00 |
| 2 | PRÓTESE TOTAL MANDIBULAR PALATO INCOLOR. (COTA RESERVADA) | UNIDADE | 62 | R\$ 247,00 | R\$ 15.314,00 |
| 3 | PRÓTESE TOTAL MAXILAR.(COTA PRINCIPAL) | UNIDADE | 188 | R\$ 249,00 | R\$ 46.812,00 |
| 4 | PRÓTESE TOTAL MAXILAR. (COTA RESERVADA) | UNIDADE | 62 | R\$ 249,00 | R\$ 15.438,00 |
| 5 | PRÓTESE PARCIAL REMOVÍVEL MAXILAR COM ARTE METALICA DE CrCo. | UNIDADE | 80 | R\$ 241,00 | R\$ 19.280,00 |
| 6 | PRÓTESE PARCIAL REMOVÍVEL MANDIBULAR COM ARTE METALICA DE CrCo. | UNIDADE | 80 | R\$ 243,00 | R\$ 19.440,00 |
| Valor Total | | | | R\$ 162.720,00 | |

2.2 – No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

2.3 – O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente executados.

2.3 – São anexos a este instrumento e vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

2.3.1 – O Termo de Referência que embasou a contratação, em especial as cláusulas específicas quanto a forma de execução do objeto;

2.3.2 – Edital de Licitação e/ou Aviso de Contratação Direta, conforme o caso;

2.3.3 – A Proposta do Contratado;

2.3.4 – Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO

3.1 – O prazo de vigência da contratação terá início na data de 18/12/2025 e encerramento em 18/12/2026, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021, e, em caso de serviços e fornecimentos contínuos, poderão ser prorrogáveis por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.1.1 – O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do contratado, previstas neste instrumento.

[Handwritten signature]



4.1.2 – A prorrogação de que trata esse item é condicionada à avaliação, por parte do Gestor do Contrato, da vantajosidade da prorrogação, a qual deverá ser realizada motivadamente, com base no Histórico de Gestão do Contrato, nos princípios da manutenção da necessidade, economicidade e oportunidade da contratação, e nos demais aspectos que forem julgados relevantes.

3.2 – O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

3.3 – Em caso de prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

3.4 – O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

CLÁUSULA QUARTA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)

4.1 – O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA QUINTA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

5.1 – O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, parte integrante a este Contrato.

CLÁUSULA SEXTA – DO REAJUSTE (art. 92, V)

6.1 – Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado constante do processo administrativo que deu origem ao presente termo de contrato.

6.2 – Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo **CONTRATANTE**, do Índice Geral de Preços de Mercado – IGP-M, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

6.3 – Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o intervalo mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

10.4 – No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o **CONTRATANTE** pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

6.5 – Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

10.6 – Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

6.7 – Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

6.8 – O reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

7.1 – Quando o presente instrumento tratar de informações pessoais, as partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão deste contrato administrativo, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

7.2 – Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

7.3 – É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.



FL. (S)
Nº 302

SUBSCRIÇÃO: [Assinatura]

7.4 – A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de sub operação firmados ou que venham a ser celebrados pelo **CONTRATADO**.

7.5 – Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

7.6 – É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

7.7 – O **CONTRATADO** deverá exigir de sub operadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

7.8 – O **CONTRATANTE** poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o **CONTRATADO** atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

7.9 – O **CONTRATADO** deverá prestar, no prazo fixado pelo **CONTRATANTE**, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

7.10 – Bancos de dados eventualmente formados a partir de deste instrumento contratual, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

7.10.1 – Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

7.11 – O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

7.12 – Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

CLÁUSULA OITAVA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)

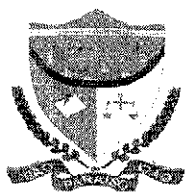
8.1 – As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de São João do Paraíso deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

| DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA | |
|-----------------------|---|
| PODER: | 02 – EXECUTIVO |
| UNIDADE ORÇAMENTARIA: | 16 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE |
| FUNÇÃO: | 10 – SAÚDE |
| SUBFUNÇÃO: | 301 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE |
| PROGRAMA: | 0210 – GESTÃO EM SAÚDE BÁSICA |
| PROJETO/ATIVIDADE: | 2.031 – MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE |
| ELEMENTO DE DESPESA: | 3.3.90.39.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA |

8.2 – A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

9.1 – Executar o serviço no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;



- 9.2 - Facilitar o acesso dos empregados da CONTRATADA, designados para execução do contrato, às instalações onde os mesmos serão executados;
- 9.3 - Disponibilizar à CONTRATADA normas e regulamentos internos aplicáveis aos locais e à execução dos serviços;
- 9.4 - Exercer a fiscalização dos serviços, nos aspectos quantitativo, qualitativo, administrativos e técnicos, anotando em registro próprio os defeitos detectados e comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam reparo ou substituição por parte da CONTRATADA.
- 9.5 - Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade do serviço recebido provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
- 9.6 - Comunicar à CONTRATADA, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução dos serviços, para que sejam corrigidas, reparadas ou adequadamente ajustadas.
- 9.7 - Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da CONTRATADA, através de comissão/servidor especialmente designado;
- 9.8 - Efetuar o pagamento à CONTRATADA no valor correspondente ao serviço do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;
- 9.9 - Notificar previamente à CONTRATADA, quando da aplicação de penalidades;
- 9.10 - Atestar as notas fiscais/faturas emitidas pela CONTRATADA, recusando-as quando inexatas ou incorretas, efetuando todos os pagamentos nas condições pactuadas;
- 9.11 - Emitir Autorização para execução dos serviços, instruindo a CONTRATADA quanto à sua realização;
- 9.12 - Rejeitar, no todo ou em parte, os serviços executados que estejam em desacordo com as exigências do Termo de Referência e seus anexos;
- 9.13 - A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)

- 10.1 - CONTRATADA deverá cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução dos serviços contratados, assegurando que os trabalhos sejam realizados em conformidade com as especificações, prazos e locais estabelecidos no Termo de Referência e seus anexos.
- 10.2 - Utilizar somente materiais, instrumentos e insumos recomendados pelos fabricantes e compatíveis com as normas técnicas aplicáveis à confecção de próteses dentárias.
- 10.3 - Apresentar, sempre que solicitado, documentos que comprovem a procedência e qualidade dos materiais utilizados na confecção das próteses dentárias.
- 10.4 - Responsabilizar-se pela guarda, segurança e proteção de todos os trabalhos e próteses enquanto estiverem em execução ou sob sua responsabilidade.
- 10.5 - Prestar à CONTRATANTE todos os esclarecimentos solicitados referentes à execução dos serviços contratados.
- 10.6 - Providenciar a imediata correção de quaisquer deficiências apontadas pela CONTRATANTE quanto à execução dos serviços contratados.
- 10.7 - Antes de qualquer intervenção, a CONTRATADA deverá comunicar por escrito ao Fiscal do Contrato da CONTRATANTE.
- 10.8 - Elaborar relatórios técnicos ou laudos sobre as próteses dentárias confeccionadas sempre que solicitado pelo Fiscal da CONTRATANTE.



FL.(S)
Nº 364
RUBRICA:

- 10.9 - Responder por quaisquer danos e prejuízos causados em função da execução dos serviços contratados, salvo em casos de força maior devidamente comprovados e comunicados à CONTRATANTE no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas.
- 10.10 - Corrigir, refazer ou substituir, total ou parcialmente, às suas expensas e no prazo estipulado neste Termo de Referência, qualquer serviço que apresente má qualidade, defeitos ou não esteja em conformidade com as especificações técnicas exigidas.
- 10.11 - Comunicar à CONTRATANTE, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas, quaisquer fatos que impossibilitem o cumprimento dos prazos estabelecidos, apresentando a devida comprovação.
- 10.12 - Manter, durante toda a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, compatíveis com a execução dos serviços contratados.
- 10.13 - Prestar à Administração, sempre que necessário, todos os esclarecimentos e orientações relativas à execução dos serviços contratados.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)

11.1 – Para os contratos por escopo, assim considerados os contratos nos quais se impõe ao **CONTRATADO** o dever de realizar a execução de objeto específico em um período predeterminado, a extinção contratual se dará nos seguintes termos:

11.1.1 – Quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

11.1.2 – Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato:

11.1.2.1 – Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do **CONTRATADO**;

a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas;

b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

11.2 – Em se tratando de objeto de natureza contínua a extinção se dará quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

11.2.1 – O contrato pode ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o **CONTRATANTE**, quando esta não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

11.2.2 – A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo **CONTRATANTE** nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

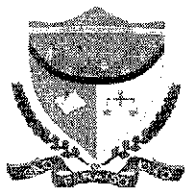
11.2.3 – Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

11.3 – O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

11.3.1 – Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

11.3.2 – A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

U. Grauca



FL(S)
Nº 325
RUBRICA:
[Handwritten signature]

11.3.2.1 – Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

11.4 – O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

11.4.1 – Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

11.4.2 – Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

11.4.3 – Indenizações e multas.

11.5 – A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

11.6 – O contrato poderá ser extinto caso se constate que o **CONTRATADO** mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

12.1 - Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 14.133/2021 a empresa que:

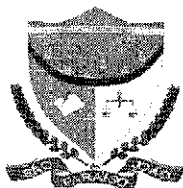
- a. Dar causa à inexecução parcial do contrato;
- b. Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c. Dar causa à inexecução total do contrato;
- d. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- h. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- i. Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- l. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

12.2 - Conforme os termos da Lei nº 14.133/2021, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999 e na Lei Estadual nº 8.959/2009, todas as sanções previstas no Art. 156 da Lei 14.133/2021, serão aplicadas pelo Secretário Municipal da Pasta interessada, ou pela autoridade máxima da respectiva entidade, quando se tratar de autarquia ou fundação, observados o contraditório e a ampla defesa, conforme preceitua o inciso LV do art. 5º da Constituição da República Federativa do Brasil;

12.3 - A empresa que cometer quaisquer das infrações discriminadas no subitem acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

- a. Multa compensatória de até 10 % (dez por cento) sobre o valor total da nota de empenho, no caso de recusa injustificada em assinar a Ata de Registro de Preços, o contrato e/ou receber e nota de empenho no prazo previsto;
- b. Multa moratória de até 0,3% (três décimos por cento) por dia de atraso injustificado na entrega, calculado sobre o valor da parcela não cumprida, até o limite de 5 (cinco) dias, após o qual, a critério da

[Handwritten signature]



FL.(S)

Nº 366

SUBRICA.

Administração, poderá ocorrer a não aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, a inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

c. Multa moratória de até 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado na entrega, calculado sobre o valor da parcela não cumprida, por período superior ao previsto na alínea "b", limitado a 05 (cinco) dias subsequentes, após o qual, a critério da Administração, poderá ocorrer a não aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

d. Multa moratória de até 5% (cinco por cento), calculado sobre o valor da parcela não cumprida, nas hipóteses não previstas nas alíneas anteriores, em caso de inexecução parcial da obrigação assumida;

e. Multa compensatória de até 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato no caso de inexecução total do objeto, em caso de inexecução parcial das obrigações assumidas, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;

f. Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar;

g. Em caso de inexecução parcial das obrigações assumidas, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;

h. Impedimento de licitar e contratar com a Prefeitura Municipal de São João do Paraíso/MA com o consequente descredenciamento no Cadastro de Fornecedores do Município pelo prazo de até 05 (cinco) anos).

12.4 Na aplicação das sanções serão considerados:

a. A natureza e a gravidade da infração cometida;

b. As peculiaridades do caso concreto;

c. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

d. Os danos que dela provierem para a Administração Pública;

e. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.5 A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade e da razoabilidade;

12.6 Atrasos cuja justificativa seja aceita pela Prefeitura Municipal de São João do Paraíso/MA e comunicadas antes dos prazos de entrega consignados no contrato ou documento equivalente, poderão a critério deste ser isenta total ou parcialmente da multa.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII)

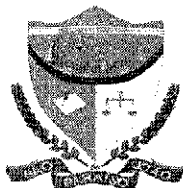
13.1 – As regras acerca da prestação de garantia na presente contratação são as estabelecidas no Termo de Referência, parte integrante a este Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES

14.1 – Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

14.2 – O Contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.3 – As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica da CONTRATANTE, salvo nos casos de justificada necessidade de



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE



PMSJP

FL.(S)
Nº 263
RUBRICA

antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

14.4 – Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS

15.1 – Os casos omissos serão decididos pelo **CONTRATANTE**, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – SUBCONTRATAÇÃO

16.1 – As regras para subcontratação do objeto deste instrumento de contrato constam no Termo de Referência, parte integrante deste Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

17.1 – O presente contrato é regido pela Lei 14.133/21 e demais diplomas legais.

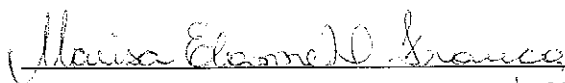
17.2 – Incumbirá ao **CONTRATANTE** divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

17.3 – Fica eleito o Foro da Comarca de Porto Franco - MA, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

São João do Paraíso – MA, 18 de dezembro de 2025.

ASSINATURAS

PELA CONTRATANTE



MARISA ELANNE DAMASCENO DE FRANÇA

Secretária Municipal de Saúde

Portaria nº 005/2025

PELA CONTRATADA



Documento assinado digitalmente

JUVENAL MARINHO RODRIGUES

Data: 18/12/2025 14:44:11-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

J. MARINHO RODRIGUES

CNPJ nº 29.932.476/0001-42

JUVENAL MARINHO RODRIGUES

CPF nº 607.626.623-60

TESTEMUNHAS

NOME:

NOME:

ADTR SERVIÇOS DE INFORMATICA LTDA

Thaiane Maria Araújo Barroso

CPF: 008.564.563-06

Testemunhas:

1ª _____
2ª _____

PMSJP

FL.(S)
Nº 363
RUBRICA: 

Publicado por: ILTON RODRIGUES DE SOUSA
Código identificador: 79b0d61a65b006d17286f60a12d800fd

EXTRATO DE CONTRATO Nº 290/2025, ASSINADO EM 18/12/2025

EXTRATO DE CONTRATO Nº 290/2025, assinado em 18/12/2025. Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONFECCÃO DE PRÓTESE DENTÁRIA, VISANDO ATENDER AS NECESSIDADES DOS PROGRAMAS DE SAÚDE BUCAL DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO/MA. Processo Administrativo nº 2025.09.16.0016. Modalidade: PREGÃO ELETRÔNICO nº 17/2025. CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, CNPJ nº 14.588.101/0001-30, CONTRATADO: J. MARINHO RODRIGUES, CNPJ nº 29.932.476/0001-42. Valor Global: R\$ 162.720,00 (cento e sessenta e dois mil e setecentos e vinte reais). Vigência Inicial: 18 de Dezembro de 2025. Vigência Final: 18 de Dezembro de 2026. MARISA ELANNE DAMASCENO DE FRANÇA - SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE. São João do Paraíso - MA, 18 de Dezembro de 2025.

Publicado por: ILTON RODRIGUES DE SOUSA
Código identificador: 2740188c3447d9cb16d1a33029390c06

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SÓTER

LEI Nº 213/2025, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2025 - ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E AUTORIZAÇÃO A ABERTURA DE CRÉDITO.

LEI Nº 213/2025, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2025.

Dispõe sobre a adequação orçamentária no âmbito do Município de São João do Sóter/MA e autoriza a abertura de crédito especial ao orçamento anual de 2025 no valor de R\$ 934.658,82 (novecentos e trinta e quatro mil, seiscentos e cinquenta e oito reais e oitenta e dois centavos)

A Prefeita Municipal de São João do Sóter, Estado do Maranhão, **Maria do Carmo Cavalcante Lacerda**, no uso de suas atribuições e considerando o disposto nos arts. 165, §5º; 167, inciso V da Constituição Federal, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei.

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir no orçamento vigente do município de São João do Sóter/MA crédito especial, no valor de **R\$ 934.658,82 (novecentos e trinta e quatro mil, seiscentos e cinquenta e oito reais e oitenta e dois centavos)** conforme dotação abaixo identificada:

| RECEITA | | |
|-------------------|---|----------------|
| RUBRICA | DESCRIÇÃO | |
| 1715.53.0.1.00.00 | Transferências de recursos de complementação da União ao FUNDEB - ETI - principal | |
| FONTE | DESCRIÇÃO | VALOR |
| 1546000000 | Transferências do FUNDEB - complementação União - ETI | R\$ 280.347,65 |
| 1546107000 | Transferências do FUNDEB - complementação União - ETI - 73% | R\$ 654.261,17 |
| TOTAL | | R\$ 934.658,82 |
| DESPESA | | RUBRICA |
| Órgão: | Fundo de Man. e Des. da Educação Básica - FUNDEB | 1701 |
| Função: | Educação | 12 |
| Subfunção: | Ensino Fundamental | 361 |

| Programa: | Criança na Escola | | 0018 |
|------------------|---|----------------|------------|
| Proj./Atividade: | Manutenção das ações de fomento às matrículas de tempo integral - ETI | | 2079 |
| RUBRICA | DESCRIÇÃO | VALOR | FONTE |
| 3.1.90.04 | Contratação por tempo determinado | R\$ 200.000,00 | 1546107000 |
| 3.1.90.11 | Vencimentos e vant. fixas pessoal civil | R\$ 400.000,00 | 1546107000 |
| 3.1.90.13 | Obrigações patronais | R\$ 54.261,17 | 1546107000 |
| 3.3.90.30 | Material de consumo | R\$ 100.000,00 | 1546000000 |
| 3.3.90.32 | material, nem ou serviços para distribuição gratuita | R\$ 20.000,00 | 1546000000 |
| 3.3.90.36 | outros serviços de terceiros - pessoa física | R\$ 30.000,00 | 1546000000 |
| 3.3.90.39 | outros serviços de terceiros - pessoa jurídica | R\$ 100.000,00 | 1546000000 |
| 4.4.90.52 | equipamentos e material permanente | R\$ 30.397,65 | 1546000000 |
| TOTAL | | R\$ 934.658,82 | |

Art. 2º Os recursos necessários para cobertura dos créditos especiais provirão de excesso de arrecadação referente às transferências concedidas pela União com fundamento na Lei 14.640, de 31 de julho de 2023 e Portaria do Ministério da Educação nº 605, de 29 de agosto de 2025, conforme as fontes de receita orçamentária.

Art. 3º - Fica o Poder Executivo autorizado a fazer os ajustes necessários no PPA e LDO, além das fontes de recursos necessárias ao cumprimento desta Lei.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Prefeitura Municipal de São João do Sóter/MA, aos dezesete dias do mês de dezembro de 2025.

MARIA DO CARMO CAVALCANTE LACERDA
Prefeita Municipal

Publicado por: FRANCISCO ONETE DA SILVA CARDOSO
Código identificador: 672add6e78d96d3fd6bdbc73c4b1ddb9

LEI Nº 214/2025, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2025 - ALTERAÇÃO DA LEI Nº 194/2024 - CÓDIGO TRIBUTÁRIO MUNICIPAL.

LEI Nº 214/2025, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2025.

DISPÕE SOBRE ALTERAÇÃO DA LEI Nº 194/2024 - CÓDIGO TRIBUTÁRIO MUNICIPAL.

A Prefeita Municipal de São João do Sóter, Estado do Maranhão, **Maria do Carmo Cavalcante Lacerda**, no uso de suas atribuições legais, faço saber, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica alterada a Tabela I, II, III, IV, V, VI, VII, IX, X, XI - Valores por Metro Quadrado, constante no Anexo I da Lei Municipal nº 194/2024, que passa a vigorar com a seguinte redação:

TABELA I
VALORES PARA EDIFICAÇÕES

Casas - Sobrados - Condomínios Horizontais - Lojas - Salas Comerciais e Similares.

| PADRÃO | CONVERSÃO | VALOR DO M² EM UFM |
|--------|-----------|--------------------|
| ALTO | ÓTIMA | 45 |
| ALTO | BOM | 20 |
| ALTO | REGULAR | 18 |
| ALTO | PRECÁRIA | 15 |



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO

EXTRATO DE CONTRATO Nº 290/2025

A Prefeitura Municipal de São João do Paraíso. O MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO - MA, por intermédio do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, inscrito no CNPJ nº 14.568.101/0001-30, E A EMPRESA: J. MARINHO RODRIGUES, CNPJ nº 29.932.476/0001-42. Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONFECÇÃO DE PRÓTESE DENTÁRIA, VISANDO ATENDER AS NECESSIDADES DOS PROGRAMAS DE SAÚDE BUCAL DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO/MA. Processo Administrativo nº 2025.09.16.0016. Modalidade: PREGÃO ELETRÔNICO nº 17/2025. Valor Global: R\$ 162.720,00 (cento e sessenta e dois mil e setecentos e vinte reais). Vigência Inicial: 18 de Dezembro de 2025. Vigência Final: 18 de Dezembro de 2026.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MATEUS DO MARANHÃO

AVISO DE LICITAÇÃO
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 10/2025
Repetição

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2025.08.22.0014/2025

O agente de contratação da Prefeitura Municipal de São Mateus do Maranhão/MA, torna público que foi remarcada a data da licitação na modalidade CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA: Nº 010/2025, do tipo menor preço global, a qual tem como objeto o Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa especializada nos serviços de implantação e manutenção de sistemas de abastecimento de água no Município de São Mateus do Maranhão/MA, elaborado em conformidade com as Normas Técnicas da ABNT, as diretrizes da CALMA, Companhia de Saneamento Ambiental do Maranhão e as recomendações técnicas, visando atender às necessidades da Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento, fica REMARCADA a abertura da sessão para o dia 08 de janeiro de 2026, às 15.00hrs. A sessão pública acontecerá pelo site: <http://www.licitasaomateus.com.br>. O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico: <https://www.saomateus.ma.gov.br/> e através do e-mail: cpisaomateus2021@gmail.com, e através do Sistema de Informações para Controle de Contratações Públicas do Estado do Maranhão (SINC CONTRATA/MA) e também poderão ser lidos e/ou obtidos na Sala da Comissão Permanente de Licitação, situada no Centro Administrativo, localizado na Praça da Matriz, nº 42, CEP: 65.470-000, Centro - São Mateus/MA, no horário das 08h00min (oito horas) às 12h00min (doze horas).

São Mateus do Maranhão/MA, 17 de dezembro 2025.
KESLEY SOUSA DE SOUSAAVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 22/2025
Repetição

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2025.07.14.0064/2025

O Município de São Mateus do Maranhão - MA, torna público aos interessados, a REMARCAÇÃO da data licitação na modalidade Pregão Eletrônico nº 022/2025, do tipo menor preço por ITEM, tendo por objeto o Registro de preços para futura e eventual contratação de empresa especializada no fornecimento de INSUMOS ODONTOLÓGICOS, visando atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento do Município de São Mateus do Maranhão/MA, fica REMARCADA a abertura da sessão para o dia 08 de janeiro de 2026, às 16:00hrs. A sessão pública acontecerá pelo site: <http://www.licitasaomateus.com.br>. O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico: <https://www.saomateus.ma.gov.br/> e através do e-mail: cpisaomateus2021@gmail.com, através do Sistema de Informações para Controle de Contratações Públicas do Estado do Maranhão (SINC CONTRATA/MA), no Portal Nacional de Compras Públicas - <https://pnpc.gov.br/app/editais> e também poderão ser lidos e/ou obtidos na Sala da Comissão Permanente de Licitação, situada no Centro Administrativo, localizado na Praça da Matriz, nº 42, CEP: 65.470-000, Centro - São Mateus/MA, no horário das 08h00min (oito horas) às 12h00min (doze horas).

São Mateus do Maranhão/MA, 17 de dezembro 2025.
KESLEY SOUSA DE SOUSA
Agente de Contratação

PREFEITURA MUNICIPAL SÃO RAIMUNDO DOCA BEZERRA

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Espécie: 1º (PRIMEIRO) Termo Aditivo ao contrato nº 130801C/2025, Processo Administrativo nº 090602C/2025, Partes: Prefeitura Municipal de São Raimundo do Doca Bezerra, e a empresa: MPA CONSTRUTORA LTDA, CNPJ: 27.082.743/0001-04. OBJETO: prorrogar o prazo do contrato nº 130801C/2025, permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato BASE LEGAL: Art. 124, II, Letra B, da Lei Federal nº 14.133/2021, tendo como objeto a Contratação de empresa para implantação de sistemas de abastecimento de água neste município de São Raimundo do Doca Bezerra - MA, de acordo com o contrato de Repasse nº 948797/2023/MCIDADE/CAIXA, Valor do Contrato original global: R\$ 950.200,00 (Novecentos e cinquenta mil e duzentos reais). Objeto e justificativa do Aditamento: quantidade de 120 (cento e vinte) dias corridos, Valor do aditivo: o mesmo valor do contrato inicialmente contratado. Vigência: 12 de Dezembro de 2025 a 12 de Abril de 2026. Signatários: Antônio Jacinto de Melo Neto, Prefeito Municipal pela contratante e o Sr. Matheus Pereira de Araújo, pela contratada, São Raimundo do Doca Bezerra - MA, em 12 de Dezembro de 2025.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SATUBINHA

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

SEGUNDO TERMO ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO Nº 222/2024 - CONCORRÊNCIA Nº 001/2024. PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2111722.025/2024, PARTES: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, inscrita no CNPJ nº 31.023.604/0001-87 e a empresa TH2 SERVIÇOS E EMPREENDIMENTOS LTDA, inscrita no CNPJ nº 26.799.439/0001-10. ESPÉCIE: Termo Aditivo. OBJETIVO: Prorrogação do Prazo de Execução e Vigência Contratual. OBJETO: Retomada da construção da quadra poliesportiva coberta com vestiário padrão FNDE no município de Satubinha/MA. PRAZO ADITIVO: 6 (seis) meses. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 02.03.00-12.361.0007.1022.0000-44.90.51.00. BASE LEGAL: Regem-se pelas disposições expressas no artigo 111, em conjunto com o art. 107, da Lei nº 14.133, de 2021 e suas demais alterações posteriores. RATIFICAÇÃO: Ficam mantidas integralmente as demais cláusulas e condições estabelecidas no instrumento inicial, desde que não contrariem, implícita ou explicitamente, as previstas neste instrumento. RESPONSÁVEIS PELA ASSINATURA: Henelle Regina Pires Franklin - Secretária de Educação - Contratante e Victor Silva Vidal - Representante legal - Contratada. PUBLICAÇÃO: Este extrato é publicado para garantir a transparência e publicidade dos atos administrativos, conforme procedeu a legislação vigente. DATA DA ASSINATURA: Em 4 de novembro de 2025.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SENADOR LA ROCQUE

AVISO DE REVOGAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 1/2025

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DO SUL DO MARANHÃO - CONSULMAR, torna público para o conhecimento dos interessados, que fará realizar, sob a égide com fundamento no inciso II do artigo 71 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, decide REVOGAR/CANCELAR a licitação na modalidade Pregão Eletrônico, do tipo Menor Preço Por Item, objetivando a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA ESCOLHA DA PROPOSTA MAIS VANTAJOSA PARA AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS AGRÍCOLAS DO TIPO RETROSCAVADEIRAS, DE ACORDO COM AS CONDIÇÕES, QUANTIDADES E EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS PELO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DO SUL DO MARANHÃO - CONSULMAR, EM ATENDIMENTO AO CONVÊNIO Nº 980650 (PROCESSO 59000.017320/2025-16) DO MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL. Por furo no art. 71 da Lei nº 14.133/2021, dê-se ciência aos licitantes do cancelamento da sessão da presente licitação. Assim sendo, a presente sessão de licitação não terá prosseguimento.

Imperatriz (MA), 17 de dezembro de 2025.
JOAQUIM JACI RAPOSO DE MAGALHÃES MOURA
Agente de Contratação

PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRANO DO MARANHÃO

AVISO DE CREDENCIAMENTO Nº 2/2025
Repúblicação

PROC Nº 124/2025 - SEMUS

A Prefeitura Municipal de Serrano do Maranhão - MA, através da Secretaria Municipal Saúde, torna público para conhecimento dos interessados a republicação do procedimento auxiliar de CREDENCIAMENTO nº 02/2025, Processo Administrativo nº 124/2025, que tem como objeto o Credenciamento de pessoas jurídicas para a prestação de serviços especializados em oftalmologia, contemplando a realização de exames clínicos, diagnósticos médicos e, quando necessário, o fornecimento de óculos ópticos, destinados aos pacientes da rede pública do Município de Serrano do Maranhão/MA. As inscrições serão a partir de 22 de dezembro de 2025 até 22 de dezembro de 2026. A abertura das propostas para análise poderá acontecer assim que recebê-lo ou o fará em até 05 (cinco) dias úteis, contados da data do recebimento. O Edital poderá ser consultado na Comissão Permanente de Licitação - CPL, no Prédio da Prefeitura Municipal, localizado na AV. DAS PALMEIRAS S/N, CENTRO - SERRANO DO MARANHÃO/MA - CEP: 65.269-000; ou pelo e-mail: cpiserrano01@gmail.com, de segunda a sexta-feira, das 8h às 17h, ou através do site da Prefeitura de Serrano do Maranhão-MA, também disponível no Portal: <https://www.serrano.ma.gov.br/>, Sinc-Contrata/TCE-MA e ainda no Portal Nacional de Compras Públicas (PNCP).

Serrano do Maranhão - MA, 18 de dezembro de 2025
NEUDILENE FERREIRA SOARES
Secretária Municipal de SaúdeAVISO DE HOMOLOGAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 39/2025

PROC. Nº 98/2025

Registro de preços para contratação de empresa para prestação de serviços laboratoriais e exames médicos, destinados a atender às necessidades do Município de Serrano do Maranhão, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação vigente, especialmente com o disposto no Processo Administrativo nº 098/2025, após análise, conferência e deliberação, resolve ADJUDICAR e HOMOLOGAR o resultado do PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 039/2025, nos seguintes termos: MEGALAB LABORATORIO CLINICO LTDA, CNPJ nº 19.215.329/0001-06, no valor global total de R\$ 1.930.622,95 (um milhão, novecentos e trinta mil, seiscentos e vinte e dois reais e noventa e cinco centavos).

Serrano do Maranhão - MA, 18 de Dezembro de 2025
NEUDILENE FERREIRA SOARES
Secretária Municipal de Saúde

PREFEITURA MUNICIPAL DE SUCUPIRA DO NORTE

RETIFICAÇÃO

No Extrato de Contrato da Prefeitura Municipal de Sucupira do Norte/MA, publicado no Diário Oficial da União nº 216, em 12/11/2025, Seção 3, página 198, onde se lê: "Contrato nº 1.011/2025. Concorrência Eletrônica nº 011/2025", leia-se: Contrato nº 1.010/2025. Concorrência Eletrônica nº 010/2025. Ficam ratificadas e permanecem inalteradas as demais informações constantes do extrato original. Sucupira do Norte/MA, 12/11/2025. João Rocha dos Santos, Secretário Municipal de Administração.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TURILÂNDIA

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 13/2025

Turilândia - MA. Proc. Adm. nº 143/2025.

Contratação de empresa especializada na Prestação de Serviços de construção de unidades habitacionais "PROGRAMA MINHA CASA, MINHA VIDA", no município de Turilândia/MA. Partes: Prefeitura Municipal de Turilândia/Secretaria Municipal de Infraestrutura e a empresa J. A. C. SA LTDA - 17.257.344/0001-83. Tipo de Licitação: Menor Preço Global. Valor Total Homologado: R\$ 5.296.208,00 (cinco milhões, duzentos e noventa e seis mil e duzentos e oito reais. Autoridade Competente: José Ribamar Nogueira Filho - Secretário Municipal de Infraestrutura. Data da Homologação pela Autoridade Competente: 19/12/2025.

JOSÉ RIBAMAR NOGUEIRA FILHO
Secretário Municipal de Infraestrutura

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUTÓIA

EXTRATOS DE CONTRATOS

CONTRATO Nº 1010154401/2025 - ADEÇÃO: ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 036/2025. Partes: SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DE TUTÓIA/MA, inscrita no CNPJ sob o nº 30.542.482/0001-72 e JR GRAFICA E PUBLICIDADES LTDA, CNPJ nº 11.181.201/0001-59. Objeto: contratação de empresa especializada na prestação de serviços gráficos para Secretaria Municipal de Educação da Prefeitura de Tutóia/MA. Valor: R\$ 493.094,20 (quatrocentos e noventa e três mil e noventa e quatro reais e vinte centavos). Fundamentação legal: Lei Federal nº 14.133/2021. Vigência: 14/11/2025 a 14/11/2026. 14 de novembro de 2025, Tutóia/MA, NATALINO DA SILVA FILGUEIRAS, Secretário Municipal de Educação.

CONTRATO Nº 1010154402/2025 - ADEÇÃO: ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 036/2025. Partes: SECRETARIA DE SAÚDE DE TUTÓIA/MA, inscrita no CNPJ sob o nº 06.218.572/0001-28 e JR GRAFICA E PUBLICIDADES LTDA, CNPJ nº 11.181.201/0001-59. Objeto: contratação de empresa especializada na prestação de serviços gráficos para Secretaria Municipal de Saúde da Prefeitura de Tutóia/MA. Valor: R\$ 386.398,36 (trezentos e oitenta e seis mil trezentos e noventa e oito reais e cinquenta e seis centavos). Fundamentação legal: Lei Federal nº

